

IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 2





IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 2

Esta obra foi submetida a um processo de avaliação por pares.

© 2021, IELT – NOVA FCSH

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Título	Imaginários do Mar – volume 2 Uma antologia crítica
© Autores	Carlos F. Clamote Carreto Luís Sousa Martins
I.S.B.N.:	978-989-8968-08-1
Paginação	ACDPRINT
Design da capa	ACDPRINT
Edição	Maior de 2021

O IELT é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito dos projetos UIDB/00657/2020 e UIDP/00657/2020.

IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 2

Carlos F. Clamote Carreto

Luís Martins

(editores)



IELT
Lisboa
2021

O respeito pelo Acordo Ortográfico atualmente em vigor
é da única responsabilidade dos autores de cada artigo.

Índice geral

INTRODUÇÃO

O mar na escrita: matriz e arquivo de imagens	11
Carlos F. Clamote Carreto	
Luís Martins	

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES

Is the sea alone? Towards the inclusion of maritime culture in society	75
Ângela de Almeida	
O Mar de Omar	91
Gustavo Antoniuk Presta	
Célia Maria Antonacci Ramos	
O mar na história e na cultura portuguesas	101
Maria Isabel João	
Memória e representação do mar. Guilherme Filipe e Lino António, os “pintores das paisagens e gentes da Nazaré”	115
Dóris Santos	

MITOS, LENDAS E NARRATIVAS: O MAR FICCIONAL

El Dorado: imaginário amazónico do século XVI à actualidade	153
Anete Costa Ferreira	
O corso e o cativo na literatura de cordel dos séculos XVII e XVIII	159
Edite Martins Alberto	

Paisagens ecológicas e imaginários do mar concebidos no processo de territorialização dos quilombolas dos rios Arari e Gurupá, na Ilha de Marajó	185
Eliana Teles Rodrigues	
A Bixa Baleia ou a história de um manuscrito sobre o maravilhoso do mar	203
Joana Gaspar de Freitas	
Cristina Brito	

ECOS & LEITURAS

Joe Todd-Stanton, The Secret of Black Rock, London-New York, 2017	211
Ana Rita Fernandes	
O Naufrágio do Chanticleer na imprensa	219
João Augusto Aldeia	
Marinho – uma expedição aos fundos do mar	227
Luís Martins	
Margarida Mestre	
A Nau Catarineta	239
Maria Schtine Viana	
Laura Campanér	

ECOS DE LEITURAS

Editores	245
-----------------------	-----



INTRODUÇÃO

O mar na escrita: matriz e arquivo de imagens

Carlos F. Clamote Carreto

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH)

Luís Martins

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH)

Nota introdutória

O acto de criação é de natureza obscura; nele é impossível destrinçar o que é da razão e o que é do instinto, o que é do mundo e o que é da terra [...]. Não há vitória definitiva sem a reconciliação dos contrários. É no mar crepuscular e materno da memória, onde as águas «superiores» não foram ainda separadas das «inferiores», que as imagens do poeta sonham pela primeira vez com a precária e fugidia luz da terra.

Diante do papel, que «la blancheur défend», o poeta é uma longa e só hesitação. Que Ifigénia terá de sacrificar para que o vento propício se levante e as suas

naves possam avistar os muros de Tróia? Que augúrios escuta, que enigmas decifra naquele rumor de sangue em que se debruça cheio de aflição?

Eugénio de Andrade, «O sacrifício de Ifigénia», in Rosto Precário, p. 19-20.

Antes de surgirem as primeiras sílabas, antes de brilharem, nas trevas da noite primordial, as primeiras palavras que se unem umas às outras no leito nupcial do ritmo, é do mar que emerge, para Eugénio de Andrade, a poesia. Mar enquanto plasma matricial e indiferenciado gerador de todas as formas, análogo, neste sentido, à mallarmeana página em branco que acolhe, relutante, aos primeiros sinais gráficos. Não se trata de uma poesia feita de antinomias (aristotélicas, cartesianas ou outras), mas antes matéria que mantém viva a memória da primitiva aliança entre *logos* e *mythos*, discurso articulado e imaginação ficcional, linguagem e universo fusional das imagens. Como mantém viva também a memória deste sacrifício arcaico (que tem, também ele, como cenário fundador o mar) que exige a morte da filha de Agamémnon e do próprio poeta para que os ventos voltem a soprar conduzindo o poema a bom porto.

É a esta consubstancialidade entre o mar e a escrita, declinada das mais variadas formas em função das épocas, dos géneros ou dos registos discursivos adotados, que o segundo volume do projeto antológico *Imaginários do mar* nos convida a regressar. O conceito de *imaginário* não deve ser aqui entendido de forma redutora como pura fantasia, sonho ou ficção que teima em construir mundos alternativos à realidade ou mesmo em clara oposição com a realidade experienciada, documentada ou testemunhada, mais sim na sua qualidade de dinâmica estruturante que medeia e reconfigura incessantemente a relação do homem com o mundo através da gramática própria das imagens. Nesta perspetiva, torna-se um precioso conceito operativo para a exploração da literatura, quer esta assuma uma dimensão abertamente ficcional, quer assuma o registo documental do relato construído a partir da observação das *realia* que compõem o admirável universo marítimo. Este segundo volume não podia deixar, neste sentido, de desenvolver uma reflexão sobre o estatuto oscilante e a natureza multiforme das narrativas marítimas que exploram os limiares entre o relato testemunhal (seja ele direto ou indireto, real ou simulado) e a criação assumidamente ficcional, experiência vivida e recomposição da e pela escrita na qual afloram incessantemente memórias literárias, ecos de práticas rituais, vestígios de mitos e lendas. Entre metáforas, metonímias

e alegorias, a própria tessitura retórica destas narrativas espelha fragmentos do tempo, sensibilidades literárias e autores, práticas artísticas e científicas, lugares e culturas: em “Manuscrito encontrado numa garrafa” (1833) e “Narrativa de Arthur Gordon Pym de Nantucket” (1838), de Edgar Allan Poe, encontram-se as ideias de travessia oceânica e de naufrágio, as observações naturalistas e as utopias culturais da época. Outros textos sugerem diálogos, reais ou ilusórios e fabulosos, como o relato de naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, quando este herói chamou os companheiros, descrentes nas possibilidades de se salvarem, e de um livro de rezar tirou duas folhas – uma com a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado, outra a de Nossa Senhora – e pregou-as ao pé do mastro e à vista de todos, e fez de seguida um discurso para os animar – “não haja quem enfraqueça nem desmaie, ponhamos os olhos naquelas imagens...”¹. O Capitão Ahab, em *Moby Dick* (1851 [2005: 193-194]), para os animar na caça à baleia branca, chamou os tripulantes para a popa do baleeiro e mostrou-lhes um dobrão em ouro, que pregou ao mastro: “Aquele de vocês que assinalar uma baleia branca com testa enrugada e a queixada retorcida... ficará dono desta moeda de ouro”.

Começamos por levantar um conjunto de questões sobre o mar na escrita, antes de procedermos a uma aproximação às Relações de Naufrágio com base nas histórias das naus São João, Santa Maria da Barca, Conceição e Santo António, segundo as versões da *História Trágico-Marítima* de Gomes de Brito. Um trajeto que nos conduzirá a esboçar, no final desta reflexão introdutória, um inventário/uma tipologia de imagens do mar criadas por palavras e expressões que descrevem o que ocorre no mar (em terra fala-se no sofrimento, em geografias, populações hostis ou acolhedoras): as tentativas para manter a flutuar a nau São João até ser destruída nas vagas; o percurso de batel dos naufragos da nau Santa Maria da Barca pela costa (aportam a praias, em geral em ilhas, para procurarem água e alimentos); a ansiedade na nau Conceição até bater nos baixos; e a viagem acidentada da nau Santo António.

¹ Sérgio, António (Coord.) (1956) *História Trágico-Marítima, compilada por Bernardo Gomes de Brito* (anotada, comentada e acompanhada de um estudo por António Sérgio), Vol. II, Lisboa, Editorial Sul Limitada, p. 143.

Uma narrativa que encontre os seus “dispositivos de voz” – noção de Chantale Meure (2018: 13-14) para o desejo de contar que motiva os sobreviventes, os que os ouvem e os leitores, a falar dele –, alonga-se numa “espécie de ‘romance verdadeiro’”. Dois exemplos abreviados. *A Jangada da Medusa* (1818-1819)², uma pintura de Théodore Géricault, fixa um instante do esforço de sobrevivência dos tripulantes e passageiros da fragata *La Méduse*³, contado pelo médico Savigny e pelo cartógrafo Corrêard (1817). Eugène Sue escreveu *La Salamandre* (1832)⁴, Jules Verne – admirador do quadro de Géricault – publicou *Le Chancellor* (1874), e Pinheiro Chagas (1874: 95-113) discorreu em *Dramas do Mar* sobre o naufrágio, a pintura, o livro de Sue e o teatro que Desnoyer e Dennery tinham encenado em Paris. Vieram mais tarde a público, em *La Revue de Paris* (1907)⁵, excertos do Diário do engenheiro Charles-Marie Brédif que integrava um outro grupo de sessenta e três naufragos que chegou à costa da Mauritânia e a percorreu até à cidade de Saint-Louis, tendo em 2015 Jouon e Dumont produzido um documentário-ficção sob o título “A verdadeira história da jangada da Medusa”. O texto de Brédif (2017) surgiu recentemente em brochura, ano em que se anunciou a realização de um filme inspirado na pintura de Géricault⁶.

² O quadro de Géricault, exposto pela primeira vez no *Saloon de Paris* de setembro de 1816, mede 716 centímetros por 491 centímetros. O médico Jean-Baptiste Savigny assumiu a liderança do grupo depois dos primeiros dias conturbados. Da leitura do livro que ambos publicaram e desta conversa Géricault concebeu um cenário que horrorizou os contemporâneos, mas que pretendia de algum modo traduzir num momento final os treze dias de vida na jangada, os motins, canibalismo e homicídios, até à altura em que foram recolhidos por um navio.

³ Encalhou em 2 de julho de 1816 num baixio ao largo de Cabo Branco e centena e meia de sobreviventes refugiou-se numa jangada construída com os destroços do navio e no final de treze dias restavam quinze.

⁴ Sue foi assistente de médico num navio da Marinha Francesa durante seis meses e consultou relatórios médicos, tendo ficado com uma ideia dos sofrimentos dos sobreviventes.

⁵ Ver *La Revue de Paris*, 1º e 15 juin, 14º Année, Tome 3, mai-juin 1907, pp. 631-645 e pp. 782-804; e 1 juillet, 14º Année, Tome 4, juillet-août 1907, pp. 135-159.

⁶ Título em francês do documentário, “La véritable histoire du Radeau de la Méduse”. Para um olhar mais pormenorizado sobre alguns dos ecos no tempo ver, por exemplo: Alain Morgat, “Jacques-Olivier Boudon, *Les naufragés de la Méduse*”, in *Revue d'histoire du XIXe siècle*, 56 | 2018, 257-259. A referência eletrónica deste artigo é: Alain Morgat, “Jacques-Olivier Boudon, *Les naufragés de la Méduse*”, *Revue d'histoire du XIXe siècle* [En ligne], 56 | 2018, mis en ligne le 15 octobre 2018, consultado a 21 janvier 2020. URL: <http://journals.openedition.org/rh19/5854>. No Museu da Marinha em Rochefort foi construída uma réplica da jangada, que pertence à coleção museológica, e costuma acolher eventos e encontros de descendentes dos sobreviventes.

Owen Chase (1821) narrou o abalroamento do baleeiro Essex por uma baleia e as atribuições dos naufragos⁷, um registo que, acrescentado ao de um sobrevivente com quem falou e à participação numa época de caça, ajudaram Herman Melville a escrever *Moby Dick*⁸, um dos romances mais traduzidos e reeditados, que se tornou uma fonte para adaptações ao teatro, ópera e balet, banda desenhada, cinema e televisão⁹. Nathaniel Philbrick (2000: xiii-xvii) – para quem, quando esta obra foi publicada, parte da atracção pelo mar e pela navegação à vela tinha sido destruída pelo motor a vapor, e pelo papel desmistificador das correntes intelectuais protagonizadas por Charles Darwin e Herbert Spencer – retomou recentemente a narrativa original do Essex e escreveu *No Coração do Mar* (2000), texto que em 2015 foi passado ao cinema.

Textos que geram imagens que geram textos

Estes casos remetem-nos para o nó górdio formado por esse indestrinçável laço que une palavra e imagem e do qual emerge não apenas a imaginação poética tão bem explorada pela fenomenologia bachelardiana da matéria, mas também

⁷ Num documento intitulado *Narrativa do mais extraordinário e angustiante naufrágio do baleeiro Essex*. Conta os três meses em que os naufragos andaram à deriva, sob condições do tempo muito duras e esfomeados e, finalmente, uma situação de canibalismo decidida por tiragem à sorte.

⁸ Diz-nos Gilbert King (2015: vii) que em julho de 1852 Melville esteve em Nantucket, depois de publicar *Moby-Dick*, e no último dia encontrou George Pollard Jr., que era o Capitão do baleeiro Essex e que foi um dos sobreviventes do naufrágio. Conversariam muito brevemente e, mais tarde, Melville escreveria (citado por King): “Para os ilhéus, não era ninguém ... para mim, o homem mais impressionante, totalmente despretensioso e até humilde – que encontrei”. Comandaria um segundo baleeiro, *Two Brothers*, que se afundou ao bater num recife do coral. Tido por “azarado” – entre os marítimos designa-se um “Jonas” – nunca mais seria contratado.

⁹ A primeira adaptação ao cinema, ainda mudo, seria *The Sea Beast* (1926), seguindo-se em 1930 uma versão sonora com o título *Moby Dick* e com o mesmo elenco de artistas. Na mesma ocasião e nos estúdios da Warner Bros. – que tinha produzido os filmes anteriores – William Dieterle realizou *Daemon des Mers*, uma versão em língua alemã. John Huston realizou em 1956 nova versão, que teve Gregory Peck como capitão Ahab e Orson Welles como padre Mapple. Em 1998 a história foi adaptada à Televisão, e em 2011 realizou-se uma mini-série para o mesmo formato. Em 2015 o naufrágio do baleeiro Essex seria também adaptado à Televisão, a partir de um romance histórico homónimo, num enredo centrado na recolha de uma narrativa dos eventos por Herman Melville.

o poder sugestivo e cognitivo da imagem através do maravilhoso de registo científico e do espanto, como postura epistemológica de abertura ao Outro, ao Mundo, ao Desconhecido. A edição original de *Vinte Mil Léguas Submarinas* (1870)¹⁰ contém cento e dezoito ilustrações que no essencial fundem o conhecido e o imaginado – no submarino Náutilus (imaginação) o Capitão Nemo mede a latitude e longitude do lugar (operação de rotina); a cabine de Nemo está cheia de instrumentos existentes e imaginários; a morte, uma experiência quotidiana, celebrada num funeral submarino (imaginação). A edição de *Robinson Crusoé* (1719) jogou com estes nexos e integrou o retrato do herói, mapas da Ilha a que foi parar e do circuito marítimo que seguiu.

Num tempo e num registo diversos, recorde-se a viagem ficcional de Alexandre o Grande ao fundo do mar que se apresenta, essencialmente na versão francesa do *Roman d'Alexandre* composta por Alexandre de Paris em finais do século XII (circa 1180) no seguimento da vasta e complexa tradição que remonta a Pseudo-Calístenes (século III a.C.) e à tradução latina de Júlio Valério (início do século IV) e que desagua nas várias adaptações em prosa deste romance a partir do século XIII, como uma experiência insólita e ininteligível para os companheiros de viagem, próxima da loucura, mas inteiramente motivada pelo desejo de conhecimento¹¹. Chegado à orla das terras desertas da Índia e das suas maravilhas, eternamente insatisfeito com as suas conquistas, como se a terra se tivesse tornado demasiado pequena para ele, Alexandre decide explorar, graças a um engenho (semelhante a um tonel) transparente e equipado com lanternas contruído por um mestre vidreiro, o fundo do mar para conhecer as criaturas que habitam este universo ainda virgem e desconhecido:

“Assés ai par la terre et venu et alé,
De ciaux de la mer voil savoir la verité,
Ja mes ne finerai si l'avrai esprové” (v. 396-398).

¹⁰ O livro de Jules Verne é também um exemplo do jogo de adaptações que faz a história de um artefacto cultural. As primeiras duas para o cinema aconteceram ainda em versão muda (1907 e 1916), seguindo-se desde então trabalhos para o cinema, documentário, animação, banda desenhada, teatro, música e jogos vídeo. Ver https://fr.wikipedia.org/wiki/Vingt_Mille_Lieues_sous_les_mers para uma listagem atualizada e completa.

¹¹ Esta sequência ocupa os versos 389 a 541 da Secção III.

[“Já percorri a terra de lés a lés,
E das coisas do mar, quero agora saber a verdade,
E não descansarei enquanto não a conhecer”] (*tradução nossa*)

Durante a aventura, o herói observa e é observado pelos peixes intrigados por este estranho objeto, o texto insistindo sobre a acuidade do olhar de Alexandre, atento, analítico, totalizante, que vê nos peixes grandes e poderosos que devoravam os mais pequenos o espelho das injustiças que corrompem a sociedade, descobrindo assim que a ordem do mundo está minada pela inveja e a avareza (v. 471-475; 500-511). No seio desta lógica implacável, peixes miúdos e graúdos inventam vários estratagemas, uns para tentarem escapar, outros para serem predadores mais eficientes. Da observação deste bailado subaquático, tira Alexandre importantes ensinamentos sobre o sentido da cavalaria e a arte da guerra (v. 485-489; 526-534). A viagem do rei macedónico ao fundo do mar adquire assim uma dimensão simultaneamente extrospetiva e introspetiva através da qual reconfigura a sua identidade moral e política e reorienta a sua estratégia militar numa tentativa de conciliação entre a força e a inteligência (a astúcia, a arte do engano), a dominação do mundo através das armas e um modelo de soberania assente no conhecimento, na retidão e na *larguitas*. E assim se transforma o fundo do mar numa autêntica imagem do mundo (*imago mundo*) e num singular espelho dos príncipes.

Nas obras de divulgação o espanto também é um instrumento. Léon Sonrel (1880, xi) fala num mundo misterioso – “... um assunto interessante e vasto, mas ouriçado de inúmeras dificuldades. Que há de mais misterioso que o fundo do mar?” –, interrogação que se prolonga nos subtítulos: “o fundo atual do mar”, “orografia submarina”, “sedimentos marinhos”, “vida submarina”, “os trabalhos do homem no fundo do mar”, “mergulhadores”, “movimentos súbitos”, “movimentos lentos”, “a pequenez do homem perante o oceano”, etc. O espectro vasto de temas é acompanhado, sempre, por desenhos. *Mistérios do Mar* (1891) e *O Mar e as suas Maravilhas* (1907), incluem correntes, marés, meteorologia (ciclones, ventos, calmas), corais, recifes, espécies (esponjas, bivalves, moluscos, grandes mamíferos, etc.), a história do mar, a água, o oceano universal, movimentos do fundo do mar, etc.

Particularizando num caso da costa portuguesa. O Tejo é um rio que contém um mar, o *Mar da Palha*. Lisboa sem um “rio largo e profundo como um mar”,

consideram os autores do *Guia de Portugal*¹², seria uma cidade “quase inteiramente insula e inestética... incolor e incaracterística”. A investigação histórica revela outras paisagens: em Lisboa os barcos aportavam próximo das portas de São Vicente e os navios fundeavam frente ao sítio e praia do Restelo, a norte da torre de Belém, próximo do local onde o infante D. Henrique fundaria a *casa de Nossa Senhora da invocação de Belém*, ermida para socorro espiritual aos marinheiros¹³. Baldaque da Silva diz no estudo sobre a barra e o porto de Lisboa que a construção da torre do Bugio formou uma barreira à entrada livre das águas marítimas – que fazia do rio “um braço de mar” – e na altura da enchente a maré entrava em vagalhão na costa desabrigada entre Cascais e o fundeadouro de Belém e abrangia a área de Paço de Arcos à Trafaria.

A cartografia e os roteiros marítimos figuram as costas e os mares por meio de linhas, espaços, zonas fundas ou baixos, canais, caladouros e ancoradouros, *pontos notáveis* pelos quais se orientam os marítimos à vista da terra. Na escrita dominam palavras como marítimo e rural, campo e praia, águas interiores e oceânicas, lado do mar e lado da terra, região litoral, região costeira, zona litoral, zona costeira, orla litoral, orla costeira, linha da costa¹⁴. Em português podemos recordar *Breve Notícia*

¹² GUIA DE PORTUGAL (tomo I) – Lisboa e arredores, Apresentação e Notas de Sant’Anna Dionísio, Texto integral que reproduz fielmente a 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991/3ª ed., pp. 157-160; pp. 177-181; 453-455; 460-461, 625-626; 673-674.

¹³ Cfr. Estaço, Gaspar 1625, *Várias Antiguidades de Portugal*, cap. XXVII, p. 117, sobre Lisboa e o rio no tempo de D. Afonso Henriques, e *O Panorama*, vol. 1, série 2ª (1842), p. 58 & p. 100. Entre as cartas ver *Portogalliae que olim Lusitania, nouissima & exactissima descriptio*, Auctore Vernando Alvaro Secco (1560); e Baillieu, Gaspar 1704; *Le Portugal et ses frontières levée sur les lieux par ordre de Philippe IV^e Roy d’Espagne...*; e o *Atlas Universal* do engenheiro-geógrafo. M. Robert (1751 e 1751).

¹⁴ Acerca de expressões ver, por exemplo, Sousa, Arlindo (1965): quem se irrita e se acalma com facilidade é apodado de *mar-bravo*; quem está sempre bêbado é um *não enxuga a rede*; de uma pessoa que está sempre a trabalhar diz-se, próximo do mar, que *anda todo o dia a salear*, e longe do mar é alguém que tem *dias de pica-boi*. Ver também Alves, Joana Lopes (1965) *A linguagem dos pescadores da Ericeira*; Lopes, Ana Maria (1975) *O Vocabulário Marítimo Português e o Problema dos Mediterraneísmos*; Gabriela Vitorino e João Saramago, e Luís Seguro no arquipélago dos Açores, realizaram inquéritos na orla marítima continental e insular em 1984 e 1985 para o Atlas Linguístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza (orientação de Lindley Cintra) – os dados do continente foram registados numa edição policopiada de duzentos mapas, com índices remissivos, correspondendo um conceito ou espécie biológica a cada um (1987). O volume IX do Atlas Linguístico-Etnográfico do arquipélago dos Açores conta com cento e cinquenta e seis mapas e notas sobre peixes.

de Sines (Francisco Lopes, 1850), *As Praias de Portugal* (Ramalho Ortigão, 1876), Memória sobre a aquicultura [1892]¹⁵ e os palheiros do litoral (Rocha Peixoto, *Portugália*, 1898)¹⁶. Nas *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências* escreveram Andrade Silva (1790) e, sobretudo, Lacerda Lobo (1789-1815). Há uma investigação abundante de naturalistas ligados a Universidades e Museus Universitários¹⁷. O *Inquérito às Pescas* (1891) é a primeira grande inquirição

¹⁵ Apresentada ao *Congresso Pedagógico-Hispano-Portuguez-Americano, Secção Portuguesa, Estações de Aquicultura* (1892). Estes trabalhos resultariam de pelo menos uma excursão que o autor fez pela costa, que incluiu a Ria de Aveiro e a Foz do Mondego, a Foz do Arelho e a Lagoa de Óbidos, de que dá testemunho um caderno de campo intitulado “Excursão com Ricardo Severo” (1890), depositado no Arquivo Municipal da Câmara da Póvoa de Varzim.

¹⁶ Abrindo caminho aos estudos destes modos-de-habitar. Leite de Vasconcelos (sobre os palheiros da Praia de Vieira, 1924). Brito, Raquel Soeiro de (1960) *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa: Centro de Estudos de Geografia-Universidade de Lisboa, 2009. Oliveira, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1975) *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura; Oliveira, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1969) *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia-Instituto de Alta Cultura; Oliveira, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano (1964) *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Oliveira, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano (1958) “A apanha do sargaço no Norte de Portugal”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (I) Porto: Universidade do Porto, XVI, 1-2), Porto, pp. 63-170; Oliveira, Ernesto Veiga de (1955-1957) “Casas de pescadores da Póvoa de Varzim”, in *Trabalho de Antropologia e Etnologia*, Vol. 15, fasc. 3-4, p. 219-263. Para este período a bibliografia em francês e inglês é substancial. Entre os autores que escreveram abundantemente acerca do litoral indicá-riamos, numa amostra resumida, Philip Grosse (*Passeios Naturalistas em Devonshire*, 1853; *O Manual do Aquário Marinho*, 1855; *Tenby, umas férias à beira-mar*, 1856), Henri De la Blanchère (*Cultura das Praias Marítimas*, 1866; *A Pesca nos Banhos de Mar*, 1868; *Viagem ao fundo do mar*, 1868; *Contos de Pesca e de Viagem*, 1885; *Acerca da Praia*, 1889).

¹⁷ Destacavam-se o Museu Nacional de História Natural e de Ciência da Universidade de Lisboa, Museu de Zoologia da Faculdade de Medicina de Coimbra, Museu de Zoologia da Universidade do Porto, Estação de Zoologia Marítima de Matosinhos, Estação Aquícola do Rio Ave. Os títulos colocam o acento tónico nesta descoberta dos mares: “Diagnose de algumas espécies inéditas da família Squalidae que frequentam os nossos mares” (Barbosa du Bocage, 1864), “Catálogo dos peixes de Portugal” (Félix Capelo, 1880), “Catálogo dos crustáceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa” (Baltazar Osório, 1889), “Révision des céphalopodes du Muséum de Lisbonne” (Albert Girard, 1890), *Catálogo dos peixes de Portugal em colecção no Museu de Zoologia da Universidade* (Lopes Vieira, 1898, 1901 e 1904), “Catalogue systématique des vertébrés du Portugal, Poisson” (Antero Seabra, 1910), “Moluscos de Portugal, moluscos terrestres, fluviais e das águas salobras” (Augusto Nobre, 1913), *Fauna Marinha de Portugal* (1935) de Augusto Nobre e *Peixes de Portugal e Ilhas Adjacentes* de Rolanda Albuquerque (1954-1956). Recentemente, em *Histoires Naturelles Franco-Portugaises du XIX Siècle* (1989), Luiz Saldanha e Jacques Daget publicaram um estudo de parte do período que acima percorremos de maneira abreviada, com uma análise dos museus de história natural em Portugal e França nos inícios do século XIX.

às populações da pesca¹⁸, feita no ano em que saiu o livro de Baldaque da Silva, *Estado Actual das Pescas em Portugal* (1891). Na viragem do século Santos Graça escreveu *O Poveiro* (1932)¹⁹, uma etnografia da comunidade marítima da Póvoa de Varzim que recua aos anos 1800 (após um debate, plasmado na imprensa local, com Cândido Landolt (*Folk-Lore Varzino*, 1915), e Raúl Brandão – que dizia que “só uma construção transitória, uma barraca” dá ao litoral a liberdade para exprimir a relação do mar²⁰ – reuniu n’*Os Pescadores* (1923) notas acerca da paisagem da costa e perfis sociais e humanos das gentes da pesca.

O olhar distante tende a desmaterializar os contornos nítidos da linguagem das culturas da beira-mar, em especial quando a ideia da interligação total dos elementos da Natureza conduz a uma mundovisão jurídica²¹, e também artística. Linda Williams (2019: 167-169) toma como exemplo as fotos da terra tiradas de satélite para argumentar que através delas se cria e desenvolve laços afetivos e sentimentais, mas se passa à margem da história dos impactos das sociedades nos oceanos – a foto *The Blue Marble*, tirada em 1972 pelos astronautas da Apollo 17, que originou a designação “Planeta Azul” e deu um indicador visual de uma Natureza única;

¹⁸ Redigido por cinco relatores, oficiais superiores da Marinha, um por cada circunscrição administrativa: Norte, Centro e Sul, Madeira e Açores.

¹⁹ Deste autor viriam a público obras para o estudo de uma população de pescadores que, provavelmente, nenhuma outra no mundo possui para a época. Entre os textos de Santos Graça citemos *A Crença do Poveiro nas Almas Penadas* (1933), *Inscrições Tumulares por Siglas* (1942), *A Epopeia dos Humildes* (1952).

²⁰ Brandão, Raúl (s/d) *Os Pescadores*, introdução de Isabel Pascoal, s/l: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, pp. 143-146.

²¹ Neste âmbito são considerados vários conceitos: “águas interiores marítimas” (massa líquida entre a linha de base reta e a linha da costa), “mar territorial” (extensão onde os governos têm um exercício de soberania sobre os espaços aéreo e solo e subsolo marinhos, incluídos), “zona contígua” (do limite exterior que demarca o mar territorial até às 24 milhas), “zona económica exclusiva” (que atinge no máximo 200 milhas náuticas a partir da linha de base, integrando a ZEE portuguesa três subáreas), e “plataforma continental” (noção complexa e que abrange uma componente geológica e uma componente jurídica). Pensamos exclusivamente nesta última categoria e nas iniciativas portuguesas para, com base em critérios científicos, estender os limites externos da sua plataforma continental para lá das 200 milhas – em 2009 foi submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) uma proposta de extensão dos limites exteriores das 200 milhas (ver Zonas Marítimas sob Soberania ou Jurisdição Portuguesa, <https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>, acedido em 26 novembro 2019)

as fotos noturnas de satélite, *Black Marble* (anos 2000)²², onde as grandes manchas “luminosas” assinalam concentrações urbanas, e a negro figuram as áreas menos povoadas ou desérticas; fotos que identificam a negro os fundos marinhos com níveis insuficientes de oxigénio para a manutenção da vida.

*Tidalectics*²³ é certamente um projeto que espelha a relação das pessoas ao mar: os objetivos sustentam-se em ideias e filosofias que reconhecem os fenómenos e os conhecimentos locais. Lançado no âmbito da Academia de Arte Contemporânea Thyssen-Bornemisza, TBA21, vocacionada para o estudo das alterações climáticas e oceânicas (Habsburg, 2018: 8), faz dialogar poetas, artistas, fotógrafos, biólogos, arqueólogos, populações, etc. Os trabalhos de arqueologia têm também proporcionado um diálogo, fundamental para a sistematização de um património marítimo, que atravessa as fronteiras do tempo e dos mares e oceanos. A disciplina evoluiu para o reconhecimento do que é uma das espinhas dorsais do desenvolvimento humano, trazendo do passado questões que hoje racionalizamos, esperando que outros achados signifiquem mais possibilidades de informação. São exemplo as inquirições às tradições de construção e navegação, e aos naufrágios, que dão testemunho de tecnologias oriundas de regiões costeiras, lacustres ou interiores, e dos pormenores de aquisição de formas e do aprimoramento dos modos-de-fazer, seja a partir do junco ou de peles de animais, ou de madeiras, que se tornaram a matéria mais comum nos cascos de embarcações até ao aparecimento dos metais, ligas e fibra sintéticas, nos séculos XIX e XX. É empolgante apreender em documentos literários, relatórios científicos e documentários de divulgação, as minudências de carpintaria e marcenaria que hoje se mantêm nas línguas e nos seus dicionários, assim como na prática: as questões da flutuabilidade, manobrabilidade e estabilidade dos navios. Ou as inúmeras peças que o formam: juntas

²² Do nosso ponto de vista é uma visão que reintroduz os “vazios”, simbólicos, da cartografia até aos séculos XVII e XVIII.

²³ Exposição realizada em 2017 no âmbito da colaboração entre disciplinas e no contexto de um programa de trabalho que reuniu, sob uma orientação de pesquisa artística, antropólogos, biólogos marinhos, políticos e legisladores, artistas, cientistas, profissionais e produtores culturais, abrangendo uma área de intervenção bastante ampla, que vai da Islândia e da Groenlândia às costas dos continentes americanos (Norte e Sul) e aos arquipélagos da Polinésia e Melanésia. O termo “*Tidalectics*” (*dialética-de-marés*) é um neologismo imaginado pelo poeta e historiador barbadense Kamau Brathwaite, e por ele lembra o movimento cíclico do mar e uma mundovisão que conjuga a terra firme e o movimento constante e ritmado das águas dos oceanos.

de escatel-e-mecha; cavilhas para fixar o forro; entalhes, escarvas e sistemas de treliça para contrariar o empenamento e o alquebramento e deslocamento das partes; cinta; pranchas, balizas, cavernas e vaus para a resistência do tabuado; tábua de hastilhas, quilha, sobrequilha; costuras; tabuado trincado. Conhecimentos que estão em diálogo constante com os métodos de terreno, incluindo a estratigrafia e o arquivo (a memória que é uma escrita). Numa ótica diferente, fundada na proteção ao ecossistema, podemos aqui contemplar a criação de um imenso “território marítimo” pelo governo português, definido pela costa da Península Ibérica e pelos mares dos arquipélagos dos Açores e da Madeira²⁴.

Nos limiares da ficção: a escrita dos marítimos

Para Conrad, a expressividade da cultura marítima britânica no seu tempo explicava-se porque nas Ilhas “os homens e o mar se misturam”, sendo este um instrumento de afirmação de “sentimentos patrióticos”, de ritualização de entradas e saídas do país²⁵. Stevenson di-lo de outra forma em 1878: a arrogância de dizer que o mar é inglês é um modo dos habitantes das ilhas se dignificarem²⁶. Entretanto,

²⁴ Ver, por exemplo, a imagem de capa do *Atlas de Portugal* (coordenação científica de Raquel Soeiro de Brito). Consultar também <https://www.publico.pt/2014/04/02/ciencia/noticia/mapa-que-mostra-que-97-de-portugal-e-mar-chega-as-escolas-1630635>, artigo assinado por Teresa Firmino no jornal *O Público*.

²⁵ Ver Conrad, Joseph 1995 *Youth – a narrative*, London: Penguin Books, p. 9. Na tradução portuguesa, *Mocidade – uma narrativa* (tradução de Aníbal Fernandes), Lisboa, Assírio e Alvim, 1984, p. 17. A afirmação de que o vocabulário, as expressões e o estilo de linguagem, seriam um eco da vida e da economia dos utentes da língua deve ser ponderada. Jonathan Raban (1992: 5-6) não incluiu na sua coletânea textos de Shakespeare, não obstante o mar ser “uma fonte imensamente importante de imagem e metáfora” na obra do dramaturgo, porque não é enquanto mar que usa o termo nos seus textos: “escrevia no coração de uma cultura marítima, numa nação cujo teatro principal de guerra, comércio, aventura e expansão colonial era o mar... [Mas] A ideia de mar nas peças do autor é um eco da cultura do meio, mais do que como elemento a que se faz frente”. Robert Louis Stevenson, apoiado na experiência e navegação de seis meses numa escuna que fretara para explorar o Pacífico Sul, dizia numa carta a um amigo que *o mar é insuportável*, “é um meio horrível que embrutece o espírito e envenena o humor”, e só há descanso quando se fundeia à entrada de um porto. In Carta a Sidney Colvin, Taiti, 16 de outubro de 1888, in *Selected Letters of Robert Louis Stevenson*, Yale University Press, New-Haven – Londres, 1997, p. 380.

²⁶ Robert Louis Stevenson, in “The English Admirals”, citado por Jonathan Raban (1992) *The Oxford Book of the Sea*, Oxford-New York: Oxford University Press, 284.

a “antologia literária da escrita do mar americano”, de Peter Neill (2000, XIX-XXI), vai do passado colonial no século XVII à visão científica da vida submarina nos fins de 1900, abrangendo as travessias oceânicas dos primeiros colonos para atingirem o Novo Mundo, as viagens de cabotagem entre portos costeiros para pessoas e mercadorias, a caça à baleia, atividades que, numa época em que na Europa os escritores o projetariam como um lugar caótico e assustador, faziam do mar um espaço de trabalho. No prefácio à coletânea Nathaniel Philbrick (Ibid: xiii-xvii), fala de uma inflexão para um presente em que o mar é olhado e sentido a partir das áreas costeiras ou com terra à vista: é por impulso do desejo que se vai por ele adentro, e cada vez mais americanos se satisfazem a “observar as vagas a partir dos portos” e os escritores, na maior parte dos casos, preferiram ficar à vista da terra. Cáustica, a personagem que faz de escritor em *A Batalha sem Fim* (Ribeiro, Ibid., 336) diz, vendo que poucos pescadores sabiam nadar²⁷: “Aqui está no que deram os descendentes dos navegadores!”

Jonathan Raban (1992: xvii, 3) e Simon Leys (2003) distinguem ficção e não-ficção por meio das expressões *mar na literatura* e *literatura do mar*: nesta cabem os navegadores, exploradores e marinheiros, cujo profundo conhecimento dos temas raramente se espelha num modo literário; na primeira entram as gentes de letras e o seu estilo cativante, apesar dos contactos marítimos efémeros, como se, conclui Leys (Ibid.)²⁸, fossem incompatíveis o sentido prático do marinheiro e a imaginação do escritor. Mas a afirmação de John Coote (1989: vii), de que nos

²⁷ Neste trecho o escritor pergunta aos presentes quantos sabiam nadar: “Da numerosa turbamulta que tripulava quatro barcos, apenas cinco ou seis conheciam a natação. Por entre dentes, o romancista comentou: – Aqui está no que deram os descendentes dos navegadores!”. Note-se que uma companhia de mar de um barco de xávega seria, nos anos 1930, quando o livro foi editado, composta por mais ou menos trinta indivíduos.

²⁸ Leys pergunta-se, na sequência, se a “exploração literária” da vida no mar não será uma invenção de terrenos. Dois exemplos, de natureza distinta. Baudelaire dedicou ao mar palavras esplêndidas, apesar de ter tido uma carreira náutica fugaz e traumática. Conrad, em *Tufão*, concebe um herói, o Capitão MacWhirr, que se mostra incapaz de, numa carta que escreve à mulher depois do temporal, descrever os sentimentos e emoções que tinha vivido. Simon Leys dá o exemplo de Robert Louis Stevenson, que numa carta a um amigo (Carta a Sidney Colvin, escrita do Taiti, 16 de outubro de 1888, in *Selected Letters of Robert Louis Stevenson*, Yale University Press, New-Haven – Londres, 1997, p. 380) define o mar como um meio insuportável, “que embrutece o espírito e envenena o humor” – indica o movimento incessante, falta de espaço, ausência de vida privada, alimentos imundos em conserva, marinheiros, etc. –, sentimentos que só se aliviam *quando surge uma ilha e se ancora à entrada de um mundo novo*.

anos 1800 os marítimos nos deram “as mais vivas recordações... [de] elevado mérito literário”, põe em questão esta perspetiva e traz para a problemática outro tipo de escritos, a exemplo dos relatos de naufrágio. Quase antecipando este debate, o narrador do “naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este reino no ano de 1565” parece confessar a falta de recursos literários para descrever um temporal: “... o pouco que se aqui escreve é tão diferente do muito que passámos como do vivo ao pintado”²⁹.

Para Michel Bideaux (1999), a obra de Gomes de Brito instituiu em corpo autónomo o “falso género narrativo” criado pelas folhas volantes através da “redação não concertada, diversas no formato, motivação e tom”, que Palma-Ferreira (1980: 13, 18) vê como traços de ficção que convocam, como um “verdadeiro romance marítimo”, já nos séculos XVI e XVII, interesse, emoções e sentimentos. Reflexões que lembram a estranheza de Almeida Garrett por um espólio numeroso de textos de viagens e de naufrágios – onde se inclui *Peregrinação*, narrativa de uma viagem física e espiritual por Fernão Mendes Pinto (1614) – não ter promovido o romance marítimo em português³⁰. Pinheiro Chagas classificaria o seu *O naufrágio de Vicente Sodré* (1894: i-iii) uma “narrativa histórica”, que expõe um acontecimento na “forma romântica”³¹. Um critério sob o qual organizara *Os Dramas do Mar* (Ibid., 3-4), antologia de relatos, alguns incluídos na *História Trágico-Marítima*, a que dá um cunho pessoal. Palma-Ferreira (Ibid., 16), diríamos, expõe este dilema pelo avesso: o texto marítimo sujeitou-se à “estrutura primitiva” da crónica, a uma “acrisia permanente

²⁹ In Sérgio, António (Coord.), p. 134.

³⁰ Garrett admira-se que “não seja mais comum entre nós o romance marítimo” (citado em Lima, 1938, 9). Nas linhas que se seguem afirma: “Um país de navegadores, um povo que viveu mais do mar que da terra; que as suas grandes glórias as foi buscar ao largo oceano... / Temos em prosa muita relação popular de naufrágios que rivaliza em simplicidade antiga com os Cronicões da meia-idade... / Algumas destas narrativas feitas por pessoas que tiveram parte na aventura, são palpitantes de interesse e de verdade, contêm descrições inimitáveis, desenhados do vivo, e tais que fazem empalidecer, as mais animadas páginas do Red Rover e do Pirata” – Garrett, J. B. De Almeida (1851), *Romanceiro*, Vol. III, XXVI, “A Nau Cathrineta”, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 84-85.

³¹ Citamos mais extensamente Pinheiro Chagas (Ibid., ii): “... procurar simplesmente ver as cenas tais como a história as descreve, compreender os personagens como eles se revelam nos seus atos, e procurar fixar esta fotografia, que se desenhou no nosso espírito, transmiti-la ao papel e mostrá-la ao público”, fazendo assim “reviver deveras as épocas históricas” sem retirar interesse dramático às narrativas.

[que] parece impedir... o eclodir da criação”³² – num escrito de elevada qualidade literária, como “A morte do arrais”, Brandão³³ descreve a entrada na barra do Douro dos pescadores em botes durante um temporal num estilo que deixa mais o sentimento de reportagem que de ficção; e no género poético ou no manifesto político sobrelevaria também o retrato de uma realidade, como no “Requerimento dos Poveiros” de Oliveira Martins (1882), que fala numa comunidade, a mais numerosa do reino, fustigada por naufrágios e tragédias e desatendida dos governos – “Esta gente da Póvoa... pedintes em terra, heróis sobre o mar... São um resto de gente pré-histórica”; António Nobre (1892: 48; poema de Leça, 1889) fala em “Poveiro” de uma comunidade já insensível de tanto sofrer – “... os vossos interiores / ... devem já estar / Calafetados pelo breu das dores...”.

Estes relatos, bem como muitos dos que percorrem este Vol. II de *Imaginários do mar*, podem assim ser observados tanto em função do lugar da ação (em áreas costeiras ou no mar alto e zonas longínquas) como do seu registo dominante (ficcional ou não-ficcional) ou ainda das características (temáticas, filiações poéticas e culturais, retóricas, estilísticas, genológicas, etc.) que as particulariza e aos seus protagonistas face aos restantes géneros e heróis.

1. O lugar da ação é uma variável nuclear na caracterização dos escritos, imagens e imaginários. *Batalha sem Fim* (1932), de Aquilino Ribeiro, é a história da escavação do areal da praia de Pedrógão por pescadores e famílias em busca de um tesouro e da fuga à pobreza. *Heart of Darkness* (1899) de Joseph Conrad, tem por cenário as águas do rio Congo e por tema as tensões e contradições coloniais numa conjuntura civilizacional³⁴. Em *Os Trabalhadores do Mar* (1866), de Victor Hugo, o cenário reparte-se entre o recife, onde encalhou o navio do qual Giliatt tenta salvar a máquina a vapor, e que faz dele um romance do mar, e a ilha de Guernesey,

³² E continua: “... como se se temesse o seu confronto com o verosímil ou como se a narrativa estivesse asfixiada sob o peso da tutela da retórica tradicional das tragédias marítimas” (Ibid.)

³³ Chama-se barra a entrada de um porto, artificial ou natural, quando ela se faz no meio de duas línguas de terra, penedos ou recifes. Raúl Brandão (1893 [1923]) faz do vento uma “voz colérica”, “um rebramir que acaba sempre na mesma nota profunda”, e faz do mar uma “voz imensa e trágica, clamorosa e trágica”, “um esvurmar de cóleras”, uma água que referve, o céu tem “a lividez da morte”, as mulheres aparecem “amolgadas como trapos”, têm “a boca torcida pela dor”.

³⁴ Ver Ian Watt (1981: 167), na aproximação que faz de Conrad a Freud, onde diz que ambos revelavam verdades incertas e niilistas, ao mesmo tempo que se defendiam delas.

no Canal da Mancha, onde o enredo se inicia com as características de um romance de costumes.

O romance do mar tem por cenário o mar-alto, uma travessia oceânica, costas distantes e ilhas reais ou ficcionadas: *Mocha-Dick ou a Baleia Branca do Pacífico* (1839) de Jeremiah Reynolds; *Moby-Dick* (1851) de Herman Melville e a história de um Capitão acochado pela ânsia de se vingar de uma baleia:

Mas o olhar de Ahab desviou-se; tremia como uma árvore seca que deixa cair o seu último fruto.

Que é, que é essa coisa sem nome, que terrível rei sem remorso me domina, para que, apesar dos desejos naturais do mar, continue a sentir-me empurrado, abanado, forçado, e que me apreste a fazer longamente o que o meu próprio coração natural nem sequer se atreve a conceber? Será que Ahab é Ahab?... se não há uma única estrela que possa fazer a sua revolução sem a ordem de uma invisível força; como é que este pequeno coração poderia bater, como é que este pequeno cérebro poderia pensar, se não fosse Deus a criar estas próprias pulsações e não pensasse estes pensamentos em meu lugar?³⁵

No romance que fala do mar em português as áreas costeiras são os cenários dominantes, os seus protagonistas são os atores da beira-mar. Mesmo Bernardo Santareno, dramaturgo, que *Nos Mares do Fim do Mundo* (1959) e *O Lugre* (1959) narra as impressões vividas enquanto médico na frota bacalhoeira, em 1957 e 1958, apreende atos e gestos que são da terra e do mar. António Vitorino fala em *Gente de Vieira* (1938) na vida destas populações, e em *Praia da Vieira* (1950) nas biografias de quatro praianos, um arrais, um senhorio, um almocreve e uma sardinheira. Alves Redol descreve a vida dos pescadores nómadas do rio Tejo em *Avieiros* (1942), e dos da Nazaré em *Uma Fenda na Muralha* (1959), sobre os quais já tinha Branquinho da Fonseca publicado *Mar Santo* (1952, 39):

... Eu só lhe disse: – “Ah Joaquim, nã temas. Quiseram alimpar-te a vida, Mas Deus é que manda”.

³⁵ Melville, Herman (1851), *Moby Dick*, trad. Alfredo Margarido e Daniel Gonçalves, Lisboa, Relógio d'Água, 580.

Fez uma pausa e ficou esquecido a olhar o mar. Vinha de longe, de entre os barcos varados na areia da praia, um coro que se alongava e terminava de repente:

– Vááááá...ão! Vááááá...ão!

– Eram os de uma companha agarrados ao barco, tão pegado ao chão que só ia “à fala”. “Vai agoora!... Vai! Vááááá...ão!”

Em *Calamento* (1950), Romeu Correia expõe as complexas relações familiares, comunitárias e de trabalho dos pescadores da arte de xávega da Costa da Caparica. Dias de Melo narra o estilo de vida dos caçadores de baleias e ilhéus açoreanos em *Mar Rubro* (1958), *Pedras Negras* (1964), *Mar pela Proa* (1976) e *Vida Vivida em Terras de Baleeiros* (1983).

2. Os textos não-ficcionais – como relatos de viagens³⁶, diários de bordo, manuais de aprendizagem³⁷, relatos de exploradores e escritos de marinheiros³⁸ – induzem na ficção marítima conhecimentos de tecnologia e de ética laboral, conjugando os processos criativos e as manobras técnicas de navegação, o estado-da-arte

³⁶ Ver, por exemplo, *Compendium of Authentic and Entertaining Voyages* (Tobias Smollett: 1756), *Histoire générale de voyages* (Antoine Prévost: 1746-1759, 15 vols), *Histoire des naufrages* (Simon Desperthe, 11 vols distribuídos pelos anos 1789, 1790 e 1795).

³⁷ Estes manuais tinham como objetivo dar ao marítimo conhecimentos que devia dominar quando se encontrasse no oceano. Por exemplo, em *The Seaman's Secrets* (1595), de John Davis, enunciam-se questões como, *O que é a grande Circunavegação? Como encontrar o verdadeiro lugar do sol na elíptica em qualquer ocasião? Como deve o piloto navegar pelo Globo se há tantas dúvidas?* Em cada reedição, facto que refletia a rapidez com que as tecnologias evoluíam, as informações eram atualizadas. Fala por si o título do Tratado de Thomas Crosby (1751): *Um Tratado Completo de Navegação em Teoria e Prática. Contendo Tudo o Necessário nessa Arte utilíssima, desde a primeira Saída, para a Realização de um Marinheiro Perfeito. Com exemplos práticos, forjados de modo geral; e nada aqui é Especulativo ou Supérfluo....* Os tratados práticos podiam ter várias reedições, com acrescentos e atualizações. *Sea Grammar* (1627) de John Smith seria republicado em 1699 com o título *Sea-Man's Grammar and Dictionary*, com a inclusão de novas informações e experiências. O objetivo dos manuais práticos era a transmissão de um conhecimento coletivo consistente, o que envolvia a uniformização da linguagem e dos usos.

³⁸ *A New Voyage Around the World* (William Dampier, 1697), *A Voyage to the South Seas* (Edward Cook, 1712), e *A Cruising Voyage Round the World* (Woodes Rogers, 1712).

na geopolítica e nas ciências: os heróis de *Robinson Crusoe* (de Foe, 1719)³⁹, *Roderick Random* (Smollett, 1748), *Waverly* (Scott, 1814), *The Pilot* (Cooper, 1824), diz Margaret Cohen (2013 [2010], 99-100, 74-76), salientam-se pela capacidade estratégica e pelo engenho – o conceito da habilidade, competência e astúcia dos protagonistas para superar os problemas que se vão colocando – à semelhança dos marítimos nos navios que andavam pelos oceanos: Jonathan Swift (1726 / 1735) cita manuais para descrever as manobras de Gulliver face a um temporal; as personagens de Jules Verne (1874 [2017: 100-102, Cap. XVIII]) seguem os usos quando estudam as coordenadas geográficas e a geologia do recife, que “nem nos mapas mais modernos” estava assinalado, onde o veleiro Chancellor encalhou:

Nesta parte do oceano houve, de facto, um levantamento – acrescento eu – porque nem nos mapas mais modernos este escolho está registado; não seria possível, num tão frequentado ponto do Atlântico, escapar à observação dos marinheiros. Vamos explorá-lo cuidadosamente e dá-lo a conhecer aos navegadores.

.....

Enquanto vamos tendo esta conversa, examinamos com cuidado as rochas que formam a base da ilhota, e tudo leva a crer que seja de origem recente. Não há nela uma concha nem um tufo de algas agarrados às paredes de basalto. Um armador de história natural não ganharia para as despesas se esquadrinhasse este amontoado de pedras onde a natureza vegetal e animal ainda não pôs o seu carimbo. Faltam-lhe por completo moluscos e hidrófitos. O vento ainda não trouxe nenhum germe, e as aves marinhas não procuraram nela o seu refúgio. Só o geólogo pode encontrar matéria para um interessante estudo ao examinar-lhe a subtrusão basáltica sem mais vestígios do que os existentes numa formação plutónica.

³⁹ Com o título *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner: Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an uninhabited Island on the Coast of America, near the Mouth of the Great River of Oroonoque; Having been cast on Shore by Shipwreck, wherein all the Men perished but himself. With An Account how he was at last as strangely deliver'd by Pyrates*. A primeira versão em língua portuguesa foi publicada na coleção dirigida por António Feliciano de Castilho e José Feliciano de Castilho, com o título *As Aventuras de Robinson Crusoe*, Lisboa: Livraria Clássica / B. L. Garnier.

Tal como o Capitão Nemo ao esperar pela preia-mar para libertar o Náutilus de uma área rochosa (*Vinte Mil Léguas Submarinas*, 1871: cap. XX)⁴⁰:

- No entanto, capitão Nemo – respondi ignorando o tom irônico da sua frase – o *Nautilus* encalhou na maré-alta. Ora, as marés são fracas no Pacífico e como não pode tirar o lastro do *Nautilus* o que me parece impossível – não vejo como o poderá desencalhar.
- As marés não são altas no Pacífico, tendes razão senhor Professor, respondeu o capitão Nemo, mas no Estreito de Torres verifica-se ainda uma diferença de metro e meio entre o nível das águas nas marés alta e baixa. Hoje é dia 4 de janeiro e dentro de cinco dias teremos lua cheia. Surpreender-me-ia muito se esse bondoso satélite não levantasse suficientemente as águas, prestando-me um serviço que só a ele quero ficar a dever.

3. O protagonista do romance marítimo mete-se na aventura pelo conhecimento (Arthur G. Pym na obra de Poe), pela independência política (o corsário John Jones em *The Pilot*), pela busca de experiências pessoais (Ismael, o narrador de *Moby Dick*, e Gordon Pym, o de Poe), pelo ideal da liberdade nos mares (*The Red Rover* e Capitão Nemo em *Vinte Mil Léguas Submarinas*). Sujeita as emoções ao crivo racional, despoja-se delas para se dedicar ao conhecimento (*Gordon Pym*, Capitão Nemo e Professor Aronnax em *Vinte Mil Léguas Submarinas*, *Crusoé* em *Robinson Crusoé*), processos literários que elevam os heróis marítimos a estatutos emblemáticos e fazem do mar símbolo nacional: em *The Pilot* (James Cooper, 1824) o patrão Long Tom Coffin usa o arpão de caçador de baleias em vez da espingarda; em *Two Years Before the Mast*, Richard Dana, Jr. (1840) descreve as condições de trabalho da tripulação de um navio, os gestos de solidariedade e a brutalidade dos contratos; em *Moby-Dick*, Herman Melville (1851) mostra a complexidade de perfis e comportamentos dos marinheiros de um baleeiro. Porém, na análise de Cohen (Ibid.: 11-12, 103-104) o fator distintivo da ficção do mar é a pertença a uma comunidade de trabalhadores que leva a cabo ações para concretizar objetivos. Ao invés, a personagem do romance de costumes socializa emoções, paixões e sentimentos,

⁴⁰ Verne, Jules (1871), *Vingt Mille Lieues sous les Mers*, Paris, Bibliothèque Éducation et de Récréation, Cap. XX, pp. 156-157.

virtudes e gostos: *Eugénio – Romance marítimo*, de Francisco Bordalo (1846 / 1854)⁴¹, não obstante o título, cairia nesta classe, pois desenvolve-se em torno das confidências amorosas do protagonista, apesar delas ocorrerem num navio, e pouco mostra da aventura e trabalho no mar⁴². Algodres filho, o herói de *Batalha sem Fim* ([1932] 1972: 146-147), cujo compromisso sem escrúpulos o leva a lançar fogo à casa herdada do pai para ajustar a vida à dos oráculos do livro, mostra pouco ou nada dos trabalhos das companhias da pesca da xávega:

... Declinada a matéria da consulta, informou o bruxo que sim, que o tesoiro lá estava, havendo ele e o defunto Algodres gasto dias sobre dias para o desencantar. Mas, aquilo não reunia as condições da lei, tanto valeu bater brenhas, esfuracar lorgas, como estar a dormir. Já a seus avós ouvira rosar que debaixo da duna mais avultosa da mata do Urso se acobertava um tesoiro de cara. Pedro Algodres trouxera o livro, que era a prova das provas...

.....

– Sim, senhor, mas os bens foram por água abaixo e a casa, que monta, é uma lura de rato.

– Isso não quita, moço. Tem telha, tem beira... e lá viveu teu pai, que Deus tenha na glória. Vejo a coisa fusca!

⁴¹ O livro foi inicialmente publicado no Rio de Janeiro em 1846. A segunda edição saiu em Lisboa, muito modificada e corrigida, oito anos depois. Se considerarmos que as Relações de Naufrágio se situam a meio caminho entre a narrativa de um acontecimento trágico e a narrativa como produto de um processo criativo, pode-se dizer que Francisco Maria Bordalo (1821-1861) tentou inaugurar o romance marítimo como género em língua portuguesa: tinha experiência da vida no mar (em 1859 ascendeu à patente de capitão-tenente), conhecia bem as tecnologias de marinharia e orientação. O subtítulo do livro que aqui referimos, *Eugénio – romance marítimo*, demonstra a intenção do autor, que o trouxe à luz do dia no Rio de Janeiro em 1846 e, já muito corrigido e aperfeiçoada a escrita, editou-o pela segunda vez em Lisboa em 1854.

⁴² Eunice Cabral (1998, xv), na introdução à versão que editou, identifica a melancolia como causa “embraiadora” da história de amor contada pelo protagonista, pondo as cenas de trabalho e as condições da navegação e da vida no mar em segundo plano (Ibid.: xv-xvi; xx e xxv), o que lhe retira o estatuto de “romance marítimo”.

Onde o herói marítimo faz valer o engenho é face aos fenómenos naturais⁴³. Nos romances de Conrad este confronto rodeia-se das tensões psíquicas e faz com que a sua escrita ganhe – este é um pensamento de Jean-Yves Tadié (2013: 5) –, a densidade de uma aventura dentro da aventura narrada. Um escritor comprometido num vigoroso *processo* de pensamento literário e na exploração dos recursos deste, Conrad procurava, defende Ian Watts (ix-x), representar o mais novo e o menos agradável mundo. Nas palavras de Cohen (Ibid., 159-160; 179-180), reformula os valores tradicionais do engenho envolvendo-os nas angústias, tormentos e incertezas dos protagonistas. O Capitão MacWhirr, em *Tufão*, torna-se o exemplo da variedade de leituras: para Raban (Ibid., 3) é o reflexo das preocupações, personalidade e idade do autor nas circunstâncias de ir para o mar; Tadié (1996: 155-156) desloca a interpretação para o estilo de escrita do autor, que personifica as forças imateriais e põem MacWhirr a olhar “no olho do vento como no olho de um adversário”⁴⁴. Aníbal Fernandes (2018: 8-9)⁴⁵ cita Conrad – “as tempestades são ardis que temos de dissuadir” – e combina ambos os atributos: a obra e o seu herói reúnem os pressupostos do autor, para quem o ser humano e o tornado são parte da natureza. Entretanto, a análise de Cohen (Ibid., 33) é uma rutura neste diálogo: MacWhirr é uma “vítima da instrução, mais do que beneficiário”, é incapaz de dar ao engenho uma feição criativa, de interpretar com imaginação o manual, e traçar uma rota alternativa para se desviar do tufão.

⁴³ Podemos considerar que, mesmo em cenários de grande complexidade psicológica, como os dos sobreviventes do naufrágio e canibalismo em *A Narrativa de Arthur Gordon Pym de Nantucket* (Edgar Allan Poe, 1838), e do naufrágio do baleeiro Pequod em *Moby Dick* de Herman Melville (1851), ou de uma forma mais estruturada dos comportamentos como é o caso da “relação escravagista” entre Sexta-feira e Crusoé em *Robinson Crusoé* de Daniel de Foe (1719), os episódios acontecem em espaços onde as normas “europeias/etnocêntricas” da vida humana estão em parte ou totalmente suspensas, o que é uma forma de recriar o contexto ideológico de articulação natureza e cultura (no cenário suicida que é provocado pelo comportamento do Capitão Ahab na caçada a um animal feroz, é ainda a Baleia que se encontra no centro do romance).

⁴⁴ Tadié cita o prefácio de *O Negro do Narciso* onde Conrad se define como um *artesão da prosa*, um escultor de frases, formas, cores e figuras poéticas, única maneira de “fazer ouvir, sentir e sobretudo ver”. Acrescentando adiante que, se num romance de Eugène Sue é desde logo dado o perfil das personagens, a pulsação e emotividade das cenas, na ficção de Conrad [e de Stevenson] o leitor “participa na criação, em vez de lhe ser imposto um objeto finito” (Tadié, 1996: 24 e 25).

⁴⁵ Texto de apresentação de Aníbal Fernandes (2018) na tradução da Sistema Solar.

– A correr para se manter aquém das más condições meteorológicas! Compreende, Mr. Jukes? É a coisa mais louca! – vociferou o capitão MacWhirr fazendo pausas e com um intenso olhar posto no chão. – Poder-se-ia acreditar que foi escrito por uma velhota qualquer. Ultrapassa-me. Se houvesse nesta coisa [no Manual, capítulo sobre tempestades, que estivera a ler] qualquer préstimo, eu devia alterar já a rota, alterá-la para a casa do diabo, sei lá para onde, e navegar a toda a velocidade para Fu-chau virado a Norte, na cauda deste rele tempo que é suposto castigar num sítio qualquer da nossa rota. Virado para Norte! Compreende, Mr. Jukes? Trezentas milhas extra a percorrer, e uma linda conta de carvão a apresentar. Mesmo que as palavras deste missal fossem verdadeiras, não me dicitaria a fazê-lo, Mr. Jukes...⁴⁶

O relato de Naufrágio

Num artigo consagrado à descrição da tempestade na literatura viática (peregrinações e narrativas de viagem) e em textos ficcionais pertencentes a vários registos poéticos e discursivos (romance, canção de gesta, hagiografia, etc.), a medievalista francesa Danièle James-Raoul (2006) mostra por que razão este motivo incontornável representa a aventura marítima por excelência (afinal, que haveria para contar sobre uma travessia calma?) enquanto constante desafio à arte poética da descrição: não somente evidencia o pleno domínio e a capacidade de superação técnica, por parte do poeta, de um modelo literário comum herdado da tradição retórica greco-latina⁴⁷ que obedece a um esquema-tipo relativamente imutável, embora

⁴⁶ Conrad, Joseph (2018), *Tufão*, trad. Aníbal Fernandes, Lisboa, Sistema Solar, p. 51. Para uma comparação com uma versão francesa ver, por exemplo, “Typhon” in *Joseph Conrad, Nouvelles Complètes*, Paris, Gallimard, 2003, p. 496.

⁴⁷ Citemos apenas alguns dos modelos mais conhecidos: Homero (*Odisseia*, V, 291 sq.), Virgílio (*Eneida*, I, 81-123; III, 192-204; V, 8-31), Ovídio (*Metamorfoses*, XI, v. 480-572; *Fastos*, I, III, v. 587-600).

flexível, nas múltiplas cominatórias que possibilita⁴⁸, como se revela extremamente eficaz do ponto de vista narrativo. Ora, grande parte das potencialidades narrativas inerentes ao *topos* da tempestade prende-se naturalmente com a sua íntima ligação ao tema do naufrágio que conduz à deriva das personagens e da narrativa, à iminência da morte e à invenção literária (*inventio*) de estratégias que procuram transformar/converter a desordem momentânea do mundo numa nova ordem social, cultural, simbólica e textual⁴⁹.

Apesar de passarmos de um registo assumidamente ficcional de contornos simbólicos e metafóricos para um discurso assente nas *realia*, esta tradição continua a ecoar nas Relações de Naufrágios. A frase “coleção dos naufrágios” refere no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Silva (1859, Tomo II: 91-92) as relações de “sucessos, naufrágios e desastres marítimos, reimpressas no século passado avulsamente, e no formato de 4.º”. Dá nota que, aos dois volumes da *História Trágico-Marítima*, se junta às vezes um coligido por “curiosos”, compilações “mais ou menos incompletas” que formariam “como que um terceiro tomo”. No Tomo I (1858, 377-378) fala-se de “cinco volumes” que Gomes de Brito teria planeado, de que estariam publicados dois, que por vezes “aparecem acompanhados de um, denominado *terceiro*, e com essa numeração e rótulo nas lombadas das capas, mas

⁴⁸ Independentemente do registo narrativo, a descrição da tempestade integra sempre, na totalidade ou em parte, os seguintes elementos: mudança súbita das condições climáticas; tumultuosidade do mar cuja fúria é frequentemente personificada (e hiperbolicamente ampliada) através de metáforas antropomórficas; força descontrolada dos ventos; gigantismo das ondas; obscuridade do mar e da atmosfera (nevoeiro, por exemplo); fenómenos meteorológicos associados à tempestade (trovoadas, relâmpagos, chuvas torrenciais, etc.); reação dos homens (medo, gritos, manobras); consequências (mortes, velas rasgadas, deriva, destroços); orações e promessas dirigidas a Deus, à Virgem ou aos santos (nomeadamente São Nicolau); duração de três dias; regresso à calma (por vezes na sequência de um sacrifício); louvores a Deus.

⁴⁹ Em muitas narrativas ficcionais da Idade Média, o mentiroso, o traidor, o criminoso ou o adúltero é frequentemente sacrificado e lançado ao mar para acalmar a tempestade que denuncia simbolicamente a presença do mal a bordo da embarcação. Veja-se o caso emblemático de Éliduc, o último dos doze *lais* de Marie de France (meados do século XII): apesar de casado, o herói enamora-se de uma donzela com qual passa a repartir a sua vida. Durante uma travessia, abate-se uma terrível tempestade sobre o mar que ameaça fazer naufragar o navio (v. 815-829). Os marinheiros invocam Deus, São Nicolau e a Virgem Maria, mas em vão. Um deles explica então claramente que a situação se deve à presença «cuntre Deu e cuntre la lei, /cuntre dreiture e cuntre fei» [“Contra Deus e contra a lei, / contra do direito e contra a fé”] (v. 837-838) da amante. Contudo, em vez de ser esta a ser sacrificada, é o marinheiro que acaba por ser atirado borda fora pelo herói.

sem folha de rosto interna que assim o declare” (contém “Relações avulsas, e reimpressas também avulsamente, tendo cada uma sua numeração em separado”). Quando este volume tem onze Relações, algumas estariam incluídas nos primeiros. Depreende-se que Gomes de Brito teria disponíveis mais três relatos a juntar aos dois que publicou (seis das narrativas estariam na edição organizada por Gabriel Pereira [1904 a 1909])⁵⁰ (ver João Palma-Ferreira, *Ibid.*, 9; e Giulia Lanciani, 1979). Outra notícia fala em, pelo menos, mais um volume in-4.º, reunindo relações do século XVII e reimpressas nos séculos XVIII e XIX.

Na opinião de Monique Brosse (1972: 112), os portugueses têm sobre outros povos europeus “um duplo primado cronológico”: foram os primeiros a narrar os naufrágios que viveram e a juntá-los em antologias, e eles possuem uma mais “elevada qualidade literária”⁵¹. Palma-Ferreira (*Ibid.*, 13-14) tinha contextualizado o fenómeno ao relacioná-lo ao papel dos manipuladores de folhas volantes, cronistas, animadores

⁵⁰ Lanciani (1979: 30) afirma que Gomes de Brito, além dos dois volumes de 1735 e 1736: “... segundo a *Bibliotheca Lusitana*, tinha predisposto... outros três volumes, a que talvez o compilador tenha renunciado, consideradas provavelmente as dificuldades encontradas com as primeiras e os prazos larguíssimos requeridos pela censura (sete anos entre a licença de impressão e a licença de publicação para o primeiro volume), como, sobretudo, prolonga a experiência editorial com novos relatos de naufrágios ocorridos no período de Setecentos”. Incluindo, então, outro tipo de naufrágios, já na costa portuguesa. Palma-Ferreira (*Ibid.*, 9) é mais sintético e diz que *tinha constado que estariam preparados outros três volumes*, e questiona a origem dos seis relatos, acrescentados aos doze originais de Gomes de Brito, na edição de doze volumes que vieram à estampa de 1904 a 1909.

⁵¹ Um lastro criativo que cedo seria salientado por Pedro José da Fonseca, porque tinham sido “escritas no tempo em que a língua portuguesa se cultivava com suma pureza e elegância, este carácter lhes é comum, sem mais diferença que a do estilo, o qual varia à medida da possibilidade dos que as compuseram”. Termina exprimindo admiração pelo facto de autores, alguns “alheios das letras, e pouco práticos no exercício de escrever”, tenham “uma tal polícia de linguagem, correção de frase, e energia de vozes”. Informa que os dois volumes de Gomes de Brito contêm narrativas inéditas e outras que já tinham sido impressas separadamente (Citado no *Dicionário Bibliográfico Português*, 1858: Vol. I, 378). A narração deste tipo de naufrágio só mais tarde teria eco noutros países: “No século XVIII, na Grã-Bretanha sobretudo, a imprensa começou a publicar, esporadicamente, breves ecos de naufrágios. A narrativa de naufrágio parece ter tido dificuldade em se constituir em género autónomo em França”, encontrando-se mais comumente em relatos de viagens e comletâneas (Brosse, 1972: 112). Ver também Lanciani (1979 e 1997).

de literatura de cordel e gentes de letras, e Giulia Lanciani (1979, 32-33, 37-43)⁵² ao defender que, embora ocultassem responsabilidades do sistema, os relatos indicavam culpados, consolavam afetados, ensinavam os que no futuro se vissem em situações semelhantes, enquadravam ideologicamente os acontecimentos.

Estes textos podem reter vestígios do caminho feito da oralidade à impressão, deixam ver a variedade na autoria e no estatuto – Bideaux, por exemplo, diferencia narrativa trágico-marítima e epistolografia missionária –, a riqueza imagética, os conteúdos sócio-etnográficos e o saber marítimo, e apelam à existência de um modelo literário que concorreria com a crónica, o relatório ou a reportagem. Uma narração, em geral, fala numa viagem interrompida por sucessivos percalços e o desembarque aflitivo numa costa. São porém significativas as variantes à caminhada dos sobreviventes em ambientes terrestres desconhecidos: os naufragos da nau Santa Maria da Barca (1559) seguem a costa oriental de África, indo a terra para descansarem e se alimentarem quando lhes é possível; os da nau Conceição “habitam” em ilhas, numa imobilidade que os suspende no tempo; os da nau Santo António, do naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, só alcançam uma costa de salvamento após três meses e alguns dias de mar, em peripécias que envolvem temporais, corsários, perda total de instrumentos de governo do navio e rombos que metem água em grande quantidade. Se quisermos comparar as situações dos naufragos das naus Conceição e Santo António, diremos que estes estão suspensos no tempo entre temporais que se sucedem e desfazem pouco a pouco

⁵² Aceitamos o raciocínio de Giulia Lanciani (1979: 48), que citamos: “... ocorre considerar também que estamos em presença de textos sobretudo narrativos, os quais, justamente por isso, correspondem antes de mais a uma genuína motivação literária. Não se pode decerto negar que nestes relatos são detetáveis outras funções, para além da narrativa, e que eles correspondem a um complexo de exigências também não estritamente literárias, embora todas de âmbito cultural”. Referindo-se às relações de naufrágio coligidas por Gomes de Brito, defende que vão sendo ao longo de tempo objeto de “alterações e diluições textuais consideráveis, no limiar da reescrita”, e que dão prova “de um determinado tipo de estrutura narrativa”, aceitando que quaisquer “manipulações” terão sido “ditadas essencialmente pelo desejo de adequá-las a um modelo que já se tinha afirmado”. Lanciani reforça página a página a sua tese (11 e 24). Mais adiante escreve: “Tratando-se de ‘relatos’ e, portanto, de testemunhos imputados a factos realmente acontecidos, poderá parecer incongruente admitir neles uma prevalência da função narrativa. E, todavia, não se pode menosprezar o facto de que estes ‘relatos’ não só não se limitam a dar-nos uma anódina enunciação de factos alinhados aridamente à maneira de relatório burocrático, como envolvem sempre o autor...” (Ibid., 48).

a precária base que os mantém à superfície. Dificilmente se dirá melhor que Jorge de Albuquerque no discurso que fez à tripulação para os tentar animar:

“Amigos e irmãos, cada um de vós tem entendido o miserável estado em que estamos e quão alheios estamos de remédio humano, pois a nau em que navegamos não tem velas, nem mastros, nem leme, nem enxárcia⁵³, nem nenhum aparelho dos que para a navegação havemos mister; além disto, não sabemos onde estamos nem para onde caminhamos, porque de nenhuma cousa destas temos certeza; e o pior de tudo é que não temos em toda esta nau cousa com que nos possamos sustentar, pois o mantimento é acabado. Bem sei que são todas estas cousas que vedes com os olhos tais e tão inimigas de nossas vidas, que qualquer delas vos será e pode ser a todo o homem, por esforçado que seja, muito temerosa, pois são cousas contra as quais não vale força de corpo nem esforço de ânimo, que são, fome, fúria de mar, nau rota e sem aparelho e não saber caminho nem carreira...”

Outros autores apreenderam a seu modo este momento. Vejamos Joseph Conrad e Edgar Allan Poe, que elabora este trecho da sua história imaginando um encontro entre um navio perdido, onde está o narrador do conto, e um outro cheio de mortos:

... Bombeámos toda a noite, todo o dia, toda a semana... quarto atrás de quarto. Aquilo desagregava-se aos poucos, sozinho, e metia água por todos os lados... não tanto que fôssemos logo ao fundo, mas o bastante para nos matar naquele trabalho das bombas. E enquanto a nossa vida se resumia a bombear, o navio abandonava-nos aos bocados: tinham-se ido as amuradas, os pontaletes, os ventiladores tinham caído, a porta da cabine saltado. Não havia um sítio seco naquele navio que não se desfizesse aos poucos...⁵⁴

O patacho aproximava-se devagar, agora a um rumo mais constante do que antes – não consigo falar serenamente deste acontecimento –,

⁵³ Conjunto de ovéns – cada ovém é uma pernada de uma encapeladura que aguenta um elemento da mastreação – que segura os mastros e os mastaréus em ambos os bordos do navio. Também se diz do conjunto dos cabos que existem a bordo de um navio, o que inclui as amarras.

⁵⁴ Conrad, Joseph (1984) *Mocidade, uma narrativa*, trad. Aníbal Fernandes, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 29.

sentíamos o coração a saltar-nos do peito e pusemo-nos com toda a alma a gritar e a agradecer a Deus a completa, inesperada e feliz salvação que estava tão palpavelmente próxima. De súbito chegou-nos pelo mar fora, proveniente do estranho navio (que agora estava mesmo ao pé de nós) um cheiro, um fedor tal, que não há no mundo inteiro quem possa defini-lo, ou concebê-lo: infernal, absolutamente sufocante, insuportável, inimaginável. Arquejei e, virando-me para os meus companheiros, verifiquei que os cobrira uma palidez de mármore... Alguma vez esquecerei o triplo horror daquele espetáculo? Vinte e cinco ou trinta cadáveres, entre os quais vários do sexo feminino, jaziam espalhados entre a popa e a cozinha, no mais adiantado e repugnante estado de decomposição...⁵⁵

O galeão grande São João⁵⁶ naufragou nas costas do Natal em 1552 e o relato que chegou ao nosso conhecimento terá sido contado em 1554, em Moçambique, pelo seu guardião, Álvaro Fernandes. Uma edição impressa teria saído entre esta data e 1564, ano em que se reeditou em Lisboa na Oficina de João da Barreira⁵⁷.

⁵⁵ Poe, Edgar Allan Poe (2014), "Narrativa de Arthur Gordon Pym" in *Todos os Contos, Edgar Allan Poe*, trad. J. Teixeira de Aguiar, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, p. 868

⁵⁶ No título original, "Relação da Muy Notavel Perda do Galeão Grande S. João, em que se contão os grandes trabalhos, e lastimosas cousas que acontecerão ao Capitão Manoel de Sousa Sepulveda, e o lamentavel fim, que elle, e sua mulher, filhos, e toda a mais gente, houverão na Terra do Natal, onde se perderão a 24 de junho de 1552". Para um estudo sobre o trilha de publicações a que deu origem o naufrágio do galeão São João, ver Bernard Martocq (1998). Segundo nota da edição da *História Trágico-Marítima*, anotada e comentada por António Sérgio (1955, Volume I, p. 16), haveria três tipos destes navios: o galeão pequeno tinha uma tonelagem de 100 tóneis, o "galeão de biscaia" teria uma tonelagem intermédia e o "galeão grande", que se começara a construir no século XVI com o objetivo de transportar o a maior quantidade possível de produtos do Oriente para Portugal. Lemos, mas adiante (Ibid., pp. 19-20) que estes navios viajavam com excesso de carga e em condições muito precárias de arrumação. Por outro lado, as deficiências começavam logo na fase de construção, onde se empregava madeira verde, que empenava ao secar e expunha as insuficiências da calafetagem.

⁵⁷ Na entrada "História da mui notável perda do galeão grande S. João", do *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Silva (Tomo X, 1883: 26 e seg.), reproduz-se a gravura do frontispício da 1ª edição e dá-se o esclarecimento que citamos: "Tem xxxi capítulos, começando o primeiro no verso da folha do rosto. Consta de dezasseis folhas sem numeração... Não declara o lugar da impressão, nem o nome do impressor... Supõe-se que a impressão seria de Lisboa e do mesmo ano 1554 (ou pouco depois), em que Álvaro Fernandes, guardião do galeão, referiu a triste e lastimável viagem de Manuel de Sousa à pessoa que a escreveu e publicou" A descrição é feita a partir do exemplar que se encontrava na posse do senhor Figanière, que o teria adquirido em 1864, "no mais belo estado de conservação".

Duas passagens no texto que lemos sugerem a existência de mais versões orais: "... das quais se salvaram três [escravas], que vieram a Goa, que contaram como viram morrer D. Leonor"; Pantaleão de Sá, cunhado de Sousa Sepúlveda, surge num episódio final, que tem os traços de uma evocação pessoal – prometeu curar uma ferida a um rei local e, em risco de morte se fosse mal sucedido, "... ourina na terra e, feito um pouco de lodo, entrou a pôr-lho na quase incurável chaga", sarando-a⁵⁸. Camões integrou a história no diálogo do Gama com o Adamastor (est. 46 e 48, Canto V, *Os Lusíadas*, 1572), Giovanni Maffei pô-la na *História das Índia* (1588)⁵⁹ e Jerónimo Corte-Real (1594) dedicou-lhe uma saga⁶⁰. Houve reedições em 1592, 1625, 1633 (Lisboa, Oficina António Álvares)⁶¹ e 1614 (Évora, Oficina de Francisco Simões). Frei João dos Santos relata-a em *Etiópia Oriental* (1609), Diogo de Couto na *Década Sexta da Ásia* (1614)⁶² e Manuel de Faria e Sousa em *África Portuguesa* (1681)⁶³. Das adaptações ao teatro conhecem-se a de Nicolas Chrétien des Croix (*Les Portugais infortunez*, Rouen, 1608) com base na obra de Maffei,

⁵⁸ Na versão da coletânea de Jean-Louis Deperthes (edição de 1821, pp. 45-56) o final é mais seco e algo diferente: "Os miseráveis restos desta trupe, reduzida a vinte e seis homens pelas fadigas e males que sofreram, vaguearam durante muito tempo, e foram enfim tratados como escravos. Eles teriam acabado os seus dias neste estado de sofrimento e de humilhação se um mercador português, que de Moçambique se tinha dirigido a esta costa para comprar marfim, não os tivesse resgatado a quatro sestércios por cabeça. Pantaleão de Sá estava entre eles. Morreu de apoplexia em Lisboa e numa idade muito avançada".

⁵⁹ *Historiarum Indicarum Libri XVI, selectarum item ex India epistolarum lib. IV, eodem interprete*, Florentiae, Ph. Juncta, 1588.

⁶⁰ *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*. Transcrevemos alguns versos: "Vem com grande fúria Bóreas raivoso, / "Comete por davante, o passo impede, / "Encontra as grandes velas, e por força / "Ao mastro as pega, e a nau atrás impuxa...". Ver *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda e Dona Lianor de Sá sua mulher e filhos, vindo da Índia para este Reyno na nao chamada o galião grande S. João que se perdeu no cabo de boa Esperança, na terra do Natal. E a perigração que tiverão rodeando terras de Cafres mais de 300 legoas té sua morte*. Composto em verso heroico e octava rima por Jeronimo Corte Real. Na oficina de Simão Lopez, 1594.

⁶¹ No *Dicionário Bibliográfico Português* (Tomo III, 1859: 194-195) diz-se que o bibliógrafo José da Silva Costa teria visto um exemplar com diferenças consideráveis relativamente à publicação original, que por isso fora "emendada pelo censor Fr. Bartolomeu Ferreira", dando lugar a esta edição de 1592.

⁶² Couto, Diogo do (1614) *Década sexta da Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente, em quanto governaram a Índia D. João de Castro, Garcia de Sá, Jorge Cabrai e D. Affonso de Noronha*, Lisboa: Pedro Craesbeeck.

⁶³ Sousa, Manuel de Faria e (1681) *África portuguesa*, Lisboa: António Craesbeeck de Mello.

de Lope de Vega em Espanha⁶⁴, de Nicolò Avancini (1675)⁶⁵ em Itália e de um anónimo na Alemanha (1728)⁶⁶. Roberto Barchiesi⁶⁷ diz que o tema foi representado em português cerca de 1784 numa tragédia anónima e impressa em 1789.

Era já longo e variado o percurso da história do naufrágio do galeão São João quando Bernardo Gomes de Brito (1735 e 1736) a escolheu para o primeiro dos volumes da *História Trágico-Marítima*⁶⁸. Depois Jean-Louis Deperthes integrá-la-ia no segundo volume da sua *Histoire des Naufrages* (1781-1795, 3 vol.)⁶⁹, que seria a primeira coletânea destas narrativas em língua francesa.

⁶⁴ Sob o título *Comedia famosa de don Manuel de Sosa y naufragio prodigioso y del Píncipe trocado*. Ver A. Bonilla y San Martín, “Sobre um tomo perdido de Lope de Vega”, in *Miscelânea de estudos em honra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, 1930.

⁶⁵ Avancini, Nicolò (1675) *Ambibio sive Sosa naufragus. Poesis dramatica Nicolai Avancini e Societate Jesu, pars I*, Colonia, 1675.

⁶⁶ *Volubilis Fortunæ cursus ab Emmanuele Sosa Dionis Præsides et Eleonora Ejus Consorte fixus, et consummatus in cruce*, Olomucii, 1728.

⁶⁷ *Os sucessos de Sepúlveda*, Ms. 7.075 n. 2, BN, Lisbonne. Ver Barchiesi, Roberto (1976) “Os sucessos de Sepúlveda. Tragedia portoghese del XVIII secolo”, *Annali – Sezione Romanza*, Naples, Istituto Universitario Orientale, XVII, 2, pp. 229-239.

⁶⁸ O primeiro volume inclui narrativas entre 1552 e 1560. O segundo volume vai de 1565 a finais do século XVI. A edição da Biblioteca de Clássicos Portugueses organizada por Gabriel Pereira reuniria as Relações publicadas nos anos 1735 e 1736, mas também outras narrativas de naufrágios que se supõem poderiam constituir o terceiro volume da coletânea de Gomes de Brito. Ver Brito, Bernardo Gomes de (1735-1736) *História trágico-marítima* (ed. Gabriel Pereira), com outras notícias de náufragos, 12 volumes (vol. XL-LIX, LVII-LVIII), Lisboa: Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1904-1909.

⁶⁹ Jean Louis Hubert Simon Deperthes, *Histoire des naufrages ou Recueil des relations les plus intéressantes des naufrages, hivernemens, délaissemens, incendies, famines, & autres événements funestes sur mer qui ont été publiées depuis le quinziesme siècle jusqu'à présent*, Par M. D., avocat, Paris, Cuchet, 1789, 3 vols. O frontispício diz: “Supplément aux Voyages imaginaires, contenant un recueil de naufrages véritables, pour faire suite aux naufrages apocryphes qui sont dans la première division, & qui forment les tomes X, XI, & XII de la collection”. A primeira edição da obra de Deperthes apareceu em Reims em 1781, sob o título: *Relations et infortunes sur mer*. A Biblioteca Municipal de Marselha possui uma edição em 3 volumes publicada em Paris na Née de la Rochelle, em 1788-1789. Como era costume, foi sendo sucessivamente retomada, aumentada e revista, primeiro por Jean-Baptiste Benoît Eyriès, e depois por outros editores. Neste tipo de publicações era costume atualizar os naufrágios e acidentes, eliminando os mais antigos e os que despertariam menor emotividade.

A reconfiguração literária: dar forma aos temporais

Escolhemos três conjuntos de palavras e expressões (de lado ficaram, entre outras, as de sentimentos, emoções, devoções religiosas, alimentação): 1. local da ação, 2. formas e modos dos ventos, das águas e dos fenómenos atmosféricos, e 3. técnicas e trabalho.

No clímax dos eventos o vento e o mar são adjetivados superlativamente (exceto no relato da nau Conceição); navios e pessoas ficam rodeados de águas perigosas; os artefactos salvadores, o batel e o esquife, e a “jangada” construída com restos da nau, as caixas e os madeiros que flutuam à volta desta, são eles próprios símbolos de fragilidade. A passagem do tempo é sobretudo marcada pelo ritmo dos problemas e remédios que se tentam. Mas no caso do naufrágio da nau Conceição, o narrador conceptualiza os momentos chave: “... daí a meia hora” (espaço de um relógio de areia); “à meia noite se fazia com os baixos”, “ao quarto da prima rendido estaríamos quatro léguas destes baixos”, “... no meio do quarto da prima rendido” (o “quarto da prima” é o serviço entre as 20h.00 e a meia-noite, sendo cada quarto uma vigília de 4 horas); “ao quarto da madorna, dous relógios rendidos” (ou “quarto da modorra”, vigília entre a meia-noite e as 04h.00). E o narrador da história de Jorge de Albuquerque Coelho identifica, por norma, o dia do mês e da semana, e o santo que nele se invoca.

O narrador da nau Conceição emprega o termo “engenho”, e o da Santa Maria da Barca um tempo verbal (em ambos os casos sem ser no sentido exato que lhe dá Cohen): este diz, “engenhámos de quatro zargunchos uma verga” e “engenhámos outra vela de outra colcha vermelha”; o primeiro usa o substantivo nas frases “... a ajuda e engenho que Deus lhes deu, era muito para pasmar” e “o mestre dele foi Jerônimo Vaz, bombardeiro, por ser homem de engenho, e velho”. Na história de Jorge de Albuquerque temos a expressão “homens destros da arte de navegar e que tinham feito muitas viagens”.

1. Face ao risco de naufragar o avistamento da costa é a esperança de salvação. O narrador da nau São João situa a ação num espaço entre o mar profundo e a terra, próximo desta (vir “tanto dentro”), onde as operações de sondagem, com o “prumo de mão e sondando”, se destinam a ver a profundidade e a natureza

dos fundos, descobrir se há baixos⁷⁰, perigos sob a superfície da água. Com o tempo a nau ficou ingovernável, pois perdeu mastros e velas, e depois o leme, e era dirigida com “grande esforço” (“toda se pôs de ló”⁷¹). Foi empurrada para a costa (“lançada no bordo da terra”), mas “aberta”⁷² só “por milagre de Deus se sustentava sobre o mar”. Quando o navio está perto de soçobrar as prioridades são a busca de uma praia e o desembarque nela em segurança (“varar”⁷³ por não se irem ao fundo”; “lançaram o prumo” e “acharam ainda muito fundo” para “surgirem”⁷⁴ e “lançarem o batel fora”). Foi estabilizado por meio de amarras, uma da borda de fora e outra na de terra, para arriar o batel. Tiveram o indício de que era “fundo sujo”⁷⁵ quando a amarra do lado de fora apareceu cortada. Para evitar que o navio fosse levado na “ressaca” da vaga⁷⁶ e “tornasse para o pego” (se afastasse da costa), mantiveram a amarra de terra, mas, apanhado na rebenção, chocou com um baixo e partiu-se. Espalharam-se caixas e madeiras nas águas, a que se agarraram os náufragos para chegarem a terra, “por cima do mar, e alguma por baixo”.

⁷⁰ O termo baixo significa, de modo geral, uma área no mar (ou num rio) que tem menor profundidade que o espaço à volta. Vicente Lopes e Humberto Leitão ([1974: 75] 1990) distinguem baixo e baixio: este é perigoso para a navegação por nele haver pouca altura de água; o baixo é uma “região mais ou menos extensa, no mar ou num rio navegável, onde os fundos são pequenos em relação aos que fora dela se encontram”.

⁷¹ Ló designa “o lado do navio donde sopra o vento” (Lopes e Humberto Leitão [1974] 1990). Pôr-se “de ló” significa que a nau ficou com a proa alinhada com a direção de onde vinha o vento.

⁷² A expressão “a nau aberta” significa provavelmente a nau com um ou mais rombos. Diz-se “água aberta” aquela que penetra numa embarcação ou navio por alguma avaria, calafeto em más condições ou rombo.

⁷³ O termo varar significa em geral a ação de manobrar para conduzir uma embarcação a uma praia. Pode distinguir-se de outros métodos de encalhe nas praias, como abicar. A palavra por si só sugere o uso de varas ou troncos que, colocados sob o casco, facilitam o trabalho de empurrar a nau pela praia acima. Neste caso os marinheiros pretendiam apenas levá-la a encalhar.

⁷⁴ Surgir significa, neste caso, ancorar, fundear.

⁷⁵ Um sistema de amarras estabilizou o navio a fim das pessoas e bens se transferirem para os botes: é lançada uma âncora do lado da terra, outra do lado da profundidade. Mas a amarra da âncora de fora ter-se-ia cortado nas pedras. Diz-se “fundo sujo” quando o leito do mar tem pedras e outros escolhos, em oposição a um “fundo limpo”, formado de areia.

⁷⁶ A massa de água que faz o movimento para fora, recua, depois de chegar a terra ou à praia.

Ao longo da narrativa, o risco de naufrágio é acentuado pelas águas e ventos. Estes são furiosos, bravos, sopram em direções desencontradas à vez ou em simultâneo, umas vezes viram “ao nordeste e ao lés-nordeste” e fazem a nau correr ao sul e ao sudoeste, noutras o levante une-se ao que vem “feito de poente” e ela mete muito mar. O mar é “tão grande”, “tão grosso”⁷⁷, “muito grosso”, “muito bravo”, vem em “três mares tão grandes”, “em través”, trabalha a nau de modo que esta faz “tanta água” e deita tudo em terra “com grande tempestade”. Unidos são “tamanhos”; É “ao som do mar e vento” que se faz a arribada; “o vento a ventar com tanto ímpeto e o mar cresce tanto”; solta-se o vento “a lés-sudoeste e temporal desfeito”.

Vendo o mestre e piloto, com a mais gente que ainda estava na nau, que o galeão ia sobre a amarra da terra, entenderam que a amarra de mar se lhes cortara, porque o fundo era sujo, e havia dous dias que estavam surtos, e em amanhecendo ao terceiro dia, que viram que o galeão ficava só sobre a amarra da terra e o vento começava a ventar, disse o piloto à outra gente, a tempo que já a nau tocava: “Irmãos, antes que a nau abra e se nos vá ao fundo, quem se quiser embarcar comigo naquele batel o poderá fazer”, e se foi embarcar e fez embarcar o mestre, que era homem velho e a quem falecia já o espírito por sua idade; e com grande trabalho, por ser o vento forte, se embarcaram no dito batel obra de quarenta pessoas; e o mar andava tão grosso que deitou o batel em terra feito em pedaços na praia...

2. O risco de naufrágio da nau Santa Maria da Barca é causado pelo mar que está no interior: “uma água tão grossa”, uma água “em crescimento”. Fora dominam “tantas calmarias”⁷⁸, “calmarias e bonanças”. Completam-se as condições para o naufrágio quando as águas de dentro se juntam às do exterior, às quais se reúnem os ventos: “muito o vento”, “vento cada vez mais”, “vento su-sudoeste muito rijo”⁷⁹,

⁷⁷ Diz-se “mar grosso” quando o espaço entre as vagas tende a aprofundar. Por isso também se designa “mar cavado”.

⁷⁸ Calmaria, “calma” ou “calma podre” significam a ausência de vento, no caso desta última expressão, ausência total.

⁷⁹ “Vento rijo” é vento forte.

“mares que nos comião”, “mares vanguardios”⁸⁰. Então o piloto tentou *ir buscar*⁸¹ a costa, sem saber a distância a que se encontrava e se era “suja”. Após o naufrágio, os sobreviventes seguiram no batel com terra à vista: “fomo-nos à derrota”⁸², sempre ao longo da costa, sem poder achar abrigo”.

Como o mar que estava dentro não parava de aumentar, malgrado as bombas tentarem retirá-la dia e noite, as sondagens eram feitas “por todo o costado”, em “toda a nau por riba e por baixo”. Para ver “se respondia por alguma costura” cortaram “as escoas”⁸³, cavaram o lastro, desfalcaram, mas só descobriam “marejar por todas as partes”⁸⁴, ou “que vinha respondendo a água da popa”. Fizeram um calafeto com “betume de farinha de biscouto e arroz”, mas “com a imundícia que tinha, e com a grande força da água”, nada era remédio. Por fim, começaram a “baldear e alijar tudo ao mar”⁸⁵, “a botar ao mar e a fundear”, “e nesse tempo andava já a água na coberta do batel, e a nau se metia já toda debaixo até às amarras”, e uns faziam “jangadas para se botarem ao mar”, “uns se lançavam ao mar, outros em jangadas”.

Ao terceiro dia, que forao quinze [quatorze, por lapso] do mês, tendo acabado de fundear, que seria à meia-noite, começamos a cavar o lastro e desfalcar; e andando nisto, víamos que vinha respondendo água da popa: e quanto era o juízo dos que andavao debaixo, respondia tanto avante como a escrava [escarva⁸⁶, por lapso] do couce. Ver nisto a gente que andava debaixo levantar

⁸⁰ Segundo Humberto Leitão e Vicente Lopes ([1974: 81, 343] 1990), o termo vanguardio seria uma corruptela de banzeiro (“mar agitado, com bom tempo e vaga que não encapela”), significando “ondulação larga com ventos bonançosos”, “mar remexido, com pequena vaga”.

⁸¹ Na linguagem de marinharia tem o sentido de procurar – Ver Humberto Leitão e Vicente Lopes ([1974: 114] 1990).

⁸² Rumo que o navio segue.

⁸³ As escoas – mais propriamente escoas do fundo –, são tábuas fortes que se fixam no interior do navio e no sentido do comprimento da sobrequilha, de um lado e do outro desta, onde os braços unem às cavernas.

⁸⁴ Marejar é “ressumar, deixar entrar água do mar” (ver António Sérgio, 1955: vol. I, 200). Humberto Leitão e Vicente Lopes ([1974] 1990) definem marejada como “agitação do mar”.

⁸⁵ Baldear ou alijar significam nesta passagem atirar a carga, ou pessoas, ao mar para tornar o navio mais leve.

⁸⁶ O termo escarva define um trabalho de carpintaria naval e consiste num entalhe feito entre duas peças de madeira para as unir de maneira mais segura e firme.

um choro de maneira que, uns abraçados com outros, caião para uma banda e para outra, começando a sentir seu mal, do que se lhe oferecia, causava assaz lástima. Começarão a cortar as escoas, para ver se respondia por alguma costura; e vendo que respondia debaixo, aumentarão o pranto de maneira que foi sentido dos de riba; e forao o guardião e carpinteiro dizer ao capitão-mor a sorte da água...

3. Exceto na costa de São Tomé, onde a nau Conceição encontrou “tantos ventos contrários que em quarenta e três dias não andámos cousa alguma”, o vento foi favorável e de popa em toda a viagem. Os sinais de risco surgiram silenciosamente: uma água “que era muito verde e amassada”, “correntes tão grandes”. O piloto e o mestre pareciam não conseguir interpretar os sinais: marinheiros experientes “... logo disseram que estávamos perto de alguns baixos”, “onde nos acudiam tantos pássaros que cobriam o céu”, “e os pássaros que nos seguiam, cada vez mais”. Um “carteou”⁸⁷... e logo subiu ao convés da nau e disse: “Valha-nos Nossa Senhora que esta noite corremos grande risco...”. O piloto sondou “e eram as correntes tão grandes, que assim como iam largando o cordel, assim levava a nau em través”⁸⁸, de maneira que ele sentiu correr o prumo e não quis olhar o chumbo” (iludiu-se com o facto do peso ser arrastado e dar um cálculo de profundidade errado). O choque nos baixos aconteceu de noite, descrito metonimicamente: “sem vermos terra nenhuma, somente as grandes pancadas que a terra dava”; a nau “deu uma muito grande pancada, que pareceu de todo se espedaçava”; “... era de todo arrombada, porque a não podiam já esgotar com todas as bombas”; viram-se “... de noite no meio do mar com a nau toda arrombada e cheia de água”. De dia “vimos junto de nós um pedaço de terra, que estava tão baixo que quase o não enxergávamos”.

⁸⁷ Estimar a localização pelo rumo e pelo sol e lançá-la na carta.

⁸⁸ Levar “a nau em través”: arrastava-a e o chumbo do prumo era também arrastado, dando uma estimativa incorreta da profundidade.

Estando, no meio do quarto da prima rendido, vigiando um bombardeiro, a que chamavam Jorge Gonçalves, tanto que viu que os pássaros eram muitos e o que dizia o guardião ao piloto, veio-se ao cabrestante da nau, chorando, e disse aos que achou acordados, desta maneira: “Homens, somos perdidos, valha-nos nossa Senhora”; e nisto lhe responderam algumas pessoas que se calasse e não falasse nisso; e porque ele não era certo na carreira não lhe deram orelhas ao que dizia; e assim com todas estas cousas que viram [bandos de pássaros à volta do navio, água verde, medições para a localização de alguns tripulantes] não aproveitou nada, que em tudo os cegou seu pecado e a todos nos parecia que o piloto ouvia estes clamores e que ele sabia nisso o que fazia, e desta maneira, indo a nau Conceição com vento à popa e mar bonança com as velas todas dadas, ao quarto da madorna, dous relógios rendidos, deu uma muito grande pancada, que pareceu de todo se espedaçava.

Já refugiados nas ilhas, os mares, as correntes e os ventos tornam-se obstáculos para as pequenas embarcações que vão construindo, parecendo cercá-los a fim de os manter em terras quase áridas: “mares grandes”, “mar tão grosso e grande”, “as correntes eram grandes e o vento muito rijo”, “grandes mares que nele [batel] davam”, “uma tormenta tão grande de ventos nordeste que parecia que queria levar a ilha”, “as correntes de água, que eram muito grandes”.

4. O narrador do naufrágio de Jorge de Albuquerque situa os factos num Oceano entre o porto de Olinda, de onde saíram a 29 de junho, e a barra do Tejo, a 03 de setembro de 1565⁸⁹. A 6 de julho navegavam com “água aberta”⁹⁰ e “mares grossos” sobre

⁸⁹ Não contamos aqui com o primeiro acidente, quando a nau foi arrastada logo à saída da barra do porto de Olinda (“a través”) e encalhou num baixo, onde “esteve quatro marés mui perto de se perder” (uma maré é neste trecho o movimento provocado pelo efeito de atração do sol e da lua sobre a terra, em função do qual as águas do mar se elevam e descem em intervalos de tempo mais ou menos regulares).

⁹⁰ Surgem frequentemente nestes relatos de naufrágio as expressões “água aberta”, “abrir água”, “fazer água”. Elas significam situações em que o navio tem um ou mais rombos, ou tem juntas mal vedadas, ou tem o calafeto desfeito – podendo dar-se a conjugação destes fatores – por onde entra água.

a linha do Equador, e tiveram “dezanove dias em calmarias com muitas trovoadas” a 12° de latitude N. A 30 de julho apanharam trovoadas e no dia seguinte, nas proximidades do arquipélago de Cabo Verde, o vento levou-os para 37° N. e “muito perto da Terra Nova”, onde andaram “oito dias em calmarias”. Em 29 de agosto o vento favorável deu-lhes a esperança de “demandar as ilhas”, mas a 3 de setembro entraram em combate com um corsário francês, ao qual resistiram por três dias. A 06 de setembro estavam ao largo do arquipélago dos Açores e seis dias depois um temporal empurrou-os para 47° N. A 27 de setembro deitaram os primeiros mortos ao mar, a 29 avistaram a Senhora da Pena e a 3 de outubro estavam diante do Cabo da Roca.

O primeiro acidente surge quando o vento “subitamente se mudou” e se tornou “tão rijo” que tiveram de alijar a nau para melhor a marearem⁹¹. Na tarde de 5 de julho a nau abriu “uma água muito grande” por causa de “um tempo tão rijo e forçoso”. Seguiram-se “mares grossos”, tanto “que a [à nau] abriam toda”, mar “alvoraçado”, “mar de popa” (que “desmanchou o leme”), “mar em través”, “mar com os grandes encontros que umas ondas davam nas outras parecia que dava claridade”, “mar muito mais alto que o outro primeiro”, “mar grandíssimo” e “tão terrível e medonho”, “tamanhos mares”, “mares [que] começaram a empolar [e] passavam por cima da nau”.

A forma dos ventos caracteriza os perigos. No primeiro acidente, à saída da barra de Olinda, partiram com “vento de viagem”⁹², “vento de popa”⁹³, que “se lhes tornou tão contrário” e “rijo” que os empurrou para um baixo. Depois das reparações na nau saíram de novo com condições favoráveis, que se alteraram ao quinto dia: “ventando-nos o contrário do que havíamos mister veio a ser tão rijo”,

⁹¹ Pensou-se que, alijado o navio da carga que em excesso parecia impedir a manobra adequada das velas, seria possível governá-lo melhor. Marear significa governar com mais facilidade porque as velas respondem melhor.

⁹² O mesmo que vento favorável para o rumo que se quer tomar.

⁹³ Vento “que sopra, aproximadamente, na direção da quilha do navio, vindo da popa” (Humberto Leitão e Vicente Lopes [1974] 1990).

“um pé-de-vento que nos quebrou o gurupés da cevadeira”, um “vento por riba de terra tão rijo”, um “ventar muito rijo”. A 12 de setembro deu-se “a maior e mais estranha e diabólica tormenta de vento sueste que até hoje se viu... acalmándonos de súbito o vento que trazíamos, nos saltou ao sueste, que começou a ventar de maneira que todos tememos o perigo”, o “mar e o vento faziam tamanho estrondo”, “o mar e o vento cresciam cada vez mais”, “um borbotão de vento”, “remoinhava o vento com tanto ímpeto”, “tornou a ventar o vento noroeste tão rijo”, “tão rijo o vento”. São raras as circunstâncias definidas na frase “ventou vento largo e próspero”.

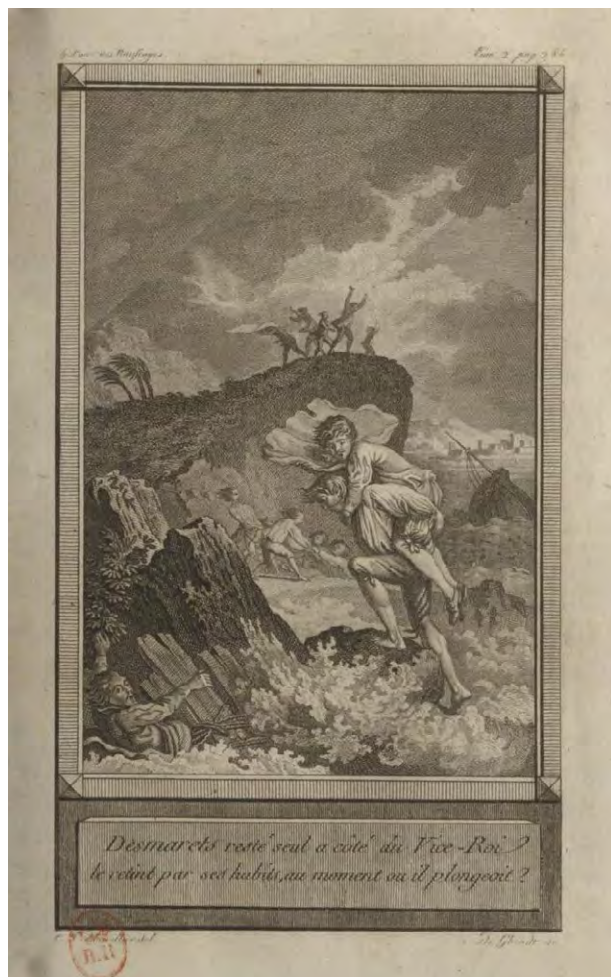
As condições de navegação foram-se agravando (inicialmente com “água aberta”, depois “meteu tanta água dentro, por estar a ponte já abatida, que ficou a nau morta e debaixo d’água por um grande espaço”), ao mesmo tempo que perdia os instrumentos de governo: quebrou o gurupés da cevadeira, perdeu o leme, o mastro, as velas, as vergas, as amarras, as âncoras, o batel – numa altura em que estava “a nau aberta por muitas partes”. Veio, entretanto, tempo mais calmo e fez-se “uma vela de alguns guardanapos e toalhas de mesa”, uma verga de dois remos do batel, e “sobre o pé do mastro grande pusemos um pedaço de pau de duas braças em alto”, além de outros arranjos bastante frágeis, e orientaram-se pelo nascer do sol por não terem astrolábio e a agulha de marear “era tão quebrada e tal que destemperava muitas vezes”. A um marinheiro, “grande mergulhador”, foi pedido “que se lançasse ao mar e visse se podia de mergulho tomar parte da muita água que fazia a nau”, o que conseguiu, pois em três mergulhos “tomou a maior parte da água que a nau fazia”:

... E vendo a nau tão destroçada e qual vinha, e a nós outros tão disformes de fome, ficaram atónitos, e com muita compaixão começaram a chorar e nos deram logo do pão, água e fruta que para si traziam. Dos nossos, uns não puderam comer de sobeja alegria de ver terra e em que ir a ela, e outros por terem já o padar cerrado de fome e necessidade passada... O senhorio da barca [que os encontrou na costa da Roca], tanto que nos acabou de dar de comer, nos deu um cabo com que afastamos a nau da rocha, e assim à toa trouxeram a nau ao longo da terra até a porem em Cascais a horas do sol-posto...

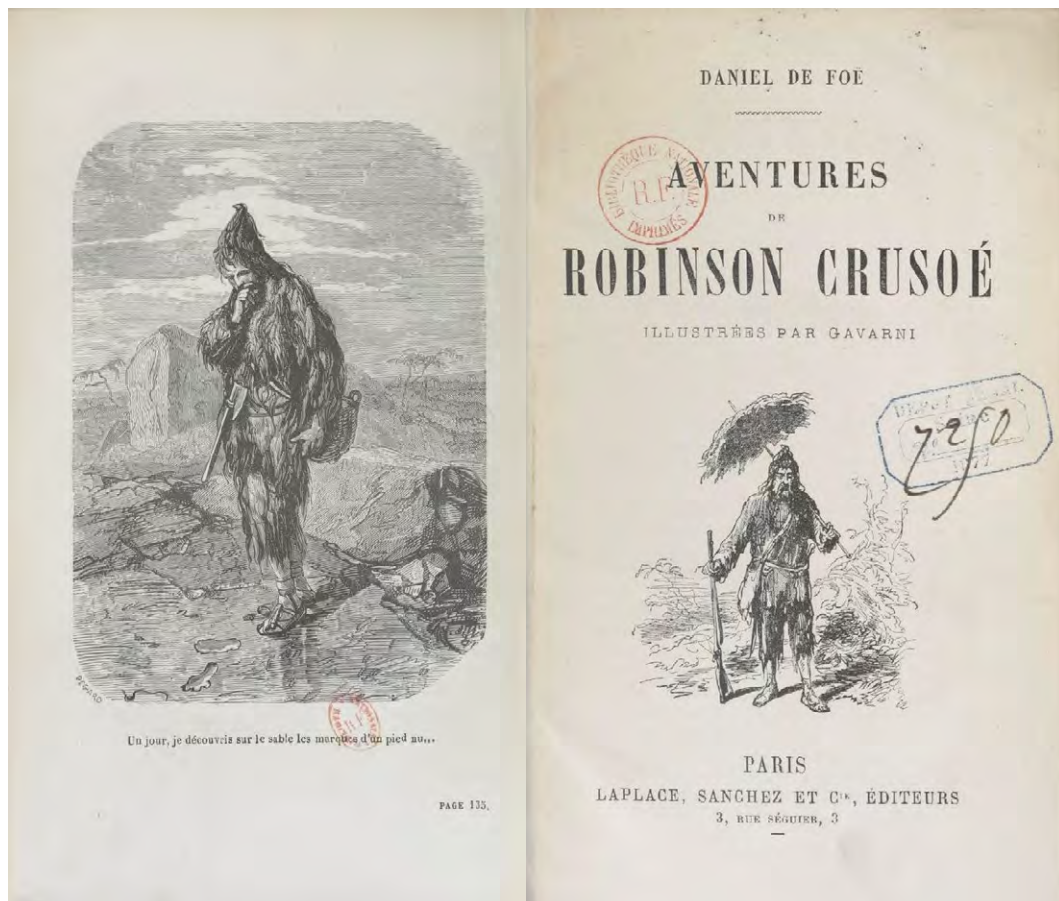


“Hé bien, mesa amis! voila les fruits des votre ridicule confiances”.

Desenho pertencente à narrativa “Naufrage D’Emmanuel Sosa & D’Eléonor Garcie Sala, sa femme, sur les côtes orientales d’Afrique, en 1553”, in *Histoire des Naufrages ou recueil des rélations les plus intéressants des naufrages, hivernemens, délaissemens, incendies, et autres événemens funestes ...*, Tome second, par Jean Louis Simons Deperthes. Nouvelle Édition, refondue, corrigée et augmentée de plusieurs morceaux..., Paris, Chez Cuchet, Librairie, Au III^e de la République, p. 11 – Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.



“Desmarchis resté seul à côté du Vice-Roi / le retint par ses habits, au moment où il plongeait”. Desenho pertencente à narrativa “Relation du naufrage d’un vaisseau portugais, près le Cap-Comorin, mer des Indes. Trait d’amour conjugal. Actions généreuses de quelques gentilshommes François, & d’un vice-roi des Indes” ..., in *Histoire des Naufrages ou recueil des relations les plus intéressants des naufrages, hivernemens, délaissemens, incendies, et autres événemens funestes...*, Tome second, par Jean Louis Simons Deperthes. Nouvelle Édition, refondue, corrigée et augmentée de plusieurs morceaux..., Paris, Chez Cuchet, Librairie, Au III^e de la République, p. 284. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France



A imagem da esquerda, desenho que representa Robinson Crusoé a observar vestígios de pegadas na areia – “Un jour, je découvris sur le sable les marques d'un pied nu...”, in *Aventures de Robinson Crusoé*, illustrées par Gavarni, Paris, Laplace, Sanchez et Cie, Éditeurs, p. 135. A imagem da direita é a folha de rosto da edição em língua francesa de *Aventures de Robinson Crusoé*, illustrées par Gavarni, Paris, Laplace, Sanchez et Cie, Éditeurs. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Conclusão

Um dos propósitos deste nosso artigo e reflexão é o de perceber como é que as questões dos imaginários do mar podem ser traduzidas ou expressas em questões de linguagem: como esta assegura que um tema faz parte da cultura científica, literária e artística, dos mares, que problemáticas e desafios nos colocaram ou continuam a colocar os seus autores.

Em seguida quisemos ver como os relatos de naufrágio nos mostram as peripécias dos marinheiros e passageiros das naus como experiências de um lugar e de um espaço marítimo: a orografia dos fundos, a geografia da costa, os rumos, as referências aos ventos e correntes de água, ou o amplo oceano onde uma tripulação só consegue guiar-se pelo nascer do sol.

As narrativas conjugam harmoniosamente as causas e circunstâncias que levam ao afundamento das naus: condições de navegação (meteorologia, mastreação⁹⁴, velame e massame⁹⁵ dos navios), expectativas (na nau São João tentou-se arranjar um leme novo; na nau Conceição havia tripulantes apreensivos face aos sinais nas cores da água e na presença das aves; na Santa Maria da Barca desacreditou-se das possibilidade de haver salvação; no naufrágio de Jorge de Albuquerque os sentimentos de esperança tornam-se mais ténues à medida que a embarcação se desfaz com os diversos acidentes), o crescendo de fatores até à tragédia e às formas de socialização humanas (traição, egoísmo, ajuda, desespero, arrependimento e confissão, que decorrem da culpa religiosa).

⁹⁴ Os mastros e os mastaréus e os acessórios associados.

⁹⁵ Nome que se dá ao conjunto de cabos que fazem parte do aparelho de um navio, sendo o “aparelho do navio” a totalidade constituída pelo massame, poleame e velame.

Dando continuidade ao primeiro volume já publicado⁹⁶, o presente volume de *Imaginários do mar: uma antologia crítica* aprofunda as múltiplas valências, contornos e discursos associados ao espaço marítimo. Inaugura-se com uma parte consagrada às *Memórias e Representações* em que a pergunta formulada por Ângela Almeida – “Is the sea alone?” – argumenta em defesa de uma atitude cultural, literária, económica que vá além dos usos do mar como recursos materiais: estes ecossistemas são sistemas interligados, onde só o debate e a partilha dos conhecimentos disciplinares permite criar sensibilidade aos equilíbrios ambientais e à defesa da vida. Em “O mar de Omar”, Gustavo Presta e Célia Ramos refletem, num documentário-vídeo e num ensaio escrito, sobre modos de vida segundo os ritmos da natureza, tomando como exemplo o depoimento de um pescador chileno e da sua família. Maria Isabel João segue em “O mar na história e na cultura portuguesas” o processo de criação da nação e da identidade nacional, e o valor que neste processo assume na cultura portuguesa e num caminho que levou à individualidade política e ao que descreve, numa imagem bonita, “uma nação com um pé na península e o outro no meio do oceano Atlântico”. Finalmente, Dóris Santos reflete, em “Memória e representação do mar”, sobre os artistas portugueses, em especial Guilherme Filipe e Lino António, que exaltaram as qualidades plásticas do litoral da Nazaré e das suas gentes marítimas e ajudaram a criar e alimentaram o discurso de uma vila de pescadores.

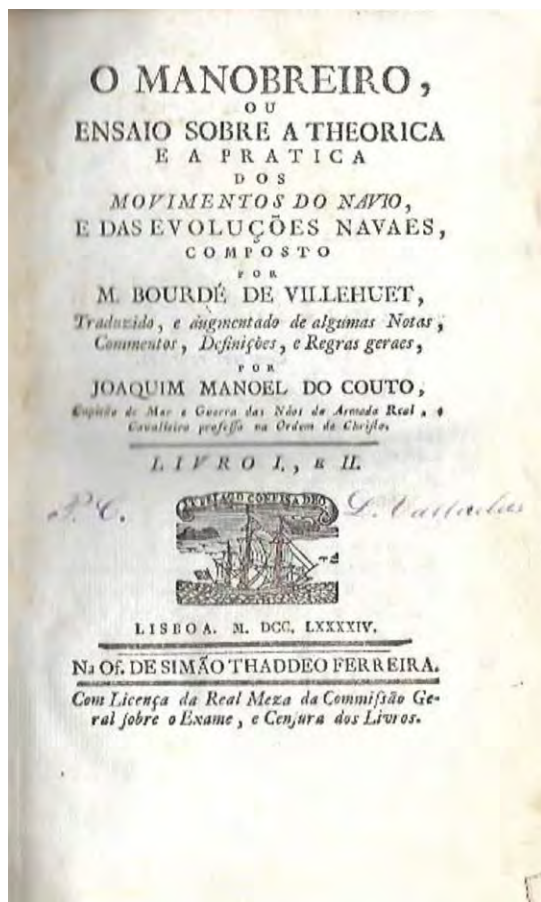
No segundo capítulo, *Mitos, Lendas e Narrativas: o mar ficcional*, começamos com um texto de Anete Costa Ferreira, “El Dorado: imaginário amazónico do século XVI à actualidade”, e um olhar particular sobre episódios,

⁹⁶ Disponível em: <https://ielt.fcsh.unl.pt/books-pdf-new/>

protagonistas, ideais, narrativas e obsessões que formaram – e ainda estão presentes – na pulsão da exploração da Amazónia e dos seus impérios de cidades populosas e cheias de riquezas em ouro e pedras preciosas. Reflete-se no artigo de Edite Alberto o rigoroso e bem documentado levantamento de folhetos da coleção da Biblioteca Nacional de Portugal, “O corso e o cativo na literatura de cordel dos séculos XVII e XVIII” (uma amostra dos séculos XVII e XVIII), com relatos de cativo de cristãos, confrontos militares entre estes e muçulmanos, e assuntos diversos. “Paisagens ecológicas e imaginários do mar...”, de Eliana Rodrigues, é um estudo das práticas e narrativas cosmológicas de um grupo étnico do arquipélago de Marajó, estuário do rio Amazonas, e da articulação, na mente dos narradores, entre o que se vive e o que se imagina e concebe. Joana Gaspar de Freitas e Cristina Brito trazem-nos, em “A Bixa Baleia ou a história de um manuscrito sobre o maravilhoso do mar”, um olhar sobre a perplexidade, a ironia e o desejo de saber, provocados pela entrada no Tejo de um destes mamíferos, que encaharia em Cacilhas e seria depois rebocada para a Ribeira das Naus.

No último capítulo, *Ecos e Leituras*, três pequenos temos três breves experiências de leitura. Ana Rita Fernandes escreve sobre *The Secret of Black Rock* (2017), o livro ilustrado e escrito por Joe Todd-Stanton, que pega na lenda do Rochedo Negro, um penedo que emerge do mar para fazer naufragar as embarcações, e conta uma história pelo olhar de Erin, filha e descendente de pescadores e marinhos. João Augusto Aldeia regista e faz uma breve reflexão, em “O naufrágio do Chanticleer na imprensa”, sobre o modo como os jornais da época descreveram o afundamento deste navio norueguês na costa de Sesimbra. Margarida Mestre e Luís Martins falam em “Marinho – uma expedição aos fundos dos mares”, da montagem e exercício de uma performance dirigida a um público infantil. Finalmente, Maria Shtine Viana dá-nos em “A Nau Catarineta” uma versão da Nau Catarineta, poema-romance anónimo sobre um naufrágio, recolhida no Rio Grande do Sul.

De forma a prolongarmos o diálogo intertextual e a convidarmos os leitores a aprofundarem a sua viagem pelos imaginários marítimos, introduzimos, na rubrica *Ecos de Leitura* resenhas de livros recentemente publicados. Este é um hábito que agora iniciamos e que manteremos nos volumes que se seguirão desta série.



Folha de rosto da primeira edição portuguesa do manual *O Manobreiro* (Lisboa, 1794).

Digitalização feita a partir do original pelos autores.

168 O MANOBRREIRO.

ARTIGO II.

PROBLEMA.

Dar fundo com vento em Poppa.

SOLUÇÃO.

HE preciso carregar anticipadamente, e ferrar a Gavia Grande, e arrear o Velacho sobre a Péga; e quando se está a hum distancia racionavel, do lugar aonde se quer dar fundo (distancia que deve sempre ser medida sobre a vivacidade, que o Navio pôde ter a governar, e sobre a sua velocidade) se mette a Cana do Leme de hum bordo ou do outro (50), carregando, e ferrando o Velacho, caçando a Mezena, braceando no mesmo tempo a Gata á Bolina, de hum ou outro lado. Quando o Navio está posto á Bolina, e se achia como atravessado, com o vento sobre esta vèla, seguindo se he necessario, ir avanti, ou cahir á ré; de sorte que se se está muito a Barlavento do lugar, aonde se quer deixar cahir o ferro, se arriba até estar nelle; e se se está nelle, se dá fundo arreando a Gata, e se ferra logo, que a Ancora tem unhado; e o Navio se fira ao vento pela força da Mezena que he preciso ferrá-la logo que panneje.

DE-

O MANOBRREIRO. 169

DEMONSTRAÇÃO.

Carrega-se, e ferra-se a Gavia Grande, arreando o Velacho; para diminuir a grande presteza que leva o Navio ordinariamente, que tem vento em Poppa, a fim de poder julgar mais ao justo as distancias, e de estar mais facilmente senhor dos movimentos do Navio: quando se tem estimado a distancia que pede necessariamente o Navio, para vir parar á Bolina, no lugar aonde quer dar fundo, se põem a Cana do Leme a hum lado, ou a outro (50); bracea-se a Gata á Bolina do lado que se quer (41), caçando a Mezena para o Navio vir de Ló vivamente (40).

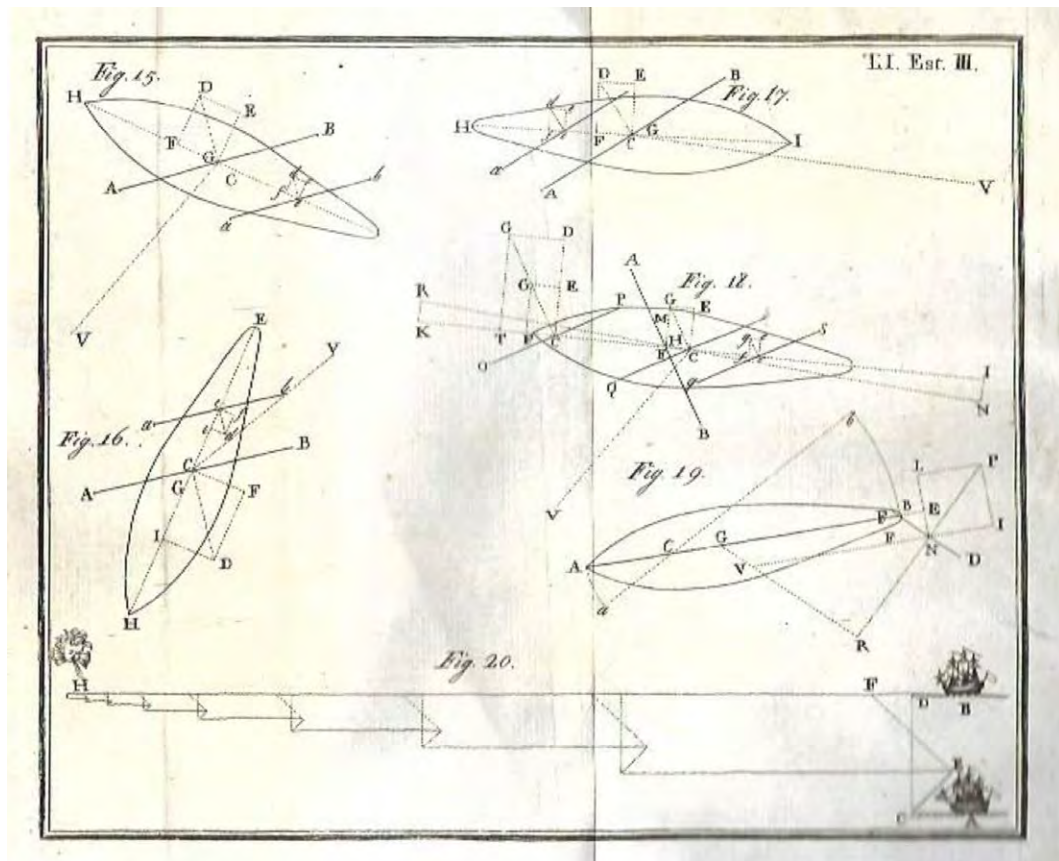
Carrega-se, e ferra-se o Velacho no instante que se oppõem ao movimento do Navio (31, 32, e 33) quando vem ao vento; e quando se está á Bolina se deixa cahir o ferro, se se está ao justo no lugar aonde se quer dar fundo; se se está ainda muito a Barlavento, se deixa arribar, guardando o vento em cheio na Gata; se no tempo que se está a Barlavento, se acha muito avanti, se põem a Gata sobre para cahir á ré (44) pondo a Cana do Leme a Sotavento (58); e quando se tem alsas abatido, se dá fundo; ferrando a Gata, porque faria muito puxar pela Amarra se ventasse fresco: o Navio se fira depressa ao vento, tendo a Mezena caçada (40), e quando está filado se carrega, e põem o Leme a meio.

Liv. I.

Y

NO.

O modelo de explanação seguia uma ordem clara: a. identifica-se um problema, b. descreve-se a solução, c. demonstra-se como fazer. Se houver necessidade, adicionam-se notas e observações. Digitalização feita a partir do original pelos autores, pp. 168-169, Livro I.



Do manual de navegação *O Manobreiro*, a explicação de uma manobra:

“Quando as velas AB (Fig. 17), das quais o centro do esforço está à ré do centro de gravidade G, receberem o impulso do vento V sobre as suas superfícies anteriores, elas farão vir o navio ao vento, ao mesmo tempo que elas o farão cair à ré; porque a direção do esforço CD, se decompõe entre os dois esforços CF, em o sentido da quilha davante para ré, e CE, lateral e perpendicular à quilha, de sorte que a parte CH da popa é levada para sotavento de C em E, no tempo que a parte I da popa se chega por um movimento contrário à origem do vento V; assim o navio neste caso orça, e cai à ré”. In Livro I, pág. 57, Figura 17. Digitalização feita a partir do original pelos autores, pp. 168-169, Livro I.



Dois desenhos da edição em língua francesa da obra de Jonathan Swift, *Voyages chez plusieurs nations reculées du monde par Lemuel Gulliver – d'abord chirurgien puis Capitaine sur Différents Vaisseaux*, Paris, A. Quantin, Imprimeur-Éditeur, s/d, p. 5. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

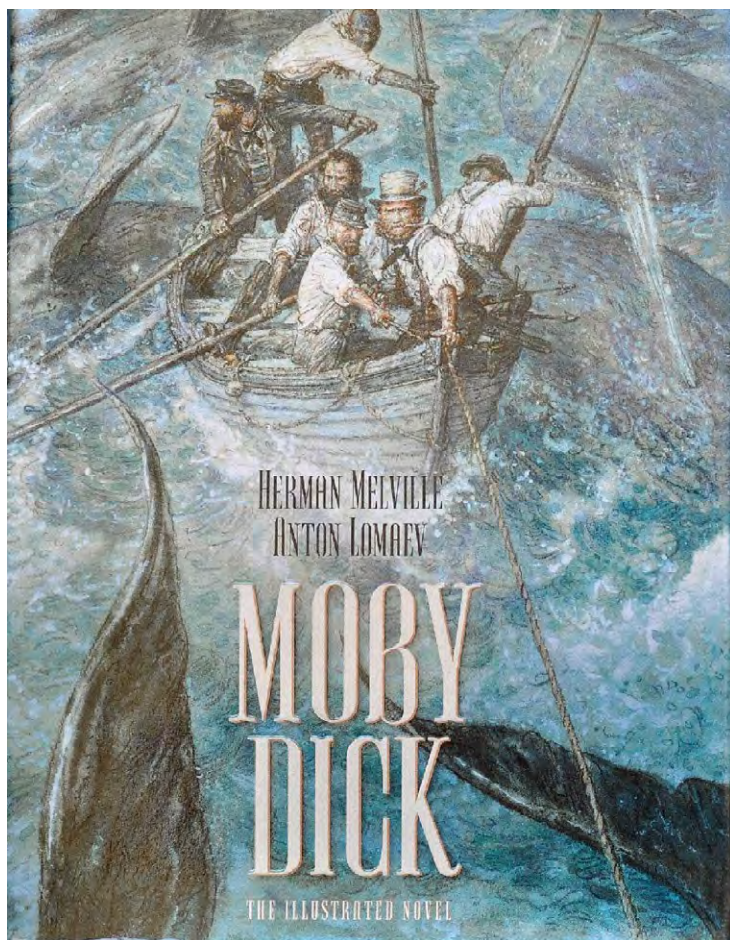


Foto da capa do livro de Herman Melville, *Moby Dick*, ilustrado por Anton Lomaev. In Melville, Herman, *Moby Dick*, New York, Pagasus Books, Ltd. 2018

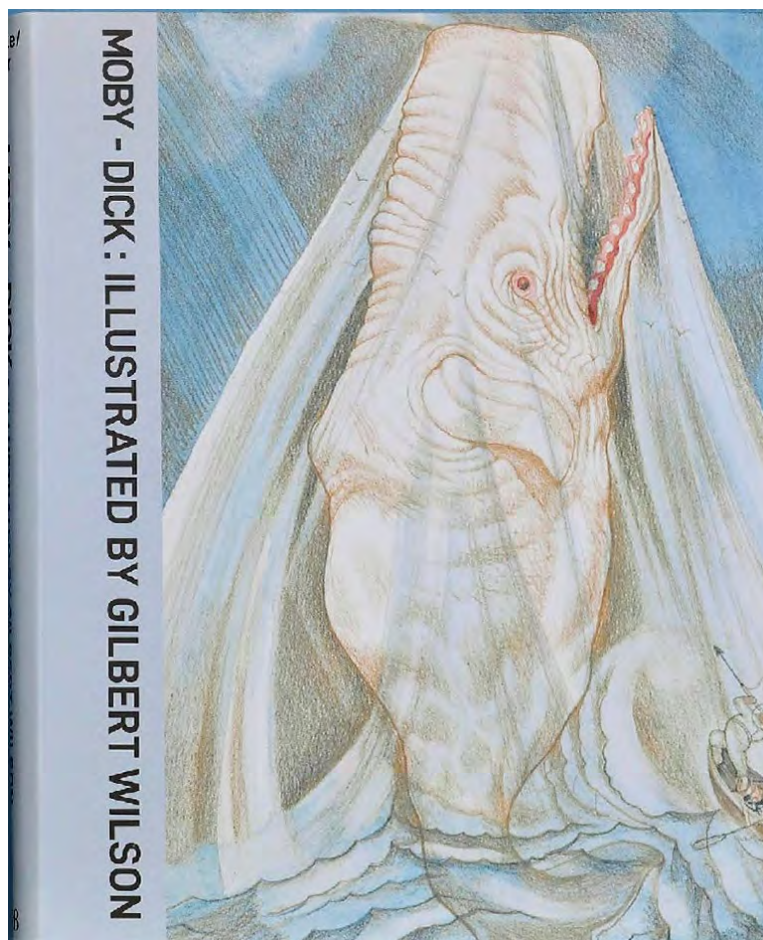


Foto da capa do livro de Herman Melville, *Moby-Dick*, ilustrado por Gilbert Wilson, e publicado aquando do 200.º aniversário do seu nascimento. In Melville, Herman, *Moby-Dick*, Los Angeles, Hat & Beard Press, 2019.

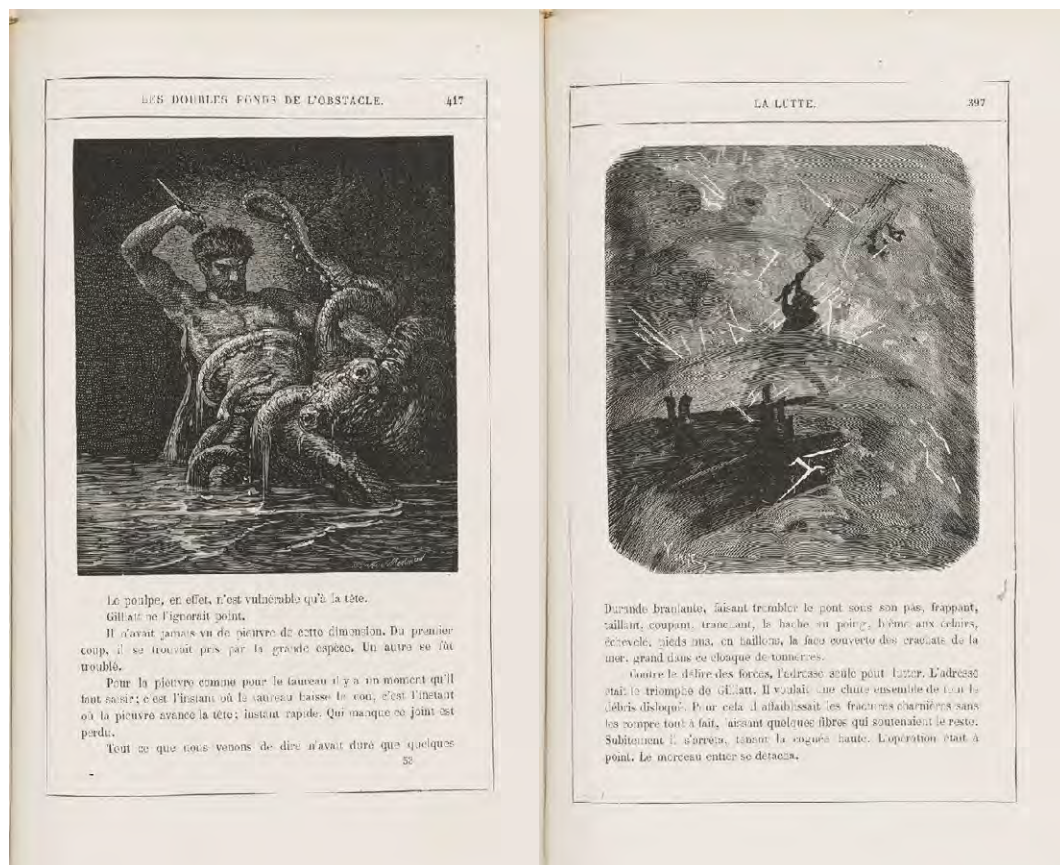


Digitalização do desenho de Anton Lomaev representando a companhia no trabalho de produção do óleo de baleia. In Melville, Herman, *Moby Dick*, New York, Pagasus Books, Ltd. 2018, pp. 378-379.

Fotos de capas de edições da obra de Herman Melville, *Moby-Dick*.
Edição New York, The Modern Library, 1950; Edição Penguin English Library, 2012;
Edição Barnes & Noble, Inc. / Northwestern University Press, 2015.







Numa leitura das imagens da esquerda para a direita, de cima para baixo.

Quatro desenhos da autoria de Victor Hugo para *Les Travailleurs de la Mer* (1866).

– Três desenhos que representam a luta de Gilliat com o polvo gigante que habita o penedo, local de naufrágio do navio a vapor e cuja máquina Gilliat tenta salvar a máquina (Capa de rosto da obra; Cap. “os duplos fundos do obstáculo”, p. 417 e p. 401;)

– Gilliat, surge aqui representado com os traços de um operário, talvez numa analogia à máquina a vapor dos novos tempos, que tenta libertar das ruínas do navio naufragado (Cap. “a luta”, p. 397). Fonte : gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.



O Capitão Nemo faz observações e calcula a latitude da posição em que se encontra, e o submarino, com a ajuda de um sextante, sobre o convés do submarino.

“... Munido do seu sextante o capitão Nemo tomou a altura do sol, que lhe dava a sua latitude. Esperou alguns minutos que o sol chegasse à linha do horizonte... Senhor Aronnax, encontramos-nos a cento e trinta e sete graus e quinze minutos de longitude oeste... e trinta graus e sete minutos de latitude norte, isto é, estamos a cerca de trezentas milhas das costas do Japão”. In *Vingt Mille Lieues sous Les Mers*, illustrée de 111 dessins par de Neuville, Paris, Bibliothèque d’Éducation et de Récréation, 1871 (Cap. XIV, pp. 98-100, p. 91). Fonte : gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.



“Avançamos por uma vasta planície que parecia não ter limites. Eu afastava com a mão as cortinas líquidas, que se tornavam a fechar atrás de mim, e o vestígio dos passos desaparecia imediatamente sob a pressão da água... A floresta era formada por grandes plantas arborescentes e logo que ficamos debaixo das ramagens os meus olhos foram atraídos pela estranha disposição dos ramos, que nunca tinha visto nas florestas à superfície”. In *Vingt Mille Lieues sous Les Mers*, illustrée de 111 dessins par de Neuville, Paris, Bibliothèque d'Éducation et de Récréation, 1871 (Passeio na Planície, o Bosque da Ilha de Crespo, Capítulos XVI-XVII, pp. 118-132, p. 121). Fonte : gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.



No Capítulo XIX, p. 144, “... Triste espetáculo o desta carcaça perdida sob as vagas, mas mais triste ainda a visão da sua ponte onde alguns cadáveres, presos às cordas, jaziam ainda! Contei quatro – quatro homens, mantendo-se um de pé, ao leme – e uma mulher, meia saída da claraboia do tombadilho e segurando uma criança nos braços...”.

In *Vingt Mille Lieues sous Les Mers*, illustrée de 111 dessins par de Neuville, Paris, Bibliothèque d’Éducation et de Récréation, 1871 (Capítulo XVIII, p. 140, p. 144).

Fonte : gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.

Bibliografia

Alexandre de Paris (ed. 1994), *Le Roman d'Alexandre*. Ed. E. C. Armstrond et al. com tradução de L. Harf-Lancner, Paris, Le Livre de Poche, col. Lettres Gothiques.

Amorim, Inês (2008), "Homens da Terra ou Homens do Mar – um percurso hitoriográfico" in Francisco Oneto Nunes (ed.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 25-70.

Andrade, Eugénio de (1979), *Rosto precário*, Porto, Limiar.

Aranda Y Sanjuan, Manuel (1891), *Los Mistérios del Mar, compilación de las obras de Mangin, Fredol, Whymper, Figuiet, Maury, Sonrel Y Otros*, Barcelona, Montaner y Simon.

Kirby, Elizabeth e Mary (1907), *The Sea and its Wonders, a companion volume to "the world at home"*, London, T. Nelson and Sons, Paternoster Row.

Bideaux, Michel (1999), "Chroniques de l'infortune et naufrages organisés", *Cahiers d'études romanes*, 3, 91-103. Referência eletrónica: « Chroniques de l'infortune et naufrages organisés », *Cahiers d'études romanes* [Online], 3 | 1999, Online since 15 January 2013, connection on 27 November 2019. URL : <http://journals.openedition.org/etudesromanes/3388> ; DOI : 10.4000/etudesromanes.3388

Amorim, Inês (2007), "Das viagens filosóficas dos naturalistas à exploração dos recursos marinhos", in *Gestão e Ordenamento das Actividades Litorâneas*, Lisboa: Academia de Marinha, pp. 87-114.

Botas, José Loureiro (1959), *Nasci à beira do mar*, Lisboa, Portugália Editora.

Botas, José Loureiro (1960), *Barco sem Âncora*, Lisboa, Portugália Editora.

Botas, José Loureiro (1944), *Frente ao Mar*, Lisboa, Portugália Editora.

Botas, José Loureiro (1940), *Litoral a Oeste*, Lisboa, Portugália Editora.

Brandão, Raul (1923), *Os Pescadores*, Porto, Porto Editora [2004]. Ver edição mais recente, *Os Pescadores*, ed. Vítor Viçoso e Luis Manuel Gaspar, Obras completas, vol. XII, Lisboa, Relógio D'Água.

Brandão, Raul (1926), *As Ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Quetzal [2011].

- Brédif, Charles-Marie (1907), *Le Naufrage de "La Méduse" – Journal d'un rescapé*, Paris, Éditions Payot & Rivages, Petite Biblio Payot [2017].
- Brito, Bernardo Gomes de (compilação) (1735 e 1736), *História Trágico-Marítima* (2 Volumes), Lisboa, Officina da Congregação do Oratório. Ver, entre outras edições, *História Trágico-Marítima*, anotada, comentada e acompanhada de um estudo por António Sérgio (3 volumes), Lisboa, Editorial Sul [1955].
- Brito, Raquel Soeiro de (coord. científica) (2005), *Atlas de Portugal*, Lisboa, Instituto Hidrográfico Português.
- Brosse, Monique (1972) "Littérature Marginale: les histoires des naufrages", in *Romantisme*, n.º 4, pp. 112-120 – https://www.persee.fr/doc/roman_1972_num_2_4_5413.
- Castro, Xavier de e Philippe Billé (2006), *Le Naufrage de Santiago – sur les Bancs de la Juive, 1585*, Paris, ed. Chandeigne.
- Chagas, M. Pinheiro (1874), *Os Dramas do Mar*, Lisboa, Lucas & Filho, Editores.
- (1894), *O Naufrágio de Vicente Sodré*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, Editor.
- Chase, Owen (1821), *Shipwreck of the Whale-Ship Essex of Nantucket; which was attacked and finally destroyed by a large spermaceti-whale in the Pacific Ocean, with an account of the unparalleled sufferings of the Captain and Crew during a space of ninety-three days at sea, in open boats – in the years 1819 & 1820, by Owen Chase, of Nantucket, first mate of said vessel*. New York, W. B. Gilley, J. Seymour Printer.
- (1821) *Wreck of the Whale Ship Essex – The extraordinary and distressing memoir that inspired Herman Melville's Moby-Dick* (introduction by Gilbert King), Minneapolis: Zenith Press [2015].
- Cohen, Margaret (2010), *The Novel and the Sea*, Princeton and Oxford Princeton University Press [2013].
- Cooper, James Fenimore (1823-1824), *The Pilot – A Tale of the Sea* (2 volumes), New-York, Charles Wiley. Foi impresso uma versão portuguesa deste romance em Paris, sob o título *O Piloto, novella marítima por F. Cooper: vertida em portuguez*, trad. Caetano Lopes de Moura (4 vols), Paris, J.P. Aillaud [1838].
- (1827), *The Red Rover – A Tale* (3 volumes), London, Henry Colburn. Versão em língua portuguesa, *O corsário vermelho*, trad. J. L. Rodrigues Trigueiro, Lisboa, Typ. Commercial [1868].

- Coote, John (1988), 'Introduction' in *The Faber Book of the Sea*, ed. John Coote, London, Faber and Faber Limited, pp. vii-x.
- Corréard, Alexandre e Jean-Baptiste Savigny (1817), *Naufrage de la frégate «La Méduse», faisant partie de l'expédition au Senegal en 1816 – relation contenant les événements qui ont eu lieu sur le radeau, dans le désert de Saara, à Saint-Louis et au camp de Daccard*, Paris, Hocquet & Eymery. Outra edição: *Le Naufrage de la Méduse*, Paris, Folio [2055].
- Correia, Romeu (1950), *Calamento*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira [1978].
- Corte-Real, Jeronimo (1594), *NAUFRAGIO e Lastimoso Sucesso da Perdiçam de Manoel de Sousa de Sepulveda, & Dona Lianor de Sá sua mulher & filhos, vindo da India para este Reyno na nao chamada o galião grande S. João que se perdeu no cabo da boa Esperança, na terra do Natal. E a peregrinação que tiveram rodeando terras de Cafres mais de 300. legoas té sua morte*, S.I. [Lisboa], Oficina de Simão Lopez.
- Cunha, Alfredo da (1892), *O Naufrágio do Poveiro* (folha volante).
- Davis, John (1595), *The Seamen's Secrets – Divided into two parts wherein is taught the three kinds of sayling* (Newly corrected by the author John Davis of Sandridge), London, Thomas Dawfon, 1607.
- Defoe, Daniel de (1719), *Aventuras de Robinson Crusoé*, 6 volumes, in 12º. Paris, Pillet ainé [1836].
- Deperthes, Jean Louis Hubert Simon (1781), *Histoire des naufrages, ou recueil des relations les plus intéressantes des naufrages, hivernemens, délaissemens, incendies, et autres événements funestes arrivés sur mer – nouvelle édition, refondue, corrige et augmentée...*, Paris, Ledoux et Tenré, Librairies [1818-].
- Fonseca, Branquinho da (1952), *Mar Santo*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Garrido, Álvaro (2011), *Tudo num Barco – património marítimo e cultura popular*, ed. Álvaro Garrido, Ílhavo, Câmara Municipal e Museu Marítimo.
- Graça, António Santos (1932), *O Poveiro – usos, costumes, tradições, lendas*, Póvoa de Varzim, Edição do Autor.
- (1952), *Epopeia dos Humildes (para a história trágico-marítima dos poveiros)*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim [2005].
- Habsburg, Francesca von (2018), "A Renaissance for the Oceans", in *Tidalectics – Imagining an oceanic worldview through art and science*, Stefanie Hessler (ed.), London, TBA21-Academy, The MIT Press, Cambridge, Massachussets.

- James-Raoul, Danièle (2006), «L'écriture de la tempête en mer dans la littérature de fiction, de pèlerinage et de voyage», in Ch. Connochie-Bourgne (dir.), *Mondes marins du Moyen Âge*, Aix-en-Provence, Presses de l'Université de Provence, p. 217-229.
- Kirby, Elizabeth e Mary (1907), *The Sea and its Wonders, a companion volume to "the world at home"*, London, T. Nelson and Sons, Paternoster Row.
- Lanciani, Giulia (1997), *Sucessos e Naufrágios das Naus Portuguesas*, Lisboa, Editorial Caminho.
- (1983), *Santa Maria da Barca – três testemunhos para um naufrágio* (introdução e leitura de Giulia Lanciani), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1979), Landolt, Cândido (1915), *O Folk-Lore Varzino*, Póvoa de Varzim.
- Lavanha, João Baptista (1595), *Regimento Náutico*, Lisboa, Simões Lopes.
- Lavanha, João Baptista (1597), *Naufrágio da Nau Santo Alberto*, Lisboa, Alexandre de Siqueyra.
- Leitão, Humberto e J. Vicente Lopes (1974), *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (3ª edição), Lisboa, Edições Culturais da Marinha [1990]
- Leys, Simon (2018), "La mer et les écrivains" in *La Chine, la Mer et la Littérature* (essais choisis), s/l: Smilkovprint (EU), pp. 135-151.
- (2003), *La Mer dans la Littérature Française: de François Rabelais à Pierre Loti* (2 vols.), Paris, Plon.
- Lima, Augusto César Pires de (1938), "A Nau Catrineta e o naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brasil no ano de 1565" in *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este reino no ano de 1565, relação escrita por Bento Teixeira Pinto, que se achou no dito naufrágio*, prefácio notas e glossário de Augusto César Pires de Lima, Porto, Domingos Barreira Editor, pp. 9-26.
- Lobo, Constantino Lacerda (1815), "Memória sobre o estado das pescarias na costa do Algarve no ano de 1790", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 5, Lisboa, Banco de Portugal [1991], pp. 69-101.
- (1812a), "Memória sobre o estabelecimento da cultura do chenopodio marítimo, donde se tira a barrilha ou soda", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 4, Lisboa, Banco de Portugal [1991], pp. 75-87.

- (1812b), "Memória sobre algumas observações feitas no ano de 1789 relativas ao estado da pescaria da província de Entre-Douro-e-Minho", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, Vol. 4, Lisboa, Banco de Portugal, [1991], pp. 289-314.
- (1812c), "Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 4, Lisboa, Banco de Portugal, pp. 241-288.
- (1812d), "Memória sobre a preparação do peixe salgado, e seco das nossas pescarias", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 4, Lisboa, Banco de Portugal, 197-240.
- (1791a), "Memória em que se expõe a análise do sal comum das marinhas de Portugal", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 3, Lisboa, Banco de Portugal [1991], pp. 181-196.
- (1791b), "Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, vol. 3, Lisboa, Banco de Portugal [1991], pp. 251-268.
- Lopes, Francisco Luiz (1850), *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1ª ed.
- Marie de France (ed. 1990), *Les Lais*, ed. K. Warnke com tradução de L. Harf-Lancner, Paris, Le Livre de Poche, col. Lettres Gothiques.
- Martins, Oliveira (1882), "Requerimento dos Poveiros", in *Jornal do Comércio*, 22 de Agosto.
- Martocq, Bernard (1998), "Note bibliographique sur l'Histoire Trágico-Marítima", *Cahiers d'Études Romanes*, 1, 19-29.
- Melo, João de (1958), *Mar Rubro – baleeiros dos Açores*, Lisboa, Orion.
- (1964), *Pedras Negras*, Lisboa, Portugália Editora.
- (2000), *Açores, o segredo das ilhas (narrativa de viagem)*, Alfragide, Publicações D. Quixote.
- Meure, Chantale (2018), "Récits et mémoire de naufrages dans le sud-ouest de l'océan Indien. XVIe-XVIIIe siècles. Tempêtes, naufrages et pirates dans l'océan Indien: accidents: accidents réels ou péripéties fictives?", *Faculté de lettres et sciences humaines*, Feb 2011, Saint Denis, La Réunion, pp. 13-25. Hal-01157590.

Neill, Peter (ed.) (2000), *American Sea Writing – A Literary Anthology*, pref. Nathaniel Philbrick, New York, The Library of America.

Nobre, António (1892), *Só*, Paris, Léon Vanier, Éditeur

Passos, Carlos de (1928), “Navegação portuguesa dos séculos XVI^o e XVII^o. Naufrágios inéditos. Novos subsídios para a História trágico-marítima de Portugal”, Biblos, Coimbra, pp. 224-250.

Peixoto, Rocha (1898), “Etnografia Portuguesa. Habitação. Os palheiros do Litoral”, *Portugália*.

Pinto, Bento Teixeira (1938), *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este Reino no Ano de 1565, escrito por Bento Teixeira Pinto, que se achou no dito Naufrágio*, prefácio, notas e glossário de Augusto Pires de Lima, Porto, Livraria Simões Lopes.

Raban, Jonathan (1992), *The Oxford Book of the Sea*, ed. Jonathan Raban, Oxford, New York, Oxford University Press.

Redol, Alves (1959), *Uma Fenda na Muralha*, Lisboa, Portugália Editores.

—— (1942), *Avieiros*, Lisboa, Livraria Portugália.

Ribeiro, Aleixo (1962), *Patrão Bento*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, Lda.

Santareno, Bernardo (1959), *O Lugre*, Lisboa, Edições Ática.

—— (1959), *Nos Mares do Fim do Mundo*, Lisboa, Edições Ática.

—— (1960) *António Marinheiro – o Édipo de Alfama*, Lisboa, Edições Ática [1966]

Seixo, Maria Alzira e Alberto Carvalho (org.) (1996), *A História Trágico-Marítima (Análises e Perspectivas)*, Lisboa, Edição Cosmos.

Silva, António Artur Baldaque da (1891), *Estado actual das pescas em Portugal, compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido no ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Régia.

Sonrel, Léon (1880), *Le Fond de la Mer*, Paris, Hachette. Traduzido para português por J. D. Moreira de Sousa. Ver Sonrel, L. (1880), *O Fundo do Mar*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, s/d.

Sousa, Arlindo de (1965), *Vocabulário de Entre Douro e Vouga. I. Artes de Pesca Marítima – Elementos para um estudo comparativo da linguagem da pesca de Portugal e Brasil*, Lisboa, Separata da “Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa” – Volume XXX.

——— *Cancioneiro de Entre Douro e Mondego – Douro Litoral e Beira Litoral*, Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

Sue, Eugène (1832), *A Salamandra*, Lisboa, Typ. de O.R. Ferreira [1846].

Tadié, Jean-Yves (1996), *Le Roman d’Aventures*, Paris, Éditions Gallimard [2013], pp. 149-187

Vitorino, António (1938), *Gente da Vieira*, Lisboa, ETA – Editorial Técnica e Artística.

Watt, Ian P. (1981), *Conrad in the Nineteenth Century*, Berkley, Los Angeles, University of California Press

Williams, Linda (2019), “Deep time and myriad ecosystems – urban imaginaries and unstable”, in *The Aesthetics of the Undersea*, eds. Margaret Cohen e Killian Quigley, London e New York, Routledge, pp. 167-179.



MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES

Is the sea alone?

*Towards the inclusion of maritime
culture in society¹*

Ângela de Almeida

Post-Doctoral researcher

(...) Throughout most of human history, people held to this perspective, and their governments made few, if any, attempts to manage or protect the marine environment. The oceans were seen as largely beyond human influence because even the most destructive actions of people seemed laughable in comparison to the physical and biological resilience of the oceans (...).

Peter Weber²

¹ O ensaio, que aqui se apresenta, foi apresentado na Universidade de Teramo, a convite da mesma, para integrar o colóquio realizado em 2017, com investigadores de regiões insulares diversas e outras. Deste modo, foi escrito em inglês, a língua oficial do colóquio. Seria prudente apresentá-lo aqui em Língua Portuguesa, todavia, como não se tratava de uma mera tradução, antes de um novo ensaio, optámos por deixá-lo tal como está. Agradecemos assim a compreensão dos colegas investigadores.

² Weber, Peter (1993, 1st ed.), *Abandoned Seas: Reversing the decline of the oceans*, Washington: World Watch Institute, 66 pp.

(...) The social importance of the oceans for global transportation and as a unifying element in the cultures of many coastal countries cannot be overstated.

The oceans are so large that during the development of most of the world's cultures they could be considered to be almost infinite, with little risk of their overexploitation. However, the cultural traditions of open access that developed during this period are no longer adequate in the 'full world' in which we now find ourselves, where humans and their artifacts are beginning to stress the very life support functions of the biosphere. Open access to the oceans must be replaced with more appropriate property rights regimes (...).

Robert Costanza ³

Is there any substantial change in the way most people regard the sea, comparing with the first nineteen centuries? Do people have the conscious that oceans are not only a common good of humanity, but also the liquid surface of our social territory? Are people aware of the fact that seaweeds produce more oxygen than the trees? Do people realize that most part of the pollution, that destroys the oceans, comes from the earth? As to the sociology itself, is it clarified that the social relationships occur both on earth and in the sea, which are a common social surface? Have we been looking to the sea only with an outsider view? Where does it live our inner look to the mother of life, to those waters that always receive all our thoughts and behaviours, with that *resilience* Weber⁴ talks us about?

As to the nature and the history of humanity, the oceans constitute an integral part, which may not be disregarded: the transversality as well as the universality of the oceans are anchored in an unbreakable triad, which forms and conditionates the social being: the liquid origin of life, the predominantly liquid composition of the earth, the predominantly liquid composition of the human body. This reality takes us to an apology of the sea, while psychic and genesic energy (Jung, 1959⁵), that lives in the collec-

³ Costanza, Robert (1999), "The ecological, economic, and social importance of the oceans", in *Ecological Economics*, n.º 31, Elsevier Publications, Salt Lake City, pp. 119-213, p. 203.

⁴ Weber, *op. cit.*

⁵ Jung, Carl Gustav (1959), *The archetypes and the collective unconscious*, Oxford, England, Patheon Collected works. Vol. IX, Pt. I., 1959, 462 pp.

tive unconscious of each individual (Bachelard, 1942⁶; Eliade, 1949⁷), simultaneously with the antagonism between the historical antinomies and the human nature (Giddens, 1999⁸; Zizek, 2010⁹; Castoradis, 2007¹⁰). The sea is a perennial subject in philosophy, literature, history, sociology, anthropology, biology, geography, ecology, and, above all, in human ecology (Hawley, 1986¹¹; Lawrence, 2015¹²), and the state of art (Steinberg, 2001, 2013¹³; Helmreich, 2009, 2010¹⁴; Pickens, 2005, 2013, 2014, 2015¹⁵; Cocco, 2006, 2013, 2014¹⁶, among others) reflects the emergence of a new research dedicated to the theme: Pickens' defence of a *blue sociology* is essential and led us to a revisiting the social and historical problematic of the oceans, regarding that, as well as the solid surface, they constitute an indispensable territorial surface, which composes the social being. This way, we have to ask whether there is a gap between the permanence of the sea in the history of human life and its inclusion

⁶ Bachelard, Gaston (1942), *L'eau et les rêves: essai sur l'imagination de la matière*, Paris, Librairie José Corti, 267 pp.

⁷ ELIADE, Mircea (1954), *The myth of the eternal return*, New York: Bollingen Foundation, 1st ed., 232 pp.

⁸ Giddens, Anthony (1999), *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*, New York, ed. by Routledge, 2nd edition, 2000, 100 pp.

⁹ Zizek, Slavoj (2011), *Living in the end of times*, London: Verso books, 416 pp.

¹⁰ Castoriadis, Cornelius (2007), *Uma Sociedade à Deriva*, entrevistas e debates, edição preparada por Enrique Escobar, Myrto Condigas e Pascal Vernay, trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, 90 Editora (1ª ed., Éditions du Seuil, 2005), 358 pp.

¹¹ Hawley, Amos (1986), *Human Ecology: A Theoretical Essay*, Chicago, The University of Chicago Press books, 176 pp.

¹² Lawrence, Roderick J. (2015), *Understanding Human Ecology: A Systems Approach to Sustainability*, Abington, UK; New York, Routledge, 214 pp.

¹³ Vide, among others, Steinberg (2001), Phillip E., *The social construction of the sea*, Cambridge: Cambridge University Press, 239 pp.; Steinberg, Phillip E. (2013), *Of the seas: metaphors and materialities in maritime regions*, in *Atlantic Studies*, London, pp. 156-169.

¹⁴ Helmreich, Stefan (2010), "Human nature and sea", in *Anthropology Now* magazine, vol. II, n. 3., 2, pp. 49-60; Helmreich, Stefan, *Anthropological Voyages in Microbial Seas*, University of California Press, 2009, 356 pp.

¹⁵ Vide, among others, Pickens, Felicity (2005), *Oceans, space and society: towards a blue sociology*, Palgrave Macmillan Press, Western Sidney University, 5 pp. ; PICKENS, Felicity (2015), *Accounting the blue planet in tourism: Undersea and the opportunity for inclusive approaches to knowledge production*, in Wilson, E., & Witsel, M. (Eds.) *Rising Tides and Sea Changes: Adaptation and Innovation in Tourism and Hospitality: Proceedings of the 25th Annual CAUTHE Conference*, Gold Coast, Southern Cross University, Queensland, 2-5 February 2015.

¹⁶ Vide, among others, Cocco, Emilio (2014), "Terre liquide, mare solido. Lo studio del confine nella regione di frontiera dell'Adriatico Settentrionale", in *Il confine nordorientale. Temi e prospettive nella storiografia recente*, in rivista *Memoria e Ricerca* 2014, 45 pp.; Cocco, Emilio (2013), "Theoretical implications of maritime sociology", in *Annals of Marine Sociology*, vol. XXII, Polish Academy of Sciences, pp. 5-18.

as far as social studies of human being are concerned. It is also important to clarify that the question here is not whether a maritime sociology exists or not; the question here is sociology itself as a whole. It is also inevitable to remember when sociology, psychology, ecology arose. And it is inevitable to explore which social representations of the oceans existed and exist before and after¹⁷ the appearance of these subject areas. Was it necessary to wait for the emergence of the human ecology¹⁸, so that we might see the indispensable encounter between the sociosphere and the biosphere? As Picken points out: "(...) While this dualistic nature of both land and sea is the backdrop to human life and origins, scholarship is characterised by a land-bias that sees oceanic space as residual to the important and almost exclusive business of terra firma (...)." ¹⁹

Maritime culture is a part of our social life, but its recognition is not yet a complete reality (Steinberg²⁰, 2009; Cocco²¹, 2013, 2015; Firth, 2015):

(...) Marine and maritime cultural heritage should receive much greater attention as a facet of culture and heritage generally, and as a facet of the marine environment. Its presence is pervasive even far from the sea and its importance

¹⁷ As an example, *vide* the social representation of the sea in the nineteenth century, when ships and steam engines appeared: (...) *Sea Fiction in the Nineteenth Century: Patriots, Pirates, and Supermen*, James Fenimore Cooper forges a new kind of sea fiction, what contemporaries would call the "sea novel. (...) in Cohen, Margareth (2012), *The sea in the novel*, Princeton, Princeton University Press, 328 pp.

¹⁸ The expression "human ecology" emerges in 1916.

¹⁹ Picken, F. (2015) "Accounting the blue planet in tourism: Undersea and the opportunity for inclusive approaches to knowledge production" in Wilson, E., & Witsel, M. (Eds.) *Rising Tides and Sea Changes: Adaptation and Innovation in Tourism and Hospitality: Proceedings of the 25th Annual CAUTHE Conference*, Gold Coast, Queensland, 2-5 February 2015. Southern Cross University: Gold Coast, 7 pp. p. 2.

²⁰ *Vide* Steinberg, P. E. (2009), Elsevier research journal, pp. 21-25: *Oceans*, "(...) it would be logical to include the ocean as one of those spaces of society (...)"

²¹ Cocco, Emilio (2013), "Theoretical Implications of Maritime Sociology", in: *Annals of Marine Sociology*, Vol. XXII, Zadra: ed. Polish Academy of Sciences – The Gdansk Branch Commission of Marine Sociology, pp.5-18: "(...) in a truly maritime sociological approach, the sea is not only a medium but a social space, which would not been merely 'used by society' but rather represent 'a space of society (...)'". *Vide* also COCCO, Emilio (2015), *Sociologia Oceanica. Il ruolo dei mari e delle coste nello scenario globale del XXI secolo*, Torino, Paris, L'Harmattan, Logiche Sociali (978-88-7892-282-2)

to people economically and socially warrants specific consideration. Its absence from debates and from policy should be remedied. (...) ²²

In fact, for nineteenth centuries the sea was not regarded as a component of our lives, nor as a social surface: during all that time, oceans were used and perceived only as a means and not as a component of our life. As a matter of fact, oceans were a means to feed people, to link them and the land, to trade, as well as they were the stage of so many battles. This is demonstrated in literature: from Homero and his *Odissey*, to Dante Alighieri and his *Divina Commedia*; from Camões with *Os Lusíadas*, to Melville and his *Moby Dick*, not forgetting Jules Verne's fantastic books, in the nineteenth century, like *Around the world in eighty days*, *Twenty-thousand leagues under the sea*, *Voyage to the centre of the earth*. In the early twentieth century, literature presents us a great contribute with the well known novel by Hemingway, *The old man and the sea*, and Virginia Woolf with *The waves*, among many other writers: in Portugal, the great poet Pessoa brings us back the sea as mother life too. And the twenty-century is very rich in literature, as far as the sea and the oceans are concerned, which constitutes a very important sociological field, which may not be ignored. For literature, as well as the social representations, it performs the collective imaginary.

Across the universal literature we may analyse the sea as an invisible and indomitable frontier, but also as a link with the world and as a social space itself, that everyday lives inside each one of us: the uterine sea. Literature also demonstrates us the treasure, which is the sea's biodiversity, as well as the oceans as a place for survival, fertility, and abundance. This way, literature also shows us the oceans as the symbol of both beginning-birth-rebirth-life and danger-death-end, initiation, pilgrimage, the flowing time. And it displays the sea-centre of the good and of the evil, the place of isolation and exile and the place of release and freedom. Literature takes us to the oceans as a sacred temple to be contemplated – a place of peace, mystery, the unknown, as well as a place of the most deep and violent passions. And, of course, literature takes us to the oceans as a social centre – place of making peace and place of making war; place of trade negotiations and of economical life; place of migrations. Therefore, we can achieve the social representations, which are represented

²² Firth, Anthony (2015), *The Social and Economic Benefits of Marine and Maritime Cultural Heritage. Towards greater accessibility and effective management*, London, ed. London Frost Foundation, 62 pp. pp. 51-52.

in the literary texts, over the centuries. In the twentieth century literature, we can read about the humanized sea, or the echo of the human ecology in novel and in poetry, which represents a very rich field, where one may find the sea as an intimate place. No more oceans to be abused, that is what the literature of the twentieth and of the twenty-first centuries fights for. Hence, we believe that the sociology of literature has an indispensable task to play in the interdisciplinary studies, concerning the sea and the development of an integral sociology: to study the different social surfaces of the individual. And it is not possible to give the right place to the sea in sociology if we don't start by studying essence of the human being. As far as theory is concerned, there is a very rich field, which highlights both the significance and the symbolic of the sea: Michelet (1875), Bachelard (1942), Eliade (1954), Jung (1959), are some of the theoreticians who consider that oceans symbolize the "primordial substance", which ground the creation of all other forms. It is this sea, also a collective unconscious, which constitutes the human totality, that we wish to bring back, for social representations and the literary speech possess the same symbolic matrix (Moscovici, 1961; Sammut, Andreouli; Jung, 1977): "(...) All human interactions, whether they arise between two individuals, or between two groups, presuppose such representations. Indeed, this is what characterizes them (...)"²³

If we bring back and study the human experiences, as well as the social representations, following both a diachronic and a synchronic route, we will contribute to the sociology of literature (Molony and Walker, eds., 2007) and to the social recovery of the harmonised social being: this way, new social imaginaries may emerge, built on patterns which do not fragment the relation between the individual and the environment, where he lives (Giddens, 1999). As stated by Poli and Kuhnen (2013): "(...) The concern with the future of our country is also a concern with the relations that people create with one another. (...) The environmental crisis is, in fact, a crisis that exists in the relation between the individual and the environment (...)"²⁴

In order to create new imaginaries or new social representations, which may reconcile the individual with the sea, it is important to study the social changes along the history, specially those occurred before the beginning of the twentieth century.

²³ Moscovici, *op. cit.*, p. 26.

²⁴ Žizek, Slavoj, *op. cit.*

The nineteenth century (Buzan and Lawson²⁵, 2012) is a turning point, with two antagonistic marks: the highlight of the Industrial Revolution and the emergence of the social sciences. The first mark would bring a new concept of social dynamics, based on a capitalist system, where individual and nature have no vote. This created, forever, a tremendous social change, with the appearance of the proletariat and the growth of the *bourgeoisie*. The first were men and women that left their countryside lives, for thousands and thousands of farmers were substituted by machines. And, of course, cities were not structurely prepared to receive these people that had left peace, nature²⁶, a family project, looking for a job in a factory. These workers were true slaves, as Charles Dickens (1854) highlights in his historical novel, *Hard Times*. On the other hand the emergence of the social sciences allowed a new path, where humanity and human nature would be the centre of policies, programs and strategies, announcing the first steps towards democracies and, therefore, following the ideals of the French Revolution (1789-1799): freedom, equality, fraternity. No doubt, the immense social change was the main reason for the emergence of sociology. As Watson (2002) points out:

(...)The social imagination is very much a creature of the modern industrialized societies, within which it developed as form of critical reflection on the considerable social changes associated with the industrialization and the growth of capitalism. Sociology emerged in the nineteenth century as both

²⁵ These authors underline the lack of attention, when considering this century, with its very importante transformations. Vide Buzan, Barry, Lawson, George (2012), *The global transformation: the nineteenth century and the making of modern international relations*, London: International Studies Association, 38 pp.

²⁶ Vide Shumpeter, Joseph A. (2003, 1st ed.), *Capitalism, Socialism and Democracy*, with na Introduction by Richard Swedberg, Stokholm University, London and New York: Taylor & Francis e-Library, 437 pp., p. 124 : "(...) By breaking up the feudal environment and disturbing the intellectual peace of manor and village (though there always was, of course, plenty to discuss and to fall out about in a convent), but especially by creating the social space for a new class that stood upon individual achievement in the economic field, it in turn attracted to that field the strong wills and the strong intellects. Precapitalist economic life left no scope for achievement that would carry over class boundaries or, to put it differently, be adequate to create social positions comparable to those of the members of the then ruling classes. Not that it precluded ascent in general. But business activity was, broadly speaking, essentially subordinate, even at the peak of success within the craft guild, and it hardly ever led out of it (...)"

a reaction to and a reflection of certain major social and cultural shifts, which had been occurring for some hundred years in Europe. (...)”²⁷

However, the strength and the power of capitalism would overtake the so important social sciences: the discovery of the oil and the navigation of oil tankers, the emergence of so many industries, among them, the fishing industry, the emergence of the plastic, the emergence of a new concept of individual – disposable product –, subjugated to the «new» rational order, which forces each one to decline one’s individuality or one’s creativity (Castoriadis, 2005), compose the framework that would dominate any attempt to build a (more) complete social being.

In spite of the fact that the social surface is composed of water and land, the replacement of the sea in sociology is a very young and recent task (Vickers and Walsh²⁸, 1999). The first international conference concerning the sea was held in 1958; the second one took place in 1972. But only twenty years later, The *United Nations Convention on the Law of the Sea*²⁹ would be signed, on the tenth December 1982. The *2030 Sustainable Development Agenda*³⁰ came into force on the first of January 2016: its fourteenth goal is dedicated to the preservation and to the use of the oceans, the seas and the marine resources, in a sustainable way. Moreover, the concept of sustainable development was first used only in 1987, during the Stockholm Conference³¹, and the concept of *green economy* was (only) first used in 1989³², the same year that the defence of an ecologi-

²⁷ Watson, Tony Jr. (2002, 1st ed.), *Sociology, work and society*, London and New York: ed. Routledge Taylor and Francis Group, 308 pp., p. 8. Vide also Watson, Tony (2012, 1st ed.), *Routledge Taylor and Francis Group*, London and New York, Routledge Taylor and Francis Group, 6 th ed., 402 pp. p.

²⁸ Vickers, Daniel, e Vince Walsh (1999), “Young Men and the Sea: The Sociology of Seafaring in Eighteenth-Century Salem, Massachusetts”, in *Social History*, vol. 24, nº1, London, Taylor & Francis, Ltd., pp. 17-38.

²⁹ United Nations (1982) *United Nations Convention on the Law of the Sea*, New York, ed. United Nations, 202 pp.: accessible on the web at http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf

³⁰ United Nations (2015), *Transforming our world: The 2030 Sustainable Development Agenda*, New York: ed. United Nations, 41 pp. Accessible on the web, at <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

³¹ World Commission on Environment and Development(1987), *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future(Brundtland Report)*, Oxford, Oxford University Press, 383 pp.

³² Vide Pearce, David, Anil Markandya e Edward B. Barbier (1987), *Blueprint for a green economy*, London, Great Britain, Earthscan Publications, 192 pp.

cal economy was first brought about (Kostanza, 1989³³). The term *ecological footprint* was first used in 1992 (Rees, 1992³⁴). And only in that same year, 1992, the European Union created the eco-label: 1992 is, in fact, another turning point, with the first Earth Summit³⁵. These references mean that a long way was taken in time, since the emergence of the social sciences in the nineteenth-century and the so needed action, towards a new mindset. Only during the seventies the sociology of the environment has emerged, with William R. Catton Jr. and Riley E. Dunlap (1978)³⁶: in their essay, the authors underline the emergence of the sociology of the environment due to "(...) recent societal changes that are difficult to comprehend from traditional sociological perspectives. (...) "³⁷. No doubt that their words constitute a remark on the fragilities of traditional sociology: of course, it is not possible to study the social being apart of the (natural) environment. And that's precisely what is pointed out there: "(...) sociologists can no longer afford to ignore the environment in their investigations, (...) "³⁸. Later, in this same essay, one can read: "(...) Neglect of the eco-system dependence of human society has been evident (...) "³⁹. Five years before, Rosengren⁴⁰ (1973) made the defence of *sociological maritime studies*⁴¹ by stating that "(...)the marine environment is a general use resource, control which is exercised by a land based social ecology (...) "⁴².

In the nineties, we underline two important contributions: Peter Weber⁴³ (Weber, 1993) and his essay, *Abandoned seas: reversing the decline of the oceans*⁴⁴,

³³ Vide Costanza, Robert (1989), "what is ecological economics?", in *Ecological Economics*, Amsterdam, Elsevier Science Publishers, B. V., pp. 1-7.

³⁴ Rees, E. William (1992), "Ecological footprints and appropriated carrying capacity: What urban economics leaves out", in *Environment and Urbanization*, vol.4, number 2, Thousand Oaks, Sage Publications, pp.121-130.

³⁵ Rio de Janeiro, June, 1992.

³⁶ Catton Jr., William R., Riley E. Dunlap (1978), "Environmental Sociology: a new paradigm", in *American sociologist*, vol.13, ed. Washington State University, pp. 41-49.

³⁷ Idem, p. 42.

³⁸ Idem, pp. 44-45.

³⁹ Idem, p. 43.

⁴⁰ Rosengren, William R. (1973), "A sociological approach to maritime studies: a statement and example", in *Maritime Studies and Management*, vol.1, Bristol: ed. by Scientecnica Publishers Lda, pp. 71-73.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Idem, p. 71.

⁴³ Weber, *op. cit.*

⁴⁴ Ibidem.

and Robert Costanza (Costanza, 1999) with his essays concerning what he calls the importance of ecological economics, as a suitable solution to the defence of our first home, the sea. As to Weber (1993), it is important to point out the main priorities in order to rehabilitate our marine social surface: the control and the prevention of overfishing and the inland sources of pollution, like sewages, the control of coastal development, considering that these are the largest causes of the sea degradation. The same concerns may be found in Costanza (1999), as both point out very concrete solutions and examples of success: Costanza highlights the importance of an ecological economy as a successful source in order to reverse the degradation of the sea and to create a new mindset.

And only now, in the twenty-first century, some thirty years after, a small group of researchers, most in Australia, in the United States of America, in Italy and in Portugal, have developed Rosengren's statement. Cocco (2015⁴⁵) would also point out: "(...) The sea is certainly not one of the favourite research topics of sociology and despite a recent and new popularity among historians and geographers, the sea remains generally a stranger to contemporary sociologists. (...) "⁴⁶. Picken (2013), would also underline this sociological neglect:

(...) sociology remains land-locked.(...) "⁴⁷ Picken's defence of a blue sociology⁴⁸ is absolutely crucial: (...) a programme for a blue sociology signalling fertile ground for future investigations and marrying these to the broader programmes of climate change and "extremes". In the uncertain 21st century, it is important to promote not only an understanding of blue space, but an understanding of the relevance of this for societies that appear increasingly on the edge, and coming to terms with their extended relations supporting life on a blue planet. (...) "⁴⁹.

⁴⁵ Cocco, Emilio (2013), "Theoretical Implications of Maritime Sociology", *op. cit.*

⁴⁶ *Idem*, p.5.

⁴⁷ Picken, Felicity (2013), *Society on the Edge: Towards a manifesto for blue sociology*, The Australian Sociological Association Conference, 24-28 Nov.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

In the beginning of this new century, Steinberg⁵⁰ (2001) had also drawn the attention for the neglect of putting aside the social evidence of the sea:

(...) despite the past and present significance of the word ocean to modern society, and despite these calls for a holistic geographical accounting of human interactions with the sea, relatively little research has been conducted on the historical geography of the ocean as a space that, like land, shapes and is shaped by social and physical processes (...) ⁵¹.

Our proposal considers the necessity of an interdisciplinary research, concerning the sea as an obvious social surface of the social being and as *mother life*⁵². By the way, we emphasize Cocco's statement, about (the return of) the interdisciplinarity interest in the oceans and in the sea (Cocco 2013, 2015):

(...) truly, important works and leading research have been carried out in the field of maritime or marine sociology, even in Europe, where a research stream on maritime sociology has been established within the European Sociological Association (ESA). In this context, the recent re-publication for the English speaking readers of some fairly unknown texts of Norbert Elias on the development of naval professions (Elias 2007) might be an important signal for a maritime turn in the short-term future. (...) ⁵³

In fact, we need to create a research bridge, where sociology, history, literature, ecology, biology, geography, ecological economy, may work together in the defence of the sea as mother life and as a social surface, that inner place where we encounter again ourselves. This type of research is also underlined by Cocco (2015), when

⁵⁰ Steinberg, F. E. (2001), *The social construction of the ocean*, Cambridge, Cambridge University Press, 258 pp.

⁵¹ Idem, p. 10.

⁵² Carsin, Raquel (1951), *The sea around us*, Oxford: Oxford University Press, 274 pp.

⁵³ Cocco, Emilio (2013), *Theoretical Implications of Maritime Sociology*, in *Annals of Marine Sociology*, Vol. XXII, ed. Polish Academy of Sciences – The Gdansk Branch Commission of Marine Sociology, 14 pp., accessible at web: http://elearning.unite.it/pluginfile.php/9076/mod_resource/content/1/preprint_Cocco.pdf

talking about a “(...) rinnovato dal partire a contemporanea sociologica specialmente, sociali scienze delle settori diversi in gli oceani e mare (...)”⁵⁴

The twenty first century brought the emergence of a sociology devoted to the forgotten sea, as Steinberg (2009) wrote, “The forgotten 71%”⁵⁵: “(...) The new millennium is bringing humanities scholarship back to the sea. (...)”⁵⁶, states Ment (Ment, 2009). But we may not forget Cocco’s statement (Cocco, 2015) about this terrific tendency of considering the sea only in terms of territorial dispute, military strategies and disputes related to the marine borders⁵⁷. Likewise, one should not forget Picken’s statement: “(...) oceanic space is a laboratory for exploring human and social identity, embodiment in an extreme sense and the delegation of action to natural and technological ‘others. (...)”⁵⁸. And research shows us the birth of an integral sociology: Steinberg (2001,2008,2009) Pickens (2014, 2015, 2016), Ment (2009), Cocco (2006,2013, 2014, 2015, 2016), Probyn (2016), among others.

Conclusion

The nineteenth century was, no doubt, the dual turning point, with the emergence of the social sciences and the boom of the Industrial Revolution. The power of capitalism would almost crush social sciences. The social changes were immense and therefore they have increased.

With two parallel wills, social sciences and capitalism have come through, but the course of capitalism has been much faster and much powerful. Only by the seventies, the international community awoke. It was too late. As Steinberg (2008) wrote:

⁵⁴ Cocco, Emilio (2015), “Ecologia politica dell oceano globale. Probleme e sfide della sociologia maritime”, in *Culture della sostenibilità/Rivista Scientifica Internazionale*, anno VIII, n. 16, 159 pp., pp. 32-47.

⁵⁵ Steinberg, P. E. (2009), *Oceans*.

⁵⁶ Ment, Steven (2009), *Toward a Blue Cultural Studies: The Sea, Maritime Culture, and Early Modern English Literature*, New York, St. John’s University New York City, *Literature Compass* 6/5, pp. 997–1013.

⁵⁷ Vide Cocco (2015), *op. cit.*, p. 43.

⁵⁸ Picken (2013), *op. cit.*

"(...) Increased extraction of the ocean's resources of the oceans has been accompanied by decreased integration of the ocean's material natural into everyday lives. (...)." ⁵⁹

Sociology shall rebuilt a human reconciled with the sea. Towards this reconciliation, the individual has to feel it as a major part of its identity. This means that there an inner looks is lacking, with full respect for the sea. As Kovadloff ⁶⁰ (2006) underlines: "(...) Nature is exclusively reduced to the condition of object for exploration and domain. (...) It is demandable for the individual to understand that what he calls natural environment is an integral part of one's identity (...)" ⁶¹

Sociology has nothing to do with this neo-liberal condition, that kills individuality to produce people that must follow an established order, where the sea is a surface to be abused. The original concept of social being has to return. Remembering again Kovadloff lucidity: "(...) A new valorization of nature won't take place till the individual is not able to change the Knowledge of him self, (...)" ⁶²

Concerning this return to the sea, Steven Mentz's (2009) statement brings hope: "(...) The new millennium is bringing humanities scholarship back to the sea (...)"

Therefore, the sea is a symbol, which assumes the most diverse social representations. And it is through these social representations of the individual, that we can aim at a complete sociology, or at a sociology that studies the complete, heterodox social being.

⁵⁹ Steinberg, Philip E. (2008), "It's easy being green: overuse, underexposed and the marine environmentalist consensus", ed. by Geography Compass, V. II, pp. 2008-2096.

⁶⁰ Kovadloff, Santiago, "A construção do presente: feições filosóficas do conceito de trauma/The construction of the present: Philosophical aspects of the concept of trauma», in Pacheco, Carlos, Colin Richard e outros (2006), *O estado do mundo/The state of the world*, english translation of the titles by Ângela de Almeida, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 303 pp., pp. 235-256.

⁶¹ Idem, english translation by Ângela de Almeida, p. 242.

⁶² Idem, p. 243.

Bibliographic references

- Bachelard, Gaston (1942), *L'Eau et les rêves: essai sur l'imagination de la matière*, Paris, Librairie José Corti, 267 pp.
- Buzan, Barry, George Lawson (2012), *The global transformation: the nineteenth century and the making of modern international relations*, London, International Studies Association, 38 pp.
- Carson, Raquel (1951), *The sea around us*, Oxford, Oxford University Press, 274 pp.
- Castoriadis, Cornelius (2007), *Uma Sociedade à Deriva, entrevistas e debates*, edição preparada por Enrique Escobar, Myrto Condigas e Pascal Vernay, trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, 90 Editora (1ª ed., Éditions du Seuil, 2005), 358 pp.
- Catton Jr., William R., Riley E. Dunlap (1978), "Environmental Sociology: a new paradigm", in: *American sociologist*, vol.13, ed. Washington State University, pp. 41-49.
- Cohen, Margareth (2012), *The sea in the novel*, Princeton, Princeton University Press, 328 pp.
- Cocco, Emilio (2015), "Ecologia politica dell oceano globale. Probleme e sfide della sociologia maritime", in *Culture della sostenibilità/Rivista Scientifica Internazionale*, anno VIII, n. 16, 159 pp., pp. 32-47.
- (2015), *Sociologia Oceanica. Il ruolo dei mari e delle coste nello scenario globale del XXI secolo*, Torino, Paris, L'Harmattan, Logiche Sociali (978-88-7892-282-2).
- (2014), «Terre liquide, mare solido. Lo studio del confine nella regione di frontiera dell'Adriatico Settentrionale», in *Il confine nordorientale. Temi e prospettive nella storiografia recente*, in rivista Memoria e Ricerca 2014
- (2013), «Theoretical Implications of Maritime Sociology», in: *Annals of Marine Sociology*, Vol. XXII, Zadra: ed. Polish Academy of Sciences – The Gdansk Branch Commission of Marine Sociology, pp.5-18.
- Costanza, Robert (1989), "what is ecological economics?", in *Ecological Economics*, Amsterdam, Elsevier Science Publishers, B. V., pp. 1-7.
- (1999), "The ecological, economic, and social importance of the oceans" in *Ecological Economics*, n. 31, Elsevier Publications, Salt Lake City, pp. 119-213, p.203.
- Eliade, Mircea (1954), *The myth of the eternal return*, New York, Bollingen Foundation, 1st ed., 232 pp.
- Firth, Anthony (2015), *The Social and Economic Benefits of Marine and Maritime Cultural Heritage. Towards greater accessibility and effective management*, London, London Frost Foundation, 62 pp.

- Giddens, Anthony (1999), *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*, New York, Routledge, 2nd edition, 2000, 100 pp.
- Hawley, Amos (1986), *Human Ecology: A Theoretical Essay*, Chicago, The University of Chicago Press books, 176 pp.
- Helmreich, Stefan (2010), "Human nature and sea", in *Anthropology Now Magazine*, vol. II, n.º 3., 2, pp, 49-60.
- ___ *Anthropological Voyages in Microbial Seas*, University of California Press, 2009, 356 pp.
- Jung, Carl Gustav (1959), *The archetypes and the collective unconscious*, Oxford, Patheon Collected works, Vol. IX, Pt. I., 1959, 462 pp.
- Kovadloff, Santiago (2006), "A construção do presente: feições filosóficas do conceito de Trauma / The construction of the present: Philosophical aspects of the concept of trauma", in Pacheco, Carlos, Colin Richard, e outros, *O estado do mundo/The state of the world*, english translation of the titles by Ângela de Almeida, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 303 pp., pp. 235-256.
- Lawrence, Roderick J. (2015), *Understanding Human Ecology: A Systems Approach to Sustainability*, Abington, UK; New York, Routledge, 214 pp.
- Ment, Steven (2009), *Toward a Blue Cultural Studies: The Sea, Maritime Culture, and Early Modern English Literature*, New York, St. John's University New York City, Literature Compass 6/5, pp. 997-1013.
- Pocken, Felicity (2013), *Society on the Edge: Towards a manifesto for blue sociology*, The Australian Sociological Association Conference, 24-28 Nov.
- ___ (2015) "Accounting the blue planet in tourism: Undersea and the opportunity for inclusive approaches to knowledge production" in Wilson, E., & Witsel, M. (Eds.) *Rising Tides and Sea Changes: Adaptation and Innovation in Tourism and Hospitality*: Proceedings of the 25th Annual CAUTHE Conference, Gold Coast, Queensland, 2-5 February 2015. Southern Cross University, Gold Coast.
- ___ (2005), *Oceans, space and society: towards a blue sociology*, Palgrave Macmillan Press, Western Sidney University, 5 pp.
- Pearce, David, Anil Markandya, BARBIER, Edward B. (1987) *Blueprint for a green economy*, London, Great Britain, Earthscan Publications, 192 pp.
- Shumpeter, Joseph A. (2003), *Capitalism, Socialism and Democracy*, with na Introduction by Richard Swedberg, Stokholm University, London and New York, Taylor & Francis e-Library, 437 pp.

- Steinberg, F. E. (2001), *The social construction of the ocean*, Cambridge, Cambridge \ University Press, 258 pp.
- ___ (2013), "Of the seas: metaphors and materialities in maritime regions", in *Atlantic Studies*, London, pp. 156-169.
- Rees, E. William (1992), "Ecological footprints and appropriated carrying capacity: What urban economics leaves out", in *Environment and Urbanization*, vol.4, number 2, Thousand Oaks: Sage Publications, pp.121-130.
- Rosengren, William R. (1973), "A sociological approach to maritime studies: a statement and exemple", in *Maritime Studies and Management*, vol.1, Bristol, ed. by Scientecnica Publishers Lda, pp. 71-73.
- United Nations, (1982) *United Nations Convention on the Law of the Sea*, New York: ed. United Nations, 202 pp.: accessible on the web at http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf
- United Nations (2015), *Transforming our world: The 2030 Sustainable Development Agenda*, New York: ed. United Nations, 41 pp. Accessible on the web, at <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- Vickers, Daniel, Vince Walsh (1999), "Young Men and the Sea: The Sociology of Seafaring in Eighteenth-Century Salem, Massachusetts", in *Social History*, vol. 24, nº1, London, Taylor & Francis, Ltd., pp. 17-38.
- Watson, Tony Jr. (2002), *Sociology, work and society*, London and New York, Routledge Taylor and Francis Group, 308 pp.
- Weber, Peter (1993.), *Abandoned Seas: Reversing the decline of the oceans*, Washington, World Watch Institute, 66 pp.
- World Commission on Environment and Development (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future* (Brundtland Report), Oxford, Oxford University Press, 383 pp.
- Zizek, Slavoj (2011), *Living in the end of times*, London, Verso books, 416 pp.

O Mar de Omar

Gustavo Antoniuk Presta

Doutorando em Artes Visuais (UDESC)

Célia Maria Antonacci Ramos

PPGAV/CEART/UDESC

Considerações iniciais

Este trabalho (filme e texto) é derivado da minha dissertação de mestrado. O documentário equivale ao primeiro capítulo da dissertação e o texto é adaptado de um dos capítulos. A pesquisa aconteceu motivada pela experiência que tive no terremoto seguido por tsunamis no litoral chileno em 2010. As imagens e sons foram gravados entre 2013 e 2015 e o documentário finalizado em 2016.

O texto a seguir reflete, a partir de desdobramentos de experiências que tivemos nos convívios com Omar, uma série de experiências, ideias e reflexões que reverberam em nosso estar no mundo.

Sugiro que o documentário seja assistido antes da leitura do texto, a partir do link disposto abaixo. A utilização de fones de ouvido favorece a sensação imersiva.

Documentário “O mar de Omar”

Audiovisual documentário curta-metragem, 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=cYvaBzHsVtg&t=3s>

Imaginários de Omar

Chegámos ao Chile em 2013 para a primeira expedição de gravação para a produção do documentário “O Mar de Omar” e nos hospedámos, inicialmente, no mesmo local onde estávamos na noite do dia 27 de fevereiro de 2010. Já nos primeiros dias fomos à procura de Omar e passamos a vivenciar com ele sua rotina do mar. Nos encontrávamos desde cedo, quando íamos correr ondas ou ajudávamos a puxar as redes.

A casa de Omar ficava sobre as pedras, no canto esquerdo da praia, imbricada na encosta de um paredão rochoso, rajado de quartzo branco. Era especial e positiva a energia do ambiente, embebido pela noite que se esvaía, de lua crescente e céu em dégradé azul-marinho, constantemente riscado por estrelas cadentes. O gosto comum pela rotina de mareiro levou-nos a vivências comuns: pesca, limpeza da praia, manufatura das “maletas de *cochayuyos*¹”, degustação de

¹ O cochayuyo recebe o nome científico de *Durvillaea Antarctica*, a planta do mar. Também conhecido como cachiuyuyo, cochaguasca, cochahuasca, ou coyofe, é uma alga castanha comestível que habita na costa dos mares sub-antárticos como no Chile.

"piures² in natura", algumas refeições e escambos de conhecimentos diversos. Dessas vivências registramos muitas conversas e momentos especiais.

Nesse dia uma porosa neblina densa abraçava as árvores e o horizonte, enquanto descíamos à praia comentando sobre o frio cinza das primeiras horas da manhã. Pé na areia gélida, frio de rachar o osso e algumas garças atentas aguardavam o café da manhã. Logo Omar sairia do mar puxando suas velhas redes. Seus cães também o aguardavam, por vezes molhando as patas na espuma rala da água que ardia em 10°. Omar surgiu a nado e arrastando as âncoras, trazendo na boca as pontas das cordas pelas quais puxaríamos as redes. Não demorou para aparecer mais um amigo. Agora éramos quatro pessoas e dois cães para fazer o serviço de arrastar as âncoras e trazer as redes até a praia. Em 40 minutos tínhamos recebido, conquistado e garantido refeição para dois dias. Omar, ao limpar os peixes, arremessava as vísceras ao balé das garças, que se revezavam em voos quase planejados no arremate da pesca. Tudo era aproveitado. Omar mergulhou mais uma vez, provido de sua antiga e grossa roupa de borracha. Em três minutos emergiu das águas entre as pedras. Em uma mão veio trazendo um grande saco cheio de piures, os quais fez questão de degustar *in natura*, ali mesmo, sorvendo das conchas como quem sorve o prana na fonte da vida. Na outra mão, ele trazia um grande objeto metálico, que logo deciframos como uma fuselagem de avião...

"O mar de Omar" trata disso, uma câmera digital e uma rede de pesca. Uma fuselagem de avião imersa na imensidão do pacífico, encontrada na praia, em meio a um processo de pesca artesanal. Uma casa feita durante cerca de quatorze anos com materiais trazidos pelo mar, que a desfez no capricho de alguns rasos minutos, por ocasião de um tsunami indiferente. É o relato de sua experiência com o terremoto seguido pelo tsunami que inicia o desdobramento da abordagem de aspectos de sua vida. Um breve fragmento de sua vida, que vai da desagregação de sua segurança – ao perder tudo para o mar – à reestruturação de suas bases a partir do reencontro com o mar.

² O 'piure' (*Chilensis Pyura*) é um fruto do mar comestível. Pertence a uma classe de bichos marinhos nomeados ascídias e parece uma "rocha viva".

E foi naquela borda continental banhada pelo oceano pacífico, que outrora nos unira pela experiência do terremoto / tsunami, que Omar começou a contar sobre sua antiga casa, que foi destruída pelo terremoto e levada pelo tsunami. Ele tinha-se dedicado a construí-la com as próprias mãos, durante alguns bons anos de sua vida, com materiais trazidos pelo mar. Troncos, pedras, tábuas, e até mesmo portas e janelas tinham sido trazidas pelo balanço das marés ou reaproveitadas.

Aqui onde estou sentado agora eu vivia antes. E essa estrutura eu construí depois do tsunami. Me deixou uma porta e alguns equipamentos de mergulho. E eu disse, ok, me deixou a porta para voltar a construir uma nova casa, e me deixou o equipamento de mergulho para eu voltar a trabalhar... Então me deixou também uma pauta. Não quis que eu me afastasse definitivamente do mar... (OMAR, 2016)

Seu contato diário com a vida de mareiro que herdou do pai e do avô, gera uma espécie de ancoramento ancestral com a energia do local, uma aliança constante entre o passado e o futuro, mas sempre consciente de sua vivência presente. Falávamos muito sobre as transformações do desenvolvimento tecnológico e cultural na globalização e como isso vinha afetando diretamente nossas vidas e as culturas locais.

Veja como exemplo meu trabalho com os cochayuyos... Eu creio que daqui a alguns anos esse trabalho já não vai ser feito, vai ser extinto. Grandes empresas multinacionais estrangeiras estão comprando empresas pesqueiras aqui no Chile. Extraem e produzem em escala industrial. Estão vindo e comprando verde dos mareiros que não precisam mais fazer todo o trabalho de manufatura. E ganham mais! E isso é como todas as coisas. A modernização vai matando as culturas. E esse trabalho tem mais de cem anos... Fazem maleta aqui há mais de cem anos! (OMAR, 2016)

Desde a época de seu avô o cochayuyo é uma das principais fontes de renda desses homens que retiram do mar sua subsistência. Omar contara-nos sobre as dificuldades da manutenção dessa tradição familiar e também sobre o desinteresse de seus filhos em dar continuidade a essa atividade, muito em função dessa

desvalorização causada produção industrial, mas também pelo gosto do estilo de vida mais urbano e hiperconectado em ambientes digitais.

Foram as percepções de algumas questões como essas que nos levaram, nos momentos de produção em campo, a perceber algumas sutilezas que nos faziam refletir nossas próprias relações com o mundo e com a Natureza. Repensar nossas escolhas, nossos processos, nossas demandas, percebendo outras possibilidades de agirmos frente à vida e à Natureza, diferente das mais ambiciosas e predatórias, que colocam os desenvolvimentos dos mercados acima dos desenvolvimentos humanos. Como se adaptam às torrentes da globalização as pessoas que optam por viver desarticuladas dos sistemas capitalistas de poder? Aldous Huxley, ainda em 1932, deixou no ar intrigantes perguntas, quando escreveu *Admirável Mundo Novo*: Qual seria o lugar dos homens numa sociedade dominada pela máquina? Qual a vereda para o sujeito que queira caminhar pelos próprios pés e reivindicar o direito à sua individualidade e singularidade?

Vivenciando as propostas de transgressão e resistência do Movimento Rastafári³, que me motivam há mais de 20 anos, logo criei grande afinidade com as ideias e princípios de vida de Omar. Apesar de não ser Rastafári e talvez até desconhecer

³ O movimento Rastafári apresenta um complexo programa de articulações sociais e culturais capazes de estruturar uma vivência confrontadora aos sistemas neocoloniais. É um movimento cultural diaspórico com características políticas e sociais bem fundamentadas. As estéticas do Rastafári manifestam-se em diversas esferas da arte e da cultura, influenciando uma diversidade de artistas e ativistas no mundo globalizado. A cultura brasileira, composta em um contexto de “zona de contato” (HALL, 2000, p.74) e “entre-lugares” (BHABHA, 1998, p. 20), é extremamente permeada por diversas culturas africanas e da diáspora. Entre as quais encontra-se o movimento Rastafári, ainda que sem a devida compreensão geral do que realmente significam as estéticas e propostas artísticas e culturais dos Rastas. Daí a importância de trazermos ao campo acadêmico algumas questões referentes ao Movimento Rasta.

existir paralelos entre seu estilo de vida e a vivência '*I-tal*'⁴ do *Rastaman*, Omar remete ao homem natural, conectado com a Natureza, em plena sincronia com os fluxos da vida. Então, entendo que, de certa forma, estamos visando os mesmos percursos de geração de descontinuidades.

Nas duas expedições que realizámos ao Chile para a produção do documentário "*O mar de Omar*", acredito que a quebra do padrão rotineiro da vida foi o que mais me atraiu nas vivências de Omar. Tanto sua rotina como suas opiniões frente aos fatos cotidianos levavam-me a perceber uma intermitência que, de certa forma, tentamos transpassar para a montagem do documentário. "*O mar de Omar*" agrupa um material de imagens e sons com variadas descontinuidades espaciais e temporais, visto que foi registrado entre um período de dois anos (2013 – 2015). O documentário começa e termina no curso do tempo, na transição entre os dias. Essa passagem remete à série de vivências que estávamos tendo com Omar, no percurso das idas e vindas de nove anos, desde 2007, quando conhecemos Omar, até 2015, quando encerramos a captura das imagens e sons para o audiovisual. Passamos diversos dias em proximidade e aprendizado.

Aquela manhã de cenários inefáveis imiscuídos no nevoeiro úmido, remetia-me continuamente ao onírico. Mas a neblina densa por vezes se esvaía, me trazendo de volta a realidade. Apesar da dificuldade do frio da aurora, acordar cedo para a atividade de providenciar o alimento trazia-lhe um valor inexprimível, pelo valor da ação e da subsistência. E fazia ficar mais claro como o bem-estar não resulta apenas do conforto ou de situações favoráveis. Em diversos momentos revisei as palavras de Thoreau (2014, p. 209) reafirmando-me que "a verdadeira colheita do meu dia a dia é algo de tão intangível e indescritível como os matizes da aurora e do crepúsculo. O que tenho nas mãos é um pouco de poeira de estrelas e um fragmento do arco-íris". A imensidão do mar que adentrava a neblina para perder-se no horizonte transformava em grãos os meus maiores problemas. Enquanto revelava o valor de pequenas coisas que em nosso dia a dia acabam passando despercebidas.

⁴ O termo deriva da palavra vital, com sua sílaba inicial substituída por "*I*" (com pronúncia *ai*). O uso de "*I-algo*" é feito com diversas palavras no vocabulário rastafári para simbolizar a unidade de quem está falando com toda a Natureza.

Pela normalidade da aceitação das mazelas da vida contemporânea, surge a impressão de que os homens elegeram deliberadamente seu habitual modo de vida moderno/colonial⁵. Temos dificuldade de conceber outras opções, outros sistemas, outras formas de estar no mundo, entre os homens e a Natureza e estabelecermos novos formatos de relações. “O que, hoje todos aceitam, louvando ou em silêncio, pode revelar-se amanhã como um equívoco, mera fumaça de opinião que alguns tomaram por nuvem que espargiria chuva fecundando os campos” (THOREAU, 2014, p. 22). Religar com a Natureza exige uma nova postura frente a vida e ao mundo. Reconectar com o interesse pelos processos e procedimentos envolvidos em todas as nossas demandas cotidianas, para sabermos, efetivamente, quais as implicações de nossas escolhas sobre a Natureza e a vida das gerações atuais e futuras. Adotamos um modo de vida que traz uma série de implicações e consequências ao Planeta. A subsistência do padrão de poder mundial embasado na lógica capitalista do sistema-mundo moderno/colonial acarreta riscos ambientais que seguirão colocando a vida dos seres humanos em perigo. Então, lembrei-me de um documentário⁶ que havia assistido poucos dias antes da expedição ao Chile. O filme faz uma analogia do estilo de vida ocidental moderno/colonial como uma escravidão voluntária. Os próprios escravos adquirem pela compra os produtos que os escravizam progressivamente, obtendo recursos através do trabalho alienante, um dos principais valores de estabilidade

⁵ Segundo Walter Mignolo (2013) “a modernidade não é um período histórico, mas a auto-narração dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo”. Ampliando o espectro dessas ideias, continua Mignolo (2009, p. 13), “a proposta forte do projeto modernidade / colonialidade é que não há modernidade sem colonialidade: a colonialidade é constitutiva da modernidade. Modernidade não é um período histórico, mas é a maneira em que se narra o período histórico cujo começo se localiza no Renascimento europeu e seus antecedentes na Grécia e Roma. Assim, a modernidade consiste em uma retórica de salvação, progresso, desenvolvimento. [...] A análise da modernidade / colonialidade mostra histórica, econômica, sociológica e filosoficamente o que o discurso da modernidade esconde, enquanto revela que a modernidade é uma retórica que se sustenta sobre a base do controle imperial. A teoria da modernidade/colonialidade auxilia-nos a compreender as condições históricas que favoreceram a imposição e a adoção de tal estilo de vida que se afunila, cada vez mais, no sentido dos problemas já anteriormente listados, além de outros, talvez mais graves, mas mantidos em sigilo ou até mesmo desconsiderados. Desse modelo de estar no mundo derivam as engrenagens que sustentam um sistema favorecedor do desenvolvimento irrestrito dos que estão articulados aos sistemas capitalistas de poder, em detrimento da estagnação da maioria, e da supressão da Natureza em busca da produção e do desenvolvimento econômico.

⁶ *Da Servidão Moderna*, 2009: <http://www.delaservitudemoderne.org/video-po.html>

e segurança. “Os escravos devem trabalhar mais e mais para pagar a crédito sua vida miserável. [...] A invenção do desemprego moderno tem como objetivo lhes assustar e fazê-los agradecer sem parar a generosidade do poder que se mostra tão generoso com eles”. Os melhores frutos de suas vidas lhes são privados, mas prosseguem sem perceber, pelo costume contínuo da obediência que, aliada à produção e ao consumo formam a tríade moderno/colonial que domina suas vidas. A desobediência demanda muito risco, quebra de paradigmas, afastamento da zona de conforto e na mudança reside o risco. Para que tudo isso se realize, existem engrenagens nesse sistema que alienam as vítimas que devem esquecer-se de sua condição servil e miserável. O surgimento de novas tecnologias e formas de entretenimentos vão mantendo uma multidão hipnotizada nas telas que intermedeiam suas vidas cotidiana e seus códigos de normalidade. Assim, seguem driblando suas frustrações e insatisfações cotidianas. “Eles não são escravos porque existem amos, senão que existem amos porque decidiram permanecerem escravos”. Roupas das modas, estilos arquitetônicos, processos alimentares e o consumismo incentivado vão gerando uma neblina densa, que volta e meia torna a velar os olhos dos seres humanos. Envolto a tantas formas de sedução e consumo, os homens seguem sua letárgica jornada de pão e circo, até que, pontualmente, em algum lugar do planeta – e cada vez mais e com maior intensidade – a Natureza apresenta seus sinais de desgaste.

– Que triste é pensar que a Natureza fala e que a espécie humana não a escuta! Nos dizia Vitor Hugo...

Omar vinha saindo do mar com essas palavras nos lábios, trazendo nas mãos uma porção de lixos que se haviam prendido em uma de suas redes. Mais uma vez, o problema nos resíduos sólidos contaminando e matando a Natureza trazia-me um choque de realidade e tristeza.

No incentivo ao consumismo não é viável estimular a consciência coletiva sobre a problemática residual ou sobre as demandas de matérias-primas limitadas e escassas que possam estar envolvidas nos processos de produção e consumo dos produtos. Imersos no capitalismo moderno/colonial estamos suscetíveis a processos de massificação das subjetividades e homogeneização cultural, operados por uma sociedade de controle. Principalmente a partir de ações midiáticas e publicitárias a serviço do capital, visando uma padronização das ações

populares, baseadas no consumismo e no individualismo. A situação global de saturação pós-moderna, vem gerando crises nos mais diversos âmbitos, o que, por sua vez, vem fomentando a erupção de movimentos sociais, que tentam instaurar mudanças sociais através de seus ativismos. Fora da agitação dos grandes centros urbanos, os revolucionários das roças, dos mares, das matas ou das micro-políticas efetivas de ação direta, também vão trabalhando no sentido de compor horizontalmente uma mudança efetiva no cotidiano. A questão não é discutir colocando-se contra ou a favor das modernizações, mas aplicar o entendimento da noção de simplicidade apresentada por Thoreau (2014) no livro *Walden* ou *A Vida nos Bosques*, às relações que o ser humano contemporâneo estabelece com os meios de produção, comunicação e as mídias individualizantes. O limite está em não ser usado pelos cifrões e pelas máquinas. Simplificar significa evitar o excesso.

Bibliografia

- Adichie, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Conferência TED. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em 19.06.2016.
- Ballestrin, Luciana (2013), Para transcender a colonialidade. Entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&secao=431>. Acesso em 19.06.2016.
- Barret, Leonard E (1997), *The Rastafarians*, Boston, Beacon Press.
- Bhabha, Homi (1998), *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Humanitas.
- Huxley, Aldous (1932) *Admirável Mundo Novo*, Livro digital disponível em: <http://www.fapan.edu.br/media/files/35/35_1372.pdf>. Acesso em 19.06.2016.
- Hall, Stuart (2000), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
- Mignolo, Walter (2007) *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- ___ (2009), *La teoría política en la encrucijada descolonial*, Buenos Aires, Del Signo.

___ (2010) Só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina. Entrevista disponível em: <<http://www.dw.com/pt/s%C3%B3-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-da-subjetividade-trar%C3%A1-mudan%C3%A7a-%C3%A0-am%C3%A9rica-latina-diz-walter-mignolo/a-5285265>>. Acesso em 19.06.2016.

Servidão Moderna, Da. Documentário. Direção de Jean-François Brient e Victor León Fuentes, 2009. 52 minutos, colorido. Disponível em: <http://www.delaservitudemoderne.org/video-po.html>. Acesso em 21.02.2020.

Thoreau, Henry D. (2014), *Walden, ou, A vida nos bosques*, Trad. Astrid Cabral. 7.ed. São Paulo, Ground. Título original: *Walden or life in the woods* 1ª edição 1984.

O mar na história e na cultura portuguesas

*Maria Isabel João*¹

Universidade Aberta

*Da minha língua vê-se o mar... Por isso
a voz do mar foi a da nossa inquietação.*

Virgílio Ferreira

*A atividade marítima está não só nas raízes
da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco,
mas é como que a linha medular que dá vigor
e unidade a toda a sua história.*

Jaime Cortesão

A nação forja-se ao longo da história, mas a sua existência depende, como salientou Ernest Renan, da posse em comum de um “legado rico de recordações” e do “consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos”. Foi ainda mais longe, na célebre conferência

¹ Que a publicação deste artigo possa ser uma digna homenagem dos editores à Isabel João que nos deixou prematuramente em setembro de 2020.

realizada na Sorbonne em 1882, e frisou que “a existência de uma nação é um plebiscito de todos os dias”. Não basta o passado, é preciso ter projetos, desígnios e ser capaz de construir o futuro. Tendo presente estas ideias, vamos apresentar de modo muito sucinto os passos essenciais no processo de criação da nação e da identidade nacional, bem como o valor que o mar assume na história e na cultura portuguesas.

Portugal constituiu-se como Estado com fronteiras estáveis desde muito cedo. No século XII nasceu o novo reino na Península Ibérica e um pouco mais de cem anos depois já tinha os seus limites definidos, a golpes de espada contra os mouros e de tratados com a vizinha Castela. Mas a constituição de um reino não pode ser confundida com a criação de uma Nação. Para que tal acontecesse foi necessário percorrer um longo caminho que só ficou completo no século XIX, no quadro da afirmação da ideologia e do Estado oriundos da revolução liberal.

Os vetores da construção da unidade do país na época medieval foram, segundo José Mattoso, a língua, a terra e o rei. No início do século XIV, a língua portuguesa era essencialmente formada pelo galego-português, enriquecido por fonética e vocábulos moçárabes. Excetuando a reduzida área do mirandês, o português estendeu-se a todo o território e dividiu-se numa grande riqueza de falares. Com a terra se tinha estabelecido um laço natural e ancestral, visto que era o sítio do nascimento e a herança dos antepassados – “uma parte de nós tem a terra e a outra os parentes”, escreveu Fernão Lopes. Pelo menos desde a crise dinástica de 1383-85, que os naturais da terra eram os “nossos” por oposição aos de fora ou estrangeiros. Os elementos estavam reunidos para ser possível identificar um país e compor uma entidade nacional – o território, a língua, o poder régio, o sentimento e a percepção por parte dos habitantes de constituírem um grupo distinto de outros.

No início do século XV, a coroa portuguesa enveredou pelo projeto político da expansão e vários grupos sociais agregaram-se em torno da empresa ultramarina. Portugal lançou-se na aventura das grandes navegações marítimas e no processo da ocupação e conquista de novas terras. Desse modo, o país abriu os seus horizontes e os do mundo conhecido; confrontou-se com realidades diferentes, com outros povos e culturas e os portugueses tomaram maior consciência de si e daquilo que os identificava, por contraste com as sociedades que iam conhecendo. Nem todos os portugueses, claro. As diferenças sociais eram enormes e muito diversas as vivências da população.

As referências identitárias da maioria esmagadora dos portugueses eram de uma escala infranacional e prendiam-se com o espaço onde se desenrolava a sua vida. As relações de vizinhança contribuíam para forjar uma ideia de nós que não ia além de um círculo restrito e era difícil de conceber, por ser demasiado abstrata e distante, a ideia da Nação.

De modo geral, a representação do que era ser português assumia contornos muito menos nítidos e unidimensionais do que tem hoje. Como mostraram Ana Cristina da Silva e António Hespanha para a sociedade do Antigo Regime, no topo existia uma identidade cristã que unia todos aqueles que partilhavam essa crença religiosa. As elites cultas assumiam a identidade europeia, fundada na tradição clássica e no humanismo. Por isso, a língua latina continuou a ser por longo tempo um importante meio de comunicação. Na escala imediata, a Hispânia manteve-se como uma referência identitária valiosa, porque era a região natural que, de acordo com as concepções da Antiguidade, correspondia à nação no sentido clássico. Por esse facto e por razões políticas que se prendiam com o prestígio das casas reais, o projeto de uma união ibérica continuou a ser acalentado pela coroa portuguesa e pela castelhana, dando origem a casamentos e alianças que se traduziram na monarquia dual, de 1580 a 1640.

Na base, Portugal era identificado com a Lusitânia, uma antiga província da Hispânia. Os lusitanos formavam uma comunidade com uma origem remota e natural que se desenvolvera através dos laços de sangue e da ligação à terra. Em torno do milagre de Ourique se construiu um dos mitos mais poderosos da identidade dos lusos ou lusitanos que passaram a ver-se como um povo eleito, escolhido por Deus para espalhar a fé cristã e combater os infiéis, isto é, para realizar a cruzada. Numa gravura do século XVII, representa-se a Lusitânia sob a figura alegórica de uma mulher, sentada sobre o globo terrestre, de espada à cinta, brandindo numa mão o cetro e na outra a cruz. Na legenda em latim pode ler-se: “ousou minha piedade arrimar-se na divina, para que, dando-me Deus os reinos, assim dê eu os reinos a Deus”.

Num âmbito mais restrito, situam-se os círculos de sociabilidade que permitiam configurar identidades múltiplas e muitas vezes sobrepostas: os laços familiares e de linhagem que, no caso da alta nobreza, cruzavam as fronteiras políticas; as ligações à terra de origem, que tanto podia ser a paróquia, a vila, a cidade, o concelho ou a província, por vezes identificadas pela palavra pátria. Identidades de linhagem, identidades sociais e estatutárias, identidades locais e regionais, de contornos territoriais imprecisos,

assumiam uma importância muito grande na forma como os portugueses se viam e reconheciam no período moderno. Ainda hoje diversas formas de representação se conjugam para definir quem somos como indivíduos e como parte de um coletivo, desde a célula básica que é a família aos grandes grupos humanos a que pertencemos e com os quais nos identificamos, sejam os portugueses, os europeus ou os ocidentais.

Porém, no contexto da difusão da ideologia liberal e das correntes culturais românticas, no século XIX, a dimensão nacional assumiu um grande ascendente na forma de representar a identidade coletiva. Anne-Marie Thiesse analisou a forma como se construíram as identidades nacionais já no período contemporâneo a partir da junção dos elementos materiais e simbólicos que fazem parte da ideia atual de nação: uma história que estabelece a continuidade com os antepassados; os heróis que são o exemplo e o modelo das virtudes nacionais; a língua comum e padronizada pelo poder instituído; os monumentos culturais; o folclore; os lugares eleitos e as paisagens típicas; as identificações pitorescas como os trajes, as especialidades gastronómicas, os animais emblemáticos; os símbolos oficiais, como o hino e a bandeira; as mentalidades e os comportamentos considerados expressivos de uma dada comunidade nacional. Cada um desses constituintes da identidade nacional não surgiu do nada nem tão pouco de repente; tem uma história e parte deles resulta de um processo de invenção de tradições que é dinâmico e, sobretudo, bastante recente, como mostraram Eric Hobsbawm e Terence Ranger. As elites políticas e culturais tiveram um papel essencial nesse processo de invenção e reinvenção das narrativas, dos símbolos e das tradições que fazem parte da maneira dos povos se identificam como nação.

No caso português, recordaremos somente os sucessivos ciclos comemorativos que, desde as últimas décadas do século XIX, contribuíram para construir uma poderosa narrativa sobre os “heróis do mar”. “Nobre povo / Nação valente”, como reza o hino escrito por Lopes de Mendonça, em 1890, com os lugares emblemáticos em Sagres e na zona do Restelo, em Lisboa. Ali dois monumentos se erguem como símbolos do passado mítico glorioso, a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos, primeiro panteão nacional onde se imagina que repousam os restos mortais de Luís de Camões e de Vasco da Gama. Mas durante séculos aquela zona esteve esquecida e abandonada, com o Mosteiro dos Jerónimos em ruínas. Fradique Mendes, personagem queirosiana, mal chega a Lisboa toma uma caleche para Belém, para espanto de um antigo colega das lides académicas em Coimbra: – “Uma caleche! Para Belém!... Há alguma coisa em Belém?”

Hoje qualquer turista que visita a cidade não dispensa uma passagem por Belém. A maioria dos portugueses tem uma ideia sobre o que há para ver naquele lugar e o respetivo significado, mercê da massificação da escolaridade básica. Para isto também muito contribuiu o Estado Novo com as grandes comemorações do Duplo Centenário e a Exposição do Mundo Português que decorreu naquele local, devidamente arranjado do ponto de vista urbanístico. No contexto da exposição foi feito em estafe o Padrão dos Descobrimentos, posteriormente edificado em estrutura de betão, revestido a calcário, no quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. O valor simbólico de Belém, dos monumentos e de tudo o que lhe está associado através da narrativa histórica, que evoca o passado de descobertas e conquistas, só no século XX se afirmou como elemento identificador de Portugal. Com o desenvolvimento da escolaridade, do turismo e da ação dos agentes culturais ligados ao património acaba por ter uma expressão cada vez mais forte para a auto e a hétero representação dos portugueses.

Se a identidade nacional é, afinal, uma invenção e reinvenção de nós como povo, na linguagem demoliberal, ela não se constrói no vazio e precisa da conjugação de fatores objetivos em que se possa fundar e desenvolver. Na base da nação portuguesa está o Estado, não será de mais lembrar. A sua construção e afirmação sobre todo o território foi um processo lento, dado que só no século XIX, com a maior e mais eficaz centralização do poder político, foi possível impor sobre todo o território uma progressiva uniformização. A resistência das populações e das oligarquias locais foi tenaz. A intensa discussão sobre a centralização *versus* a descentralização é disso mesmo exemplo e, noutro plano, a contumaz oposição ao pagamento de impostos e ao recrutamento militar, duas pedras de toque da implantação do Estado na época contemporânea.

Se a integração política se revelou difícil, a económica não o foi menos, como demonstrou o economista e historiador David Justino. No limiar do século XX, a economia portuguesa continuava a apresentar um fraco nível de integração, interdependência e complementaridade, fatores indispensáveis de uma mais efetiva unidade nacional. Assim sendo, a maior articulação do espaço económico nacional é um fenómeno recente, mas minado por fortes assimetrias regionais. Um corolário dessa realidade é a macrocefalia da capital no contexto do país. Desde o século XV, Lisboa assumiu um lugar de destaque na vida da nação, como centro do poder e porta aberta ao mundo. O rápido crescimento populacional da cidade e da sua

periferia acentuou os desequilíbrios regionais existentes no país. Na base deles estão fatores políticos e económicos, é certo, mas também um território que, apesar da reduzida dimensão, apresenta uma grande diversidade.

Orlando Ribeiro salientou o carácter dual do território português devido ao entrelaçar de influências atlânticas e mediterrânicas, seguindo uma linha de interpretação que remonta a autores oitocentistas como Andrade Corvo e Basílio Teles. Grosso modo, podem opor-se o norte e o sul, mas sem esquecer que a diferenciação do território é mais complexa e nele pode distinguir-se o norte atlântico do norte interior, as planícies abertas e amenas das zonas montanhosas, de acesso mais difícil e austeras. As serranias estiveram presentes nas origens remotas dos reinos ibéricos através da civilização castreja (Vitorino Magalhães Godinho). Entre mar e montanhas formou-se Portugal, o “seu coração marítimo e serrano”, como disse Teixeira de Pascoais.

Contudo, tem sido geralmente aceite que foi o desenvolvimento da faixa litoral que possibilitou a afirmação de uma individualidade política autónoma, no contexto peninsular. Tal processo ficou a dever-se às condições naturais mais propícias para desenvolver a agricultura e à existência de rios navegáveis, penetrando o território perpendicularmente à costa, e ainda à opção política da coroa de virar costas à sua fronteira interior e a Castela. O movimento histórico da expansão marítima viria a acentuar essa realidade com a criação de impérios fragilmente ligados à metrópole pelo mar. Além disso, a descoberta e o povoamento dos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, tornaram Portugal uma nação com um pé na península e o outro no meio do oceano Atlântico.

Não admira, por conseguinte, que o mar seja um importante referencial identitário dos portugueses. O poeta quinhentista Camões referiu-se ao reino lusitano como um lugar “onde a terra se acaba e o mar começa” e o geógrafo Orlando Ribeiro falou de *finis terrae*, destacando a influência do mar na formação da nacionalidade. A tradição marítima remonta a épocas recuadas, mas foi no alvorecer da modernidade que a opção marítima – uma opção essencialmente política e económica – desenhou o futuro do país. Um pequeno reino de cerca de um milhão de almas ousou a enfrentar “o mostrengo que está no fim do mar” (Fernando Pessoa) e foi repartir-se em pedaços pelo mundo. Portugal foi visto como um “cais de embarque” (Fidelino de Figueiredo), como um “edifício com as suas portadas abertas para a maior estrada do mundo, o Atlântico” (Bento Carqueja), ou ainda como “um anfiteatro cujos primeiros degraus

as ondas constantemente aspergem” e, por isso, “a vida portuguesa foi marítima e o destino da sua história o mar” (Oliveira Martins). Na mesma ordem de ideias, o médico e historiador Jaime Cortesão escreveu que “A atividade marítima está não só nas raízes da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como que a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história.”

As citações poder-se-iam repetir, mas estas são bastante ilustrativas de um modo de pensar Portugal e a sua história. Eduardo Lourenço retoma a imagem pessoana da “nação-navio” e, na sua opinião, nem mesmo o fim do império conseguiu alterar esse dado fundamental da consciência nacional, “essa espécie de bilhete de identidade íntimo que cada um de nós traz no bolso interior da sua alma: descobrimos e batizámos a terra, de Cabo Verde à Índia, do estreito de Magalhães às Filipinas.” Já referimos como a construção dessa ideia e, sobretudo, a sua interiorização como componente da identificação nacional é um processo recente, mas não podemos deixar de sublinhar que é também algo que depende do nível cultural dos indivíduos. Todavia, é um facto que de diversas formas, mais elaboradas ou singelas, a importância do mar está fortemente presente nas expressões literárias e artísticas dos portugueses.

Já nas cantigas de amigo, designadas *barcarolas* ou *marinhas*, se fala do mar e da angústia de quem espera a volta do amado: *Ay ondas que eu vin mirar, / se me saberdes contar / por que tarda meu amigo sem min?* (Martim Codax). A opção marítima e expansionista propiciaram uma vasta produção literária: os roteiros, as sumas do mundo, os livros de viagens, de que se recorda de imediato a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Eram de tal modo extraordinárias as suas histórias que ficou conhecido por Mentem Pinto. Ele representa a outra face da história, mais humana e terrena, que Luís de Camões relatou em verso heroico numa epopeia clássica. Poetas e escritores não deixaram de apontar os malefícios dessa “vã cobiça”, dessa busca da glória e da fama, que Camões colocou na fala do Velho do Restelo. Sá de Miranda foi um dos críticos, mas também ele se espanta com a audácia dos seus contemporâneos: *gente que não teme nada, / com tudo se desafia / por mares sem fundos nada, / passou a zona torrada, / anda por passar a fria*. Tal arrojo tem o reverso na *História Trágico-Marítima*, uma compilação de “relações” de naufrágios portugueses ocorridos entre 1552 e 1602, realizada por Bernardo Gomes de Brito no século XVIII. Os relatos eram provavelmente feitos pelos próprios sobreviventes ou por quem teve conhecimento deles através das descrições dos que se salvaram. Publicavam-se em folhetos e o mais conhecido é o naufrágio do Sepúlveda.

Histórias de coragem e de glórias, mas também de sofrimento e lágrimas. Por isso, na cabeça de qualquer português medianamente culto ressoam os versos de Fernando Pessoa: Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal!, e a pergunta: *Valeu a pena? Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena*. Mas, para além da história e do drama, o mar é também um lugar de mistérios e encantamentos. Almeida Garrett expressou-o bem no poema a *Barca Bela*, onde alerta o pescador para a sedução da sereia: *Deita o lanço com cautela,/ Que a sereia canta bela.../ Mas cautela,/ Oh!, pescador!// Não se enrede a rede nela,/ Que perdido é remo e vela,/ Só de vê-la,/ Oh!, pescador!* A sereia representa metaforicamente a morte que espreita quem se afoita no mar. Nele rugem as tempestades que aterroizam os homens: *Sibila o vento: os torreões de nuvens/ Pesam nos densos ares:/ Ruge ao largo a procela, e encurva as ondas/ Pela extensão dos mares* (Alexandre Herculano). Porém, para o escritor cansado das amarguras da vida, a fúria e a grandeza do mar evocam a liberdade e fazem-no sonhar com a morte que o pode libertar dos “dias aborridos”.

Antero de Quental, no soneto *Oceano Nox*, interroga o mar para encontrar resposta às inquietações da alma: *Mas na imensa extensão, onde se esconde/ O Inconsciente imortal, só me responde/ Um bramido, um queixume, e nada mais...* Face ao mar a solidão é mais pungente e a tristeza é ainda sublinhada pelo “céu pesado e nevoento”. Trata-se de um *topos* poético frequente indagar as forças da natureza sobre as dúvidas e as angústias que afligem os espíritos ou refugiar-se nela para se libertar do sofrimento e da dor.

Na obra da poetisa Sophia de Melo Breyner o mar tem essa capacidade libertadora e é vivido como algo íntimo, onírico e mágico: *Esgotei o meu mal, agora/ Queria tudo esquecer, tudo abandonar/ Caminhar pela noite fora/ Num barco em pleno mar.// Mergulhar as mãos nas ondas escuras/ Até que elas fossem essas mãos/ Solitárias e puras/ Que eu sonhei ter*. O mar tem uma presença marcante na obra poética de Sophia, como comprovam os inúmeros títulos publicados.

Poder-se-ia ainda falar de muitos outros autores para quem o mar é um tema relevante, seja num registo pessoal e introspetivo ou para se interrogar sobre o destino de Portugal. Entre os últimos avulta a *Mensagem*, de Fernando Pessoa, obra complexa que tem suscitado as mais variadas interpretações e que foi considerada a forma possível da epopeia moderna. Na estrutura da obra encontra-se a fundação,

a expansão e a decadência bem marcadas pelos seus símbolos e heróis, mas no final só resta um tempo sem luz e triste: *Tudo é incerto e derradeiro./ Tudo é disperso, nada é inteiro./ Ó Portugal, hoje és nevoeiro...*

Entre claro e escuro se desenrola a história poética da relação de Portugal com o mar na visão de Miguel Torga: *Uma ilusão enfuna e enxuga a vela,/ Uma desilusão a rasga e molha.* Ou de forma ainda mais carregada de signos: *Tu, mar fechado, aberto e descoberto/ Com bússolas e gritos de gajeiro!/ Tu, mar salgado, lírico, coberto/ De lágrimas, iodo e nevoeiro.* Nos *Poemas Ibéricos*, o mar é a “enganosa sereia” que nos traiu, nos provocou sofrimento, mas não deixa de nos tentar com o seu “encantamento”.

Em Manuel Alegre ressoa a nostalgia da época heroica da nação e o sonho de que ainda será possível rasgar novos horizontes: *Ainda há naus e viagens algures em nós,/ Ainda há mar/ Ainda há naus para chegar ao outro lado/ Lá onde só se espera/ O inesperado.*

O mar e a vida das comunidades que dele vivem suscitaram o interesse de alguns prosadores e ficcionistas portugueses. A título de exemplo é justo realçar a obra de Raul Brandão, *Os Pescadores*, conjunto de crónicas onde retrata de forma impressionista e pictórica o modo de vida das comunidades piscatórias, do Minho ao Algarve. Branquinho da Fonseca, na novela *Mar Santo*, pôs em cena os pescadores da Nazaré, num quadro exemplar de coragem, trabalho, resistência e amor que lhes confere ressonâncias míticas de heróis do passado. Por sua vez, o escritor neorrealista Alves Redol também se inspirou nos homens do mar nazarenos para realizar uma das suas obras mais aclamadas, *Uma fenda na muralha*. O próprio autor considera numa entrevista que dois terços desse romance representam o que de melhor escrevera até então e revela que viveu durante quase um ano na Nazaré, convivendo com os pescadores.

Porém, é nas palavras de Virgílio Ferreira que se encontra a mais veemente defesa da relação entre a identidade portuguesa e o mar. Em 1991, numa conferência proferida quando recebeu o prémio Europália, justamente intitulada *A voz do mar*, produziu uma notável defesa do valor da língua portuguesa, destacando o que considera ser a sua característica essencial: “Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar.

Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação.”

Na cultura popular o mar está presente nas quadras amorosas que falam da beleza da amada, das ondas do seu cabelo e dos seus olhos, das alegrias e dos desencontros: *O meu amor ontem à noite,/ Pela vida me jurou/ Que se ia deitar ao mar/ Ele que vá que eu não vou.* Noutra, o registo é pleno de subtileza feminina: *O meu amor foi-se embora/ Sem se despedir de mim/ O mar se lhe torne em rosas/ E o navio num jardim.* Mas há quem não fique a chorar o abandono: *O meu amor me deixou/ Olha que pena, que dó.../ Bem fraquinho é o navio/ Que tem uma amarra só.* A que se pode replicar com acerto: *Cabeça, toma juízo/ E tu, juízo, assossega, / Não seas barco latino/ Com todo o vento navega.* Mas as quadras registam também os perigos do mar, apesar do povo saber que *Mais vale andar no mar largo/ Do que nas bocas do mundo.*

Os *rimances* populares merecem ainda uma referência neste brevíssimo apontamento: a famosa Nau Catrineta que *traz muito que contar*; a Dona Maria do Mar, mulher apaixonada, filha de rei que percorreu os mares sozinha, mas voltou ao reino sempre donzela; o Capitão da Armada e o *rimance* de Dom Joaquim, em que ambos combateram os “perros mouros” da Turquia, desbaratados pela artilharia portuguesa.

Além do cancionero, há um considerável número de lengalengas, adivinhas, provérbios, adágios e rifões que se inspiram no mar. Todos conhecem aquela adivinha: *Qual é coisa qual é ela/ Que antes de ser já o era,* ou esta mais elaborada na forma: *Venho das ondas do mar,/ Nascido na fresquidão/ Não sou água nem sou sol/ Trago o tempero na mão.* A sabedoria popular é mais copiosa em ditos e aforismos que se referem ao campo e ao modo de vida rural, o que se compreende bem. Todavia, são conhecidas várias máximas relacionadas com o mar: *Grande nau, grande tormenta; À boca da barra se perde o navio; Há mais marés que marinheiros; Quem vai ao mar, avia-se em terra; Nem tudo o que vem à rede é peixe; Se queres aprender a rezar, entra no mar.* Finalmente, em tempos de crise lembra-se a cada passo: *Quando o mar bate na rocha quem se amola é o mexilhão.*

Para as crianças brincarem lembra-se o jogo: *Que linda falua,/ que lá vem, lá vem,/ é uma falua,/ que vem de Belém.* No folclore ou nas cantigas populares o mar está

bastante presente. Várias gerações têm entoado a canção *O mar enrola na areia* e o fado de Tristão da Silva *Aquela janela virada pr'o mar*, um dos maiores êxitos do artista. Amália Rodrigues incluiu no seu notável reportório musical vários temas relacionados com o mar e um de especial intensidade dramática: *Barco negro*. Foi objeto de várias reinterpretações, entre as quais a de Mariza no seu álbum de estreia (2001). Dulce Pontes projetou-se internacionalmente com a *Canção do Mar*, alterando a letra do tema musical do fado *Solidão* de Amália (1955). Noutro registo musical, é de assinalar o álbum do canta-autor Fausto, *Por este rio acima* (1982). Um trabalho poético inspirado na *Peregrinação* e na *História Trágico-Marítima*, onde mistura variadas influências musicais e reinventa as tradições populares portuguesas.

Neste esboço sobre o tema do mar nos escritores e artistas portugueses não é possível ignorar a pintura. Por causa da utilização que tiveram no Estado Novo, estão bem presentes no imaginário de algumas gerações os Painéis de São Vicente de Fora, atribuídos ao pintor Nuno Gonçalves e datados do século XV. Os painéis são considerados um quadro da sociedade da época, deles faz parte o Painel dos Pescadores e a figura emblemática identificada com o Infante D. Henrique, *O Navegador*, um dos símbolos maiores das navegações marítimas dos portugueses. Ainda no domínio da pintura da época moderna, destaque-se o pintor André Reinoso e a obra onde representou a tempestade que São Francisco Xavier e os companheiros tiveram de enfrentar na viagem marítima da Índia para o Japão, que é do início do século XVII. Mas foi preciso chegarmos ao século XIX para as paisagens assumirem um lugar de relevo na pintura e surgirem, em consequência, as séries intituladas *marinhas*.

No período romântico, o artista João Cristino da Silva interessou-se pelo tema e, num dos quadros de meados de oitocentos, podemos observar um ambiente tempestuoso, numa praia dominada por escuros rochedos e batida pelas ondas do mar, onde se veem três figuras e uma delas acena para um barco que, ao longe, parece estar em perigo. Os pintores naturalistas valorizaram muito as paisagens marinhas, representando o mar, as praias, as arribas e os rochedos junto das costas e as cenas da vida das comunidades que dele tiravam o seu sustento. Não é possível nomear todos, mas Alfredo Keil, João Marques de Oliveira, José Malhoa, João Vaz, Roque Gameiro e, já com influências do impressionismo, Adriano de Sousa Lopes incorporaram a temática marítima nas suas obras.

A praia da Nazaré e os homens e mulheres que ali vivem em torno do mar atraíram os pintores, tal como acontecera com os escritores. Data de 1884 uma pintura de João Vieira Rodrigues que mostra a referida praia e que pertenceu à coleção de D. Luís. A pintora Irene Sá Vieira Natividade e Abílio Mattos e Silva deixaram um forte testemunho artístico sobre a vida dos nazarenos e diversas obras de ambos podem ver-se no Museu Dr. Joaquim Manso, na Nazaré. Lino António também trouxe temas marítimos e nazarenos, sendo de destacar as *Peixeirinhas*, de 1938, que mostra duas mulheres sentadas na praia, com os mantos negros, exibindo uma delas uma criança nos braços, numa alusão à Virgem Maria.

Entre os modernistas avulta a obra de Almada Negreiros e os murais que pintou para as gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos. Da mesma geração, Amadeo de Sousa Cardoso deixou a *Chalupa*, a qual se distingue no meio de uma profusão de azuis que evocam o movimento do mar. Carlos Botelho sentiu-se atraído pelos barcos e é dele uma composição de 1948, que faz parte da coleção da Fundação C. Gulbenkian. Júlio Resende e Fernando de Azevedo produziram composições de tipo figurativo, em que estão em foco as mulheres dos pescadores, apresentadas em tons sombrios, e as velas das embarcações ondeando em movimentos geométricos. Vieira da Silva evocou a história trágico-marítima numa obra datada do período da guerra, 1944, que exprime bem a angústia da situação do país submetido ao regime salazarista e da própria Europa destruída pelo conflito mundial.

Mas nem só de tragédia se vive e, no século XX, o mar passa a ser o lugar do lazer, das praias, da alegria do sol no corpo e da cintilação da luz nos dias de verão, o que é bem representado num quadro de Mily Possoz sobre a “Praia dos Pescadores”, em Cascais. Em 1970, Nadir Afonso realizou no seu traço inconfundível uma composição geométrica e colorida, intitulada *Os Portugueses*, onde se advinha de um lado a terra e de outro o mar, com velas no horizonte.

Também na fotografia e no cinema o mar está bastante representado. Na sétima arte, uma das obras mais marcantes e pioneiras do cinema português foi o filme mudo de Leitão de Barros, *Maria do Mar* (1930). A força dramática e plástica das imagens compensa o carácter singelo e a fragilidade da trama, bem como um certo desequilíbrio entre a prestação dos atores profissionais e dos estreantes amadores. O filme contribuiu, decerto, para que a Nazaré se tornasse na terra icónica da vida marítima portuguesa.

A análise do tema do mar na cultura portuguesa é um assunto praticamente inesgotável. Não se pretende, por isso, deixar mais do que um apontamento que permita ilustrar o valor que assume nas várias formas de expressão artística e cultural dos portugueses. A sua relação com a identidade nacional também fica demonstrada pela importância que atinge nas narrativas da memória histórica sobre o passado e na forma como está presente nas diversas manifestações culturais.

Defendemos que a identidade nacional é uma construção que deve tanto à história quanto à capacidade que cada povo tem de se inventar e reinventar como coletivo, com valores, projetos e designios comuns. O passado e a recordação dele são importantes, mas o futuro também. Ao contrário das concepções essencialistas da nação e da identidade, entende-se que aquelas são realidades dinâmicas e mutáveis. Ambas foram construídas ao longo do tempo, apesar da criação dos elementos materiais e simbólicos, que permitem afirmar as identidades nacionais, ser um processo relativamente recente em termos históricos. Entre esses elementos impõe-se o mar, por causa da geografia e da história, mas sobretudo devido à ideia que se forjou de nós como povo que rasgou horizontes e descobriu novos mundos.

No presente, o mar volta a merecer uma atenção especial e tomou-se consciência que o país tem a terceira maior zona económica exclusiva da Europa, dezoito vezes superior ao território continental. Desde os anos noventa, têm vindo a ser desenvolvidas iniciativas de sensibilização pública para a importância do aproveitamento sustentável dos oceanos e desenham-se estratégias para que o mar seja um importante ativo económico e sociocultural para Portugal. Não foi por acaso que o ano da comemoração dos 500 anos do descobrimento do caminho marítimo para Índia (1998) apareceu ligado também ao Ano Internacional dos Oceanos, por proposta portuguesa. O tema «Os Oceanos: um património para o futuro» esteve presente na Exposição Internacional de Lisboa.

Em 2009, foi apresentada nas Nações Unidas uma proposta portuguesa para o alargamento da área da plataforma continental para além do limite das 200 milhas náuticas. Em 2014, o Ministério da Educação distribuiu 44.000 mapas pelas escolas com um título sugestivo: «Portugal é mar». Procura-se colocar em evidência a grande extensão marítima de Portugal e divulgar a ideia de que 97% do território sobre o qual pode vir a exercer-se a soberania nacional é submarina, graças aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Assim se construiu e se constrói a identidade portuguesa, como gente do mar que se revê no arrojo daqueles que todos os dias o enfrentavam para ganhar o magro sustento, os que partiam em épicas sagas em busca do “fiel amigo” da mesa dos portugueses e os que ficavam, olhando o mar que os não trazia de volta, a chorar saudades e numa eterna espera. O nome de Portugal vem de porto – Portus Cale. Mas não foi porto de abrigo para os seus. Tem sido mais um cais, donde amiúde se parte mas aonde se quer voltar. Esperemos que o mar, que foi estrada de muitas viagens, seja também uma via para construir as condições para um futuro melhor.

MAR SONORO

Mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim.
A tua beleza aumenta quando estamos sós
E tão fundo intimamente a tua voz
Segue o mais secreto bailar do meu sonho.
Que momentos há em que suponho
Seres um milagre criado só para mim.

LUSITÂNIA

Os que avançam de frente para o mar
E nele enterram como uma aguda faca
A proa negra dos seus barcos
Vivem de pouco pão e de luar.

INSCRIÇÃO

Quando eu morrer voltarei para buscar
Os instantes que não vivi junto do mar

In «Mar», de Sophia de Mello Breyner Andresen (antologia constituída por poemas de Sophia sobre o mar, organizada por Maria Andresen de Sousa Tavares e com posfácio de Francisco de Sousa Tavares), Editorial Caminho, Lisboa, Fevereiro de 2002 (4.^a edição).

Memória e representação do mar.

Guilherme Filipe e Lino António, os “pintores das paisagens e gentes da Nazaré”

Dóris Santos

Doutoranda em História da Arte (NOVA FCSH), Instituto de História da Arte (NOVA FCSH)
Coordenadora do Museu Dr. Joaquim Manso / Direção Regional de Cultura do Centro, Nazaré.

*“Nosotros, los pescadores de Nazaré te ofrecemos
nuestros hogares, nuestro cielo y nuestro mar.
Te ofrecemos nuestras costumbres, nuestras leyendas,
nuestras alegrías y nuestras tragedias.
Por algo nos buscan los poetas, nomúsicos y los pintores...”¹*

A representação do mar na arte articula-se, em parte, com a sua feição simbólica e, sobretudo, com a maneira como os homens se têm com ele relacionado ao longo dos tempos. Sendo tardio, em comparação com outros temas mais vulgarizados no curso artístico (Vidal, 1969), o género encontrou entusiastas sobretudo

¹ Nazaré. *Pueblo de Pescadores. Portugal*. Nazaré: Comissão Municipal de Turismo, 1949. Desdobrável turístico sobre a Nazaré, ilustrado com desenhos de Abílio de Mattos e Silva e pinturas de Eduardo Malta e Lino António.

a partir do século XIX, no contexto da afirmação das identidades nacionais (Lopez Vázquez, 2003; Archibald, 2000: 11-12) e com a maior atenção prestada à paisagem e ao quotidiano captado diretamente ao ar livre; reflete também uma nova forma de relacionamento das classes médias e altas com o litoral, que se torna mais próximo e menos desconhecido, convidando à estadia mais prolongada, com intuítos terapêuticos ou de lazer (Corbin, 1988).

Em Portugal, após um período de crítica aquando a viragem democrática de Abril de 1974, porquanto a retórica salazarista efabulara e nutriria uma tradição marítima multissecular assente num qualitativo nacional de “passado-memória”, o retorno do mar à agenda identitária tem servido propósitos de reinvenção de um futuro auspicioso, ligado a novos rumos económicos e geopolíticos; esta expectativa tem implicações na análise do papel da arte, nomeadamente das ditas artes visuais, na representação do mar e das comunidades litorâneas, às quais se atribuem fecundos motivos de inspiração.

Organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, no âmbito da Expo’98 dedicada aos Oceanos, *A Arte e o Mar* (1998)² foi a primeira exposição a autonomizar o tema em Portugal. Propôs traçar uma “síntese panorâmica do modo como foi sendo lida no imaginário figurativo a relação umbilical do Homem com o Mar desde a Antiguidade até aos nossos dias”, conexas a uma afinidade que foi evoluindo para além do mar-alimento, invocando o mar-caminho, mar-ameaça, mar-sublime, mar-meditação ou, nos últimos tempos, o mar-lazer. Recentemente, o mar voltou a ser o tema numa mostra internacional organizada pelo mesmo museu (Pereira / Silva, 2012), partindo de um conjunto de obras eclético e internacional, reunido em torno da sua representação visual estruturada em seis “idades”: mitos, poder, trabalho, tormentas, efémera e infinita.

Na indagação sobre a criação artística portuguesa inspirada no mar, nomeadamente nas suas gentes piscatórias, a Nazaré surge-nos como o “Refúgio dos Artistas” (“the Artists-Haven”, nas palavras do pintor americano J. Barry Green, em 1936)³.

² AAVV (1998), *A Arte e o Mar*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

³ Testemunho reproduzido no desdobrável turístico sobre a Nazaré, ed. Comissão de Iniciativa da Nazaré, 1936.

Nesta pequena vila, debruçada sobre o mar, uma economia baseada na pesca tradicional gerou uma matriz identitária de forte vocação marítima, traduzida em manifestações populares de grande impacto visual que, no século XX, atraíram múltiplos artistas de várias gerações, nacionais e estrangeiros.

Em 1946, evocando sobretudo a dimensão épica do mar associada à gesta das Descobertas, o escultor Diogo de Macedo (1889-1959) lamentava que Portugal, “país Atlântico situado no extremo ‘onde o mar começa’, não pode ser considerado de pintores marinhistas ou de cronistas documentadores da história marítima” (Macedo, 1946). No entanto, à época, se havia poucas composições de sentido histórico que enaltecessem as façanhas marítimas da Nação (à semelhança do verificado noutros países europeus), direta ou indiretamente, o mar já inspirara “alguns dos nossos melhores artistas plásticos (...) em documentários da luz e do pitoresco das costas”. Os artistas portugueses tinham começado a retratar o mar, sobretudo os portos ou as praias, instigando o então diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC) que se premiasse “essa paixão”, através da organização de concursos e do “colher do vivo os motivos pitorescos”. Como exemplo meritório lembrava o que acontecera “há meio século na Póvoa de Varzim e modernamente (...) na Nazaré”.

Já em 1938, numa publicação (Bragança, 1938) dedicada à indústria conserveira em Portugal, editada e dirigida por Leitão de Barros (1896-1967), era reservado um capítulo aos “Pintores modernos da vida do mar”, da autoria de José de Bragança. A Nazaré é aí sobremaneira exaltada, numa narrativa orientada para demonstrar como os artistas se tinham deslocado do Portugal rural para o mar; mais do que serem pintores do mar, mobilizava-se para a necessidade de serem pintores da “vida do mar”. Os naturalistas tinham introduzido o assunto, mas o mérito estava na geração coetânea, que José de Bragança exortava a não se interessar pelo mar em si, mas nas suas gentes; e foi por aqui que a Nazaré, “fonte inesgotável de quadros e tipos, tomou consciência da sua riqueza”.

Neste artigo, para além da reprodução de uma aguarela de Raquel Roque Gameiro (1889-1970) e da pintura de Eduardo Malta (1900-67), “Maria Otília – Nazaré” (1936), entre outros, sobressaem dois pintores – Guilherme Filipe (1897-1971) e Lino António (1898-1974); em notícias sucessivas, até aos anos 1960, serão reiteradamente mencionados como “artistas da Nazaré”, por aqui terem vivido ou constituído *atelier* e lhe terem dedicado obras significativas, ao mesmo tempo que nelas

se reconhece um contributo substancial para a criação de uma imagética sobre a Nazaré, que se foi consolidando ao longo do século XX e ainda hoje é muito presente nos discursos identitários, quer internos, quer externos.

Do mar naturalista à vida do mar

A partir de meados do século XIX, assistimos à progressiva entrada do mar nas composições pictóricas portuguesas, com as visões nostálgicas ou trágicas dos românticos e por via de uma influência europeia que conduz os pintores para fora dos seus *ateliers*, à procura da captação direta do motivo, abrindo-se às cambiantes luminosas e cromáticas que vão caracterizar a estética “ar livrista” da geração naturalista seguinte. Entre os primeiros naturalistas, expressa na paisagem campestre ou nas práticas agrícolas e festivas do quotidiano popular, a ruralidade do país ocupa as telas que satisfazem o gosto burguês fino-oitocentista, que terá um perene prolongamento na centúria seguinte. Simultânea a este gosto, a “descoberta” do litoral pelas elites, como espaço de veraneio e de bem-estar, impele também os artistas para a costa, levando-os a explorar em pequenas ou médias marinhas as movimentações aquosas do mar e, sobretudo, a registar a faina piscatória desenrolada no espaço praia-mar, onde se multiplicam as embarcações de madeira e as gentes envolvidas na azáfama diária.

O mar, sobretudo o mar-trabalho, torna-se familiar junto do público português. As praias e os pescadores das margens do Tejo e dos arredores de Lisboa, da Póvoa de Varzim e Leça, de Ovar e da Costa Nova e do Algarve começam a impor-se com autonomia nos quadros de João Cristino da Silva (1829-1877), Ernesto Condeixa (1857-1933), João Vaz (1859-1931), Hygino Mendonça (18?-1920), Thomaz de Mello (Júnior), Fanny Munró (1846-1926), rei D. Carlos (1863-1908), Thomaz de Moura (1873-1955) e Falcão Trigoso (1879-1956), sem esquecer as telas do pré-naturalista Alfredo Keil (1850-1907) e de Silva Porto (1850-1893) e Marques de Oliveira (1853-1927). Estes últimos, pioneiros do naturalismo em Portugal, pintaram marinhas sobretudo da Póvoa de Varzim e algumas das escassas cenas de “praias de banhos”, de que são exemplos os óleos de Marques de Oliveira “Praia de Banhos. Póvoa de Varzim”, 1884 (MNAC inv. 327) ou “Marinha. Póvoa de Varzim. Impressão”, s.d. (MJM inv. 183).

A partir de meados de oitocentos, atravessando as gerações romântica, naturalista e segunda geração naturalista, nas mostras anuais da Promotora e do Grémio Artístico, depois nas do Grupo do Leão e, entrando no século XX, nos salões da Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNBA), estes artistas vão apresentando regularmente pinturas a óleo de temática marítima, identificadas entre o genérico “Marinha”, “Praia de...”, “Barcos...”, “À beira-mar”, e os títulos que sugerem a exploração autónoma do mar, como “Onda”, “Mar bravo” ou “Agitação no mar”.

Já nesse período a Nazaré estava no percurso dos pintores. Com efeito, sabemos que o romântico João Cristino da Silva aqui colhia a inspiração para algumas das suas marinhas (Silveira, 2000). Mas, falta-nos mais conhecimento (ou imagens) sobre as pinturas referenciadas naqueles boletins do século XIX para podermos aferir com maior propriedade sobre as primeiras representações da Nazaré; anteriores à sua vulgarização mediática na centúria seguinte, estas pinturas poderiam nos autorizar a questionar mais cabalmente a ideia generalizada de que a procura da Nazaré como tema na pintura portuguesa data apenas da (re)descoberta da cultura popular pelo Estado Novo, período em que esta vila, pela sua aliança piscatório-pitresco, é inequivocamente chamada a desempenhar um papel na empresa de representar o ideário nacional radicado no mar, nos seus heróis e na tipicidade dos seus costumes ancestrais e vernáculos.

“Praia da Nazareth” (1884, PNA inv. 3225), de João Rodrigues Vieira (1856-1898), é uma das mais antigas pinturas sobre a Nazaré em museus nacionais, fazendo parte da coleção do rei D. Luís, no Palácio Nacional da Ajuda. Apresentada na 4ª Exposição dos Quadros Modernos do Grupo do Leão (1884), com o título “Leilão de pesca, praia da Nazareth”, é uma cena de mercado na praia, que prima pela amplitude do conjunto e da vista aberta sobre o promontório, horizonte que se tornaria dominante em toda a subsequente representação da Nazaré. A composição traduz a autenticidade do momento, captado através de uma observação distanciada; entre os barcos e redes a secar e o aglomerado humano do leilão de peixe, individualiza-se uma mulher, que caminha para nós e volta costas ao grupo. Ao fundo, junto ao penhasco, estacionam os grandes galeões; no mar, à esquerda, sobrepujado por um céu azul de nuvens altas, dois pontos brancos de embarcações à vela prolongam o espaço da presença humana.



Imagem 1 – “Praia da Nazaré” (1884, DGPC/PNA inv. 3225), de João Rodrigues Vieira

João Vaz, o marinheiro do Grupo do Leão atento aos trabalhos nas margens costeiras, passa também pela Nazaré, pelo menos desde 1897; deixa-nos recantos das “Pedras”, que recebem simplesmente o título “Nazaré” (um de c. 1898-1913 e outro c. 1910-13) e obras como “Na praia da Nazaré”, c.1898 – basicamente uma paisagem marítima onde encontramos as redes estendidas a secar, na proximidade de um barco de arte xávega negro e de um diminuto pescador de camisola vermelha e calças brancas⁴.

Em 1906, as “vagas que se levantam em cachões espumantes” e “o barco que as tende galgar ao esforço dos remos” merecem o comentário de António de Lemos (1906: 65) sobre “Praia de Nazaré!”, de Thomaz de Mello Júnior, apresentada na SNBA (1903); a sua “Marinha com barco na praia e figuras” (1910)⁵ volta a selecionar uma ampla paisagem em tons ocre, onde o espelho de água deixado no areal

⁴ Pinturas pertencentes a coleções particulares e reproduzidas respetivamente com o n.º de cat. 54, 55 e 89 na publicação Falcão / Proença, 2005. Associamos ainda a João Vaz pinturas como “Chegada dos barcos (Nazaré)” (1897, 7ª Exposição do Grémio Artístico); “Na praia (Nazaré)” e “Um canto no povoado (Nazaré)” (1898, Grémio Artístico e Exposição Extraordinária da Comemoração do 4.º Centenário da Chegada à Índia); e “Areal (Nazaré)” (1902, 2ª exposição SNBA).

⁵ Reproduzida em Ramalho, 2009: 99.

pela maré vazia reflete o volume da embarcação, puxada para terra graças à força de pescadores, resumidos a pequenas pinceladas.

Mas, mais do que a representação das movimentações do mar ou das atividades costeiras submetidas às cambiantes atmosféricas e marinhas (de que Adriano Sousa Lopes nos deixa magníficos trechos, como “Mar (Nazaré)”, MNAC inv. DEP1266(21), e “Casario da Nazaré”, MNAC inv. DEP1266(63) ou “Praia em Portugal” (MG inv. P1590), o que vai diferenciar a pintura sobre a Nazaré é a sua humanização, o crescente enfoque nos rostos e na singularidade das vivências desta comunidade piscatória, que torna o retrato, individual ou de grupo, num dos géneros mais desenvolvidos.

Do “pintor observador” de finais do século XIX, os anos 1930-1950 trazem-nos um “pintor participante” – apelidado mesmo de “pintor-pescador” como Guilherme Filipe -, que vive no seio da comunidade, trava amizades com os seus membros e se compromete com a salvaguarda de um pressuposto estado de pureza inicial replicado nas suas telas e desenhos.

Discursos do paradigma visual da “Nazaré dos Pescadores”

Lino António e Guilherme Filipe faziam parte dos “primeiros artistas tidos como descobridores” por Fernando de Azevedo⁶. Nos anos 1920 e 1930, antes do desenvolvimento turístico da vila, “quando a praia da Nazaré era um mito ainda vivível”, todos os artistas amaram o seu sortilégio, e “quer o paisagismo, quer a sua figuração, vindas dos modernistas (como de resto, também os passadistas), se banharam naquelas águas (...)”. A exploração e a apropriação posterior, acusa aquele autor num texto de análise ao percurso do pintor Abílio de Mattos e Silva (1908-1985), “é que veio estiolar a paisagem e a gente”.

Juntando-se a intelectuais que escreveram sobre a Nazaré, como Raul Brandão, Afonso Lopes Vieira, Bernardo Santareno, Branquinho da Fonseca, Miguel Torga

⁶ Fernando de Azevedo (1990) in *Abílio. Abílio de Mattos e Silva. Pintura, desenhos, cenários, figurinos*, Óbidos, CMO, 1993, p. 5.

e Alves Redol, naturalistas, modernistas e, depois, neo-realistas (Sousa Lopes, Almada Negreiros, Abel Manta, Jorge Barradas, Lino António, Guilherme Filipe, Eduardo Malta, Lázaro Lozano, Tom, Abílio de Mattos e Silva, Júlio Pomar, Manuel Filipe, entre os mais citados) pintaram a Nazaré, os seus barcos, gentes e costumes tradicionais, dando corpo a uma significativa produção atualmente dispersa por museus (sobretudo de arte) e coleções particulares, que contribuiu para a edificação do “paradigma identitário da Nazaré”; este assenta numa forte componente visual, que faz realçar a singularidade de uma comunidade que permanece envolvida por atributos simbólicos, em muito alimentados pelo turismo que, com frequência, a evoca para materializar a ligação dos portugueses com o mar.

A partir da segunda, e sobretudo da terceira década do século XX, o interesse fino-oitocentista e republicano pela descoberta dos valores populares e regionais atinge contornos de um paradigma visual sobre a Nazaré, que vai selecionando ângulos e conteúdos, trazendo a figuração humana para o primeiro plano, em detrimento da paisagem ampla, das *nuances* lumínicas e da narratividade das composições iniciais. Retratos de busto ou corpo inteiro, em pose premeditada ou em movimentos congelados, preenchem a totalidade das telas para os seus protagonistas ostentarem os apetrechos de pesca e trajes tradicionais, até à encenação laboral coletiva.

Raramente o tema incide na exploração plástica do elemento oceânico, assim como são invulgares as cenas de pesca em alto mar. As paisagens mais vastas embatem na massa enorme do promontório; algumas contemplam os pequenos volumes urbanos, remetidos aos limites superiores da composição.

No fundo, o espaço central da criação não é o mar, e o que nele se passa, mas a praia, espaço confinante onde se desenrola a complementaridade dos trabalhos masculino / feminino, mar / terra. No areal, estão também os barcos, cujo colorido e proas pontiagudas virão a suscitar algumas das raras composições de cariz geométrico; assim como o casario, em obras como a pintura de Álvaro Perdigão (1910-1994), “Rua da Nazaré”, 1971 (MNAC inv.1986).

O grande tema da pintura da Nazaré radica no homem comum, que povoa a paisagem, protagonista individual ou em conjuntos etnográficos, onde as relações com o mar são quase sempre ordeiras.

Nos anos 1940-50, esta evidência temática acaba por se enredar numa apropriação pelo regime salazarista, quando este elabora todo um programa propagandístico intencional, baseado na cultura popular e no mar como pretérito e destino da Nação, no qual os artistas são chamados a participar. Os pescadores da Nazaré surgem então como os “modelos que serviram a Nuno Gonçalves”, explanados nos Painéis de São Vicente (Macedo, 1932: 7).

Em 1958, António Lopes Ribeiro alega que “(...) a Nazaré cedeu à sua ala de namorados imagens e figuras, histórias e casos, que muito ajudaram a formar essa ‘imagierie’ de Portugal que hoje corre o Mundo e faz com que o Mundo comece a correr até cá” (Mello, 1958: 9).

A Nazaré assumia-se como o modelo de um mundo cândido que era preciso preservar face ao avanço da modernidade; uma “tribu (...) tão impermeável à influência dos forasteiros burgueses que, vivendo paredes meias com eles, guarda intacto o carácter e íntegra a fisionomia (...). O Nazareno pescador é um dos tipos mais profundamente *nacionais*, caldeado na costa do país a que arribou um dia (...)”, nas palavras do escritor Afonso Lopes Vieira⁷.

A autenticidade reclamada era suportada pela beleza natural do conjunto Mar – Promontório; pela espiritualidade do culto multissecular a Nossa Senhora da Nazaré, graças a cuja intercessão D. Fuas Roupinho fora milagrosamente salvo de se precipitar no mar; pelos modos orgulhosos e apaixonados das suas gentes, cuja indumentária contrastava entre a cor vibrante da festa e o negro cerrado do luto. A par da brancura das ruelas estreitas que se precipitavam paralelamente em direção ao mar, destacava-se o exotismo multicolor da faina piscatória desenrolada em pleno areal, graças à inexistência de um porto de abrigo, só construído em 1983. Como conclui Jaime Cortesão (1966: 180), a “Nazaré resulta desta combinação humano e natureza”.

Desde finais do século XIX, estas particularidades demarcam a Nazaré de outros destinos marítimos e piscatórios e são constantemente enfatizadas nos roteiros turísticos e de informação balnear, através de discursos cada vez mais mitificados.

⁷ Afonso Lopes Vieira, “Passeio nas minhas terras”, *De Nova Demanda do Graal*, reproduzido em Mourão-Ferreira, 1979: 190.

É esta riqueza de motivos expressa na imprensa nacional e estrangeira (com o controlo do Estado) e nos desdobráveis turísticos (muitos ilustrados por Tom e Abílio de Mattos e Silva), que o artista francês Paul Girol (1911-1988) encontra em 1955, quando “descobre” a Nazaré. Uma revelação decisiva para a sua obra, repleta de olhos grandes e expressivos das mulheres e crianças nazarenas: “Encontrava aí o mar, os céus azulados, a brilhante brancura das casas portuguesas e sobretudo a vida rude dos pescadores e das suas famílias (...), a autenticidade de uma vida nova para mim” (Girol, 1986).

Com o mesmo sentido escreve Guilherme Filipe em maio de 1959, no *Diário de Lisboa*: “A maioria dos artistas portugueses há muitos anos que começou a interessar-se pela Nazaré devido à beleza das suas lendas, do seu mar, da sua paisagem, do casario branco, dos costumes e do carácter originais dos pescadores e da transparência da cor que envolve e anima este conjunto étnico único em Portugal” (Filipe, 1959).

Lino António, o “melhor cantor dos nazarenos”

“A praia da Nazaré foi a verdadeira Academia” de Lino António⁸, pintor da segunda geração modernista que Diogo de Macedo, em 1932, antevira que se tornasse no “grande pintor dos pescadores” e no “melhor cantor dos nazarenos”, quando a sua “enternecida visualidade possa, com a dor da ansiedade, ir perscrutar

⁸ Lino António da Conceição (Leiria, 1898 – 1974) foi um pintor representante da segunda geração modernista. Após uma breve frequência da Escola de Belas-Artes de Lisboa, matriculou-se na Escola de Belas-Artes do Porto em 1915. Em 1918, em Leiria, organiza a sua primeira exposição individual; nesta cidade, fez parte de uma tertúlia com o mestre Narciso Costa, o futuro arquiteto António Varela, o artista Luís Fernandes, o poeta Américo Durão e o médico e escritor Américo Cortez Pinto, entre outros; com os três primeiros, retratou-se na pintura coletiva “Nós” (1923). Em 1924, na SNBA, realiza aquela que considerou efetivamente a sua primeira exposição individual, onde definiu duas tendências temáticas que norteariam o seu trabalho futuro: a vida urbana de Leiria e o litoral e as suas gentes, especialmente a Nazaré. É um dos autores da redecoração do *Bristol Club* (1925-26), importante espaço da vida cultural lisboeta. Esteve presente no I e no II Salão dos Independentes em 1930 e 1931. A partir do final da década de 1930, trabalha em inúmeras encomendas públicas. Com importante ação pedagógica, destaca-se o seu ensino na Escola António Arroio, cuja direção apenas deixa em 1968, por limite de idade. Para mais informação consultar Leandro, 1998.

no âmago dessa pobre gente, a heroicidade exaltada, que com amor e às cegas, os levam a engrossar a nossa História Trágico-Marítima” (Macedo, 1932: 7).

É também ele um dos artistas referenciados no já citado artigo de Macedo (1946), “O mar e os artistas portugueses”, com a pintura “Tipos da Beira-Mar”, datada de 1922. Lino António pouco expôs, dedicando-se à carreira do ensino técnico, nomeadamente na Escola de Artes Decorativas António Arroio, de que foi Diretor. Mas, desde a exposição individual de 1924, na SNBA, até à última exposição, organizada em 1944, no pequeno estúdio do SPN, para além de cenas da terra natal, assistimos a uma clara propensão temática centrada no litoral e suas gentes, especialmente na Nazaré (Leandro, 1998: 25).

“Corre em seu sangue o ritmo e a fascinação do Mar e de tudo o que se lhe prenda. A gente do mar encanta-o pela esbelta e forte beleza plástica dos seus corpos, e pela grandiosa simplicidade das suas almas”, comenta o seu amigo e poeta Américo Durão no prefácio do catálogo da exposição de 1924⁹.

“Mestra inspiradora” de Lino António, a “bela e pitoresca Nazaré, com sua glauca cor e tão característica gente”¹⁰, motivou as formas modernas dos seus primeiros tempos, próximas do pictorialismo cézanniano, de uma “maneira que pessoalizou” (França, 1974: 307).

No seu percurso, as composições exclusivamente masculinas são raras; destacamos “Pescadores da Nazareth” ou “Pescadores. Nazareth”, exposta em 1930 na 27ª exposição da SNBA e atualmente pertencente ao MG (inv. 83P729)¹¹, onde os pescadores com as suas camisolas axadrezadas e remos ao alto, junto das embarcações

⁹ Lino António. *I Exposição. Pintura e Desenho*. Lisboa: SNBA, 1924, com prefácio de Américo Durão, p. 7. Sobre a exposição de 1924 cf. ainda P., 1924: 5. O pintor apresenta 72 trabalhos, dos quais vários sobre Nazaré, apontando-se as influências de Eduardo Viana e do espanhol Vasquez Diaz.

¹⁰ “Guardo saudosamente (...) aquele seu período bem modernista, de autêntico impressionismo, com obras às quais Cézanne fez favores, plenas de largueza, de *pochade* forte e farta, numa alegria policromaticamente simples (...). Cito: Mercado da Ribeira – Lisboa e alguns quadros, se não todos, da bela Nazaré”; cf. Segurado, 1975: 189.

¹¹ Deste Museu faz parte ainda um desenho “Sem Título”, datado de 1926, inv. DP393, esboço de um grupo de cinco homens reclinados e em conversa na areia, junto a várias feteixas, odres e outras artes de pesca.

e secundados por algumas mulheres, assomam como firmes heróis prontos a entrar ao mar.

Os nazarenos motivam-lhe ainda alguns quadros onde, apesar da pequena dimensão, “consegue ser grande (...) e dar todos os pormenores numa pincelada que é borrão, mais que *pochade*”¹², de que é exemplo, entre outros, o “Retrato do Bombas” (MDJM inv. 175).

Em composições maiores, Lino António proporciona-nos apontamentos da vida das gentes da Nazaré, com as figuras principais em primeiro plano, envergando a sua indumentária tradicional e os apetrechos de pesca, secundadas pelo espaço da praia, com vista para o mar ou casario que, mais do que cenário, desvia o nosso olhar numa diagonal, para descortinarmos pequenas cenas secundárias mais espontâneas, onde se podem distribuir os barcos de proas bicudas, as redes ondulantes ou grupos de mulheres ou pescadores em reunião. É esta organização que encontramos em “Gente do Mar”, 1933 (MJM inv. 67), “Nazaré – Concertando a rede”¹³, c. 1923, dedicada a Álvaro Laborinho (1879-1970)¹⁴ e sua esposa, ou em “Deus te guie”¹⁵, 1923. Dedicada por Lino António ao Dr. Joaquim Brilhante, esta última pintura vai buscar o nome à embarcação de arte xávega nela representada; mas, na metade inferior, em primeiro plano e a toda a largura, dorme um pescador e, a um canto, senta-se a sua mulher, sustentando paciente o queixo com a mão.

¹² P, 1924: 5.

¹³ Reproduzida em Leandro, 1998: 59, cat. 11 e *Idem* (coord.), *Nós e os Outros*, Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2019, pp. 186-187. Dedicada pelo pintor, no canto inferior direito: “À D. Libania / ao Sr. Álvaro / com muito respeito / gratidão / Lino António”.

¹⁴ Mais informação sobre Álvaro Laborinho em AAVV (2002), *O mar da Nazaré. Álbum fotográfico. Álvaro Laborinho e Laborinho, Álvaro* – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=57135> (consulta 24 outubro 2018).

¹⁵ Reproduzida em Leandro, 1998: 60, cat. 198. Também Guilherme Filipe representa esta embarcação na pintura “Vida da Nazaré”, 1942 (MDJM inv. 86 Pint.), onde igualmente encontramos um pescador dormitando na praia.



Imagem 2 – “Gente do Mar”, 1943 (DRCC/MJM inv. 67)

Entre os anos 1920 e 1940, quer em esboços desenhados¹⁶, quer em pinturas concluídas, é recorrente uma composição com um grupo de mulheres, de olhar cabisbaixo ou melancólico, dispostas em torno de peixes metódica e paralelamente expostos na areia. “Há como que um fatalismo nessas figuras sombrias mas de olhos lindos (...)”, insinua Diogo de Macedo (1932: 7). O coletivo feminino em espera, organizado à volta do pescado, cujo amanho e venda é da sua responsabilidade em terra; a figuração humana contemplativa em espera ou numa desolada resignação, apoiando o rosto numa das mãos; os volumes corporais embocados pelas capas triangulares sugeridas por manchas negras; a infância inocente, que vaticina o futuro, e a maternidade que “cria aos peitos os homens que amanhã hão-de lutar com o Mar” (Bragança, 1938), sugerida pela presença de uma mulher com o filho nu nos braços e frequentemente a mamar, recuperando o modelo clássico das veneráveis *madonas* (neste caso, “*madonas marítimas*”¹⁷). Todos estes elementos integram um arquétipo pictórico, deveras metafórico, resumido na pintura “*Nazarenas na praia*” divulgada na publicação de 1938 (idem, 1938)¹⁸; identifica-se igualmente em “*Na praia. Nazaré*” (1944)¹⁹, assim como na cena central de “*Litoral*” (1930)²⁰ e em “*Peixinheiras*” (1938, MNAC inv.1070)²¹.

¹⁶ São exemplos o desenho “*Nazarenas*”, 1927 (cf. Leandro, 1998: 100, cat. 40) ou a capa do catálogo *Exposição Lino António no estúdio do SPN – abril de 1944*.

¹⁷ Sobre a participação de Lino António no II Salão dos Independentes, escreveu-se no *Diário de Lisboa*: “Lino António, que já se emancipou da influência de Vasquez Dias, tem umas *madonas marítimas*, que são duma espantosa beleza” (*Diário de Lisboa*, n.º 3083, 19 maio 1931, p. 4). Cit. por Leandro, 1998: 27.

¹⁸ Também reproduzida em Leandro, 1998: 73, cat. 25.

¹⁹ Reproduzida em Lisboa, 1944.

²⁰ Reproduzida em Leandro, 1998, cat. 54.

²¹ Adquirido para o MNAC em 1943 por Sousa Lopes, nos últimos meses da sua direção; cf. Perez, 2012: 73. Esta pintura aparece também frequentemente referenciada como “*Peixeirinhas*”.



Imagem 3 – “Na praia. Nazaré”, reproduzida em *Panorama*, 1944

À semelhança desta última, “Peixeiras na praia – Nazaré”²² (c. 1944, MNSR 1005 Pin) é uma tela preenchida por duas figuras femininas encostadas a um barco, uma adormecida sobre o regaço da outra, tendo aos pés uma rede com três peixes; a representação exacerbada da dimensão dos membros confere-lhes uma força que contrasta com a tranquilidade do rosto adormecido e o habitual desenrolar das cenas secundárias, onde se dispersam outras mulheres envoltas pelas suas

²² Intitulada “Raparigas” na reprodução que ilustra a sua presença na “8ª Exposição de Arte Moderna do SPN”, *Panorama*, n.º 19, 1944, s.p.

capas negras e um grupo de pescadores que arrasta as redes pelo areal acima. Esta pintura integrou a representação portuguesa na I Bienal de São Paulo, em 1951, vindo a ser adquirida pelo MNSR dois anos depois²³.



Imagem 4 – “Peixeiras na praia – Nazaré” (c. 1944, DGPC/MNSR 1005 Pin)

²³ Quando foi apresentada na I Bienal de São Paulo, ainda pertencia ao autor. Adquirida para o MNSR através do Fundo João Chagas. Cf. <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=304858> (consulta 23.10.2018)

Os rostos femininos, a $\frac{3}{4}$ ou frontais, são também reiteradamente o centro dos desenhos de Lino António, definidos por um traço firme. É exemplo a “Peixinheira” de 1923, envolta pelo lenço e chapéu nazareno, que nos olha com uma força inquietante; um desenho excecional oferecido e dedicado ao amigo Álvaro Brilhante Laborinho²⁴, após o encerramento da exposição de 1924, onde figurou.

Após o período criativo dos anos 1920-40, o “mar modernista” (Leandro, 1998: 48) dos pescadores e suas mulheres vai cedendo primazia às formas e cores das embarcações e a outras técnicas, como a aquarela, na trajetória derradeira de uma “pintura que foi do mundano ao decorativo e que, finalmente, sacrificou uma frescura de busca pictórica a uma maneira forte mas convencional de estilizar plasticamente a realidade”, segundo análise de José-Augusto França (1974: 300-302).

“Nazaré vista do Sítio”²⁵, de 1962, é já uma pintura fugaz a aquarela, da conhecida perspectiva aérea sobre a praia a partir do alto do Suberco; explorando as potencialidades aguadas da técnica, Lino António resolve em sintéticas manchas cromáticas a ligação entre o mar, a praia, o casario e os acidentes geológicos que os envolvem.

Mas foi a evidência da dimensão trágica de uma comunidade que tirava do mar o seu sustento que tornou Lino António num estimado “portuguesíssimo pintor trágico-marítimo que tem nas gentes melancólicas e predestinadas da Nazaré os seus melhores modelos e nas ondas, – que se encapelam e se desfazem, que se franjam de espumas e se entenebrece de ameaças – os seus melhores fundos. (...)”²⁶.

²⁴ Dedicado “Ao Álvaro / à sua amizade / ao seu talento / Lino António/ 1924”; reproduzido em Leandro, 1998: 105, cat. 45. Segundo Jorge Segurado, com quem Lino António trabalhou, “os seus desenhos objectivos ou descritivos, muito sóbrios; as suas composições bem equilibradas (...) constituem peças inteiras de unidade, de viva emoção, por vezes banhadas de lirismo, ou, de quando em quando, abraçando trágicas expressões (quadros, sobretudo da Nazaré)”; cf. Segurado, 1975: 188.

²⁵ Reproduzido em Leandro, 1998: 116, cat. 66.

²⁶ “Um Pintor de Mar e de Pescadores expõe no Estúdio do SPN”, *Diário da Manhã*, 13.04.1944.

Guilherme Filipe, o “pintor – pescador”

Guilherme Filipe²⁷, aluno da Escola de Belas-Artes de Lisboa e com formação espanhola, refugia-se na Nazaré em finais dos anos 1930. Segundo as suas palavras, para aí foi arrastado pelo pintor Sousa Lopes (1879-1944)²⁸, quando este “andava à busca de figuras parecidas com as dos marinheiros de Gama e Cabral. A Nazaré foi para ele um documentário excepcional. Ele partiu, mas eu fiquei...”²⁹.

Pensando permanecer apenas um ou dois meses, Guilherme Filipe acaba por viver na vila alguns anos, “numa casinha rústica”, pintando o mais que podia,

²⁷ Guilherme Filipe Teixeira (1897, Fajão – Lisboa, 1971) foi aluno da Escola de Belas-Artes de Lisboa e frequentou também cursos livres na SNBA e os *ateliers* de José Malhoa e Conceição Silva. Tendo como patrono Cândido Sotto Mayor, vive em Madrid entre 1917-1923, onde é discípulo do pintor Sorolla e participa em várias tertúlias com personalidades como o criador literário Ramón Gómez de la Serna. No regresso a Portugal, instala-se em Coimbra e o poeta Eugénio de Castro proporciona-lhe um *atelier* na Faculdade de Letras; em 1922 e 1923 realiza aí duas importantes exposições, mudando-se depois para Lisboa. Muito crítico do provincianismo cultural do país, volta a sair com destino a Paris e Espanha. No regresso definitivo a Lisboa, em 1932, para além da pintura, dedica-se a atividades culturais e políticas; é fundador da Escola de Acção Artística no Estoril e, mais tarde, em 1944, do Jardim Universitário de Belas-Artes em Lisboa (JUBA). No final da década de 1930, afasta-se da vida cultural da capital e refugia-se na Nazaré, aqui colhendo os motivos de muitas das suas pinturas; integra a comissão organizadora da primeira Festa do Mar (setembro 1939) e foi um elemento ativo na organização de um Museu da Nazaré. Em 1958, apoiou a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República; esse facto e a sua permanente crítica em relação ao estado da arte no país, apontando a falta de colecionadores e de críticos e a deficiente formação do público, confinam-no a um período de algum isolamento, dedicando-se à pintura de painéis religiosos para a ermida da sua terra natal. Morre em 1971, cabendo ao escritor e amigo Miguel Torga o elogio fúnebre e as palavras inscritas na sua sepultura. Está representado em museus e instituições de Coimbra, Lisboa, Porto, Nazaré, Caldas da Rainha, Arganil e Fajão, assim como em várias coleções particulares em Portugal e no estrangeiro. Mais informação sobre o pintor em França, 1971 e Filipe, Guilherme – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=57138> (consulta 24 outubro 2018).

²⁸ Consultar o catálogo da exposição *Sousa Lopes. Pintura a óleo, desenho, água forte*. Lisboa: Editora Lda., 1917, onde consta a referência a vários trabalhos sobre a Nazaré, cujos títulos sugerem sobretudo a exploração dos efeitos luminosos do mar e das *nuances* atmosféricas, como “Uma onda – Nazaré”, “Dia de sol – Nazaré”, “Efeito do luar – Nazaré”, “Nazaré – sol de manhã”, entre outros.

²⁹ “O pintor Guilherme Filipe exalta a beleza da Nazaré”, *Diário de Lisboa*, n.º 5995, ano 19, 31.07.1939, p. 5.

“a-fim-de criar algumas ‘ilustrações’ do mundo nazareno, pequeno como tamanho, mas enorme como humanidade”³⁰.

Guilherme Filipe tem uma produção singular de um pintor modernista, mas à parte dos circuitos artísticos da época, conforme constata o jornalista e seu amigo Joaquim Manso, em 1939: “Sempre conheci este pintor votado à sua arte como um solitário à sua cruz”³¹. Como também observa José-Augusto França (1974: 300), “Guilherme Filipe foi um artista de qualidade irregular, (...). No todo um ingênuo de cultura e sensibilidade e um marginal, deslocado em anos de sossego”.

Após concluir a formação nas Belas-Artes de Lisboa, evade-se para Madrid, onde vive uma “quadra inquieta e ansiosa, de estudo e convívio” (Dionísio, 1972) entre 1917 e 1923; na capital espanhola, é discípulo de Sorolla (um admirável pintor do mar) e é assíduo em várias tertúlias da intelectualidade madrilena.

Em 1923, em Coimbra, apresenta uma exposição cujo catálogo é prefaciado por Vitorino Nemésio³², que não pudera escrever para a sua primeira exposição no ano

³⁰ “O pintor Guilherme Filipe exalta a beleza da Nazaré”, *Diário de Lisboa*, n.º 5995, ano 19, 31.07.1939, p. 5.

³¹ “Banquete de Homenagem. Guilherme Filipe foi consagrado o pintor da Nazaré”, *Diário de Lisboa*, 16.10.1939. Joaquim Manso (Cardigos, 1878 – Lisboa, 1956) foi um escritor e jornalista, fundador e diretor do *Diário de Lisboa*. Formado em Teologia, foi ordenado sacerdote e, como Padre Manso, escreve as brochuras “Commentarios”, entre 1901 e 1903. A seu pedido, libertou-se dos votos religiosos e, em 1913, obteve o grau de bacharel em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Colaborou em diversos jornais, até que, em 1921, foi sócio fundador do jornal *Diário de Lisboa*, do qual foi diretor durante 35 anos. Autor de vasta produção literária, de que se refere, entre outros, os seguintes títulos: “O Pórtico e a Nave”, “Fábulas”, “Malícia sem maldade”, “O Fulgor das Cidades”, “Alma Inquieta”, “Pedras para a Construção dum Mundo”, “Manoel”, “Primavera da Lenda” e “A Consciência Nua e Abandonada”. Possuía casa de veraneio no Sítio da Nazaré, próxima da moradia do seu amigo, o construtor civil nazareno Amadeu Gaudêncio; está entre os mentores da primeira “Festa do Mar” na Nazaré (1939) e escreveu diversos textos sobre a Nazaré. É nessa casa que o Museu da Nazaré se vem a instalar, por doação do imóvel ao Estado através de Amadeu Gaudêncio, em 1968. Em sua homenagem, é com o nome de Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso que abre ao público, em 1976. Mais informação em Manso, Joaquim – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=68815> (consulta 24 outubro 2018).

³² *Segunda Exposição Guilherme Filipe*. Coimbra, 1923.

anterior. Nemésio salienta o isolamento de Guilherme Filipe: “No arraial dos olhadores de quadros, Guilherme Filipe conseguiu passar como um doido varrido... com brochas. (...) Se é certo que não aplaudo os exotéricos, felicito entretanto Filipe por esta atitude isolada a que o obrigaram. Guilherme Filipe está pintando quási que só para si. (...)”.

Descontente com o meio artístico nacional, em relação ao qual será sempre um grande crítico, volta a sair do país, expondo em Paris e em várias localidades espanholas. O regresso final dá-se em 1937, quando abandona as vivências citadinas e as lutas estéticas para se concentrar no período laborioso da Nazaré, não mais deixando de “transpor para as telas esse mundo que lhe enche a alma” – “o meio-ambiente físico e humano da Nazaré, tal a fidelidade da cor das suas paisagens, a realidade e a força humana dos seus retratos, a minúcia quase documental dos seus quadros de interior”, relata Tomás Ribas em 1955³³.

“A Nazaré vive e sonha com o Mar. Essa vida e esse sonho já um Guilherme Filipe os pintou no vibrante das suas telas”, escrevia Vasco da Gama Fernandes, no *Diário de Lisboa*, em fevereiro de 1941. Anos mais tarde, em 1958, ainda assim era descrito numa entrevista que *O Século* realizou a propósito da sua exposição em Lisboa, onde figuravam muitas pinturas sobre a Nazaré: “A bela praia portuguesa tem nele um dos principais intérpretes. Soube captar o seu ‘mundo’, sentir o seu viver, interpretar a sua alma. Em suma, a Nazaré ficou nas suas telas com a verdade da sua ambiência e a riqueza da sua paisagem humana” (Galhardo, 1958).

Para os desenhos e telas, que com alguma frequência expõe na sua casa-atelier na Rua Castilho 67, n.º 5, Guilherme Filipe passa os rostos daqueles com quem privava no quotidiano na Nazaré, rostos de pescadores e peixeiras, de perfil ou a ¾ (como “Pescador da Nazaré” e “Nazarena”, MDJM inv. 29 e 30), em busto ou corpo inteiro. Trazidas para primeiro plano, estas figuras ganham protagonismo

³³ “Guilherme Filipe. O pintor das paisagens e da gente da Nazaré”, *Portugal Ilustrado*, n.º 37, set/out 1955.

e grandeza psicológica através da linha precisa do desenho ou em pinceladas de forte colorido, distanciando-se da exatidão académica dos rostos bem delineados das “Nazarenas” (1939, MNAC inv. 963) de Eduardo Malta, mais facilmente apreciados pelo gosto oficial, ou da intensidade dramática da galeria de retratos da autoria de Lázaro Lozano (1906-1999), como o “Zé– Fecha a Porta”, “Tó Maria”, “João Galego” ou a “Piedade”, da coleção do Museu Dr. Joaquim Manso.

A mulher é a heroína de muitas das suas composições, apresentada nos vários ângulos do universo feminino³⁴: a velhice amarga mas quiescente; a mulher de trabalho, imbuída da vitalidade necessária para a labuta diária (como a figura frontal e simétrica de “Peixeira da Nazaré”, MNAC inv.1859, que transporta à cabeça uma caixa de peixe); ou a mulher-sedutora, que “encantou” o(s) pintor(es) e que com a formosura da sua juventude exhibe orgulhosamente as bordas das “7 saias”. Está neste último caso a jovem costureira Maria Santana Vigia Chiquito (c.1923-1951), com quem Guilherme Filipe vive durante alguns anos, representada no óleo “Mulher da Nazaré” (s.d., MDJM inv 142) e certamente modelo de outras obras (como é evidente na pintura em que uma jovem nazarena revela as suas várias saias, no contraluz de uma janela que abre para o mar³⁵).

³⁴ A título de exemplo, vejam-se as pinturas reproduzidas no artigo “Guilherme Filipe. O pintor das paisagens e da gente da Nazaré”, *Portugal Ilustrado*, n.º 37, set/out 1955. Para além do óleo “Velho pescador da Nazaré” envolto pelo gabão, visualizamos “Velha Mulher da Nazaré”, “Rapariga da Nazaré”, “Peixeira da Nazaré” (sem título) e a pintura de uma jovem exibindo as saias à janela.

³⁵ Reproduzida em “Guilherme Filipe. O pintor das paisagens e da gente da Nazaré”, *Portugal Ilustrado*, n.º 37, set/out 1955.



Imagem 5 – “Mulher da Nazaré” (DRCC/MDJM inv 142)

Noutra linha de trabalhos, a sua paleta de cores puras dá expressão ao trabalho quotidiano de que era um observador atento; seja num mercado ao ar livre na Praça Manuel Arriaga (“Paisagem da Nazaré”, 1954, MG inv. 81P170), seja em quadros de interior, onde assistimos à azáfama das peixeiras transportando as caixas entre a praia e o interior da lota (“Nazaré. Na Lota”, s.d., MJM inv. 172) ou à quietude de uma cabana onde um pescador cose as suas redes, rodeado pelo mulherio em pausa ou atarefado na lide doméstica³⁶. Nestas pinturas do coletivo, a narrativa das várias sub-cenas socorre-se de escalas diferenciadas na figuração, de acordo com os desígnios mais ou menos metafóricos pretendidos pelo artista – como é bem evidente em “Vida da Nazaré” (1942, MDJM inv. 86).



Imagem 6 – “Vida da Nazaré” (1942, DRCC/MDJM inv. 86)

³⁶ Coleção particular dos herdeiros de Amadeu Gaudêncio.



Imagem 7 – “Interior de cabana” (col. particular)

Nas pinturas de paisagem urbana, em perspectivas distanciadas sobre o mar, tomadas a partir do Sítio ou da encosta do promontório, explora os volumes cúbicos do casario branco, aqui e ali contrastando com os negros das viúvas³⁷.

Guilherme Filipe não se limitava a pintar a comunidade nazarena, mas vivia no seu meio; a par de uma elite intelectual e burguesa, arrebatada pelo “universo encantado” (Brogger, 1992: 230) da comunidade piscatória, preocupava-se com a salvaguarda de um estado de genuinidade inicial.

³⁷ De paradeiro desconhecido, são exemplos as pinturas “Nazaré (óleo)” reproduzida no *Primeiro de Janeiro*, 05.01.1972, ou a pintura “Nazaré”, datada de 1943, lote 70 do leilão 251, 2 fevereiro 2011, Palácio do Correio Velho.

É de boina e “camisa à pescador”³⁸ que Guilherme Filipe se deixa fotografar por Álvaro Laborinho entre os barcos de arte xávega no areal, ou no seu *atelier*, junto a várias pinturas em execução (uma delas semelhante ao óleo “Mulher da Praia”, MDJM inv. 63)³⁹.



Imagem 8 – Fotografia de Álvaro Laborinho (DRCC/MDJM inv. 1654 Fot.)

Não lhe podemos atribuir uma arte comprometida com a denúncia das agruras da classe piscatória, desígnio tão caro aos neo-realistas (que também contemplam a Nazaré); nem ações comprometidas com a transformação social e educacional do pescador e sua família; mas reconhecemos no pintor um combate permanente

³⁸ Também o poeta Afonso Lopes Vieira gostava de usar “a camisa à pescador”; assim é retratado por Eduardo Malta ou é fotografado junto da viúva nazarena Maria Ferreira Laranjo (1892-1977), avó do pintor Mário Botas e a quem dedica um poema. Cf. Nobre, 2016: 40.

³⁹ Ver também, do arquivo do Museu Dr. Joaquim Manso, as fotografias inv. 1665 e 1666 Fot., da autoria de Álvaro Laborinho, representando Guilherme Filipe no *atelier*, junto do seu cavalete, rodeado por várias pinturas de temática nazarena.

pela defesa das suas vivências e modos de trajar tradicionais, que sentia ameaçados perante os novos ditames económicos e a descaracterização trazida pelo avanço do cosmopolitismo turístico.

Estas eram, aliás, preocupações irmanadas com as fórmulas oficiais, em larga medida subjacentes às iniciativas de organismos como o SPN / SNI, para o qual Guilherme Filipe afirma ter sido chamado a participar por António Ferro, embora recusando, por se considerar, acima de tudo, pintor⁴⁰. Esta estetização e “objetificação da cultura popular”⁴¹ durante o Estado Novo tende a petrificar identidades locais em favor da representação de um ideário nacional assente na ruralidade e no mar. Sabendo que o público-alvo das iniciativas folcloristas era as classes médias altas e os estrangeiros, o “mundo à parte” como o da Nazaré devia ser mantido em respeito pelos preceitos iniciais que uma elite selecionava, encenava ou reinterpretava para seu contentamento. E nesse processo de seleção / encenação do popular, a arte e os artistas tiveram também o seu papel.

Ficou a dever-se a Guilherme Filipe a direção artística da primeira “Festa do Mar”⁴² na Nazaré, que decorreu a 10 de setembro 1939. Os seus desenhos de rostos nazaréneos ilustram o folheto com o programa do evento, a par da capa assinada por Almada Negreiros e dos textos de Afonso Lopes Vieira, Hipólito Raposo e Joaquim Manso. O pintor integrou também o júri⁴³ para eleger a Alegria, a Dor e a Graça do Mar, entre as “mulheres marítimas mais cheias de expressão destes sentimentos”.

⁴⁰ Segundo Galhardo, 1958, António Ferro convidara várias vezes Guilherme Filipe para o Secretariado, mas o artista recusara porque “não deixava de ser um organismo defensor do Estado Novo” e “(...) porque, acima de tudo, sou pintor, e só pintor tenho querido ser”.

⁴¹ Leal, João – “Usos da cultura popular” e Alves, Vera Marques – “O povo do Estado Novo”, in Neves (coord.), 2010: 125-137, 183-194.

⁴² Da comissão organizadora faziam parte: Tenente Joaquim Batista (Comandante do porto da Nazaré), José Maria Lúcio Codinha (Presidente da Câmara Municipal), Tito Calixto (Secretário da Casa da Nazaré) e o “Povo”. O programa contou com uma missa à beira-mar, desportos náuticos, o alar da rede e um cortejo na praia. No Sítio, entre outros eventos, incluiu a inauguração do Padrão a Vasco da Gama, a exibição de ranchos e bailes e um bodo de pão e vinho aos pescadores.

⁴³ O júri era composto pelos escritores Afonso Lopes Vieira, Branquinho da Fonseca, Joaquim Manso e Hipólito Raposo, o médico Bissaya Barreto, o pintor Sousa Lopes e Diogo de Macedo.



Imagem 9 – Desdobrável da Primeira Festa do Mar, 1939

Por esta ocasião, o pintor e escritor popular António Vitorino Laranjo (1888-1980) escreve e oferece-lhe o soneto “Um Pintor”⁴⁴, que termina pela estrofe “Não vive só, a tela aqui o tem / É do reino do belo e da verdade / E no vigor dos tons, um Deus também”.

A 16 de setembro, no banquete em sua homenagem que teve lugar na Pensão Bau, um grupo de senhoras oferece-lhe um “barquinho-biblot” pintado a três cores, “destinado a conduzir o marinheiro-pintor a todas as latitudes do seu sonho”. Toda aquela plêiade de intelectuais e a “melhor sociedade nazarena” consagra-o como “pintor da Nazaré”, expressão de Joaquim Manso no discurso de encerramento⁴⁵.

A relação entre o pintor e o jornalista já era de longa data, conforme nos pode atestar uma carta⁴⁶ de Guilherme Filipe ao Diretor do *Diário de Lisboa*, agradecendo a publicação do artigo de Vitorino Nemésio sobre a sua exposição em Coimbra. De 1924 data o pequeno “Retrato de Joaquim Manso” a desenho (MDJM inv. 68 Des.) e de 1941 a pintura a óleo do jornalista com o *Diário de Lisboa* na mão (MDJM inv. 1 Pint., oferta de Amadeu Gaudêncio em 1972)⁴⁷.

⁴⁴ Poema “Um Pintor” (dactilografado), com indicação manuscrita a lápis “a G. Filipe” (no canto superior direito); “Nazaré / 1939 / oferecido por mim ao Pintor Guilherme Filipe” [Arquivo António Vitorino Laranjo / MDJM].

⁴⁵ “Banquete de homenagem. Guilherme Filipe foi consagrado o pintor da Nazaré”, *Diário de Lisboa*, 16.10.1939. Discursaram Afonso Lopes Vieira, Dr. Laborinho, Amadeu Gaudêncio, Tito Calixto, Raimundo Alves, José Maria Braz Codinha (Presidente da Câmara Municipal da Nazaré), Guilherme Filipe e, por fim, Joaquim Manso.

⁴⁶ Excerto da carta de Guilherme Filipe, remetida do Hotel Avenida, Coimbra, para Joaquim Manso, s.d. (1923?) [Arquivo Joaquim Manso, cxa. 7 / MDJM]: “Depois da minha exposição ainda não pude escrever-lhe a agradecer a publicação do artigo do Vitorino Nemésio, sobre a mesma exposição. / Faço-o agora e ao mesmo tempo aproveito a ocasião para (?) manifestar ao meu (?) amigo a admiração(?) que tenho (?) pelo seu / (f.2) jornal e pela sua bela orientação. / O “Diário de Lisboa” é o único jornal que merece as honras de “Diário”. / Eu felicito-o pelo seu aniversário e faço votos para que ele não deixe nunca de sair com esse ar tão moderno e tão simpático que o caracteriza. / Adeus meu ilustre amigo; disponha sempre de mim / (f. 2 v). como quiser. / Um abraço do / Guilherme Filipe / Hotel Avenida / Coimbra”. Cf. também bilhete-postal de Guilherme Filipe para “Dr. Joaquim Manso / Ilustre Director do / Diário de Lisboa / Rua Luz Soriano / Lisboa”; carimbo “Nazaré 29.05.1939”; ed. A. Laborinho (Álvaro Laborinho), com reprodução da sua fotografia “Portugal – Nazaré. Regressando da faina” [Arquivo Joaquim Manso, cx.2 / MDJM]; talvez numa deslocação para preparar a Festa do Mar de setembro de 1939, Filipe troca com Joaquim Manso algumas breves impressões sobre a viagem de regresso de Lisboa.

⁴⁷ Da autoria de Guilherme Filipe, o filho de Joaquim Manso, Pedro Manso Lefèvre, doou ainda ao Museu da Nazaré a pintura “Mulher na Fonte” (1931, inv. 84 Pint.) e o desenho de 1943 com o inv. 61 Des., que faziam parte da coleção de arte do pai.

Era na moradia alpendrada de Joaquim Manso, localizada no Sítio, ou na Horta de Álvaro Laborinho, que com frequência esta elite cultural e política se reunia. Laborinho fotografava para a posterioridade os momentos lúdicos ou os passeios culturais, que podiam incluir a visita ao Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, a subida ao Monte de São Brás ou sessões de retrato com “o traje de cá”. Em julho de 1942, numa carta⁴⁸ dirigida a Álvaro Laborinho, a inglesa Marguerite Lea Winsor, da Embaixada da Grã-Bretanha, em Lisboa, agradece o envio das fotografias tiradas durante as férias e expressa a sua alegria pelas recordações tão saudosas da estadia na Nazaré e do almoço sua “na quinta”, na companhia de Guilherme Filipe e Joaquim Manso.

Esta intelectualidade é quem enceta esforços para criar um museu. Em 1940, enquanto moderador de uma conferência de Joaquim Manso sobre a Nazaré, na Casa do Distrito de Leiria, Afonso Lopes Vieira deixava o aviso: “(...) Nazaré, enlevo de artistas, paraíso de pintores – e vila trágica a cuja classe marítima é cada vez mais urgente acudir!”⁴⁹. Na sala, numa sessão abrilhantada pelo Rancho Tá-Mar, para além de nazarenos como Tito Calixto e Amadeu Gaudêncio, encontrava-se na assistência os escritores João de Barros e Virgínia Vitorino e os pintores Sousa Lopes e Guilherme Filipe, entre outros.

Aos artistas se devem as primeiras movimentações. Em 1955, no *Diário de Lisboa*⁵⁰, o pintor Abílio de Mattos e Silva explanava a ideia de um museu instalado num edifício de raiz (para o qual viria a convidar o arquiteto João Simões a apresentar um ante-projeto, em 1957) (Garcia, 1976: 10-12)⁵¹, com salas para pintura

⁴⁸ Carta da inglesa Marguerite Lea Winsor, da Embaixada da Grã-Bretanha, R. São Domingos à Lapa, 37, Lisboa, datada de 29 julho 1942, e dirigida a Álvaro Laborinho. (1 folha f/v, dactilografada) [Arquivo Álvaro Laborinho / MDJM]. Transcrição de excertos: “Já mandei algumas das fotografias para o Sr. Felipe”. “A Sra. e Sr. Manso parece estão bons da saúde. Tivemos o prazer de jantar com eles no sabado passado: para nós foi mais uma alegria de estar com eles mais uma vêz”. No arquivo do Museu Dr. Joaquim Manso existem diversas fotografias de Álvaro Laborinho que consideramos retratarem as férias mencionadas nesta carta, embora não estejam intituladas, nomeadamente inv. 2172-2175, 2179, 2227-2236 Fot.

⁴⁹ “Na Casa do Distrito de Leiria A Nazaré foi ontem evocada numa admirável conferência pelo sr. dr. Joaquim Manso”, *Diário de Lisboa*, 01.03.1940.

⁵⁰ “Preconiza-se a criação do Museu da Nazaré para conservar os valores do seu folclore inconfundível”, *Diário de Lisboa*, 09.11.1955.

⁵¹ Sobre a história do Museu da Nazaré cf. também Santos, 2011: 624-635.

e fotografia e estúdios-alojamentos para os artistas que desejassem trabalhar na Nazaré, “atelier ao ar livre dos artistas” (Norberto Araújo, cit. Pedro, 1944: 127).

Nas páginas do mesmo jornal, em maio de 1959, era Guilherme Filipe quem pugnava por um esforço dos artistas para que a Nazaré mantivesse as suas “características de terra de pescadores e de artistas, e então corresponda à propaganda que dela se faz (...)”, urgindo tomar medidas radicais que deveriam ser sugeridas pelos próprios artistas, os mais interessados em que a Nazaré se salve “na medida em que mantenha o seu passado como museu-atelier vivo” (Filipe, 1959).

O pintor lamentava o abastardamento que se vinha verificando, sobretudo na altura de maior afluência turística, propondo a organização de uma comissão de estética e de higiene. “É por isso que eu creio que para salvar a Nazaré do mau gosto e da consequente desilusão dos turistas deveria começar-se por ouvir os artistas que mais a conhecem e amam. Concretamente: deveriam ser os próprios artistas os primeiros a tomar a iniciativa de se constituírem em comissão de estética, a fim de assentar num plano de acção” que, a seu ver, passaria por agregar aos artistas também os médicos (uma comissão de estética, mas também de higiene). À parte de fações políticas, todos deveriam colaborar, propondo uma série de nomes para a comissão: arquitetos António Varela, Bento de Almeida, Cassiano Branco, Eugénio Correia, Ernesto Korrodi, João Simões e José Cortês; construtor civil Amadeu Gaudêncio; escritores Alves Redol, Branquinho da Fonseca, Miguel Torga e Luís Teixeira; pintores Almada Negreiros, Abel Manta, Abílio Mattos e Silva, José Leitão de Barros, Jaime Martins Barata, Lino António e Júlio Pomar; escultores António Duarte, Barata Feio, Leopoldo de Almeida, Martins Correia; silvicultores Joaquim Rodrigo (também pintor) e Vieira Natividade; médicos António Carvalho, Hermínio Laborinho, Joaquim Inácio Brilhante, Marques Laborinho, Lança Cordeiro.

Em março de 1965, Guilherme Filipe escrevia novamente “em defesa da Nazaré” (Filipe, 1965). Receava que a terra estivesse “em risco de se perder”: “perder-se-á completa e irremediavelmente se não se lhe acode já, sem perda de tempo, isto é, se o progresso não for natural e responsavelmente dirigido por artistas, no sentido tradicional da própria estética nazarena imanente, porque a Nazaré tem a sua estética própria e são os artistas, os pescadores e os seus inúmeros devotos, os que mais profundamente a sentem”. Criticava os nazarenos que estavam a deixar de viver na típica casa térrea ou de vestir como os seus avós. Mas

os “amigos da Nazaré” (“pessoas cultas e influentes da terra”) deviam empenhar-se em salvá-la enquanto era possível. Por isso, com o apoio da SNBA, convocara uma reunião com arquitetos, escritores, pintores e escultores, para se constituir uma Comissão de Defesa da Nazaré, com o objetivo de colaborar com o Estado no propósito do progresso se processar no respeito pela tradição e se “defender a Nazaré como índice de cultura”. Entre os nomes dos convocados, destacamos Amadeu Gaudêncio, Branquinho da Fonseca e prof. Jorge Dias; escultores António Duarte, Barata Feio, João Fragoso e Leopoldo de Almeida; pintores Jaime Martins Barata e Lino António; arquitetos Conceição Silva, Jorge Segurado, João Simões, Cabeça de Padrão e José Cortês.

No entanto, estas comissões não chegaram a ser constituídas e a Liga dos Amigos da Nazaré, fundada em 1956, vai tentando mobilizar a população para o projeto do Museu, apelando às doações nas páginas do seu boletim “Nazaré”.

Após anos de entraves vários, em 1968, Amadeu Gaudêncio doou ao Estado a casa de veraneio que pertencera a Joaquim Manso, falecido em 1956, com o intuito de aí se instalar o ambicionado Museu da Nazaré. Com este novo alento, a instituição era finalmente criada por decreto-lei em 1970, como Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso⁵². Guilherme Filipe, sonhando com “uma galeria de arte, onde pintores vindos de fora, de toda a parte, encontrariam abrigo e um local amplo e adequado às exposições das suas obras” (BORGES, 1976: 28), integrou o seu primeiro “Grupo de Amigos” (1969)⁵³, vindo o Museu, inaugurado a 6 de junho de 1976, a possuir várias obras da sua autoria, por compra ou doação⁵⁴.

⁵² Atualmente, o Museu Dr. Joaquim Manso é tutelado pelo Ministério da Cultura / Direção Regional de Cultura do Centro.

⁵³ A primeira Assembleia-Geral, em 25 janeiro 1969, é presidida por Amadeu Gaudêncio, secretariado por Abílio de Mattos e Silva e Guilherme Filipe. Segundo Dionísio, 1972, “Durante as duas derradeiras décadas, o Artista sonhou com a implantação do seu Alpendre-Museu no pedaço de promontório que possuía na Nazaré”.

⁵⁴ Do Museu Dr. Joaquim Manso fazem parte nove obras da autoria de Guilherme Filipe: duas são adquiridas ao autor em 1975 (inv. 29 e 63 Pint.) e outra (inv. 86 Pint.) é doada por Filipe da Nazareth Fernandes (filho do industrial conserveiro Agostinho Fernandes); dois retratos dizem respeito à representação de Joaquim Manso (inv. 1 Pint. e 68 Des.) e dois outros desenhos eram da coleção de arte deste último.

Em conclusão

No campo de estudo da “cultura visual”, o conhecimento do objeto desenvolve-se através de um círculo hermenêutico, dentro do qual a interpretação é historicamente situada, nunca estando terminada. Mais importante do que o conhecimento discursivo efetuar uma seleção sobre o que pode e deve ser a “realidade”, é o facto do mesmo produzir a aceitação de uma verdade tida como absoluta e ofuscar os elementos extemporâneos a essa escolha (Hooper-Greenhill, 2000).

Inscrita num circuito de elites, a pintura da Nazaré contribui para a sua exotização. O olhar dos artistas, apesar da proximidade com a população local que representam nas suas obras, não deixa de ser uma visão sobre esses atores das culturas marítimas que, apesar do fascínio que despertam, sempre foram marginais em relação à cultura dominante – uma “contracultura” (Trindade, 2009).

Após a dinâmica plástica oitocentista, em que o mar aparece como espaço de beleza e devaneio, e das vistas do naturalismo atentas aos ritmos do trabalho e das atmosferas, pintores como Lino António e Guilherme Filipe elevaram a dimensão humana na pintura da Nazaré, através de construções marcadas pela onnipresença das populações, trabalhando, descansando ou simplesmente fazendo-se acompanhar das formas e coloridos da sua indumentária, apetrechos e embarcações.

Para além da análise estética, estas obras são passíveis de valorização como património marítimo; se refletem movimentos artísticos e se documentam as vivências de uma época, atestam igualmente a valorização que lhes foi conferida e participam de um gosto sobre as mesmas.

Dos arrojos modernistas dos primeiros anos, Lino António e Guilherme Filipe, assim como muitos outros artistas que representaram a Nazaré até aos anos 1960, foram certificando uma visão oficial e alimentando uma galeria que testemunha uma quimera sobre a “Nazaré dos Pescadores” sobre a qual se continua a viver, com o empenho da própria comunidade, não obstante os novos desafios que vêm do mar, hoje sobretudo baseados no turismo e no desporto.

Já assim o sentenciara o escritor Joaquim Manso, no banquete de homenagem a Guilherme Filipe em 1939: “é possível que mais tarde (...) a Nazaré se transforme, perdendo o carácter simpático e singelo que faz dela a mais deliciosa e afectuosa das nossas praias populares. Os quadros de Guilherme Filipe ficarão como uma colecção de altíssimo preço em que a Nazaré de hoje será a Nazaré eterna”⁵⁵.

Abreviaturas

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro

MDJM – Museu Dr. Joaquim Manso

MG – Museu Gulbenkian

MJM – Museu José Malhoa

MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea

MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis

PNA – Palácio Nacional da Ajuda

SNBA – Sociedade Nacional de Belas-Artes

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

⁵⁵ “Banquete de homenagem – Guilherme Filipe foi consagrado o pintor da Nazaré”, *Diário de Lisboa*, 16.10.1939.

Bibliografia

- "8.ª Exposição de Arte Moderna do SPN", *Panorama*, n.º 19, 1944, s.p.
- "Arte Portuguesa. A carreira dum pintor moderno", *Ilustração*, Lisboa, 16.11.1933, p. 23.
- "Banquete de homenagem – Guilherme Filipe foi consagrado o pintor da Nazaré", *Diário de Lisboa*, 16.10.1939.
- "Guilherme Filipe. O pintor das paisagens e da gente da Nazaré", *Portugal Ilustrado*, n.º 37, set/out 1955.
- "O pintor Guilherme Filipe exalta a beleza da Nazaré", *Diário de Lisboa*, 31.07.1939, p. 5.
- "Preconiza-se a criação do Museu da Nazaré para conservar os valores do seu folclore inconfundível", *Diário de Lisboa*, 09.11.1955.
- "Um Pintor de Mar e de Pescadores expõe no Estúdio do SPN", *Diário da Manhã*, 13.04.1944.
- "Uma exposição de Guilherme Filipe", *Diário de Lisboa*, 20.05.1955.
- AAVV (1998), *A Arte e o Mar*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AAVV (2002), *O mar da Nazaré. Álbum fotográfico*. Álvaro Laborinho, Nazaré, IPM-MDJM/CMN.
- Abílio. Abílio de Mattos e Silva. *Pintura, desenhos, cenários, figurinos*. Óbidos: CMO, 1993.
- Archibald, E.H.H. (2000), *The dictionary of sea painters of Europe and America*, London, Antique Collector's Club.
- Bragança, José de (1938), "Os pintores modernos da vida do mar", *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, Lisboa, Instituto Português de Conservas de Peixe, s.p.
- Brogger, Jan (1992), *Pescadores e Pés-Calçados*, Nazaré: Livraria Susy [trad. de *Pré-bureaucratic europeans. A Study of a Portuguese fishing community*, Trondheim, University of Trondheim, 1989].
- Catálogo da exposição de Lino António no estúdio do SPN*, Lisboa, abril 1944.
- Corbin, Alain (1988), *Le territoire du vide : l'Occident et le désir du ravage (1750-1840)*, Paris, Aubier.
- Cortesão, Jaime (1966), *Portugal. A Terra e o Homem*, Lisboa, Artis.
- Dionísio, Sant'Anna (1972), "Guilherme Filipe – pintor, sonhador e andarilho da cidade, do mar e da montanha", *Primeiro de Janeiro*, 5 janeiro.

Falcão, Isabel / Proença, José António (coord) (2005), *João Vaz. Um pintor do Naturalismo. 1859-1931*, Lisboa, CMAG.

Fernandes, Vasco da Gama (1941), "A Nazaré e o seu Porto", *Diário de Lisboa*, 27 fevereiro.

Filipe, Guilherme (1965), "Em defesa da Nazaré", *Diário de Lisboa*, 26 março.

_____ (1959), "Salve-se a Nazaré – para a arte, para os pescadores e para o turismo", *Diário de Lisboa*, 31 maio.

França, José-Augusto (1971), "Folhetim Artístico. Lembrança de três pintores", *Diário de Lisboa*, 15 julho.

_____ (1974), *A Arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Galhardo, José Carlos (1958), "O pintor Guilherme Filipe afirma: estamos a assistir a uma invasão de pintura, espécie de 'perigo amarelo'", *O Século*, 14 dezembro.

Garcia, Eduíno Borges (1976), *O Museu da Nazaré. Antecedentes históricos do Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso*, Lisboa, Livraria Portugal.

Hooper-Greenhill, Eilean (2000), *Museums and Interpretation of Visual Culture*, Londres / Nova Iorque, Routledge.

Leandro, Sandra (coord.) (1998), *Lino António (1898-1974)*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

_____ (coord.) (2019), *Nós e os Outros*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

Leitão, Acácio (1941), "Nazaré. Tema inesgotável", *Panorama*, n.º2, 2ª ed., Lisboa, julho, pp. 25-27.

Lemos, António de (Álvaro) (1906), *Notas d'Arte*, Porto, Tip. Universal.

Lino António. I Exposição. Pintura e Desenho, Lisboa, SNBA, 1924.

Lisboa, Fernão de (1944), "Exposição de Lino António no SPN", *Panorama*, n.º 20, s.p.

Lopez Vázquez, José Manuel (coord.) (2003), *O Espello do mar en el arte gallego de los siglos XIX y XX*, Vigo, Museo do Mar de Galicia.

Macedo, Diogo de (1932), "Lino António. O pintor da Nazaré", *Ilustração*, p. 7.

_____ (1946), "O Mar e os artistas portugueses", *Panorama*, n.º29, Lisboa, s.p.

Mello, Thomas (Tom) (1958), *Nazaré*, Lisboa, Ática.

Mourão-Ferreira, David (coord) (1979), *Portugal. A Terra e o Homem. Antologia de textos de escritores do século XX*, Vol.2, 1ª série, Lisboa, FCG.

Nazaré. *Pueblo de Pescadores. Portugal*, Nazaré, Comissão Municipal de Turismo, 1949.

Neves, José (coord.) (2010), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.

Nobre, Cristina (2016), "O espólio literário de Afonso Lopes Vieira", *Caderno de Estudos Leirienses*, Vol. 7, Leiria, Editora Textiverso, pp. 37-68.

P., A. (1924), "Pintura. Exposição de telas e desenhos do pintor Lino António nas Belas-Artes", *Diário de Lisboa*, 8 fevereiro, p. 5.

Paul Girol, s.l., s.ed., 1986.

Pedro, José (1944), "A Nazaré por José Pedro (Excertos)", *Livro do I congresso de actividades do distrito de Leiria*, Lisboa, IAC, pp. 122 -127.

Pereira, João Castel-Branco / Silva, Nuno Vassallo (coord.) (2012), *As idades do mar*, Lisboa, FCG.

Perez, Maria Felisa Henriques Pereira (2012), *Adriano de Sousa Lopes, Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: Entre a Continuidade e a Mudança*, Lisboa, FCSH-UNL (Dissertação de Mestrado em Museologia).

Primeira exposição de Guilherme Filipe em Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Ramalho, Margarida de Magalhães (2009), *Barcos na pintura: um mar de histórias*, Lisboa, Scribe.

Santos, Dóris (2011), "O Museu da Nazaré. Da identidade à problematização das representações do mar", *I Congresso de História e Património da Alta Estremadura*, Ourém, CEPAE, pp. 624-635.

_____ (2013), "Representações visuais da Nazaré. Entre o mar e o paradigma", *Argos. Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, n.º 1, Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo, 2013.

_____ (2015), "Guilherme Filipe e Lino António, os 'pintores das paisagens e gentes da Nazaré'", *Caderno de Estudos Leirienses*, Vol. 4, Leiria, Editora Textiverso, pp. 335-344.

Segunda Exposição Guilherme Filipe, Coimbra, 1923.

Segurado, Jorge (1975), "Lino António", *Belas Artes Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, n.º 28/29 (2ª série), pp. 187-194.

Silveira, Maria de Aires (2000), *João Cristino da Silva. 1829-1877*, Lisboa, MNAC / IPM.

Trindade, José Maria (2009), *A Nazaré dos Pescadores. Identidade e transformação de uma comunidade marítima*, Lisboa, Edições Colibri.

Vidal, Juan Cortes (1969), *Pintores frente al mar*, Barcelona, Polígrafa.

Webgrafia

Filipe, Guilherme – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=57138> (consulta 24 outubro 2018).

Manso, Joaquim – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=68815> (consulta 24 outubro 2018).

Laborinho, Álvaro – <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=57135> (consulta 24 outubro 2018)



MITOS, LENDAS E NARRATIVAS: O MAR FICCIONAL

El Dorado: imaginário amazónico do século XVI à actualidade

Anete Costa Ferreira

Historiadora e jornalista

Fórum Landi – Universidade Federal do Pará

Desde os primórdios que o Homem sonha com figuras, fantasias, invenções, imagens, etc. tendo visões hipotéticas que muitas vezes ultrapassam o limite da realidade, perpetuando-se no seu imaginário. A assertiva se confirma pelas ilusões que dominaram os governantes europeus que, na tentativa de enriquecer facilmente, não hesitaram em mandar homens aos mares até então desconhecidos, afim de obter riquezas ao rumarem por locais longínquos, em aventuras muitas vezes fatídicas que alimentaram uma saga que se pode narrar através de séculos.

Desde a sua descoberta que a Amazónia fascina o Homem, através de uma combinação de fantasia e realidade. Nessa perspectiva, no século XVI, deparamos com navegadores que, obcecados pelas narrativas de Marco Polo, iniciaram buscas

nos Oceanos para encontrar um lugar que, segundo se dizia, era repleto de ouro e pedras preciosas. O Continente Sul Americano, desde o seu descobrimento, foi objeto de admiração e preferência da Europa pelas riquezas do seu solo, despertando a atenção dos navegadores e negociantes, que rapidamente, em grandes viagens para conhecer melhor aquele Mundo Novo, destacadamente aquela a que se dará o nome de Amazónia, onde se encontraria um suposto império constituído de grandes e populosas cidades, onde as ruas eram pavimentadas de ouro (Ferreira:1996). O certo é que essas lembranças permaneceram, transformadas em mito.

Ainda no final do século XV, no ano de 1499, o florentino emissário comercial Américo Vespúcio integrou a expedição de Alonso de Hojeda e terá atravessado a linha do Equador e percorrido, em diferentes viagens, as costas do Brasil, sob o patrocínio dos Reis Católicos, assim como do Rei de Portugal. Em Fevereiro de 1500, Vicente Yanez Pinzón, navegou no litoral da desembocadura do Grande Rio das Amazonas, dando-lhe o nome de “Santa Maria del Mar Dulce”. Pinzón buscava fontes substanciais de riqueza e a exploração da natureza, como a totalidade dos navegadores andaluzes que à época percorria o litoral norte da América do Sul.

Das narrativas dos espanhóis que se deslocaram ao interior do Continente, depreende-se que a fantasia para conquistar os grandes impérios indígenas acentuou-se a partir de 1521, com a conquista do México e de suas culturas amplamente urbanizadas por Hernán Cortés. Com a conquista dos territórios da atual Colômbia, por volta de 1525, vai se estabelecer o primeiro dos sítios imaginários para o El Dorado, no vale dos Tayronas.

Ainda em 1530, o navegador Diego de Ordáz, que lutou ao lado de Cortés na conquista do México, obteve informação do País de Meta, rico em ouro e pedras preciosas, localizado entre o Peru e a Colômbia. O Império dos Incas não resistirá após 1531, graças à degradação interna, aos ataques espanhóis e às doenças trazidas pelos europeus. A sofisticada cultura material de metais nobres que lá também se encontrava, sem dúvida, reforçou o desejo de se auferir largas fortunas em ouro e prata e abriu espaços a outros aventureiros. Entre 1531 e 1532 uma expedição comandada por Sebastián de Belcazar fundou a cidade de Quito, sendo considerado um dos incentivadores da expedição de 1534, para encontrar um *cero* Lago do Ouro, a que preferiu chamar de Província Del Dorado.

Em 1541, o padre Gaspar de Carvajal mencionou o El Dorado e outros locais fantásticos do Peru. Descreveu a expedição de Francisco de Orellana, afirmando ter sido atacado por mulheres guerreiras, às proximidades do Rio Amazonas. Orellana saiu de Quito para juntar-se à expedição de Gonzalo Pizarro, que pretendia descobrir o Reino da Canela, localizado nas espaldas da Cordilheira dos Andes. Sem alcançar o objectivo pretendido voltou a Quito. Orellana, em 1542, empreendeu viagem de descida do Amazonas quando terá sido agredido por mulheres guerreiras, perpetuando o nome do rio e da “Lenda das Amazonas”. Outro ponto que atormentou navegadores, ávidos de ver seres naquela região. O navegador Lopes de Aguirre, integrando a exposição de Pedro Ursa em 1559, na tentativa de encontrar o El Dorado, teve um único ponto positivo: o de haver descoberto a ligação entre os rios Orenoco e o Amazonas, mas nada da Cidade do Ouro.

Outros fins tinha a expedição do letrado e homem de leis Gonzalo Jimenez de Quezada – Este espanhol aventurou-se liderando uma expedição que chegou a Colômbia, onde encontrou os nativos Muísca ou Chibcha. No seu Diário de Bordo informou que praticavam um ritual, no qual o cacique era batizado pelos ameríndios para sua elevação a Rei, que consistia em cobrir todo o seu corpo com pó de ouro. Em seguida o Soberano era transportado para uma canoa de onde atirava pedras preciosas no meio de um lago, agradecendo aos Deuses a sua vitória e pedindo bênção para o desempenho da sua governação, originando dessa cerimónia o nome de El Dorado. Jimenez Quesada, fundador da cidade de Bogotá, passou a ser considerado o primeiro europeu a ter contato com o El Dorado.

A lenda propalou-se sobretudo entre os espanhóis que afirmavam haver estado num reino indígena, cuja cidade era de ouro e esmeraldas, desde os telhados até ao piso das ruas. Tal notícia acelerou a corrida ao local das tribos Muísca que, com tanta afluência, degradou-se, sendo extinta no mesmo século XVI.

Considerada uma viagem de reconhecimento, acontece em 1595, a chegada ao Rio Amazonas, da expedição comandada pelo inglês Walter Raleigh. Adentrou pelo Cabo Norte, atual Amapá (Ferreira:2013). O explorador tinha o sonho de descobrir o Lago Dourado na Amazônia, a fim de cumprir o compromisso assumido com a Coroa Inglesa: “de que ia levar a chave do reino dourado”. Regressou a Inglaterra

portando pequena quantidade de ouro e pedras preciosas, além de animais e raízes. Depois de não ter realizado a fantasia que o fascinava, morreu na prisão, em desgraça diante da Rainha Isabel I, e deixou para a posteridade uma das mais belas narrativas da viagem na Amazónia.

No século XVII, deparamo-nos com a expedição do navegador português Pedro Teixeira na viagem de exploração entre Belém do Grão-Pará e Quito. A origem da mesma deveu-se ao naufrágio dos integrantes da jornada do capitão João Palácio, caudilho espanhol no Peru, que desceram o Grande Rio das Amazonas, a fim de encontrar o El Dorado e a Casa do Sol. Massacrados pela tribo dos Encabelados, salvaram-se apenas seis soldados e dois religiosos, André de Toledo e Domingos de Brieda, que optaram por seguir o rumo das águas. Chegando ao Pará, foram assistidos pelas autoridades locais, que os encaminharam ao governador Jácome de Noronha. Inqueridos sobre o que pretendiam fazer, responderam regressar ao Peru, como guia.

Consoante a resposta nasce a decisão de compor a viagem sob o comando de Pedro Teixeira para fazer o trecho entre Belém do Pará e os Andes. Partiu em Outubro de 1637 chegando em Novembro de 1638 a Quito. E ao ser recebido pelo Vice-Rei do Peru oferece a “Relação” e os mapas do roteiro percorrido. Da Relação destacamos o seguinte: “...caminhei sem encontrar gentios nas vizinhanças ao longo de trezentas léguas que, pode dizer-se formam uma única povoação, a qual acaba num lugar a que demos o nome de Rio do Ouro por haver nos habitantes quantidades feitas em adornos que trazem nas orelhas e nos narizes...” O referido relato confirma a existência do El Dorado.

Regressou de Quito em Fevereiro de 1639, trazendo na comitiva religiosos espanhóis. Em Agosto, dá ordem para deter as embarcações, a fim de cumprir determinação da Coroa Portuguesa. Teixeira, diz: “...tomo posse desta terra em nome da Espanha, mas para Portugal”. Coloca o Padrão e dá à povoação o nome de Franciscana em memória dos franciscanos sacrificados pelos Encabelados. O escrivão da frota lê a Ata referindo que a posse era: “...às margens do Rio do Ouro”, concretizando assim a existência do afluente no Rio Amazonas.

Estudos arqueológicos realizados no século XXI (2010) parecem comprovar, se não a Lenda do Eldorado, que houve grandes culturas ou civilizações na Amazónia.

Concebe-se que o mito que fez exploradores e aventureiros perderem a cabeça na busca das cidades e tesouros, escondidos na misteriosa floresta amazônica, traz à realidade os povos e as riquezas que lá foram produzidas.

Os espanhóis procuraram fortuna certos que havia uma civilização perdida que não eram os astecas, nem os incas. Os exploradores acreditaram tanto no “El Dorado” como na “Lenda da Cidade de Z”, que possuía riquezas incalculáveis, mas a fantasia tragou-os. As pesquisas recentes e as imagens de satélites realizadas vêm revelar, na fronteira do Brasil com a Bolívia, centenas de geoglifos na Amazônia. Eles são estruturas de terras, com formas geométricas, às proximidades de afluentes que compõem a bacia do Amazonas. Estas são revelações que saíram dos meios estritamente acadêmicos e já alcançaram alguns dos mais prestigiados veículos de comunicação social, como o *The Guardian* e o *Antiquity Journal*.

O mito, o sonho e os desejos insondáveis, entretanto, realimentam os outros sonhos, sem deixar de fazer suas vítimas. Muitas populações indígenas já desapareceram desde as primeiras buscas pelo El Dorado, assim como desapareceram muitos exploradores europeus neste espaço de mais de 500 anos. Há registros, por exemplo, de que os navegadores Peter Fawcett, britânico, em 1925, Serge Deleru, franco-americano, em 1970 e Lars Hafksjold, norueguês, em 1998, desapareceram na floresta amazônica, sem deixar vestígios. A despeito das investigações científicas esclarecedoras e mais recentes, muitos deles apenas buscavam as riquezas tão desejadas pelos primeiros viajantes, havia pouco saídos da Idade Média.

Bibliografia

Manuscritos

Biblioteca da Ajuda, Relação de Pedro Teixeira, Miss, Livro 51-IX-28, Lisboa, 1639.

Biblioteca Pública Municipal do Porto, Códice 125, f. 108, Porto, 1639.

Impressos

Araújo, Cristina Silva (2013), "Imaginário e Representação do Mito de El Dorado. A crônica de Sir Walter Raleigh, 1595", in *Revista Tesouro Amazônico*, v. 1, nº 1, Janeiro-Junho. Amapá.

Ferreira, Anete Costa (1996), *O Rio Amazonas: sua navegabilidade e o elemento autóctone*, Lisboa, Academia de Marinha.

_____ (2013), "Pedro Teixeira: uma aventura épica aos Andes", Lisboa, Eranos, Edições e Multimédia.

Huber, Sigfried (1997) "O segredo dos Incas, tradução, Itatiaia, 1961", in *o Mito do El Dorado: Origem e significado no imaginário Sul Americano (século XVI)*, Belo Horizonte.

Onça, Fabiano (2017), "Como foram as buscas pela cidade perdida de El Dorado? Lenda de cidade sul-americana coberta de pedras preciosas se espalhou ao longo dos séculos e atraiu vários exploradores", *Super interessante*: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foram-as-buscas-pela-cidade-perdida-de-el-dorado/>. Consultado em 27 Janeiro 2019.

Raleigh, Walter (1980), *Las doradas colinas de Manoa, 1596*, tradução, Caracas, Ediciones Centauro.

O corso e o cativoiro na literatura de cordel dos séculos XVII e XVIII¹

Edite Martins Alberto

CHAM, NOVA FCSH

A presença de corsários e piratas foi uma constante na história marítima de Portugal. A expressão popular *Anda mouro na costa!*, ainda hoje utilizada na língua portuguesa, testemunha a inquietação sofrida pelas populações. A imprecação relacionada com a iminência de algo inesperado, tem a sua origem no sobressalto

¹ Este estudo decorre da investigação efectuada para a comunicação intitulada “Le pillage et la captivité dans la littérature populaire au XVIII siècle” apresentada no Colóquio Internacional *Légendes Barbaresquês (XVI-XVIII siècles). Le récit de captivité: codes, stratégies, détournements* organizado pela Universidad de Jaén e pela Université Sorbonne Paris IV, em Jaén / Bedmar-Garciez (Espanha), entre 11 e 13 de Novembro de 2009.

em que viviam os mareantes e as povoações da costa marítima, devido ao perigo constante dos ataques efetuados pelos corsários e piratas muçulmanos na costa de Portugal continental e insular (Vidago, 1981, 295; Alves, 2013, 899). Através de sinais de fumo ou do toque dos sinos das igrejas, as populações eram avisadas, fugindo para o interior, a fim de se precaverem contra os ataques.

Corsários e piratas, apesar de exercerem ações semelhantes, tinham estatutos diferentes, sendo difícil, por vezes, estabelecer a fronteira entre uns e outros. O pirata era o salteador que atuava geralmente no mar, por conta própria, sem invocar qualquer justificação jurídica nem estar dependente de qualquer entidade. Já o corsário tinha o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca, exarada por um rei ou governador, autorizando a prática do corso a título de represália por danos não reparados (Ferreira, 1985; Albuquerque, 1972). Nesta qualidade, o corsário podia atuar em duas situações distintas: em tempo de guerra, contra os inimigos da nação que representava; em tempo de paz, contra todos os navios de determinados países, invocando o direito de represália, que permitia ao agredido ressarcir-se em qualquer embarcação da nacionalidade do agressor (Guerreiro, 1994, 296-301; Pedroso, 2000, 70; Lourido Diaz, 1989, 62). Em qualquer dos casos, a embarcação corsária devia hastear bandeira do reino que a havia comissionado. Temos, em síntese, o corso como “um instrumento jurídico que permitia aos estados dissimular uma política de hostilidade, e, diferindo-a para os particulares, com proveito também para os cofres públicos, usá-lo como meio de pressão no campo diplomático sem quebrar, por isso, as boas relações que os tratados de amizade e aliança preconizavam” (Guerreiro, 1994, 297). A costa portuguesa não foi só atacada por corsários muçulmanos. Também corsários europeus, principalmente ingleses, franceses e holandeses, fustigaram as armadas e a orla marítima, ao longo da história, em consonância com as relações, umas vezes pacíficas outras de inequívoca rivalidade, que caracterizaram os contactos entre os reinos. Citamos a título de exemplo os ataques efetuados pelo corsário inglês Francis Drake ou a instabilidade provocada pelos navios de corso holandeses, visando a apreensão de mercadorias e navios de comércio, principalmente no Brasil, durante a dinastia filipina (Alberto, 20125, 129-130).

Com uma longa fronteira marítima, ilhas atlânticas e constantes armadas que atravessavam o mar fruto de um reino espalhado por quatro continentes, Portugal constituiu, desde muito cedo, local de eleição para investidas

corsárias². Os relatos de ataques à costa portuguesa são inúmeros, e tinham como fim, não só de recolher mercadorias e todos os bens que encontrassem acessíveis e considerassem de interesse, mas também de fazer prisioneiros. Durante toda a época moderna o aprisionamento de indivíduos tendo por base as diferenças religiosas foi uma constante de ambos os lados do mar Mediterrâneo. Quanto mais elevado fosse o estatuto social, a especificidade de ofício desempenhado, género ou idade, maior seria o valor a pagar pelo resgate ou pela troca por outros cativos. No caso do reino português, a política de “entradas e almogaverias” a partir das praças portuguesas no Norte de África e o ataque a embarcações magrebínas, permitia o grande número de cativos muçulmanos (Lopes, 1924, p.69). Número, no entanto, não comparável com quantitativo de europeus levados para cidades como Salé, Meknès ou Argel, esta última um autêntico centro de comércio de cativos. Esta situação levou os reinos europeus a criarem instituições específicas para resgatar os cativos cristãos levados para o Norte de África, das quais as ordens religiosas da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora das Mercês, foram as mais relevantes (Alberto, 2010).

A documentação à guarda nos arquivos nacionais é abundante relacionada com a complexa organização dos resgates, desde a recolha das doações, até ao regresso a Lisboa e consequente procissão pela cidade com todos os resgatados (Alberto, 2018). Documentos emanados tanto do poder real, como da Mesa da Consciência e Ordens, provenientes do cartório da Ordem da Santíssima Trindade, incluindo crónicas dos padres trinitários e *relatórios* referentes às negociações de resgate, entre outros, constituem as fontes para o estudo desta realidade que atormentou as populações e que só teve a sua resolução com a assinatura do tratado de paz com Argel já no início do século XIX (Alberto, 2010, 333-340).

Fruto desta instabilidade em que viviam as populações costeiras e do perigo iminente do cativo, desenvolveram-se vários cultos religiosos pelos quais se pretendia apelar à intervenção divina nesta realidade. Assim, tornaram-se comuns as peregrinações a santuários como Nossa Senhora de Guadalupe, em Espanha,

² Neste estudo referimos os ataques de corsários e piratas magrebínos às costas marítimas e às embarcações portuguesas, no entanto, é necessário não esquecer que também Portugal exerceu a actividade de corso sobretudo costa norte africana (Albuquerque, 1987, 33-38; Fonseca, 1978).

ou Nossa Senhora da Luz, em Lisboa, a fim de implorar a intercepção divina pelo resgate de familiares cativos, para não falar nos cultos que se desenvolveram ao longo da costa marítima portuguesa continental e insular, dos quais o Senhor de Matosinhos, as igrejas dedicadas a Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora da Boa Viagem, são exemplos (Braga, 1994, Alberto, 1999, 105-109).

Paralelamente a estes exemplos de religiosidade relacionados com o perigo do cativo que vinha do mar, surge um conjunto de relações ou relatos, mais ou menos ficcionados, que abordam peripécias vividas por cristãos enquanto prisioneiros ou descrições de confrontos travados com navios de piratas ou corsários. São narrativas breves, por vezes autobiográficas, que descrevem vivências dos cativos na dureza do cativo e das dificuldades em manterem a fé cristã, no mundo que os aliciava à conversão ao islamismo.

Em 1758 surge impresso, em Lisboa, o folheto *Relação dos crueis castigos que derao na cidade de Argel a dezasseis cativos christãos, que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso cativo, forão apanhados na fugida*³. Neste folheto de oito páginas, descrevem-se as peripécias sofridas por um grupo de dezasseis cativos europeus que tentaram fugir de Argel, tendo como base umas cartas transportadas daquela cidade por um inglês. Como alguns cativos tinham por função pescar para os seus proprietários, combinaram fugir numa das embarcações, aproveitando a noite. No entanto, foram avistados pelos guardas da fortaleza do porto e impedidos de sair da barra. Apesar de aludirem ao facto de irem pescar, a quantidade de mantimentos que transportavam e algum dinheiro, denunciaram o plano de fuga. Presos e devolvidos a casa de seus proprietários, onde foram, por estes, castigados com açoites nas costas e alguns, com palmadas nos pés, ou espetados nas unhas com alfinetes e lancetas. Entregues à justiça, aguardaram fechados em masmorras, a execução final. Chegado o dia, foram açoutados com cordas molhadas em pez quente e com varas e correias. Depois cortaram a língua a cada um, tiraram-lhes os olhos e espetaram bicos de ferro nos pés, tormentos que levaram à morte de alguns deles. Os que sobreviveram foram atados nus a postes, onde

³ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP), *Relação dos crueis castigos que derao na cidade de Argel a dezasseis cativos christãos, que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso cativo, forão apanhados na fugida*. Lisboa, 1758.

foram apedrejados, alvo do ataque de cães, atormentados com tenazes quentes, e queimados com pingos de alcatrão e enxofre ferventes. Levados, depois, para cima da muralha, os lançaram, ficando pendurados em ganchos de ferro, para exemplo de todos os outros cristãos aprisionados. Refere-se ainda, no folheto, que os proprietários dos fugitivos executados realizaram grandes banquetes para que os outros cristãos vissem que em nada os atormentava as penas aplicadas. Dois cristãos cativos indignados com o tratamento dado aos conterrâneos mataram dois muçulmanos com veneno. Descobertos foram arrastados pelas ruas, cortados os dedos das mãos e dos pés, atormentados com tenazes e inseridos vivos em caldeiras de azeite a ferver. Outros cativos provocaram incêndios em algumas mesquitas e casas, mas descobertos foram queimados vivos depois de muito torturados. Termina a relação concluindo que, citamos “com isto não sei se haverá ainda cativo que queira atrever-se com aqueles infiéis”.

Esta descrição insere-se num vasto conjunto de publicações que abrangiam todos os géneros literários e uma imensa variedade de temas: prognósticos, devoções e vidas de santos, canções profanas, críticas sociais, festas, rituais, jogos, aparecimento de monstros, actualidade política.... Antepassados pobres dos livros, estes textos surgiam em folhetos, quase sempre de 8 páginas, em papel de qualidade deficiente e composição pouco cuidada. Factos que não impediram o seu êxito, sendo numerosas as casas impressoras que estavam envolvidas na sua publicação. Este tipo de narrativa ficou conhecida, em Portugal, por literatura de cordel⁴. Mais do que um estilo literário, esta terminologia aplica-se às folhas soltas ou volantes de índole popular que se expunham para venda presas a um pequeno cordel, colocado nas paredes e portas dos livreiros ou no braço e cintura dos *cegos papelistas*, que os vendiam pelas ruas. Podem ser considerados os antecessores das gazetas ou jornais, que durante o século XVIII começaram a ser impressos de forma continuada (Ramos, 2008, 22-40).

O riquíssimo acervo e áreas temáticas que caracterizam a literatura de cordel têm sido alvo de estudos parcelares nos quais os autores têm desenvolvido diferentes áreas de análise, em termos de história e sociologia do quotidiano. Os trabalhos

⁴ O folheto português corresponde ao *pliego suelto* espanhol, aos *livres bleus* da *littérature de colportage*, mais conhecidos pela designação genérica de *Bibliothèque Bleue* franceses, e dos *chapbooks* ingleses.

de Maria José Moutinho Santos tratam de assuntos do quotidiano como a representação da mulher, a família, moda ou luxo (Santos, 1987), Clara Baltazar Lopes estudou a representação do negro e sua inserção na sociedade portuguesa (Lopes, 1996), Marta Salazar Norton tratou a moda (Norton, 2000), e Ana Margarida Ramos a representação dos monstros (Ramos, 2008).

No nosso estudo, centrado nos folhetos da coleção da Biblioteca Nacional de Portugal, procedemos ao levantamento dos que se referem a relatos de cativos ou a confrontos com corsários, conflitos esses que quase sempre levavam à apreensão de cristãos para cativo. Entre as várias centenas de folhetos existentes, definimos como baliza cronológica, os impressos datados do século XVII e XVIII, nos quais foram registados cerca de uma dezena referentes a relatos de cativos, três dezenas sobre confrontos militares entre cristãos e muçulmanos, e seis alusivos a assuntos diversos como a conversão do rei de Tunes ao catolicismo, muito aplaudida pela cristandade, o terramoto em Mazagão ou a notícia de peste no norte de África⁵. Com exceção do folheto referente a uma imagem de Cristo resgatada em Argel, datado de 1638, todos os outros estão datados (ou são datáveis) da segunda metade do século XVIII⁶. Foram impressos em Lisboa, por treze oficinas tipográficas diferentes. Destacando-se a oficina de Domingos Rodrigues que foi responsável pela impressão de dez dos exemplares em estudo⁷.

⁵ Ver Anexo 1 – Literatura de Cordel / Coleção da Biblioteca Nacional de Portugal: Levantamento das publicações referentes a relatos de cativos e confrontos militares com corsários de Argel e Salé – séculos XVII e XVIII.

⁶ O folheto de Jorge Coelho, *Memoria do celebrado Galeam São João chamado vulgarmente o Bota-Fogo, que rompeo a fortissima cadea, com que o renegado Barbarroixa rey intruso de Tunes seguroo a graganta da Goleta, e foy o principal instrumento de sua expugnação no anno de 1535*, Lisboa Ocidental, Officina de Pedro Ferreira, está datado de 1734. Constitui o único exemplar, do nosso levantamento, impresso na primeira metade do século XVIII.

⁷ Impressos nas oficinas de António Alvares, António Pedro Galram, Bernardo António, Domingos Rodrigues, Fernando José dos Santos, Francisco Borges de Sousa, Francisco da Silva, Inácio Nogueira Xisto, José da Silva Nazaré, José Filipe, Manuel Soares, Dr. Manuel Solano do Vale e Pedro Ferreira. Catorze folhetos não apresentam indicação relativa à oficina impressora.

Tabela n.º 1 – Oficinas impressoras

OFICINAS IMPRESSORAS	N.º FOLHETOS
António Alvares	1
António Pedro Galram	1
Bernardo António	1
Domingos Rodrigues	10
Fernando José dos Santos	1
Francisco Borges de Sousa	1
Francisco da Silva	1
Inácio Nogueira Xisto	5
José da Silva Nazaré	1
José Filipe	2
Manuel Soares	2
Dr. Manuel Solano do Vale	2
Pedro Ferreira	2
Sem referência a tipografia	14

Centrando agora a nossa atenção nos folhetos referentes a histórias de cativos, pretendemos fazer uma reflexão sobre a abordagem do tema do ponto de vista da história social e das mentalidades, tentando concluir sobre como o assunto era sentido na sociedade portuguesa de setecentos. A publicação ponto de partida para esta reflexão *Relação dos crueis castigos que derao na cidade de Argel a dezasseis captivos christãos, que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso captiveiro, forão apanhados na fugida*⁸, refere, como assinalámos, os consecutivos martírios sofridos por dezasseis cativos que tentaram fugir de Argel. Enumeração tão exaustiva, que quase podemos pensar que o autor quis listar as formas de tortura possíveis na sociedade de então. O tema é retomado nas *relações* referentes ao martírio sofrido

⁸ BNP, *Relação dos crueis castigos que derao na cidade de Argel a dezasseis captivos christãos, que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso captiveiro, forão apanhados na fugida*. Lisboa, 1758.

pelo corsário espanhol Pedro Pisarro, natural de Toledo⁹. Preso num confronto com a marinha argelina é condenado à morte na forca, onde seria pendurado pelo pé direito, até morrer. A sentença é revogada, a pedido dos arrais e corsários de Argel, temendo represálias por parte de Espanha, no caso de serem apanhados no curso, pela marinha desse reino. Justificavam que “não convinha emprender cousa, por donde os de Espanha tivessem razão para se pagarem na mesma moeda, no cazo, em que elles lhe cahissem nas suas mãos”¹⁰. No entanto, de novo cativo, Pisarro mata o seu proprietário e tenta a fuga para a cidade portuária de Orão. Apanhado, é colocado como remador de uma das galés¹¹, onde consegue convencer os outros cristãos a amotinar-se, mas sem sucesso. Novamente preso, é alvo de admiração por parte do governador da cidade que, elogiando o seu espírito aguerrido, pretende influenciá-lo a converter-se ao islamismo, e atuar do lado muçulmano. Fiel ao cristianismo é torturado (cortam-lhe uma perna e um braço), e pendurado numa forca. Também ele acaba por morrer para exemplo dos outros cristãos cativos.

Outro tema abordado tem a ver vicissitudes sofridas por casais sujeitos a cativo. Histórias romanceadas, de triângulos amorosos e conversões religiosas. *Adelaida. Historia Africana...*¹², refere a história do casal espanhol, D. Sancho e D. Elvira, que numa viagem a África são feitos cativos por piratas de Túnis. A filha do rei, Adelaida, compadece-se do casal. D. Elvira, doente, acaba por morrer, aceitando que Adelaida fique com o marido. Esta converte-se ao cristianismo, e acabam por casar-se em Espanha. Em a *Historia verdadeira acontecida no Reino do Algarve...*¹³, referem-se os acontecimentos ocorridos no tempo de D. João IV, quando D. Francisca,

⁹ BNP, *Nova relação, e verdadeira noticia exposta ao publico, do grande cazo, que succedee a hum Cavalheiro Italiano, e a outro valeroza Espanhol, chamado Pedro Pisarro na cidade de Argel, e dos grandes martirios, que este padeceo pela Fé de Christo na mesma Cidade cuja noticia se remeteo de Gibaltar a esta Corte*. Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763, e *Relação dos rigorosos martirios, que padeceo pela Fé de Christo o valeroso espanhol Pedro Pisarro na cidade de Argel. Segunda Parte*. Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763.

¹⁰ BNP, *Relação dos rigorosos martirios, que padeceo pela Fé de Christo o valeroso espanhol Pedro Pisarro na cidade de Argel. Segunda Parte*. Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763, p. 2.

¹¹ O trabalho nas galés era considerado dos mais pesados. Também, em Lisboa, os argelinos capturados eram entregues às galés, ao contrário dos outros cativos muçulmanos que, na generalidade, exerciam trabalhos mais leves, principalmente relacionados com a ajuda nos ofícios mecânicos (Braga, 1999).

¹² BNP, *Adelaida. Historia Africana. Desgraças que aconteceram a dous esposos virtuosos que foram captivos dos mouros de Tunes*. Lisboa: Officina de Fernando Jozé dos Santos, 1784.

¹³ BNP, *Historia verdadeira acontecida no Reino do Algarve na qual se referem os soccessos de huma virtuosa dama, no tempo que foi escrava do Imperador dos Turcos*. Lisboa: Officina de Jozé da Silva Nazareth, 1785.

esposa de um fidalgo chamado D. Pedro, foi raptada por muçulmanos quando passeava numa praia do Algarve. Pela sua beleza é levada para Constantinopla, donde o marido a consegue resgatar depois de em conjunto terem conseguido sensibilizar o imperador otomano.

Dois relatos amorosos nos quais o amor evidenciado pelo casal, sensibiliza os captores. No primeiro caso, Adelaide, converte-se ao cristianismo, e casa com o viúvo D. Sancho. No segundo, o Imperador Hebrain sensibilizado, deixa partir o casal, oferecendo-lhes mesmo alguns presentes. Não podemos concluir da veracidade destes relatos. Podemos apenas evidenciar a presença dos valores cristãos de preservação na fé e de fidelidade conjugal, constituindo histórias romanceadas, de profundo efeito moral, seguindo os padrões de comportamento da sociedade setecentista portuguesa.

A *relação* referente a D. Jacinto do Castelo e a Dona Leonor da Rosa, naturais da Galiza¹⁴, apresenta os martírios dos dois primeiros relatos – dezasseis cativos e capitão Pedro Pizarro –, e a fidelidade conjugal e religiosa, dos dois últimos. O casal foi aprisionado quando se dirigiam para Veneza e levado para Argel. Aqui, o rei tenta convencer D. Leonor a abdicar ao cristianismo, prometendo-lhe, em troca reinos, vassalos e joias. Fiel à sua religião e marido, são ambos apedrejados e queimados vivos em Argel.

Por fim temos cópias de cartas redigidas pelos religiosos dos conventos e hospitais sediados em Marrocos e em Tunes. No primeiro caso temos duas cartas escritas pelo padre franciscano, guardião do Real Convento de Meknès, ao procurador da sua

¹⁴ BNP, *Primeira parte da Relaçam verdadeira, em que se dá conta dos amores de D. Jacinto do Castello, e de Dona Leonor da Rosa, naturaes da Crunha Reyno de Galiza, e a violencia que seu pay fez para que cazasse com outro; ao qual matarão ja seu pay, e sogro, com os demais que verá o curioso leytor. Segunda parte da Relaçam verdadeira, dos amorosos successos de D. Jacinto do Castello, e de D. Leonor da Rosa, os quaes se embarcarão para Veneza, e como forão cativos; e levados a Argel, donde forão queimados pela Fé de Jesus Christo, e o demais que verá o curioso leytor.* Lisboa: Officina de Bernardo Antonio, 1753.

Deverá ser tradução da impressão castelhana *Segunda parte de los amorosos sucessos de D. Jacinto del Castillo, y Doña Leonor da Rosa, los quales se embarcaron para Venecia, y como fueron cautivos y llevados a Argel donde fueron quemados por la Fé de Jesu Christo y lo demais que verá el curioso lector.* Sevilha: Imprenta Real, Casa del Correo Viejo, s.d.

ordem¹⁵. Nelas dá conta dos maus tratos e pena de prisão infringida a dois missionários que estavam em Salé. Para o resgate dos religiosos, o sultão pedia a troca por dezasseis mouros que estavam cativos nas Canárias e vários produtos. Refere ainda os estragos causados nas dependências da ordem em Meknès e em Fez, devido ao terramoto ocorrido no dia 1 de Novembro de 1755, e os estragos provocados pelo sismo de dia 18 do mesmo mês nas cidades e edifícios muçulmanos.

No segundo caso temos a cópia de uma carta escrita, de Tunes, por um religioso da Redenção de Espanha, na qual notícia os acontecimentos ocorridos nesta cidade quando tomada pelos argelinos. Refere que o convento espanhol e igreja de Túnis foram saqueados, tal como a igreja dos franceses na mesma cidade, e que os cônsules francês e holandês haviam sido presos¹⁶. Regista ainda a morte do frade Matias de São João enquanto evitava o saque da imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Os dois últimos folhetos referem-se a informações sobre o terramoto ocorrido em Tunes, a 9 de Dezembro de 1752 e problemas de seca, redigidos por um marinheiro cativo naquela cidade, natural da Ericeira¹⁷. No resgate geral de cativos organizado em 1754 pelos trinitários portugueses, sob ordens do rei D. José, os religiosos resgatam 228 cativos portugueses, entre eles um natural da Ericeira de nome

¹⁵ BNP, Cópia de huma carta escrita escrita pelo Padre Guardiam do Real Convento de Maquinas, e Vice-Perfeito das Santas Missoens, que nas partes da Barbaria conserva a Religiosa Provincia de São Diogo dos RR. Pp. Franciscanos Descalços, ao Padre Procurador della. Lisboa: [Officina de Manuel Soares], 1756. A publicação inclui a cópia de duas cartas: uma escrita em Meknès a 8 de Novembro de 1755, e a segunda escrita de Tetuão a 24 do mesmo mês e ano.

¹⁶ BNP, *Cópia de huma carta, escrita por hum religioso da Redempção de Hespanha, que assiste na Cidade de Tunes, na qual se dá noticia das grandes crueldades, que os Argelinos uzarão com os Religiosos, e mais Catholicos que estavam na mesma Cidade: e sacrilego atrevimento com que profanarão a Igreja que na mesma Cidade havia. Cuja carta foi escrita a outro Religioso, e agora se communicou ao publico*. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

¹⁷ BNP, *Nova relação de hum grande terremoto, que no dia 9 do mez de Dezembro do anno de 1752 succedeo na Cidade de Tunes, capital do Reyno de Argel: calamidades, que experimentarão aquellos Barbaros na prezente secca; noticia de algumas expiações ridiculas, que tem feito para applacar o seu falso Profeta, copiado de huma carta que escreveo hum marinheiro cativo naquella cidade, natural da Ericeira*. Lisboa: Manoel Alvares Solano do Valle, s.d...

Relaçam do Terramoto que ouve na cidade de Tunes, capital daquelle Reyno, effeitos que causou nos Barbaros aquella ruina, supersticiosos deprecações que fizeram. Parte Segunda e fim da historia. Escrita por hum curioso natural da Ericeira, que na mesma cidade se achava cativo ao tempo que succedeo o que agora refere. Lisboa: Officina de Manoel Alvares Solano do Valle, s.d...

António Ferreira, com 42 anos de idade e 14 de cativeiro. Poderá ser o cativo que escreveu estes relatos, mas sendo anónimos é impossível verificar, apenas fica o registo do único cativo, natural da Ericeira, que foi resgatado por esses anos¹⁸.

Estes relatos evidenciando as dificuldades sentidas pelos cativos cristãos seriam apreciados pela população, pelo exotismo das descrições e aventuras descritas. Representando as virtudes e modelos da fé cristã, eram autorizados pelo Tribunal do Santo Ofício. Estes folhetos, emocionando os cristãos, contribuíam para os motivar a conceder esmolas e doações várias para o resgate dos cativos, algo que as constantes indulgências emanadas de Roma, preconizavam e incentivavam¹⁹. Para além dos privilégios e indulgências conferidas por este ato, os fiéis eram sensibilizados pela descrição dos tormentos sofridos, como modelos de preservação na fé. Por outro lado, a ênfase dada aos castigos infligidos a quem ousava fugir, explicava a razão por que uns o conseguiam fazer, enquanto a maioria aguentava os maus tratos durante anos consecutivos. Basta pensar, por exemplo, na redenção geral que acabamos de referir, a organizada em 1754, na qual foram resgatados 228 cativos, quase todos com menos de 10 anos de cativeiro²⁰. No entanto 8 estiveram cativos entre 10 e 14 anos, e dois cerca de 20 anos. Referimo-nos a Francisco Rodrigues da Costa, resgatado com 53 anos, depois de 19 de cativeiro, e Manuel Peinado, natural de Castela, resgatado com 44 anos, depois de 20 anos aprisionado.

Estas descrições trágicas contrastam com dados e relatos que nos fazem concluir que o cativeiro não seria assim tão feroz. Podemos referir, por exemplo, o apoio religioso proporcionado aos cativos portugueses. Em Meknès a ordem de São

¹⁸ Informações retiradas da BNP, *Relação dos cativos que por ordem do Fidelissimo Rey Dom Joseph I nosso Senhor resgataram na cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade, da Provincia de Portugal* Lisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754]. Por resgate geral entende-se a libertação de todos os cativos portugueses em determinado lugar pelos padres redentores, fruto de negociações entre a corte de Portugal e os governadores de Marrocos ou Argel, constituía este o modo oficial, tanto político como religioso, de exercer esta atividade (Alberto, 2010, 106-112).

¹⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Sumário das indulgências e perdões concedidos a todos aqueles que dessem esmolas destinadas ao resgate de cativos*. Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

²⁰ BNP, *Relação dos cativos que por ordem do Fidelissimo Rey Dom Joseph I nosso Senhor resgataram na cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade, da Provincia de Portugal* Lisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754].

Francisco detinha um convento, com igreja, hospital, botica, oficinas e celeiro, com mantimentos e presentes para ofertar o sultão e ministros²¹. Em Fez, a ordem, detinha um hospício com enfermaria. Em Argel e Túnis, a Ordem da Santíssima Trindade de Espanha, estava sediada numa igreja com hospital para apoio aos cativos cristãos (Alberto, 2010, 121-146). Por outro lado, o *status quo* estabelecido, fazia que de ambos os lados beligerantes, cristãos e muçulmanos tratassem os cativos de modo a não provocar represálias. No relato referente ao capitão Pedro de Pizarro, como anteriormente referido, os arrais e corsários pediram ao governador que revogasse a sentença, entre muitas razões, a principal era que não fossem sujeitos em Espanha aos mesmos castigos, caso fossem apanhados²².

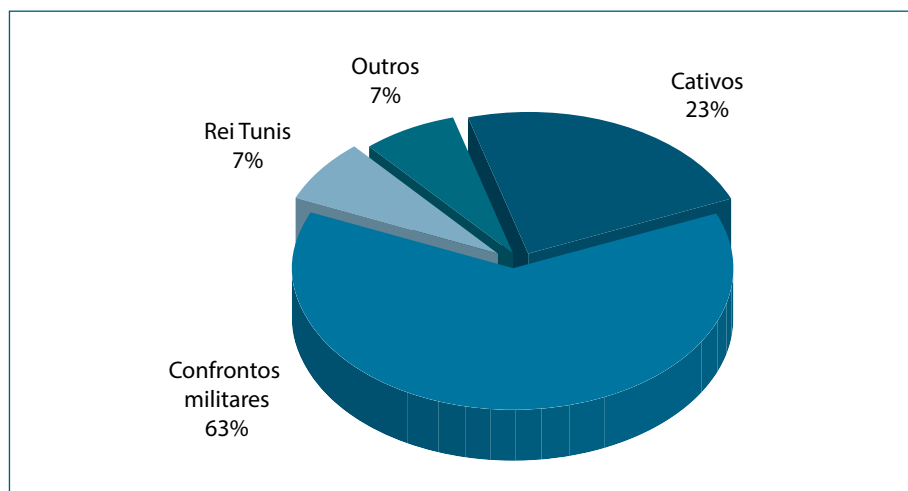


Gráfico n.º 1 – Distribuição dos temas abordados (44 folhetos analisados)

²¹ *Copia de hum carta escrita pelo Padre Guardiam do Real Convento de Maquines, e Vice-Perfeito das Santas Missoens, que nas partes da Barbaria conserva a Religiosa Provincia de São Diogo dos RR. Pp. Franciscanos Descalços, ao Padre Procurador della.* Lisboa: [Officina de Manuel Soares], 1756. O frade refere a destruição destes edifícios pelo Terramoto de 1 de Novembro de 1755, pp. 6-7.

²² BNP, *Relação dos rigorosos martirios, que padeceo pela Fé de Christo o valeroso espanhol Pedro Pizarro na cidade de Argel. Segunda Parte.* Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763, p.2.

Para além destes folhetos sobre relatos de cativos e de cativoiro, temos estudado também notícias referentes a confrontos militares entre armadas cristãs e frotas norte africanas, confrontações que levavam à apreensão de cristãos e muçulmanos de ambos os lados beligerantes. Entre os 28 folhetos levantados relativos a este tema, encontramos referência à atuação de frotas cristãs provenientes de Portugal, Espanha, ilha de Malta, Nápoles e França, sobretudo com corsários de Argel e Salé. Nestes relatos, os confrontos resolvem-se a favor dos europeus depois de narradas as vicissitudes que levaram à vitória. Situação que pelo número de cativos europeus apreendidos, sabemos não ser a mais comum.

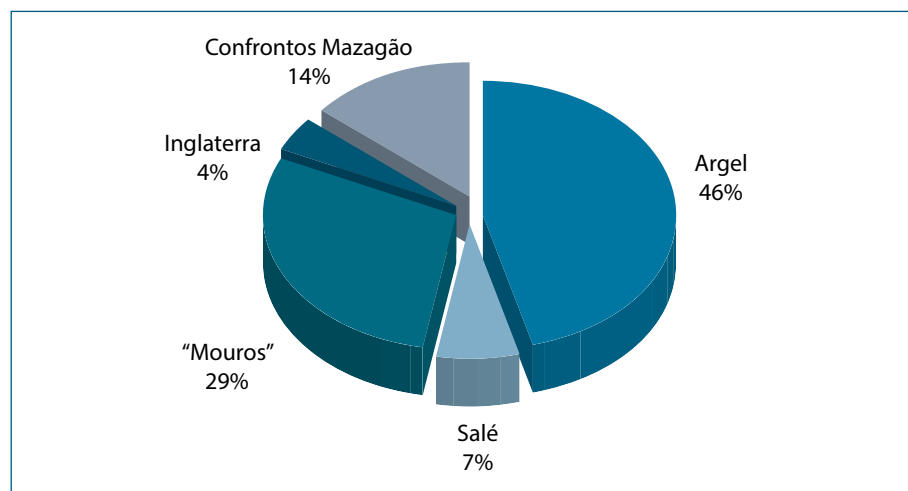


Gráfico n.º 2 – Confrontos militares – nacionalidade dos corsários
(28 folhetos analisados)

Destacam-se 11 referências a confrontos ocorridos com armadas de Espanha. Facto que nos leva a concluir que muitos destes folhetos surgiam como traduções de publicações espanholas. Nos relatos de cativos, anteriormente estudados, cinco referiam-se a espanhóis: o corsário Pedro Pisarro, as histórias de D. Sancho e D. Elvira, e a de D. Jacinto do Castelo e a Dona Leonor da Rosa, bem como as cartas escritas por religiosos residentes em Meknès e Túnis.

Para além das narrativas relacionadas com espanhóis, no levantamento efectuado na Biblioteca Nacional de Portugal encontraram-se quase duas dezenas de folhetos sobre ocorrências com corsários, escrita língua castelhana e impressos em Barcelona, todos datados entre 1612 e 1622, e impressos pelas casas de Estevam Libreros, Gabriel Graells, Geronimo Margaril, Sebastian de Cormellas, Sebastian Matevad, e dois sem referência à tipografia. Os temas são semelhantes e resultantes de uma realidade que afectava de igual modo os dois reinos ibéricos²³.

Em termos de conclusão, podemos referir que estamos perante um vasto campo de análise, numa área literária considerada menor, mas que do ponto de vista histórico, permite algumas aproximações em termos da reconstituição da mentalidade da sociedade setecentista. Os valores e virtudes cristãos de fidelidade religiosa, preservação da fé, ou no caso de casais, fidelidade conjugal, estão bem patentes nos relatos que acabámos de estudar. São exemplos vivos da realidade que se vivia, e do interesse da sociedade por estas histórias, verdadeiras aventuras, quase sempre de final feliz, bem longe do que a realidade mostrava, na qual renegar a fé surgia muitas vezes como o modo mais fácil de sobreviver no mundo muçulmano. Estamos perante uma realidade quotidiana à sociedade portuguesa, um tempo em que a população sociabilizou com o medo do outro, neste caso o muçulmano que vinha pelo mar.

Estas narrativas, mais ou menos, ficcionadas, representam a vertente popular e quotidiana de apreensão do tema do cativo. Dados que nos permitem entender como, no dia a dia, todo o processo inerente ao resgate de cativos, nas mãos dos religiosos na Ordem da Santíssima Trindade e do rei, era visto pela população. O cativo e o corso estudados não do ponto de vista literário, mas como fonte histórica para o conhecimento da sociedade setecentista.

²³ Ver Anexo 2 Ver Anexo 1 – Literatura de Cordel / Coleção da Biblioteca Nacional de Portugal: Levantamento das publicações referentes a relatos e confrontos militares com corsários – século XVII em língua espanhola.

Bibliografia

- Alberto, Edite Martins (ed.) (2018), *Entre a cruz e o crescente: o resgate dos cativos: catálogo da exposição comemorativa dos 800 anos da fundação do Convento da Trindade de Lisboa, 1218-2018*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Câmara Municipal de Lisboa.
- ___ (2015), "Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII; um perigo iminente", *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série N.º 3 (janeiro – junho), pp. 127 – 147.
- ___ (1999), "O culto de Nossa Senhora da Luz e o resgate de cativos". In *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular: Sociabilidades-Representações-Espiritualidades*, Lisboa, FCSH NOVA, pp. 105-109.
- ___ (2010), *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História, área do conhecimento História Moderna (<http://hdl.handle.net/1822/13440>).
- Albuquerque, Luís de (1987), "Os corsários no tempo de D. Henrique". In *Crónicas de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 33-38;
- Albuquerque, Ruy Manuel de (1972), *As represálias: estudo de história do direito português (séculos XV e XVI)*. Lisboa, R. M. Albuquerque.
- Alves, Adalberto (2013), *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Belo, André (2001), *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imp. de Ciências Sociais.
- Braga, Isabel Drumond (1994), *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal – séculos XIV-XVIII. Contribuição para o estudo da religiosidade popular*. Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tropical.
- ___ (1999), "Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado. In *Estudos in Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Porto, Universidade do Porto.
- Caro Baroja, Julio (1968), *Ensayo sobre a Literatura de Cordel*. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente.
- Catálogo – Literatura de Cordel* (1970). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca Geral.
- Duval, Gilles (1991), *Littérature de Colportage et Imaginaire Collectif en Angleterre à l'époque des Dicey (1720 – 1800)*. Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux.

- Ferreira, Ana Maria Pereira (1985), *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Fonseca, Luís Adão da (1978), *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona, Universidad de Navarra.
- Guerreiro, Luís Ramalhosa (1994), “O corso e pirataria nos descobrimentos”. In Albuquerque, Luís de (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 296-301.
- Koiso, Kioko (2004), *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*. Cascais, Patrimonia – Associação de Projectos Culturais e Formação Turística, 2 vols.
- Lopes, Clara Rodrigues Dias Baltazar (1996), *Preto em Cordel (século XVIII) Jogo Subversão Preconceito*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, David (1924), *História de Arzila durante e domínio português*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Lourido Diaz, Ramón (1989), *Marruecos y el mundo exterior en la segunda mitad del siglo XVIII*. Madrid, Instituto Cooperación con el Mundo Árabe, p. 62.
- Nogueira, Carlos (2004), *O essencial sobre a literatura de cordel portuguesa*. Lisboa, Imprensa nacional – Casa da Moeda.
- Norton, Marta Pinhal Neves Salazar (2000), *Espelho de Vaidades: O Peralta e a Moda na Literatura de Cordel Portuguesa (1781-1789)*. Porto, Universidade do Porto.
- Pedrosa, Fernando Gomes (2000), *Os homens dos descobrimentos e da expansão marítima: pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais, Câmara Municipal, p. 70.
- Ramos, Ana Margarida (2008), *Os Monstros na Literatura de Cordel Portuguesa do século XVIII*. Lisboa, Edições Colibri / Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.
- Relação dos cativos que por ordem do Fidelissimo Rey Dom Joseph I nosso Senhor resgataram na cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade, da Provincia de Portugal* Lisboa, Officina de Francisco da Silva, [1754]
- Santos, Maria José Moutinho (1987), *O Folheto de Cordel: Mulher, Família e Sociedade no Portugal do século XVIII*. Porto, Universidade do Porto.
- ___ (1989), “O Luxo e as Modas em Textos de Cordel da segunda metade do século XVIII”. In *Revista de História*, vol. 9, pp. 137-164.

Tengarrinha, José (1986), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 2ª ed...

Vidago, João (1981), "Anda mouro na costa". *Studia*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas de Ultramar, N.º 45, p. 295-306.

Anexo 1

Literatura de cordel / Coleção Biblioteca Nacional de Portugal

Levantamento das publicações referentes a relatos de cativos e confrontos militares com corsários de Argel e Salé – séculos XVII e XVIII

I – Folhetos de cordel sobre cristãos cativos

Adelaide. Historia Africana. Desgraças que aconteceram a dous esposos virtuosos que foram captivos dos mouros de Tunes. Lisboa: Oficina de Fernando Jozé dos Santos, 1784.

Copia de huma carta escrita escrita pelo Padre Guardiam do Real Convento de Maquines, e Vice-Perfeito das Santas Missoens, que nas partes da Barbaria conserva a Religiosa Provincia de São Diogo dos RR. Pp. Franciscanos Descalços, ao Padre Procurador della. Lisboa: [Oficina de Manuel Soares], 1756.

Copia de huma carta, escrita por hum religioso da Redempção de Hespanha, que assiste na Cidade de Tunes, na qual se dá noticia das grandes crueldades, que os Argelinos uzarão com os Religiosos, e mais Catholicos que estavam na mesma Cidade: e sacrilego atrevimento com que profanarão a Igreja que na mesma Cidade havia. Cuja carta foi escrita a outro Religioso, e agora se communicou ao publico. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1757.

Historia verdadeira acontecida no Reino do Algarve na qual se referem os soccessos de huma virtuosa dama, no tempo que foi escrava do Imperador dos Turcos. Lisboa: Oficina de Jozé da Silva Nazareth, 1785.

Nova relação de hum grande terremoto, que no dia 9 do mez de Dezembro do anno de 1752 succedeo na Cidade de Tunes, capital do Reyno de Argel: calamidades, que

experimentarão aquelles Barbaros na prezente secca; noticia de algumas expiações ridiculas, que tem feito para applacar o seu falso Profeta, copiado de huma carta que escreveo hum marinheiro cativo naquella cidade, natural da Ericeira. Lisboa: Officina D.or Manoel Solano do Valle, s.d...

Nova relação, e verdadeira noticia exposta ao publico, do grande cazo, que succedeo a hum Cavalheiro Italiano, e a outro valeroza Espanhol, chamado Pedro Pisarro na cidade de Argel, e dos grandes martirios, que este padeceo pela Fé de Christo na mesma Cidade cuja noticia se remeteo de Gibraltar a esta Corte. Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763.

Primeira parte da Relaçam verdadeira, em que se dá conta dos amores de D. Jacinto do Castello, e de Dona Leonor da Rosa, naturaes da Crunha Reyno de Galiza, e a violencia que seu pay fez para que cazasse com outro; ao qual matarão ja seu pay, e sogro, com os demais que verá o curioso leytor. Segunda parte da Relaçam verdadeira, dos amorosos successos de D. Jacinto do Castello, e de D. Leonor da Rosa, os quaes se embarcarão para Veneza, e como forão cativos; e levados a Argel, donde forão queimados pela Fé de Jesus Christo, e o demais que verá o curioso leytor. Lisboa: Officina de Bernardo Antonio, 1753.

Relaçam do Terramoto que ouve na cidade de Tunes, capital daquelle Reyno, effeitos que causou nos Barbaros aquella ruina, supersticiosos deprecações que fizerão. Parte Segunda e fim da historia. Escrita por hum curioso natural da Ericeira, que na mesma cidade se achava cativo ao tempo que succedeo o que agora refere. Lisboa: Officina de Manoel Alvares Solano do Valle, s.d...

Relação dos crueis castigos que derao na cidade de Argel a dezasseis captivos christãos, que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso captiveiro, forão apanhados na fugida. Lisboa: s.n., 1758.

Relação dos rigorosos martirios, que padeceo pela Fé de Christo o valeroso espanhol Pedro Pisarro na cidade de Argel. Segunda Parte. Lisboa: Officina de Jozé Filippe, 1763.

II – Folhetos de cordel sobre confrontos com corsários e piratas

COELHO, Jorge – *Memoria do celebrado Galeão São João chamado vulgarmente o Bota-Fogo, que rompeo a fortissima cadea, com que o renegado Barbarroixa rey intruso de Tunes segourou*

a graganta da Goleta, e foy o principal instrumento de sua expugnação no anno de 1535. Lisboa Ocidental: Officina de Pedro Ferreira, 1734.

Curiosa e verdadeira noticia da famosa acção, e inclyta victoria, que o famigerado Espanhol, Tenente General D. Diogo Maria Ozorio, Governador da Praça de Ceuta, alcançou contra os mouros no porto de Tangere, querendo, e indo aprezar hum navio turco, que alli se achava carregado de trigo, em 22 de Julho deste presente anno de 1764. Lisboa: Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1764.

Curiosa noticia de hum grande combate, que tiverão tres navios, e dois chavecos de Mouros, com duas naos de Guerra de Hespanha, em 20 de Maio de 1756. Aonde se refere a grande mortandade que houve de ambas as partes, e como os Mahometanos ficarão todos mortos, ou captivos, e juntamente com elles Celim – Kiali – Baki, nobilissimo, e valerosa Turco; e outras mais noticias dignas de memoria. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1756.

Destruição dos Mouros Saletinos, e bombardeamento, em que foy queimada a Cidade de Salé pelas armas dos Christãos. Lisboa: Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1765.

FONSECA, Felix Feliciano – *Relação do successo, que teve hum corsario de Levantados, que havia tempos andava infestando, cativando muitas embarcações segundo carta que da Cidade de Faro veyo remettida à Corte de Lisboa a pessoa particular.* Lisboa: s. ed., s.d. (8 p.).

MASCARENHAS, José Freire de Monterroio – *Relaçam de hum memoravel combate sucedido na costa de Portugal no dia 17 de Setembro do anno de 1752. Entre o Capitão Ignacio Pereira Ramos, natural da notavel Villa de Setuval, commandante de hum hiate chamado o Senhor do Bom Fim, e Nossa Senhora da Conceição, e hum chaveco saletino de 24 remos, com algumas particularidades desta gloriosa acçam.* Lisboa: Officina de Pedro Ferreira, s.d., (8 p.).

Noticia certa da grande preza, que os Hespanhoes fizeram aos mouros, e terrivel peleja, que tiveram os mesmos junto ao Cabo de S. Sebastião no dia 22 de Junho do presente anno de 1757. Lisboa: s. n., 1757, (8 p.).

Noticia certa e verdadeira de hum combate, que tiverão cinco chavecos de Mouros contra duas naus Hespanholas, extrahida de cartas escritas da Corte de Madrid por pessoas dignas de fe. Lisboa: s.ed., 1758.

Noticia da grande batalha que houve na Praça de Mazagão no dia 6 de Fevereiro do presente anno de 1757. Lisboa: s. ed., 1754.

Noticia da grande preza que os Maltezes fizeram aos Argelinos. E a batalha naval que houve entre seis navios de Malta, e treze embarcações Argelinas que ficaram prisioneiras. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

Noticia do grande choque que teve a Guarnição do Presidio de Mazagan com os mouros estuques, e de como alcançou delles huma fatal victoria no dia 3 de Fevereiro do anno passado de 1753. S.l.: s. ed., [1754].

Noticia do grande combate, que junto ao Estreito de Gibaltar tiverão duas Nãos de Guarda Costa de Hespanha contra os Mouros e Piratas de Argel, e Salé. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

Noticia dos memoraveis acontecimentos, e batalhas navaes, em que tem padecido grandes destroços os mouros de Barbaria, e victoria, que contra elles ancançarão os capitães de Mar, e Guerra Hespanhoes D. Diogo das Torres, sobre as aguas de Palamos, e D. Vicente Pignateli, nas alturas de Tetuão. Lisboa: Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1764.

Noticia de hum notavel successo acontecido em Africa no paiz de Constantina, em o mez de Janeiro do prezente anno. Lisboa: s. ed., 1758.

Noticia verdadeira de hum grande combate, que tiveram tres naos de Guarda-Costa de Hespanha, com duas Naos de Argel, na qual ficou rendida a capitania dos Mouros. S.l.: s. ed., s.d. (8 p.).

Nova noticia do valeroso combate que tiverão os Hespanhoes, com os Argelinos à vista da Praça de Ceuta. Lisboa: s/ ed., 1757.

Nova relação, e curiosa noticia do combate, que tiveram tres caravellas de Vianna de Caminha com os corsarios dos Mouros, em que se noticia tambem do grande milagre, que obrou pelos christãos a Sra. de Nazaré por hum anonymo. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1754 (8 p.).

Nova relação, e noticia verdadeira de hum combate, que tiverão quatro chavecos de Mouros com duas naos Maltezas, em o dia dezanove de Março do presente anno. Copiada por huma

carta, que da dita Ilha veyo a esta Cidade a Manoel Pereira da Costa e Mello dada a luz por Antonio Joze Pereira Cortez. Lisboa: Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1754.

Novo combate que tiveram os Napolitanos com os Mouros, e a noticia de muitos corsarios com que estes ao prezente infestão os mares, e perturbão a navegação aos Catholicos etc. Referido tudo em huma carta que modernamente se remeteo a esta cidade. Lisboa: s. ed., 1758.

Relaçam da tragica morte do novo Rey de Tunes, e seu filho, e da grande batalha, que tiverão os Maltezes com os Mouros nas costas de Tunes. Da-se noticia de como os Argelinos entrarão na Cidade de Tunes, faltal destruição que nella fizerão, prizão dos Ministros Estrangeiros que nella estavam, e como o novo Rey, e seu filho forão degollados; e finalmente como duas náos Maltezas que se achavão no Porto de Goleta vindo para Malta. e encontrando-se com tres navios de Argel cruelmente se combaterão ficando estes rendidos. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

Relaçam do combate que teve huma nao de Biscaya, da invocação de Nuestra Señora de la Consolacion, com quatro chavecos argelinos, na altura do Cabo de S. Vicente. [Lisboa: s.n., 175-].

Relaçam do combate que tiveram duas naos francezas com cinco cossarios inglezes nas costas do mar Oceano, em que os Francezes conseguirão huma feliz victoria. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

Relação da Batalha alcançada pelos Hespanhoes contra os mouros. Diario do avance, que derão os Turcos à Praça de Orão desde o dia 11 de Março até 4 de Abril deste presente anno de 1759. Lisboa: Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1759.

Relação das façanhas, e acções heroicas, que em defeza da sua Praça de Orão tem exercido as armas Hespanholas contra os mouros africanos. Parte Terceira. Extracto de huma segunda carta que s' enviou a este Reino por hum soldado. amigo, que milita na dita Praça. Continuação da relação deste dous de Julho até vinte e sete do dito mez. Augmentada com a mesma carta, e huma breve noticia da Praça de Orão, e Fortaleza de Mazarquivir, e traduzidas por M.P.T.P. e A. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa, 1791.

Relação do grande combate e fatal peleja que agora proxivamente tiverão os soldados e cavalleiros da Praça de Mazagão, com os Mouros de Azamor, e Maquinez. Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1752.

Relação Terceira dos castigos, que se tem dado aos complices da conjuração contra a Ilha de Malta. Referem-se as disposições navaes, com que os Turcos pertendem acometter a dita Ilha com os soccorros das Regencias de Tripoli, Tunes e Argel, e principio de algumas acções, com damno das armas Mahometanas. Escrita por hum curioso lisbonense. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1749.

Verdadeira noticia da grande Esquadra do Reino de Napoles sahio em corso contra os Mouros de Argel, e de Salé, a cuja Esquadra se ajuntarão varios navios armados em Guerra que fizeram appellar os commerciantes de Marselha, aonde se diz individualmente o numero, e nome dos navios, que compoem esta Esquadra; numero e qualidade da artilharia que jogão, e gente que trazem, nome dos commandantes; e outras muitas cousas de appetecivel curiosidade. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

ZUÑIGA, Andres – *Relaçam do combate que teve a frota de Espanha, que vinha das Indias, com sette corsarios de Argel, na actura do Golfo de Leão, e o modo com que a capitania da dita frota destruiu todos estes corsarios. Noticia que veyo por carta, que escreveo a hum seu correspondente nesta corte D. Andres Zuñiga, mercador de Cadiz. Lisboa: Officina de Francisco da Silva, 1754, (8 p.).*

III – Folhetos de cordel sobre a conversão do rei de Tunis

Malta gloriosa, ou noticia historica, e curiosa da embaixada, que pomposamente deo na mesma Malta o Baxá Abden Kiaal, embaixador do Reino de Tunes. Refere se em como o Reino de Tunes se vê accommettido, e posto em estado tão decadente, por causa das guerras, que lhe fazem os Argelinos, que o seu Bey temendo huma total ruina, mandou a hum seu Embaixador a Ilha de Malta pedir asylo, o qual liberalmente lhe foy concedido. E outras muitas noticias pertencentes a este proposito, com a formalidade, e falta da mesma Embaixada. S.l., s. d., s. ed.

Noticia certa da chegada do Rey de Tunes à ilha de Malta, modo pompozo com que foy recebido, e satisfação notavel com que aqui rezide. O qual Principe finalmente se vio precizado a retirar-se de seu Reyno, cedendo á fortuna adversa, que o perseguia: Relata-se como a Cidade de Tunes, e todo o Reino se ve ja senhoreado dos Argelinos, por cujo motivo o seu Soberano se refugiou a Malta, aonde achou delicioso asylo, e novamente recebe mayores demonstrações de amizade pela esperança, e indicios que tem dado de querer reduzir-se à nossa Santa Ley, e Religião

Catholica Romana; para cujo effeito o Eminentissimo Grão Mestre escreveo ja à Curia Romana, etc. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1756.

Noticia da festividade que na Ilha de Malta se celebrou no baptismo do Rey de Tunes, na qual se refere a pompa com que se celebrou aquelle solemne acto, quem forão os Padrinhos, e outras circumstancias dignas de eterna memoria. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1757.

IV – Folhetos de cordel sobre vários assuntos (religião, terramoto, peste)

LUÍS, Jorge – *Relação da Santa Imagem de Christo, que veo de Argel ao Convento do Carmo de Lisboa.* Lisboa: Antonio Alvarez, 1638.

Relação do grande Terremoto, que houve na praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755. Referem-se os seus effeitos, e ruínas que causou, e brevemente se mostra de que procedem os tremores de terra. Lisboa: s. ed., 1755.

Relação verdadeira da implacavel peste, que padece a cidade de Marrocos, Argel, e outras Africanas, e da grande trovoadá, que a 15 de Março do presente anno de 1756 experimentou a Berberia. Lisboa: s.ed., 1756.

Anexo 2

Literatura de cordel / Coleção Biblioteca Nacional de Portugal

Levantamento das publicações referentes a confrontos militares com corsários
– século XVII

(em língua espanhola)

Carta sacada de un original de otra que un Comendador ha embiado a un Cavallero desta Ciudad, en la qual se da relacion de como las Galeras de Malta han tomado una Barca, una Urca, y una Galera de Turcos junto a Modon, el primer dis de Agosto deste presente año de 1622. Barcelona: Casa de Estevan Liberos, 1622.

Copia de una carta escrita desde Mallorca por el Dotor Jayme Guasp al Parde Pablo Fons de la Compañia de Jesus, con la relacion del Martyrio de dos Mallorquines, que en Argel fueron martyrizados a 3 de Setiembre del año del Señor de 1619. Barcelona: Estevan Liberos, 1620.

GARCIA, Juan – *Relacion verdadera de la famosa presa que han hecho las dos Galeras de Cataluña, de una saetia de Moros: y como han peleado, y la gente que han muerto, a 15 de Noviembre, del año 1612. Barcelona: Casa de Sebastian de Cormellas, 1612.*

GINES, Juan – *Relacion verdadera, donde se da cuenta, de la dolorosa muerte que Muley Amete Rey de Marruecos mando dar a nueve moços, y a un Clerigo de Evangelho veziño de la Ciudad de Toledo, y de como fue quemado por la doctrina que enseñó a ellos los quales murieron martyres y bienaventurados. Barcelona: Sebastian Matevad, 1621.*

MYAVILA, Hieronymo – *Relacion verdadera venida agora de Florencia la qual trata de como las seys Galeras de Florencia tomaron a dos Galeras de Roda que llevaban al Alger al hijo de Moratarix que venia para General de quatro Galeras, tratase de su muerte y de la valor de la presa, y quantos moros murreron y quantos han quedado cautivos y los sclavos christianos que han tenido libertad. Barcelona: Emprenta de Gabriel Graells, 1616.*

OLLERO, Jayme – *Relacion verdadera, de como las seys Galeras del Reyno de Cicilia (cuyo General es el illustre señor D. Pedro de Leyva) han tomado una fragata, y una nave de alto bordo de Moros, junto a la playa de Cartagena este presente año de 1622. Barcelona: Casa de Estevan Liberos, 1622.*

Relaçam do combate que teve huma nao de Biscaya, da invocação de Nuestra Señora de la Consolacion, com quatro chavecos argelinos, na altura do Cabo de S. Vicente. S. l.: s. ed., s.d.

Relacion breve de la rebelion de los Genizaros en el Reyno de ez, y de como han muerto a Rostan Baxa, y destruydo el castillo de Benabuzayde, con la libertad de ochenta y seis Christianos, y como los de Fez fueron treynta mil hombres tras los Genizaros, y como fueron muertos todos, y como han embiado a pedir socorro a Ceuta, y como los de Fez procuran hazer concierto con ellos, y no los quieren escusar, porque antes quieren morir como Christianos aguardando el socorro. Barcelona: Gabriel Graells, 1619.

Relacion cierta del viage que Don Pedro de Leyva ha hecho por mandado del Principe Filiberto Generalissimo de la mar, dende Mecina en la costa del Archipielago y tierra del Turco: cuentase todo lo que sucedio, y las grandes presas que ha hecho, y como ha prendido la caravana del Gran Turco. Barcelona: Estevan Libreros, 1622.

Relacion de la gran vitoria que los soldados del Fuerte de San Felipe de la Mamora tuvieron contra mas de quatro mil Mouros, y de como los mataron mas de trecientos, y les tomaron quatro estandartes. Dase cuenta de las grandes avenidas de agoas que esta año ha havido en aquellas partes, y de la grande cantidad de culebras y lagartos que han venido por el rio de la Momora. Barcelona: Gabriel Graells, 1618.

Relacion de todo lo que a sucedido a las Galeras de Napoles y Cecilia en las costas de Berberia, este Mayo passado de 1612. Barcelona: Empreinta de Gabriel Graells, 1612.

Relacion verdadera de la presa y cautiverio que han hecho las tres famosas galeras de España junto cō la patrona de Barcelona de un famoso navio com noventa y cinco Turcos, y otros cautivos Christianos que llevava. S.l., s. ed., s.d.

Relacion verdadera, de la muerte del gran Turco Vayazeto Soliman, referese de la causa, y enfermedad que murio, y del incendio del Serrallo, que era un edificio de los mejores que el tenia en Constantinopla, y assi mesmo se declaran las diferencias que tuvieron los Baxas, y Turcos, sobre quien avia de gobernar el Imperio, por ser el heredero legitimo menor de edad. Barcelona: Estevan Libreros, 1621.

Relacion verdadera, en la qual se da cuenta como diez Galeras de Francia junto al estrecho de Gibraltar tomaron quatro Naves de Turcos, de se cuenta de la batalla, y lo que venia en las Naves. Barcelona: Estevan Libreros, 1621.

Relacion verdadera sacada de una carta embiada desde Liorna a esta Ciudad, de como las Galeras del gran Duque de Florencia han tomado un Galeon de Turcos: cuentase la suerte como lo rindieron, y la grande matansa que hubo de una parte y de otra, y el tesoro que hallaron dentro, y una hermana del gran Turco que ya dentro. Barcelona: Empreinta de Estevan Liberos, 1622.

SARMIENTO, Manriquez – *Relacion verdadera de la presa que han hecho las Galeras de Cicilia, Malta y Florencia en la Morca, dōde hazia el gran Turco una fortaleza, estàdo en guarda treynta*

galeras del dicho Turco, las quales se pusieron ha vyren viendo las nuestras, y tomaron una de las mejores delas de los n«barbaros, con otro muchos vaxeles que ellos llaman petachos assolando y destruyendo la dicha fortaleza cõ infinidad de esclavos que tomaron, y mubhas riquezas y mercadurias, bolviendo victoriosos a Mecina viernes a quatro de Deziembre del año 1615. Barcelona: Casa de Estevan Liberos, 1616

Verdadera relacion de una milagrosa victoria, que Dios N. S. por la intercession, y meritos del glorioso S. Raimundo de Peñafort, a dado a los de la villa de Tossa contra unos Turcos. Barcelona: Geronimo Margarit, 1614.

Paisagens ecológicas e imaginários do mar concebidos no processo de territorialização dos quilombolas dos rios Arari e Gurupá, na Ilha de Marajó¹

Eliana Teles Rodrigues

Universidade Federal do Pará-UFPA

Este trabalho tem por objetivo destacar a cosmologia de um grupo étnico no estuário amazônico, localizado no arquipélago de Marajó, entre os rios Arari e Gurupá; nele são encontrados elementos teórico-empíricos que constituem o substrato para analisar estratégias – conscientes ou inconscientes, como escreve Bourdieu (2000) – de sua reprodução biológica e simbólica, continuamente construídas ao longo do processo social de territorialização.

¹ Este trabalho é parte de um contexto maior, a etnografia elaborada junto ao grupo quilombola dos rios Arari e Gurupá, entre os anos 2008 e 2013, e que resultou na tese de doutorado em 2014 “A gente faz a varja”: Territorialidade, estratégias de uso de recursos, identidade e conflitos na Ilha de Marajó, Pará”, sob orientação das Professoras Dra. Denise Pahl Schaan e Dra. Rosa E. Acevedo Marín.

Desse modo, são transportadas para a escrita as narrativas dos interlocutores, que evocam o tempo e os lugares de um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica de tal forma que é como se, por meio dessa oralidade, pudéssemos estar lá. Elas remetem a essa dimensão vivida, imaginada e concebida na mente daqueles que contam sua própria história.

O grupo, formado na época da pesquisa por 150 famílias, se autodenomina quilombola e ocupou por várias gerações a margem esquerda do rio Arari, numa porção de terra que vai do igarapé Murutucu até o igarapé do Caju, às proximidades da baía de Marajó, a qual desagua no oceano Atlântico. Nos anos de 1970, compunham 73 famílias, as quais foram deslocadas compulsoriamente para o rio Gurupá, vila de Santana e Porto Santo, ambos na margem direita do rio Arari, e para o vizinho município de Ponta de Pedras.

Essas ações, conduzidas por fazendeiros da região, ocorreram em diversos momentos e fizeram com que as famílias fossem obrigadas a se concentrar no médio e alto curso do rio Gurupá, afluente do rio Arari, pressionadas pela violência ou pela promessa de virem a ocupar um lote em outro lugar. O território, corresponde à porção que vai do igarapé Murutucu, na margem esquerda do rio Arari, e se estende pelo rio Gurupá, desdobra pela foz daquele rio até o igarapé do Caju, na baía do Marajó. A rede de drenagem ainda é composta por diversos igarapés e lagos, os quais exercem influência e tem grande importância para as famílias que compõem o grupo quilombola. Essa porção do rio, situada a áreas mais próximas da baía de Marajó e, portanto, sujeitas aos intensos ventos, os fez desenvolver profundo conhecimento da dinâmica marinha que os circunda.

Os ventos são elementos determinantes e os quilombolas o denominam **tempo** e os nomeiam conforme a velocidade e a direção, bem como orientam suas travessias e pescas conforme as direções e intensidades. Segundo suas classificações, os principais tempos são:

– **Terrá ou Terral** – *tempo violento que vem por cima de Belém*-, e corresponde a direção sul; costuma aparecer a partir do mês de maio e quando está muito intenso pode gerar a “bomba d’água”;

– **Gerá ou Geral** – *aparece mais no verão, vem de lado, por cima do oceano e joga muito o barco* (significa que causa muita maresia) – corresponde a direção leste;

– **Norte** – *acalma a tempestade na baía, mas quando ele vira pode fazer chover até três dias e aparece mais no inverno* – corresponde a direção norte; do seu encontro com o vento terrá é que vem a calmaria.

– **Oeste** – não houve explicação particular ou específica.

Essa nomenclatura era seguida por jovens, adultos e idosos, embora nos tempos de hoje sejam poucos os que conhecem tão bem as características da baía. Com efeito, há quem demonstre um exímio conhecimento da dinâmica costeira dessa parte do estuário amazônico, como por exemplo, a velocidade da correnteza, a influência dos ventos, a coloração, salubridade da água, os recortes e acidentes geográficos, as reentrâncias das ilhas ao norte do município de Belém, as correntes que trafegam por dentro da baía de Marajó, bem como sua direção, pois cada uma tem suas particularidades conhecidas e especificadas pelos quilombolas.

As correntes que cortam a baía, eles as classificam em três tonalidades. Essas correntes “andam no meio da baía, mas não se misturam”. A primeira, passa próximo a foz do rio Arari e é “suja”, ou seja, a cor é amarela claro, devido aos sedimentos em abundância do rio Pará, logo em seguida vem a corrente do oceano, que é salgada e tem cor esverdeada: a que vem do rio Amazonas e se encontra com a “correnteza” do rio Tocantins é doce é verde; em seguida vem a corrente do “quebra-pote” que é de cor barrenta. Ela passa próximo a ilha de Cotijuba, tornando-se mais intensa, provocando muita maresia, que balança muito as embarcações quebrando os potes e outros vasilhames.

Práticas e rituais, geralmente são acionados em situação de deslocamento, de perdas, de mudanças, com a intenção de manter suas referências específicas. Para os quilombolas de Gurupá, suas memórias sempre os reportam a paisagens ecológicas, imaginárias, que são concebidas neste processo de ir e vir, de antes e agora. Nos relatos apresentados percebem-se como as paisagens se transformaram através do tempo e como os quilombolas constroem sua identidade em relação a essas paisagens. A referência a esses nichos ecológicos é redeseenhada a cada relato, levando-nos a entender que as relações sociais com a natureza são condições para a permanência do grupo em seu território. E através das narrativas é possível dizer que esse território é conhecido, definido e significado, a partir de sua cosmologia.

O processo de apropriação da natureza está relacionado a crenças subjetivas na conquista e manejo do lugar. E embora as fronteiras ecológicas não apresentem demarcação bem definidas pelos quilombolas, eles sabem distinguir os diversos ecossistemas dessa parte do estuário e os diversos microambientes aí presentes. Um deles é o mangue, que possui relações estruturais com a totalidade integrante.

De fato, as populações humanas do estuário amazônico mantêm relação de grande dependência com os recursos oferecidos pela várzea e manguezal, dois ecossistemas ricos em biodiversidade. Especificamente para os quilombolas dos rios Arari e Gurupá, é no mangue que desembocam os igarapés que foram ocupados por suas famílias, antes do deslocamento compulsório, e nesse sentido também representa um espaço social e histórico, cuja cadeia trófica é a base da dieta alimentar.

Assim, eles reconhecem e denominam três tipos de mangues: mangue vermelho (*Rhizophora mangle* L.), mangue branco (*Laguncularia racemosa* Gaertn.), e siriúba (*Avicennia nitida* Jack) em menor índice. O mangueiro é a árvore que troca as folhas mais vezes que as outras espécies da várzea e terra firme. E a cada ano que passa aumenta ainda mais desde a costa, na baía.

Uma rápida descrição, saindo do mangue em direção à várzea, permite entender como os ambientes se configuram dentro do território reivindicado pelos quilombolas. À medida que se distancia dos mangues e seu solo lamoso e indo em direção ao interior, o terreno vai adquirindo maior consistência até atingir uma espessura mais firme e mais elevada. É onde se concentra o solo de várzea com predomínio de espécies arbóreas diversificadas.

Adentrando o interior encontram-se os campos naturais, oriundos da várzea, os quais se limitam aos pequenos trechos de terra firme. No campo do Caju, indo em direção a margem, próximo à baía de Marajó, o solo se apresenta com características ferruginosas e podem ser vistos concreções e pedras. No período de estiagem, que vai de agosto ao final de novembro a área recebe a influência de água salgada.

A utilidade e as atividades realizadas nesses ambientes estão associadas às suas escolhas e práticas que mantêm características desde tempos pretéritos. É uma forma de uso que varia em termos do imaginário correspondente a cada ambiente e no significado que dão a cada um. Por exemplo, nos campos naturais da várzea

e nos mangues, determinados tipos de aves implicam no ir e vir, na caça e na pesca, e no respeito em lidar com elas, pois podem “judiar da pessoa”. Assim, as formas de uso dos mangues e dos demais ambientes, demonstram que os processos de utilização dos mesmos estão ligados à cultura de seus ocupantes e as representações simbólicas que eles fazem de cada ecossistema.

Origem mítica dos rios: o mito da cobra grande na memória coletiva

Os rios, mais que uma fonte de sobrevivência tem uma representação simbólica. Neles mora a Cobra Grande, a cobra, que quando cresce transforma-se em serpente, dando origem ao rio. A Cobra Grande também recebe o nome de Noratinho, um ser encantado que morreu após ser desencantado no Arari, mas a Cobra Grande ainda é vista por pescadores ou viajantes durante a noite.

Nas conversas das crianças é comum ouvir falar estórias da cobra e do encantamento que ela faz, mas isso não impede de banharem-se no rio, a expressão máxima do lazer infantil em Gurupá e Arari. Para os mais velhos, os rios são originados pela cobra, que ora assume gênero masculino, ora feminino, como se percebe no excerto de um diálogo entre dois interlocutores:

Narciso: Essa cobra que bateu lá, quando ela puxa a suspiração!!

Camilo: Eram duas! Eram duas cobras que moram nesse lago do Maragugibi. É um lago que é tipo uma baía, aí elas brigaram. A que apanhou foi simbora e a que ganhou ficou. E essa cobra ainda existe lá.

Narciso: Essa que baixou, ela foi descer no rio da Sé. Tentou varar aqui no rio Caracará, mas como ela topou nas pedras, aqui estava muito forte paresque por baixo, e o peso dela não dava pra ela arriar, pra fazer o cobo de rés. Ela viu que o negócio era muito quente pro lado dela, ela dobrou. Ela dobrou de novo aí pegou a rumagem do rumo da Sé e foi varar lá no rio da Sé, essa que baixou primeiro. Aí ficou essa aí que ninguém sabe. O lugar tá secando, os lagos tão secando, né. Mas só que ainda dizem que ela ainda está lá. A água vai e vem nesses horários assim...pode ir lá no meio da ilha que tem um forcador, lá.

Camilo: É sim, tem um suspiro dela.

Narciso: Um suspiro grande. E aquela água vai, e acho que quando ela puxa a suspiração a água vem embora, né, e quando ela solta a suspiração a água vem de novo dentro do lago Maragugipe. Aqui no rio Mauá, no garapé do Mauá.

Camilo: A que foi pro Abaí ninguém sabe. Essa que ficou é que deu o suspiro.

Narciso: Quando elas tavam elas duas, com certeza aí os lagos funcionavam, continuavam grandes, dando muito peixe, essas coisas. E depois que ficou só essa uma com certeza é que eu tô falando que ele sabe também que os lagos tão secando, né, tão ficando raso, tão criando mato, criando aningal, e acho que tá ficando só a puçá, onde ela converge lá na ilha, no lago do Mauá.

Camilo: É ela converge embaixo da ilha. Meu tio disse que lá morava era uma cobra grande. Muita gente diz que viram,...

Narciso: Um tio meu que morava bem aqui, com os filhos dele, agora tá os filhos dela. Ele viu essa serpente lá na mata, caçando, né? Ele viu. Agora a gente num sabe, pelo menos dessa épica pra cá o que foi que aconteceu com essa serpente. Eu já fui assim, já vi como é a serpente, porque passou do animal fora da terra dessa altura, né? já é uma serpente, né?

Camilo: É. vira uma serpente!

Narciso: Bom, ninguém sabe. Foi uma época que depois que ele começou a falar, palavriar pro povo, o povo escorava um pouco de ir pra lá. E a gente não sabe duns certos tempos pra onde se ela se mudou ou se desceu num desse garapé aí...

Camilo: Porque diz que acabaram, o bacurizal de lá...

Narciso: É, acabaram. O bacurizeiro não se vê mais nada lá só os troncos. Quem sabe?! Bom e aí essa cobra aí, a gente não sabe se ela se mudou se ela foi simbora ninguém sabe. De lá pra cá o pessoal começaram a ser acrescentado no lugar, né. Começaram a invadir pra aí pra dentro das matas, mas ninguém viu mais o rastejo. Tem gente que acredita que quem sabe se ela não baixou até pelo rego da cabeceira do Gurupá né?

Camilo: Quem vai pra Cachoeira do Ararí, até hoje ainda se vê por onde ela passou, há uns 200 anos atrás. Só que quando ela passou, tinha uma árvore, nós chamamos de Caimbé, por onde ela passou por baixo do galho da árvore, ela deixou uma escama, era assim desse tamanho, parece um prato e ficou um igarapé que ela ia deixando que uma pessoa em cima do cavalo, não aparecia nem o chapéu. Hoje ainda vê a ditosa, que a gente chama 'Rego da cobra'.

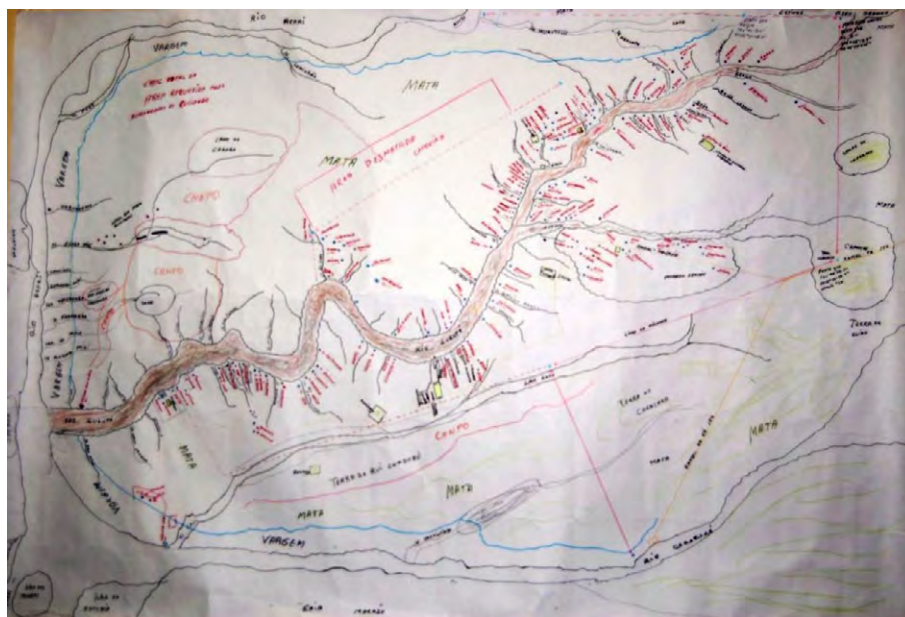


Figura 1 – Croqui do território dos quilombolas, cujo rio principal assume o formato de uma serpente. Elaborado pelo quilombola Manoel Moraes. Fonte: Relatório Histórico Antropológico de Identificação (Acevedo Marin et al 2008).



Figura 2– Lagos próximos à nascente do rio Gurupá. Fotos: Eliana Teles, julho de 2011.

Na acepção de Barrio (2007) o mito é um relato especial, uma narração simbólica que nos fala de coisas que aconteceram fora da dimensão ordinária do tempo. Mas segundo Barrio a narração não deve ser tomada em seu sentido ordinário, para não incorrer no risco de tornar-se pura lenda, mas em sua aparência simbólica que é o indicador de sentido profundo do mito (2007, p. 166).

Para Lévi-Strauss, na exegese do simbolismo, ritual ou mito, deve-se também levar em conta as interpretações dadas pelos protagonistas destas expressões. É exatamente nesse aspecto, que em “A gesta de Asdiwal” Lévi-Strauss (1975, p. 152-205) chama a atenção para a influência dos nichos ecológicos na construção do mito. Mostra como o mito tomado de sociedades indígenas do litoral noroeste da América do Norte (Canadá) se desdobra em quatro aspectos e que se apresentam simultaneamente, uns em relação direta e outros em relação inversa com a realidade: o geográfico, o cosmológico, o econômico e o sociológico.

O mito do deslocamento das serpentes ao longo do percurso que vai da Ilha de Marajó até o rio Negro no Amazonas registra a construção da paisagem na simbologia do homem marajoara. As narrativas sobre a Cobra Grande também chamada Cobra Norato, tem várias versões e depende tanto da vivência de cada narrador, quanto do deslocamento e lugares percorridos. A narrativa a seguir descreve a trajetória. Trata-se de um tripulante, o Sr Camilo, que também foi imediato no navio da Jonasa² durante 18 meses nos idos de 1970. O relato de suas viagens pelos rios Amazonas, Negro e Solimões, o encalhamento da embarcação em Itacoatiara, se assemelham com o percurso da passagem da Cobra Grande por estes rios e pelo Arari que, na cosmologia dos quilombolas de Gurupá “são rios que foram criados pela Cobra Noratinho”. Descrevo³ a seguir a estória da “criação” destes rios e em seguida a viagem que o narrador faz através destes cursos d’água.

Havia uma mulher parteira, no rio Itupanema, próximo a Barcarena que deu a luz duas cobras gêmeas: macho e fêmea. O macho recebeu o nome de Noratinho

² Empresa de navegação fluvial que entre os anos 1970-80 ocupava posição de destaque na navegação fluvial da Amazônia.

³ Para destacar a linguagem do narrador será utilizado o uso de aspas.

e junto com sua irmã sempre visitavam a mãe até que cresceram e se transformaram em serpente ficando para sempre na água onde encontraram um puraquê gigante. Os três decidiram sair da localidade e subiram “pelas reentrâncias da ilha de Marajó” até chegar ao rio Amazonas. E assim formaram o grande rio Amazonas e o fizeram ficar longo.

Em Itacoatiara havia uma bacia larga onde mora a arraia gigante, mas o puraquê e as duas cobras conseguiram passar. No “incruso” do rio Negro com Solimões havia uma traíra gigante e eles tentaram passar por cima e por baixo dela, mas não conseguiram. Decidiram voltar e a cobra fêmea tornou-se má e fazendo com que naufragassem todos os navios e embarcações que encontravam pela frente. Então brigaram e separam-se. A cobra fêmea foi para a baía e se perdeu no oceano.

Noratinho ou Cobra Norato e o poraquê gigante passaram pelos rios Anabiju, Atua e por fim Noratinho entrou no rio Arari. Meteu casa no fundo até se desencantar e se transformar em homem, passando a contar como esses rios surgiram até que morreu um ano depois do desencanto.

Em outra ocasião, os funcionários da empresa de navegação Jonasa, teriam que levar um carregamento de minério para uma localidade na fronteira de Colômbia com Peru. A balsa com duas secadeiras de minério saiu de Belém e subiu o rio Amazonas passando pelo Solimões até seu destino final. Subiram o rio durante os seis meses do inverno. Mas o desembarque demorou muitos dias e então chegou o verão e a estiagem tornou o rio mais raso. O problema foi que o calado do rebocador era muito grande para passar pelo leito do rio e encalharam na areia, balsa e rebocador. Ficaram seis meses encalhados no alto Solimões e então o óleo acabou, obrigando os tripulantes que eram seis, a escolher entre comprar comida ou óleo. Optaram pelo segundo.

Durante esse tempo se alimentavam apenas de feijão, melancia, banana e jerimum enquanto esperavam a chegada do inverno. Regressaram quando o inverno chegou à região e as águas do rio permitiram o rebocador navegar. O retorno durou meses até a chegada em Manaus, onde o vice-presidente da firma decidiu demitir três tripulantes restando apenas o informante da narrativa e seus dois companheiros que conseguiram retornar a seus lares, dezoito meses após sua partida, mas

suas esposas não os receberam de volta por não acreditarem na versão de navio encalhado na areia.

Percebi que neste caso o conto narrado tem a função de demonstrar o *status* do narrador dentro de seu grupo. Desse modo, o mito da cobra e a viagem pelo rio Amazonas servem para validar um tipo de conhecimento. Para os pescadores e os quilombolas que viajam e pescam na foz do rio Arari e na contra-costa da baía, os navios encantados e as ilhas que “viajam” pela foz do rio são os que foram “fundidos” ou levados ao fundo pela cobra má, irmã de Noratinho. Eis um relato na íntegra de um entrevistado⁴:

Eles, vinham visitar a mãe deles, mas depois que elas ficaram monstras⁵, a própria mãe ficou com medo de receber as visitas dos filhos e eles ficaram no mar, aí começaram a correr terra, a andar no mundo, a andar no oceano. Aí inventaram de ir pro Amazonas, no Amazonas eles meteram muita cidade, muita casa no fundo. Eram duas, o rapaz e a menina. Ele era de bom coração e ela era má. Quando pegavam, assim navio, ela botava assim debaixo, revirava, metia navio no fundo e comia o que ela podia e ele sempre aconselhava ela. Aí emparelhou com eles um poraquê⁶, já eram três. Aí foram embora e estavam subindo o rio Amazonas. Quando chegaram num certo lugar, tinha uma arraia, que abarcava de um lado e de outro. Aí eles tentaram passar por cima, não dava, só dava pra eles tentarem passar por baixo dela. Então o poraquê dava o choque, ela levantava e caminhava, caminhava. Quando chegaram na boca do Rio Negro, que entra pra Manaus, aí tinha uma arraia, que ela abarcava a baía toda. Eles tentaram passar por cima, não deu, eles tão meio monstros, aí tentaram passar por baixo, não deu, aí o poraquê não teve meio pra entrar em baixo pra fazer ela subir. De lá voltaram, e quando voltaram, se encontram e onde eles topavam outras serpentes, elas brigaram e a irmã deles matava. Quando chegaram na boca do Laranjeira, aqui na boca do Laranjeira tinha uma cobra muito grande, aí eles brigaram. Como muita

⁴ A entrevista realizada em 2011 com o senhor Camilo Dias Santos, naquele momento com 71 anos de idade.

⁵ Alcançaram tamanho desproporcional, ao de uma serpente.

⁶ Peixe típico da bacia amazônica, o Poraquê (*Electrophorus electricus*) também conhecido como “peixe elétrico”, pode atingir até dois metros de comprimento.

gente contava naquela época, vinha rebujo, vinha folha podre do fundo, vinha pau podre que saía do fundo, até que essa irmã do Noratinho, fez ela correr, a cobra que era má, ela se juntou com o poraquê e viravam qualquer navio! Ela montava embaixo e viravam. E como ela era muito malvada, o Noratinho se separou dela. Aí foi que ele andou. Deitou no Arari e vinha fazendo esses... fazendo esses... (faz movimento com as mãos para representar os meandros do rio). Mas ele só encantava quando espantavam ele. Ele era de bem, era de bom coração, agora, a irmã era malvada! Pelo tamanho que ela tinha ela se aproveitava, né? Montava embaixo de navio, virava de boca pra baixo, um deles no Rio Acará, ela virou. No rio Guamá, a mesma coisa, e eu não sei o que ocorreu a partir daí, porque Noratinho se desencantou, morreu em gente. E agora a irmã dele disseram que ela cambou e também o poraquê. Significa que o poraquê se juntou com a irmã do rapaz.

O Noratinho salvou até o caboclo que vinha agoniado aí, numa correnteza nas embarcação. Meu avô contava esses casos. O vento não tinha pra mexer o pano de vela pra correr, pra correr pra beirinha...e eles agoniavam. De repente apareceu aquilo na frente da embarcação, parece um miritizeiro⁷. Eles tinham levado madeira, umas coisas...Os homens jogavam pau nesse miritizeiro, e então disseram, 'vamos ver se para a correnteza d'água, que cai vento, que cai gente'. Os homens amarravam a embarcação e ficavam ali. E então saiu fora d'água aquele pedaço de pau e quando foram ver, era o Noratinho! Ele segurava a canoa, e quando estava na hora – que ele também tinha os horários dele, né? -, hora de meio-dia ou hora de meia-noite, e chamava o cara da canoa: 'Fulano, fulano, desmancha a corda da tua canoa que eu já estou de saída'. Aí quer dizer, já desagoniou o homem que vinha aperriado, cansado.

E o cara desmanchava a corda e schhhhh... ia embora!

E continuam os interlocutores, desta feita, mencionando os navios fantasmas e ilhas encantadas:

⁷ Palmeira típica das várzeas amazônicas, denominada na nomenclatura científica como *Mauritia flexuosa*.

Camilo: Naquela época era perigo essa saída aí, por causa desse navio que apareceu. Então, a gente fica pensando assim...Sei lá, só mesmo Deus que pode saber o que que foi que ele fez no mundo...Olha, não vê uma ilha? A que tem o Farol? Aquela ilha andava! Tinha essa e outra lá em cima. Essa, subia e se encontrava com aquela, aí ela baixava e ia simhora. E tinha outra lá no rio Ararí, lá em cima, na Fazenda Ararí, Na Ilhinha, onde tem um poção, aquela também andava. Eu morava no Caju e ia pro Tartarugueiro com o velho Raimundo. Ele dizia: 'Rapaz, essa ilha andava! Ela anda! Ela se vira em navio. De dia a gente ilha, mas de noite ela se transforma em navio'. Então a gente passava, saltava, lá no poço onde tem muita pescada, e dentro da ilha, um sapo grande. Aí a gente fica com medo daquele sapo, que não desce no poço. Bem, mas quando foi um dia, nos estava lá no Caju, aí, assim, umas onze horas da noite, e caiu um tempo, o *terrá*. O tempo *terrá* é um tempo que vinha de Belém pra cá, mas um temporal mesmo, que a modo que ia arrancar com a casa!! Aí nós se desesperemos e saímos da casa por baixo da chuva, com medo da casa arrancar, né? Olhamos pra lá ilha e lá e vinha aquele navio, muito grande, e vinha de ré. Veio pro Caju. Naquela época, do Caju a gente enxergava Santana, era limpo, só praia e areia. Aí veio, veio, veio e eu disse pra minha esposa, 'vai esbarrar na areia esse navio'. Ela disse 'Será?' E então, antes de se esbarrar na areia, deu pra frente. Um enorme de navio e eu chamei todos os moleques. 'Venham espiar, venham espiar!' Aí vieram espiar e o navio foi embora e deu para o rumo da areia e passou por riba da areia. Aí eu digo: 'Ah, bem! Vemos no rio uma ilha, quer dizer, eu digo, porque eu cheguei a ver essa ilha andar!'

E na baía tinha um navio fantasma, que quando a gente ia ou vinha, das dez horas em diante da noite, se vinha de Belém topava ele, que ia daqui pra lá. E se ia daqui pra lá topava ele na baía que vinha de volta pra cá! Esse navio ele fez muita canoa, barco, dá na areia. Porque se passa um navio, né, o cara sustentava no rumo de traz do navio, e ia dá na areia!

Naquela época, esse navio, fez a lancha Ondina, o imediato da Ondina, andar a noite toda nessa baía aí. Que quando amanheceu o dia, ele estava acima de Ponta de Pedras e nem viram o navio! Sabe que durante a viagem desde as sete horas da noite que vararam aqui na boca do rio Ararí pra Belém, o navio acompanhou a lancha. Ele diminuiu a pressão da lancha, acrescentava marcha e o navio no lado. E rodaram a noite. Quando foi cinco horas da manhã, eles começaram a conhecer, que clareou. A lancha tava lá acima de Ponta de Pedras. E o navio, cadê o navio? Nem navio e nem nada!

Então, numa época que eu estava lá na Iolanda (refere-se a outra embarcação) com o meu pai, que era piloto na embarcação, estava aí trabalhando para os Tavera. Nós saímos uma madrugada da ponte da Laranjeira, lá em cima. Aí tudo bem, o ventinho estava bom e puxamos a vela, a bijarrona, ajeitamos tudo, e meu pai pilotando. O finado Merandolino era o **proeiro**. De lá da beira, distorcia pra cá, distorcia pra ali, e tudo quieto. Quando o meu pai gritava “Ei, dobra aí a bijarrona, camba! Aí ele pegava esse lado da canoa e girava e pegava força e amarrava. E ficava lá, deitado. Aí demorou ele andou. Quando nós tiremos um bordo da Santana pro Caju. O meu pai olhou pra baixo, por baixo da viga da vela, e disse: ‘Merandolino, vem um navio ali na frente!’ Ele disse, ‘Não, não vem navio nenhum’. E o pai, ‘Olha, lá vem ele ali, presta atenção!’ Mas ele vinha do lado do Caju, do praião do Caju, do lado da vela! Aí ele começou a chamar, porque estava pulando tudo isso lá debaixo e ele começou a chamar pra vim espiar, para depois não dizer que era uma mentira. E ele vinha alumiado de tudo quanto era tipo de lâmpada. Aquilo claramente, aquilo na madrugada clara! Mas só que não apareceu o reflexo da lâmpada na água, nem na praia da areia. Era só pra cima, aquilo tudo alumiado! Então meu pai foi agüentando no rumo de fora, pois ela passou para direção da terra, pra dentro do Caju, e nós saindo pra fora. E aí ele entrou! E o pessoal começou a fazer pergunta pro meu pai e ele disse: ‘vamos ficar calado, esse aí é um navio da Ilha das Pombas! É, o navio-fantasma’.

Narciso: É. também não tinha seco pra ele. Ele passava por cima! Ele passava por riba do seco, passava n’água. A gente olhava pra ele, pra dentro do navio, era gente assim dentro do navio! E meu pai disse: ‘Olha, nós só vamos jogar na sorte, porque já está no clarear do dia, porque se não fosse seis da manhã ele ia nos perturbar o que desse a noite!’

É! Era assim! Se a pessoa fica, prega olho nele, ele se esquece da navegação... Eu já tenho contado pros meninos, eu disse: “Olha, há uma rota que eu vi durante esses dias, ainda conto pra vocês, foi um navio da Ilha das Pombas andar, e isso aí eu vi com meus dois olhos. Agora que eu to ficando ruim da vista, já to meio assim...mas nessa época eu tava bom da minha vista. O navio passou perto, perto... Ele vai pra fora, ele vai pra dentro do Arari, ele fica assim, né? Quando ele vem de fora ele vai no rumo do Caju que é pra fazer o bloqueio pra vir pra ilha. Mas se você entender o que a gente está falando, ele é assim, um encantado, pra encantar a pessoa. Se a pessoa ficar firmando nele, aquilo vai atraindo!

Nunca mais vi esse navio, a ilha parou. Não andou mais, ficou aonde ela está. Não andou nem a de cima nem a de baixo, todas pararam!

Camilo: Os abaiteuara⁸, eles não tinham conhecimento do Rio Ararí, e eles começaram a vida andando pelo Ararí. Eles andavam empurrando, puxando espia na beira. Aí vieram numa embarcação, numa canoa grande, e era costume, chegar na boca, aí na entrada do Ararí, e ficar encalhado: quando não ficasse logo lá no barco, vinha ficar aí até esperar a maré. E como não tinha vento, eles foram amarrar nessa ilha. Eles jantaram, todo mundo dormiu e quando foi tantas horas da noite, começaram a chamar, até que os outros despertaram, o navio já ia correndo, a canoa já ia quase no fundo, então cortaram a corda e o navio foi embora. E eles: 'êpa! Nós amarramos na ilha, agora é um o navio!'

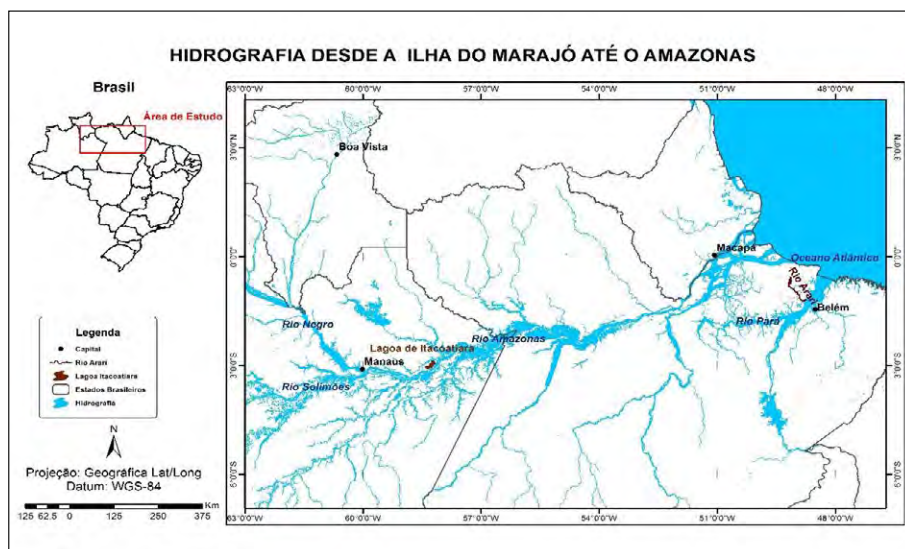


Figura 3 – Em destaque no mapa, trecho dos rios Parí e Amazonas, citados nas narrativas sobre a trajetória da Cobra Grande até sua desembocadura no Oceano Atlântico.

⁸ Natural de Abaeté, parte da terra firme, oposta a ilha de Marajó

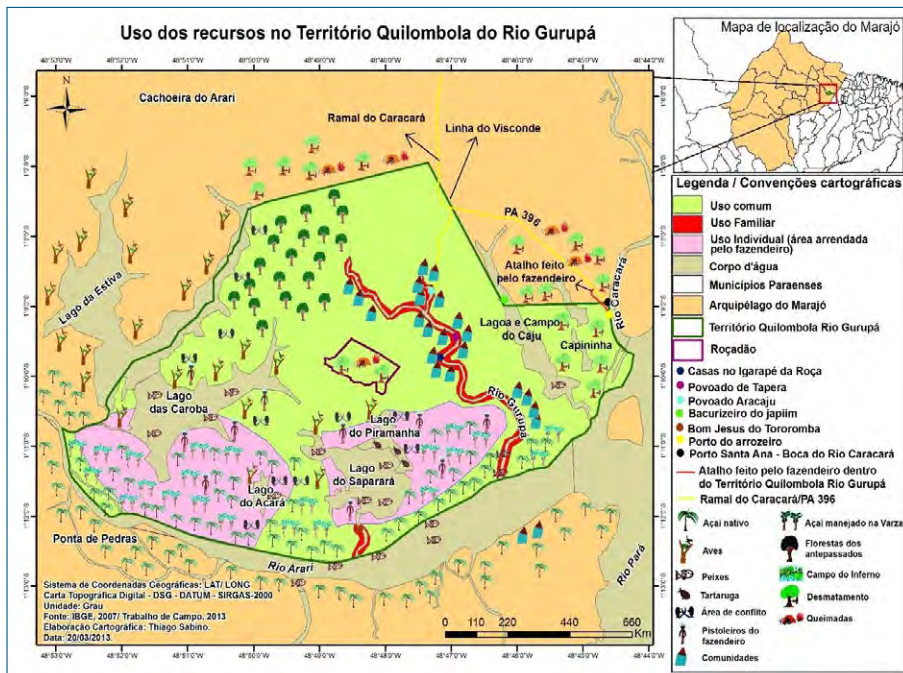


Figura 4 – Em destaque, a representação do território dos quilombolas do rio Arari, próximo a baía de Marajó no estuário amazônico, elaborado, a partir dos croquis que eles produziram.

À guisa de conclusão

Os excertos das narrativas sobre a cosmologia do grupo étnico demonstrados neste trabalho denotam a existência de um sistema de conhecimento, produto de uma história de práticas, que se transmite ao longo de gerações. E de acordo com Toledo e Bassols (2009), trata-se de um corpo de conhecimento que na realidade é dupla expressão de uma certa sabedoria: pessoal ou individual; comunitária ou coletiva (2009 p. 71).

Por meio desses relatos, nota-se que, a apropriação do território por parte dessas pessoas tem uma cosmovisão (*Weltanschauung*) particular que remete a um *real*

*maravilhoso*⁹. São representações – algumas dessas encontradas nas narrativas de Dalcídio Jurandir, em sua obra *Marajó, Três Casas e um Rio, Chove nos campos de Cachoeira* – que brotam da realidade não apenas marajoara, mas de toda a região latino-americana.

Esse modo de ser e viver traz a emergência, a mentalidade racional que caracteriza o processo de territorialização dos quilombolas do rio Gurupá. Trata-se de uma territorialidade específica, dentro da particularidade histórica do Marajó, que alterna sucessivas fases de opressão, liberdade, reivindicação e luta por direitos. Essa trajetória remete ao sonho de liberdade e novas conquistas, como a conquista de seu território, um patrimônio material e simbólico, o qual conforma a diversidade de paisagens culturais nessa porção do estuário amazônico.

Bibliografia

Acevedo Marin, Rosa Elizabeth et al. (2008), *Território quilombola nos rios Arari Gurupá: sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari, Pará*, Belém Pará, Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ; INCRA. 310 f.

Barrio, Angel-B. E. (2007), *Manual de Antropologia Cultural*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Ed. Massangana.

⁹ No prólogo do livro *El reino de este Mundo*, Alejo Carpentier diz: “Lo maravilloso comienza a serlo de manera inequívoca cuando surge de una alteración de la realidad (el milagro), de una revelación privilegiada de la realidad, de una iluminación inhabitual o singularmente favorecedora de las inadvertidas riquezas de la realidad, de una ampliación de las escalas y categorías de la realidad, percibidas con particular intensidad en virtud de una exaltación del espíritu que lo conduce a un modo de ‘estado límite’ (...) durante mi permanencia en Haití, al hallarme en contacto cotidiano con algo que podríamos llamar lo real maravilloso (...) Pisaba yo una tierra donde millares de hombres ansiosos de libertad creyeron en los poderes licantrópicos de Mackandal, a punto de que esa fe colectiva produjera un milagro el día de su ejecución.” (Carpentier 1973:4-5). E conclui o prólogo questionando “¿Pero qué es la historia de América toda sino una crónica de lo real-maravilloso?”

Bourdieu, Pierre (2009), *O senso prático*, Trad. Maria Ferreira, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

Carpentier, Alejo. (1973), *El reino de este mundo*, Mexico, Compañía General de Ediciones, S. A. 51p.

Lévi-Strauss, C. (1975), *A noção de estrutura em etnologia. Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 313-360.

Ricouer, P. (1975), *Hermenéutica y estructuralismo*, Buenos Aires, Megápolis,

Toledo, Víctor M. y Narciso Barrera-Bassols (2009), *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*, Barcelona, Icaria editorial, s.a.

A Bixa Baleia ou a história de um manuscrito sobre o maravilhoso do mar

Joana Gaspar de Freitas

Faculdade de Letras, Centro de História da Universidade de Lisboa e IELT, (NOVA FCSH)
Universidade Nova de Lisboa,

Cristina Brito

CHAM (Centro de Humanidades, NOVA FCSH), Universidade Nova de Lisboa e UAç,
Portugal;

Quando se fala de baleias há uma associação quase imediata ao mar, ao grande azul, que é o seu ambiente natural. Estes mamíferos de grande porte transformaram-se, no século XX, em ícones da preservação animal, bandeiras da protecção dos ecossistemas marinhos em risco, por causa das alterações ambientais globais.

As baleias têm aos nossos olhos um fascínio especial, produzem uma espécie de encantamento, pela sua dimensão e estranheza. Quem não viu filmes ou documentários sobre estes animais que se deslocam com uma harmonia surpreendente no elemento líquido, emitindo sons únicos que parecem música? Se estes simpáticos animais são motivo de assombro nos dias de hoje, como seria outrora, quando poucos tinha oportunidade de os vislumbrar no mar e outros, menos ainda, apenas

conheciam os seus corpos decompostos, putrefactos, expostos numa qualquer praia, deixados ao abandono pelas ondas? As baleias que encontramos nos arquivos e bibliotecas – porque elas também vivem no papel – revelam que quando o mar cuspiu os seus monstros, as populações acorriam, num misto de espanto e temor, para se maravilharem com os prodígios do mundo marinho.

Os arrojamentos de cetáceos, em particular de grandes baleias, e de inúmeras espécies de peixes, como o tubarão-baleia, tubarão-frade e outros, são comuns na costa continental portuguesa e estão referidos em diversos tipos de fontes históricas, escritas e iconográficas, desde a época medieval até ao momento atual (Sousa / Brito, 2011; Brito / Costa, 2016). Apesar de frequentes, eram eventos extraordinários pelo impacto visual e experiência de contacto com a realidade marinha. Esta sensação do extraordinário, do espantoso e do deslumbramento justifica o seu aparecimento em fontes portuguesas tal como nas de outras nações europeias. O século XVIII, note-se, foi pródigo em trazer à luz, ou seja, ao conhecimento de toda a sociedade, através das suas publicações jornalísticas e panfletárias, inúmeros acontecimentos de seres marinhos arrojados nas costas da Europa e de seres monstruosos e estranhos de todos os reinos da natureza. A curiosidade comum tornava estas notícias em verdadeiros best-sellers da época com várias cópias e diferentes tipos de publicações impressas e manuscritas a serem produzidas.

Um dos melhores exemplos que conhecemos é caso da baleia que entrou no Tejo e que, tendo ficado encalhada junto a Cacilhas, foi trazida para a praia da Ribeira das Naus, em Janeiro de 1723. A *Gazeta de Lisboa* (14-01-1723; 21-01-1723) deu destaque ao evento falando do grande peixe, de origem desconhecida, que tinha aparecido e sobre o qual se aventaram várias possíveis explicações. Na falta de conhecimento concreto, foi o animal pormenorizadamente descrito, destacando-se sobretudo as suas grandes dimensões e estranha forma. O interesse suscitado por este cetáceo é evidenciado pela divulgação no órgão oficial da época, a dita *Gazeta*, e pelo facto de a informação ter chegado a Londres, como comprova um documento, com uma cópia da notícia e a tradução da mesma em inglês, encontrado na *Royal Society*¹: “*Lisbon, 21 January 1723. The great fish, that came into this harbour last week no body can say to have a certain knowledge of his species*”.

¹ Manuscrito (Cl.P_15i_73).

Este caso é ainda mais curioso por causa de uma outra descoberta, feita na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Com efeito, nas primeiras páginas de um livro manuscrito (Santa Maria, 1723), pertencente a Frei Manoel de Santa Maria d'Avis (ou Assis), da Ordem Terceira de S. Francisco, encontramos uma descrição rica e colorida da animação que se viveu em Lisboa por causa da dita baleia que, em 1723, foi trazida para a Ribeira das Naus. O livro mencionado faz parte de um conjunto de 10 tomos, que contêm textos, poesias e anotações, destinados aos sermões de Frei Manoel que, à data, era leitor de vésperas² no Convento de Nossa Senhora de Jesus. Sobre o autor sabemos muito pouco e quase toda a informação provém dos livros que deixou³. Assim, em 1702, segundo o primeiro volume, era já leitor de vésperas, posição que terá exercido durante mais de 20 anos. Em 1728, exercia também as funções de Qualificador do Santo Ofício⁴ e, em 1731, estava no Colégio de São Pedro de Coimbra, como leitor de prima⁵. Terá regressado Convento de N. S.^a de Jesus, pois, em finais dos anos de 1730 era ali leitor jubilado. A última informação sobre frei Manoel é de 1740, ano em que, provavelmente já com alguma idade (dada a sua condição de jubilado), para além dos serviços exercidos para o Santo Ofício⁶, ocupava cargos de maior relevância, como o de Comissário dos Terceiros e Definidor da Província da Ordem Terceira de Portugal⁷. Para além destas escassas informações, depreendemos da leitura dos seus versos que, na sua juventude (talvez entre 1702 e 1728), terá estado no Brasil,

² As horas canônicas eram as antigas divisões do tempo adoptadas na vida monástica, correspondiam a horas fixas para a recitação diária das orações. As vésperas ocorriam ao final do dia / princípio da noite.

³ Listados em: Academia das Ciências de Lisboa (1986).

⁴ Os qualificadores do Santo Ofício eram religiosos que tinham a seu cargo a leitura e censura dos livros e de toda a produção intelectual. Cabia-lhes aprovar ou reprovar os conteúdos antes da publicação e a sua inclusão no Índice de livros proibidos. Cf. Lopes (2016: 99).

⁵ Cf. Nota 2. A Prima era a oração da manhã.

⁶ Em 1739, terá feito a leitura e verificação da obra *Claustro Franciscano, erecto no domínio da coroa portuguesa...*, de Frei Apolinário da Conceição, tendo dado aprovação para a sua publicação, como consta das primeiras páginas do dito livro. Esta é a única indicação que temos sobre Frei Manoel que não provém dos livros conservados no Convento de N.S. de Jesus e depois na Biblioteca da Academia das Ciências.

⁷ O Convento de Nossa Senhora de Jesus era sede da Província da Ordem Terceira da Penitência de Portugal e nele residia o pessoal do governo da Província. Deste fazia parte um Conselho ou Definitório. Ao que tudo indica, Frei Manoel de Santa Maria terá desempenhado funções neste governo. Cf. Lopes (1972).

mais precisamente na Baía⁸, onde terá tido oportunidade de ver muitas baleias. Isto explicaria o tom quase jocoso com que comenta o pasmo dos lisboetas que corriam a ver o bicho. Mais de um século depois, quando o convento foi extinto e os seus bens passaram para o Estado⁹, o edifício e a biblioteca foram entregues à Academia das Ciências (Lopes, 1972: 55-56), o que explica a existência do manuscrito naquela instituição.

Os versos de Frei Manoel sobre a baleia – a *bixa* real ou a Dona *Balea* da Costa – são notáveis pelo colorido com que relatam a agitação gerada pelo animal, descrevendo o povo que corria à praia para ver a novidade. O tom que adopta é irónico, mas também crítico, as gentes abalaram da cidade por capricho, sendo que para o autor se afigurava mais “monstruosa” a atitude da população – até pancadaria houve – do que o próprio animal, que jazia na areia, fedendo. Nas suas palavras, estava Lisboa pasmada por ver uma baleia e ele, que vira tantas transformadas em óleo no Brasil, ria do ridículo da situação.

A descoberta deste manuscrito e do seu conteúdo é particularmente relevante no contexto da análise das práticas e percepções relacionadas com baleias no passado, fosse em Portugal, na Europa ou nos diferentes espaços do mundo Atlântico. A baleia tinha – e continua a ter (...e quem diz a baleia, diz o mar) – um duplo significado, o mítico e o mundano. Mas as suas principais características – a monstruosidade (Hendrikx, 2018) e a maravilha (Brito *et al.*, 2019) – mantêm-se intrínseca e inexoravelmente ligadas a este animal de um modo transversal a cronologias, contextos e culturas.

⁸ A Ordem Terceira estava também implantada no Brasil, pelo que é possível ter passado uma temporada na Baía. No princípio do século XVIII, arrancavam as obras para a construção da igreja de São Francisco, que hoje faz parte do Centro Histórico de Salvador, classificado como Património da Humanidade pela UNESCO. Cf. Flexor (2010).

⁹ Em 1834, na sequência da Revolução Liberal e da extinção das ordens religiosas em Portugal.

Transcrição do Manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa

Este Livro he uso do P.M. Fr. Manoel de S^{ta} Maria Leytor de vespera neste conv.^{to} de N. S.^{ra} de Jesus na era de 1723 tem noventa e oito folhas. neste anno appareceu na ribeira de L^{xa} huã balea p^a cuja vista concorreo toda a gente da cidade

Decimas a Balea novam acrescentadas

1.

Correndo vai pella posta
hoje todo Portugal
a ver a bixa real
Dona Balea da Costa;
porem como o povo gosta
da novidade hã de crer,
Q^e a hã de tornar a ver
no dia, q^e se partir,
e como conforme ha de ir
pella posta ha de correr.

2.

De donaire o molherio
foi com mais razão buscalla
pois de quem lhe dera agalla¹⁰
queria ver o feitio:
vio hu[m] casco de navio
com aquilha p^a o ar,
pelo qual indo a puchar

qto/qdo (?) o Provedor encerra
Custou vir hu[m] casco à terra
mais q^e deitar dois ao mar.

3.

A gente q^e por capricho
aballou desta Cidade,
foi huã monstrozidade
inda mayor q^e o bixo:
os rapazes a pê fixo
se atollavão na area,
não he couza q^e se crea
pois por todos os caminhos
querião como golfinhos
manjar na boa Balea.

4.

A certa porta vedada
vi eu chegar valentóis
q^e entravam aos bofetóis, (p. 1)
Sahirão a pancada
Algu[m] q^e era peixe espada
em peixe páo de carreira
se voltou de tal maneira
q^e eu tive por cazo novo
ver q^e se matava o povo
em ir por peixe à ribeira

¹⁰ Talvez possa ler-se “a gala”, com o mesmo sentido de hoje: elegância, festa. Cf. Bluteau (1712-1728).

5.

Barcos de frades se vião
 sahindo do seu encerro
 Q^e cuidei hião ao enterro
 Porq^e algu[n]s à vella hião
 ao cadaver assistião
 talvez por vontade alhea
 pois de hu[m] q^e mais se pentea
 Se entendeo sobindo assima
 Q^e hia p^a sua Prima
 buscar barbas de balea.

6.

Da postema¹¹ ou ferim^{to}
 Q^e matou ao baleote
 entrou logo o Aliote
 a tomar conhecim^{to}
 do nariz fez instrom^{to}
 tenteando as qualidades
 julgou q^e de frialdades
 a balea morreria,
 e eu também no q^e edia?
 vi erão ventosidades.

7.

Por tres paos estava injado / insado?
 sendo bem criminalm^{te}
 o pobre do padecente,
 depois de morto enforcado,
 mas tudo bem empregado
 naquelle corpo se via
 e mais penas merecia
 este de culpas aborto
 porq^e athe depois de mor^{to}
 matava no q^e fedia.

8.

Do pezo não digo nada
 do monstro pouco me assusta
 Q^e eu já sei o q^e custa
 qualquer fantasma pezada
 de estar Lisboa pasmada
 e com a barriga chea
 Sô de ver huã Balea
 me rio eu porq^e via
 mil desfeitas na Bahia
 à luz de qualquer candeia

9.

O peixe foi real pessa,
 pore[m] m^{to} mais o alinha,
 que[m] adivinhou q^e tinha
 huã pedra na cabeça
 e se hã home q^e conheça
 por discurso material
 o casco deste animal
 entenderei realmente
 Q^e isto q^e vio no seu Ente
 he a pedra filozofal.

10.

Em funções me tenho achado
 de gente miuda, e grossa,
 E não vi tanta velha mossã,
 nem tanto mosso barbado,
 nem vi cazo mais falado
 desde q^e na corte assisto
 emfim acabo com isto
 dizendo, q^e por primeiro
 foi este bixo estrangeiro
 em Lisboa o mais bem visto.»
 (p. 2)

¹¹ Abscesso ou inchaço, segundo Pereira (1697).

Bibliografia

- Academia das Ciências de Lisboa (1986), *Catálogo de Manuscritos, Série Vermelha*, II (n.º 500-980), Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa.
- Bluteau, Rafael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, Lisboa, Lisboa Colégio das Artes, Pascoal da Sylva, Joseph Antonio da Sylva, Patriarcal Officina da Musica.
- Brito, C. / Costa, L. (2016), "Baleias em circulação: Uso de imagens na produção e transferência de conhecimentos de história natural marinha em Portugal do Século XVIII", *Arquivos de Zoologia*, n.º 47, pp. 33-42.
- Brito, C. / Vieira, N. / Freitas, J.G. (2019), "The wonder whale: a commodity, a monster, a show and an icon", *Anthropozoologica*, n.º 54 (3), pp. 13-27.
- Flexor, Maria Helena Ochi (2010), *Igrejas e Conventos da Bahia. Roteiros do Património*, Iphan, Programa Monumenta.
- Gazeta de Lisboa Occidental* (1723-1735), Lisboa. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>
- Hendriks, S. (2018), "Monstrosities from the Sea. Taxonomy and tradition in Conrad Gessner's (1516-1565) discussion of cetaceans and sea-monsters", in Jacquemard C., Gauvin B., Lucas-Avenel M.-A., Clavel B. & Buquet T. (éds), *Animaux aquatiques et monstres des mers septentrionales (imaginer, connaître, exploiter, de l'Antiquité à 1600)*, *Anthropozoologica*, n.º 53 (11), pp. 125-137.
- Lopes, Bruno (2016), "A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)", *Almazor. Revista de Cultura*, n.º 2 (3).
- Lopes, F. Félix (1972), "Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal", *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, n.º 9, pp. 55-77.
- Pereira, Bento (1697), *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta... Septima editio auctior, et locupletior ab Academia Eboresi*, Évora, Tipografia da Academia.
- Santa Maria, F. Manoel de (1723), *Este Livro he uso do P.M. Fr. Manoel de S^{ta} Maria Leytor de vespera...*, Cota Vermelha 569 [manuscrito]. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
- Sousa, A. / Brito, C. (2011), "Historical strandings of cetaceans on the Portuguese coast: anecdotes, people and naturalists", *Marine Biodiversity Records*, n.º 4 (e102), pp. 1-7.



ECOS & LEITURAS

*Joe Todd-Stanton,
The Secret of Black Rock,
London-New York, 2017*

Ana Rita Fernandes

Livreira

“Sabemos mais sobre a superfície de Marte que sobre o fundo do mar”, dizem-nos os cientistas. Mas isso não evita que o mistério se comece a desfazer e o Kraken, por exemplo, se revele uma lula gigante. Mas restam sempre as ilhas que aparecem e desaparecem.

Pegar num mito e narrá-lo, ou apropriar-se dos seus elementos para escrever para crianças e jovens, não é novo. Mas encontrá-lo bem feito é raro. Joe Todd-Stanton já tinha recorrido no passado aos mitos norse e egípcios com sucesso e “atira-se ao mar” neste livro.

No *Secret of Black Rock* encontramos-nos com Erin, uma menina filha e descendente de pescadores e marinheiros (o livro tem umas belas guardas com galeria de antepassados) que habita uma vila piscatória. Por causa da lenda do Rochedo Negro que surge do mar, provocando naufrágios, e com o qual todos na vila já tiveram um encontro desagradável, a mãe não a deixa ir com ela ao mar. A Erin só resta esperar o retorno dos barcos, até um dia...

Um dia descobrimos com Erin o segredo do Rochedo e do mundo que o rodeia. Ao voltar para contar o que sabe não obtém uma boa recepção: o desfazer do mito quase destrói o monstro. Mas Erin tem uma solução vantajosa para todos...

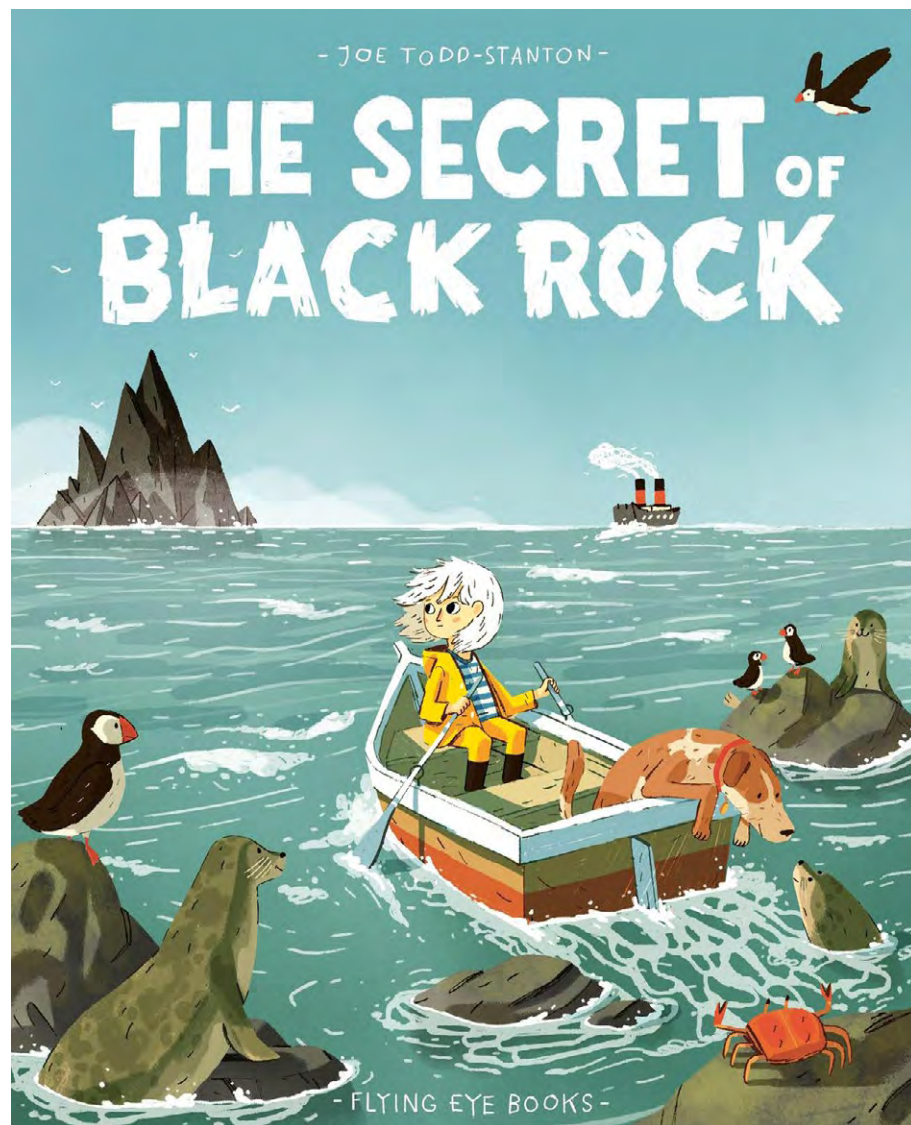
Esta heroína feminina num mundo tradicionalmente masculino é engenhosa e conciliadora. Afinal o monstro só o é para os homens. Ele não tem noção de si como tal. No seu meio ele é uma entidade protectora e benévola e como todas as criaturas imateriais muito pouco consciente dos problemas dos homens. E isso pode ser resolvido.

Embora o mistério seja revelado não se perde, e nós somos agora tal como Erin e a comunidade portadores de um segredo.

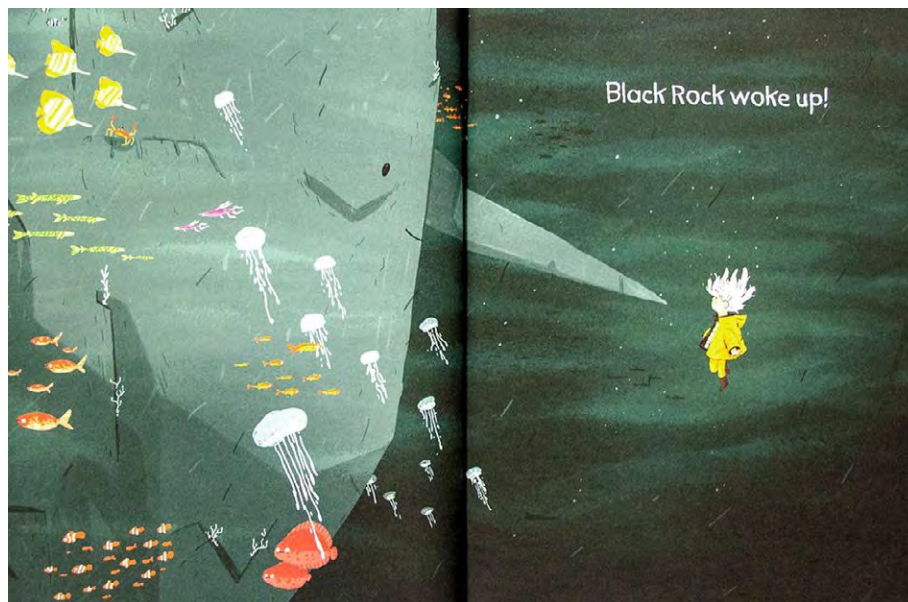
O Autor tem o cuidado de não deixar a potencial mensagem ecológica colocar os pescadores no papel de vilões nem os obriga a abandonar as suas funções. Não são simplistas estes livros.

O segredo de Joe Todd-Stanton está na habilidade da construção da narrativa alternando a linguagem em dupla página do álbum ilustrado com a vinheta da BD. Se a dupla página permite construir a paisagem, criar atmosferas ou revelar segredos de forma dramática, a vinheta dá ao conjunto ritmo narrativo. A representação em simultâneo em várias das duplas páginas dos mundos à superfície e debaixo de água permite manter o encantamento e o jogo entre o visível e o invisível (a revelação do segundo ao primeiro, cortesia de uma bela lua cheia, é que resolve o conflito iminente).

Num país supostamente de marinheiros e pescadores é raro e difícil encontrar livros em que o Mar surja como uma entidade, como mito, lenda ou folclore. Este seria um bom exemplo de um livro a editar ou modelo a seguir.

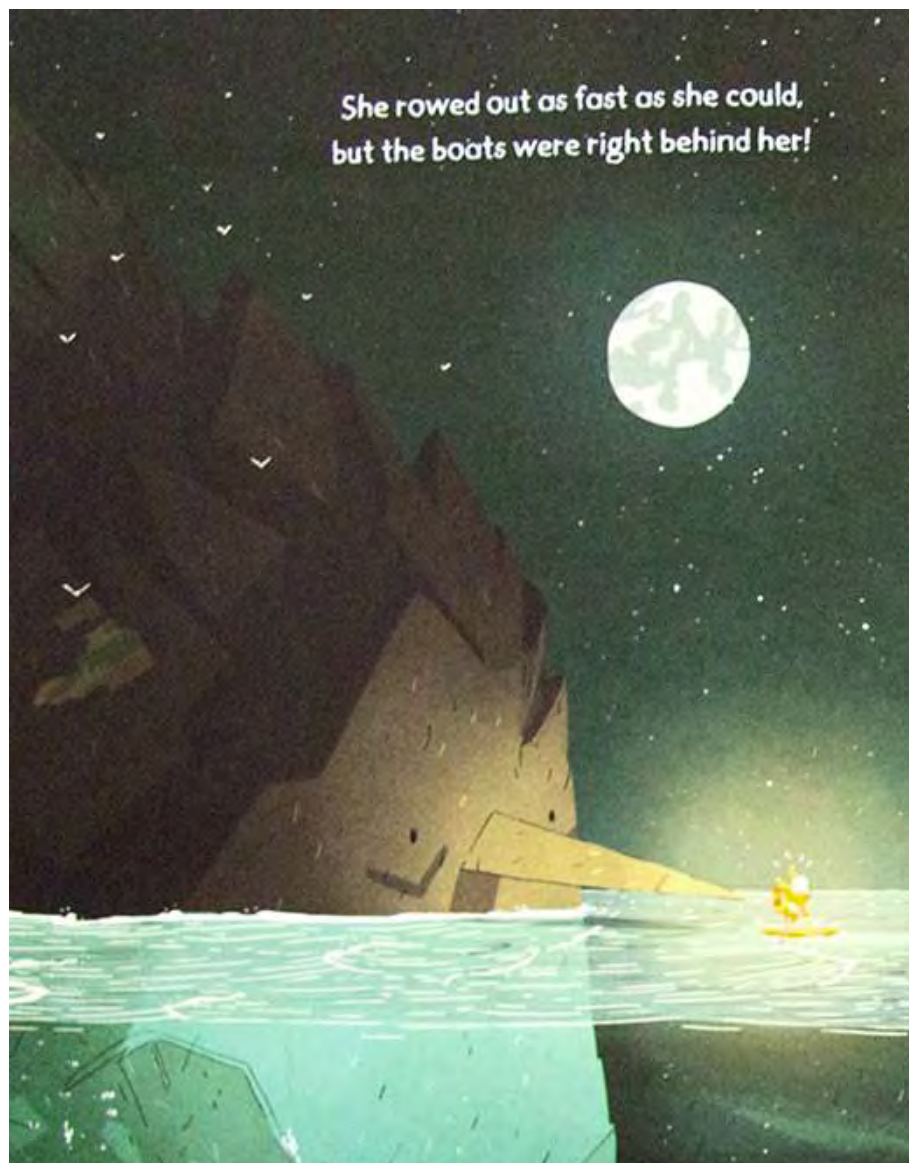








They had metal claws and drills that
could take the rock apart piece by piece!



O Naufrágio do Chanticleer na imprensa

João Augusto Aldeia

Economista, historiador, investigador

Introdução – naufrágios na costa de Sesimbra

Apesar da sua luminosidade e calma, durante a maior parte dos dias – “*mar morto, sereno, habitual*” – as águas costeiras de Sesimbra também se transfiguram, quando os elementos para isso conspiram, em traiçoeira armadilha para embarcações, mareantes e pescadores.

Sesimbra, não obstante a importância como porto de pesca – foi, durante séculos, o principal abastecedor de Lisboa, quer de peixe real, quer de peixe miúdo, para o povo – só teve direito a infraestruturas dignas desse nome, em meados do século XX. Até aí, e perante o aproximar das tempestades, as embarcações

tinham de ser varadas nas ruas da vila para abrigo: quadro magnífico para os apreciadores do pitoresco, terrível para os que tinham os barcos como meio de vida.

O mais antigo registo de um naufrágio nestas águas é o da nau *S. Jorge* que, regressada da Índia no ano de 1525, afundou nesta costa, ficando a suspeita de que teria sido um acto provocado pela própria tripulação¹.

As tragédias ocorriam, por vezes, à vista de terra – como aconteceu com os dois pescadores da aiola de nome “*Anónima*”, em 1930 – outras vezes desaparecendo no mar sem qualquer vestígio, como foi o caso do bote “*Estados Unidos*”, em 1903. De tempos a tempos, há um ou outro naufrágio que impressiona mais a comunidade e a mobiliza para uma solidariedade simbólica, como aconteceu durante o vendaval de 8 de Maio de 1970, no qual morreram 2 pescadores da barca de Augusto Caminhão e um da barca Marlene.

Um dos mais fatídicos terá sido o afundamento de uma barca de pesca no mar do Cabo Feito, no dia 20 de Abril de 1857, com a morte de 15 pescadores, trágico número que apenas seria ultrapassado pelo naufrágio do barco *Menino Deus*, no dia 7 de Janeiro de 1995, arrastando para o fundo 21 dos seus 22 tripulantes – mas, neste caso, ao largo da costa de Marrocos,

Com algum eco na imprensa, foi o naufrágio da escuna dinamarquesa *Adolphine*, em 1858, procedente de Barcelona: segundo a imprensa da época, a tripulação ter-se-á salvado, deitando-se ao mar e logrando chegar a terra. O navio foi, posteriormente:

... invadido por centenas de habitantes de Sesimbra, que tudo roubaram; arrombando as caixas dos marinheiros na presença dos mesmos, e tirando delas o fato que melhor encontravam, sendo estes ameaçados com navalhas por tentarem opor-se a serem roubados”. Ainda segundo a imprensa, a autoridade administrativa “conseguiu depois fazer entregar a maior parte dos objectos roubados, tanto aos marinheiros como ao capitão”².

¹ Henrique Lopes de Mendonça, *Argueiros e Cavaleiros*, editora Portugal-Brasil, 1924, p. 70.

² *Comércio do Porto*, 23 de Novembro de 1858.

Um naufrágio que marcou a história local, foi o da fragata espanhola *Numância*, que estando fundeada na baía sesimbrense, garrou durante um forte temporal, no dia 16 de Dezembro de 1916, tendo os tripulantes sido salvos por meio de um cabo de vai-vem. As décadas que decorreram até que os seus imponentes destroços fossem removidos, acabaram por ajudar à fixação do desastre na memória colectiva local.

Outro naufrágio cuja recordação perdura foi o do cargueiro *River Gurara*, em 26 de Fevereiro de 1989, nas arribas do Cabo Espichel, com a morte de 21 dos 48 tripulantes – mas o motivo dessa “persistência da memória” deve-se sobretudo ao facto do seu casco se ter transformado num atractivo para o mergulho recreativo. A tragédia propriamente dita – apesar de se ter desenrolado à luz do dia, com a assistência falhada de um helicóptero e filmagens em vídeo, mostrando os últimos momentos de alguns dos malogrados tripulantes, que passaram na televisão – essa caiu no esquecimento. Curiosamente, a fragata da Armada, *Hermenegildo Capelo*, que salvou parte da tripulação do *River Gurara*, foi, no final da sua vida, afundada propositadamente para servir também o mergulho recreativo, num projecto turístico com a estranha designação de “*Ocean Revival*”.

Ocorreu, no entanto, uma outra tragédia marítima que motivou um impressionante relato na imprensa, o qual reproduzimos a seguir: a barca norueguesa *Chanticleer*, que no dia 13 de Novembro de 1876, pelas 9 horas da manhã, afundou no Cabo de Ares, morrendo o capitão – M. Blissing – e outro tripulante. O navio, procedente de Wiborg, transportava uma carga de madeira. Os oito tripulantes que sobreviveram, “*havia dois dias que não comiam e estavam quase nus*”.

As descrições do naufrágio nos periódicos da época

O Cabo de Ares é um pequeno promontório localizado a nascente de Sesimbra que, pela sua proeminência visual, foi utilizado como ponto de referência no rosário da navegação costeira: “Três milhas ao N. 70° E. de Cabo de Espichel está a pequena enseada da Baleeira (...) continuando na mesma direcção mais de 4 milhas, encontra-se Cabo Dares, alto, bastante agudo, e saliente com uma

pedra destacada mui próxima”, lê-se num “Roteiro Geral dos Mares, Costas, Ilhas e Baixos reconhecidos no Globo”, de 1835. Foi nesta zona escarpada que se veio despedaçar a *Chanticleer*.



O relato jornalístico do “drama marítimo”, enquadrado pela moldura dos pescadores que, de terra, observam impotentes a aflição dos náufragos, descreve a iniciativa de uns poucos que, contrariando “o feroz egoísmo que inquina a nossa geração”, se atiram “para cima das montanhas líquidas, no dorso das quais flutuavam já quase mortos alguns dos náufragos, e salvam-nos!” E então aquela “boa gente” exprime a sua alegria em “linguagem rude e verdadeiramente fraternal” a qual, no entanto, “não se descreve”.

A imagem heroica do “velho lobo do mar” completa a visão trágica do pescador, que é sinónimo de mendigo “em pouco menos de metade do ano”, conforme o relato de Manuel Fernandes Tomás em 1820. Neste caso, os “Matutos” (ou seja, os da mata, os rudes) transfiguram-se em Hércules, descem a escarpa por onde nunca ninguém tinha descido – transformam-se em super-heróis, ao menos por um dia desse mesmo ano.

Sesimbra, 13 – Desastre – naufrágio – duas mortes. Dou-lhe parte de que o mar tem destruído as embarcações e aprestos pertencentes às armações de pesca que se achavam recolhidos em edifícios, arrancando o vento árvores e telhados de algumas habitações. A linha telegráfica de Setúbal para o cabo do Espichel foi destruída. Pelas 9 horas da manhã de hoje naufragou no sítio de Cabo de Ares um navio norueguês com carregamento de madeira

e dez pessoas da tripulação, morrendo o capitão e outro. Nada se salvou da carga. Os que sobreviveram havia dois dias que não comiam e estavam quase nus. Calculado em réis 15.000\$000 as perdas materiais neste concelho. Do correspondente (*Diário de Notícia* de 15 de Novembro de 1876).

A barca norueguesa naufragada em Cabo de Ares, a que se referia ontem o nosso correspondente de Sesimbra, chamava-se Chanticleer. Era seu comandante M. Blissing. Seguia de Wiborg para Setúbal. Conduzia carga de madeira. Dos dez homens da tripulação estavam salvos oito anteontem. Como indicámos, não aparecia o capitão, mas havia esperança de que se tivesse salvado para a concavidade da rocha, onde o mau tempo não permitia que, por enquanto, se fosse. Receava-se contudo que, se escapasse do naufrágio, morresse do frio e fome! (*Diário de Notícia* de 16 de Novembro de 1876)

O naufrágio do navio norueguês no Cabo de Ares, em Sesimbra. Cenas dramáticas. – Heroísmo de alguns pescadores da costa. – Salvação de nove homens.

Em a nossa folha de quarta-feira narrava o nosso dedicado correspondente de Sesimbra o naufrágio de um navio norueguês, em frente do cabo de Ares, e a perda do capitão e mais três homens. Novas informações, de carácter fidedigno nos descrevem as cenas dolorosas deste naufrágio, e os gestos de valentia e devoção humanitária com que alguns pescadores da costa arrancaram à fúria do mar nove tripulantes do navio naufragado.

Era na manhã de 13. O navio vinha com água aberta, e sem mantimentos. Havia dois dias que os tripulantes não comiam. O mar era de vaga alterosa. O vento soprava rijo. O temporal açoutava o oceano com fúria insana e tornava inacessível a costa em todos os pontos, quando a tripulação, já sem forças para lutar por mais tempo, sentiu o navio a submergir-se. De longe viam-se aqueles dez homens numa agonia enorme a suplicar o socorro do céu, pois que julgavam impossível o dos homens. O capitão e mais três tripulantes arremessaram-se às ondas; mas a bordo ficavam ainda seis inteiramente abatidos pela fome e pela fadiga. Por entre os penhascos da margem corriam a presenciar aquela aflição, procurando em vão acudir-lhe, grupos de pescadores. Oh! se eles pudessem ao menos lançar um cabo aqueles desgraçados! Mas a distância era longa. Não havia força de braço que a vencesse.

Lembrou dum meio: atirar um cordel amarrado a uma pedra; tentou-se repetidas vezes; mas a pedra, impelida pela força do vento, caía nas águas; não chegava a bordo e o navio ia-se embebendo no abismo. Então chega a vez de fazer a tentativa um dos valentes daquelas companhas. Era Manuel da Silva, o *Matuto*, já experimentado em audácias semelhantes. Manuel tomou a pedra, fixou o alvo, ergueu o braço e arremessou o projectil com o maior impulso da sua força muscular. Um grito de alegria saiu de todas as bocas. A pedra caía, enfim, a bordo. Os aflitos náufragos seguram-na com sofreguidão e amarram ao cordel um cabo. Os pescadores alaram-no de terra. Estabeleceu-se o vai-vem. Os seis desgraçados seguram-se a ele com a ansia de quem salva a vida na crise suprema, e partem de bordo, sulcando as vagas.

Mas já quase chegados aos penedos da margem, o navio submerge e o vai-vém perde o apoio de bordo. Novo e iminente perigo. Então o *Matuto*, tocado desse febricitante entusiasmo que produz os grandes heroísmos, atira-se ao mar. Nada, braceja fortemente e consegue segurar o primeiro dos seis homens, nadando com ele para terra e rebocando os demais. Mas a luta era superior às forças e à coragem daquele Hercules. Iam então morrer todos sete ali a poucos palmos de salvamento, sem que nada pudesse valer-lhes? Não. As acções generosas criam nobres estímulos. Outro bravo das companhas da costa, João Gomes Casado, joga a sua vida sobre a sorte daqueles sete. Atirou o corpo para cima das montanhas líquidas, no dorso das quais flutuavam já quase mortos os sete infelizes. Conseguindo agarrar valentemente o primeiro daquela enfiada humana, pôde, ao fim de alguns minutos, firmar o pé em terra e pô-los a todos a salvo. Não se descreve a alegria daquela boa gente ao saudar, na sua linguagem rude e verdadeiramente fraternal, esta bela e heroica vitória.

A alguma distância dos lugares que serviam de cena a este dramático episódio, passava-se um lance mais extraordinário ainda deste doloroso drama marítimo, lance que constitui uma situação talvez nova nos tão variados anais dos naufrágios nas costas de Portugal.

O capitão e mais três marinheiros haviam-se lançado ao mar, como levamos dito; o primeiro dos marinheiros que o havia acompanhado, não pudera vencer a fúria das ondas, e baixara a exalar nos seios do abismo os últimos

alentos. O capitão lutava ainda, rasgadas as carnes e o fato pelas pontas das rochas. Ia também entregar a vida aos despotismos do oceano, seguir na morte o mísero companheiro. Mas a providência divina velava por ele. No alto de um rochedo escarpado, que se ergue a prumo de entre as águas, estava mirando o espectáculo tremendo do naufrágio, um pobre pastor, José Vitorino. O pastor vira saltar de bordo o capitão e o outro marinheiro; observara cheio de aflição a luta enorme dos dois náufragos, contra o poder dos elementos enfurecidos; doera-lhe a alma e estremecera-lhe o coração, ao ver afundar-se já moribundo o pobre marinheiro, e tremera à ideia que o capitão ia ter igual sorte. Nisto, tomado de uma inspiração superior, mirou a voragem que se lhe abria aos pés, e cego, alucinado pela sua própria aflição, ofereceu o seu corpo em sacrifício à providência pela salvação do desgraçado capitão norueguês. Nunca ninguém descera pelas escarpas da rocha? Seria ele o primeiro! Deixou-se escorregar de ponta em ponta, de cavidade em cavidade, e baixou como um ser fantástico ao âmago da voragem. Na ponta da última pedra formou o pulo, deitou-se às águas. Nadou para o naufrago. Agarrou-o. Seguiu para as cavidades da rocha. O pastor ficara um herói. O capitão perdera já os sentidos. O corpo estava crivado de feridas. O fato todo despedaçado. José Vitorino amarrou-lhe os pés com a sua cinta. Agora era preciso subi-lo para o alto do penhasco. Dois pescadores apareceram a querer coadjuvar esta nobilíssima acção. Eram António Lopes e Jerónimo António. Os três sobpesaram o corpo inerte do naufrago e fizeram uma ascensão de gigantes, por entre a eriçada fraga. Lá em cima vestiram com o seu fato o capitão, e José Vitorino que uma segunda vez lhe dera a vida, deu-lhe todos os extremos da sua dedicação sublime.

Os outros dois marinheiros que se tinham lançado ao mar com o capitão lutavam com as ondas e a morte, quando também, por sua vez, lhes apareceu um anjo salvador. Era o pescador António Francisco, que não quis, que não pode deixar de mostrar que aqueles nobres heroísmos são partilha de todos os pescadores da costa de Sesimbra.

Que recompensas se podem oferecer a tais actos de heroísmo humanitário? Há porventura preço que os pague, ou podem eles ser pagos? Respondam os que conhecem o feroz egoísmo que inquína a nossa geração. O sr. administrador do concelho de Sesimbra, segundo ouvimos, recomendou

esses heróis à munificência oficial (*Diário de Notícia* de 18 de Novembro de 1876).

Mercês honoríficas. Foram concedidas algumas mercês honoríficas e estrangeiras e a medalha de prata aos valentes Sesimbrenses, que com risco de vida salvaram os náufragos do navio norueguês, que foi a pique na costa de Sesimbra. Eis mais uma vez os seus nomes: Manuel das Dores, José Vitorino, Manuel da Silva “Matuto”, António Francisco, José Gomes “o Casado”, António Lopes e Jerónimo António (*Comércio do Porto*, 2 de Dezembro de 1876).

Marinho – uma expedição aos fundos do mar

Luís Martins

IELT – NOVA FCSH

Margarida Mestre

Performer/Direção de Projetos Artísticos

Performance, arte e ciência

O exercício de reflexão que a peça de teatro *Marinho* faz sobre o imaginário ambiental dos mares – o conhecimento, a saúde e o significado dos oceanos para o planeta e para os seres vivos –, é um dos focos mais atuais dos movimentos políticos e das tendências artísticas e académicas.

Marinho é uma narrativa teatral épico-científica, concebida e montada para os escalões etários infantil e juvenil, apoiada pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. Foi coproduzida ao longo de cerca de dezoito meses (2018-2019) por sete instituições e sete programadores: CCB/Fábrica das Artes;

Serviço Educativo da Culturgest; Teatro Viriato; Teatro São Luiz | São Luiz Mais Novos; Teatro Municipal do Porto | Paralelo – Programa de Aproximação às Artes Performativas; Centro de Arte de Ovar; Cine-Teatro Louletano. Margarida Mestre é o “Capitão Nemo” que dá corpo e voz à peça e à partilha com o público. Pedro Prista, antropólogo, teoriza o debate e as etapas do processo criativo e conceptual, partilhando com os programadores a reflexão sobre enquadramentos, estratégias e estéticas de programação acerca dos conceitos de obra em progresso e finalizada, dos limiares de apresentação da obra de arte, da pegada social da programação competitiva, de criação partilhada e da programação-como-um-processo.

Pede-se aos espetadores que se transformem em marinheiros de um novo *Náutilos* numa viagem aos fundos dos mares, que *finjam* navegar abaixo da superfície das águas, vejam *lá fora* e através das vigias os habitantes destes meios, recriem e sintam o *interior da nave* ajudados por vozes e sons abafados que o intercomunicador transmite. As escolhas estéticas baseiam-se num substrato linguístico e imagético colhido na biologia, na antropologia, na ficção literária, nas artes da música (Henrique Fernandes é o músico convidado), bem como em práticas documentais que conjugam ciências e artes, e operam a um nível multissensorial que resulta numa materialidade submarina: a perda de acuidade visual à medida que o submersível mergulha nos oceanos é criada pela edição da luminosidade e do som, ganhando a primeira uma textura granulada enquanto este se abafa e gera a impressão de se navegar em fundos longínquos e diversos.

Se o lado racional da narrativa pode ser associado à sua fonte de inspiração mais óbvia, o romance de antecipação de Jules Verne, *Vinte Mil Léguas Submarinas* (1870), a dimensão visual dos cenários tem algo da experiência pioneira, realizada em 1889 por Lionel Wyllie, de observação de um fundo marinho, quando usou uma lata de biscoitos como capacete para respirar debaixo de água a fim de pintar os restos de um naufrágio (*Davy Jones's Locker*).

As onomatopeias constituem também um expediente deste corpo de artifícios teatrais: os sons, que pretendemos que imitem o mar, a comunicação na profundidade e nos espaços fechados, o ranger metálico do submarino sujeito ao aumento da pressão atmosférica, dão forma a existências que são difíceis de levar ao palco.

Contudo, tal como acontece na linguagem falada, criam uma dupla realidade: para aproximar o exercício ficcional de uma apreensão verosímil dos fundos do mar

os atores assumem o jogo e a ilusão, incluindo a capacidade do cenário se expandir dos protagonistas até ao público, e se contrair e “chamar” este ao espaço do palco, como se fossem o mundo real; objetivam as abstrações – exterior e interior, tempo, sequência – e criam um nível iniciático e propedêutico do conhecimento, considera Ana Pego (assessora para a biologia), que predispõe as crianças a uma futura exploração das ciências.

Marinho une assim a linguagem do teatro à informação de “base científica” e incentiva o público a conhecer e tomar consciência da incrível biodiversidade dos mares através de “sentimentos e emoções”: há uma lição de compromisso entre o conhecimento e a liberdade que leva à superação das demarcações disciplinares. Os factos divulgados na linguagem do teatro – sob uma unidade integral de meios de expressão –, desempenham uma função gerativa na memória das crianças, desde logo porque são atores que fazem uma aproximação à natureza e à vida através do núcleo onírico da criação teatral, em vez de viverem a experiência de uma interpretação positiva do mundo,

As intervenções do público ocorrem principalmente por meio de formas não-narrativas, como é ilustrado pelo episódio do cabo¹ (corda), abaixo descrito, aquando da resistência ao temporal. É no posfácio da peça que as crianças-marinheiras entram no campo narrativo, numa secção onde são questionadas sobre o que viram e sentiram: aqui é-lhes pedido perspicácia na interpretação dos episódios e dos momentos, e que superem, com imagens mais “instruídas”, como diria Bachelard (1942: 207-208), as imagens naturais / intuitivas que até aí teriam desenvolvido.

Uma alegoria à busca do conhecimento

Marinho começa com um manifesto ao início da vida. Depois o espaço cénico transforma-se num submersível em viagem: como se interviessem num documentário

¹ Termo que designa qualquer tipo de corda empregue nas manobras de marinharia. É comum a expressão, *Num navio as únicas cordas são a do relógio, a do sino e acorda de acordar.*

visual, onde são protagonistas, os pequenos espetadores ouvem dados científicos e notas de saber empírico e comum, num crescendo que tem um dos pontos altos no fim da viagem quando, acariciando na “areia”² a ondulação que nela é projetada, alguns levam o maravilhamento para o centro da ação. Um “objeto” feito de luz (projeção de um filme), um elemento criativo e de grande delicadeza sensorial, é adicionado à moldura científica e técnica que guia o trajeto até aos fundos marinhos. Ana Pego inscreve este tipo de práticas no âmbito da “ciência cidadã” e do estímulo ao gosto pelo saber: a forma como o espetáculo integra experiências individuais na exploração imaginada dos fundos do mar faz com que cada criança apreenda, porventura, as formas dos seres e ambientes, onde e como vivem, o que comem, o que os rodeia. *Marinho* – continua Ana Pego –, é uma ficção teatral que dá do mar características diretas ou indiretas e coloca o saber sob formas visuais e discursivas, induzindo modos de o explorar que deixam exprimir emoções e sentimentos, que por norma estão fora dos cenários metodológicos e de divulgação mais ortodoxos. Abre caminho, portanto, a realizações subjetivas que encorajam uma atitude receptiva para o que Cohen e Quigley (2019: 4-7) definem como um ambiente onde os sentidos estão materialmente implicados em tudo o que os rodeia: o intercomunicador da nave inventaria as espécies que povoam os habitats por onde o submarino atravessa, e a sugestão de vida que a atmosfera criada vai provocar em cada espetador torna-se mais interessante porque – e estas são já palavras de Ana Pego –, ao mesmo tempo, se desconstrói um tipo de linguagem dura, centrada na conceptualização, “para dar a vez a um outro com que talvez sintam maior empatia”.

Os espaços incógnitos, os seus mistérios, manifestam-se pelas variações de som e luz, pela enunciação de espécies cujos nomes se ouvem no circuito interno de comunicação do submersível e pela projeção de imagens de seres marinhos numa tela, que se torna um dispositivo de observação visual e que dá testemunho de acontecimentos “exteriores”. Os olhos admiravelmente abertos das crianças traduzem a ideia de que no “interior” da nave há curiosidade e espanto. Da nossa parte, observadores “distanciados”, ficou por perguntar se estes “tripulantes”

² Projeta-se o mar sobre o sal, que foi para Margarida Mestre uma solução engenhosa face à impossibilidade de “pôr o mar dentro de um teatro”, além de dar uma tonalidade esbranquiçada ao espaço central do cenário.

recriam igualmente, nesse momento, as memórias individuais de contacto com as águas do mar, a aprendizagem da natação, os mergulhos nas ondas.

Parte do cenário é montado com objetos oferecidos por pescadores e apanhados nas praias (redes, madeiras, fios, cabos, pedras, conchas), adquiridos no comércio (sal), além dos que são pertença pessoal (a vela na área central e sobre a qual se coloca o sal, instrumentos musicais). Porém, estes itens tornam-se no “palco” os sinais da intencionalidade lúdica que atravessa toda a peça e desvaloriza qualquer função de referência a uma realidade exterior deste género. Margarida Mestre visa um imaginário científico-artístico ao interpelar e conversar com a assistência – à qual pergunta *O que é que é mar?*, se têm com ele uma relação de recusa ou de aceitação? –, e brinca seriamente por meio de gestos, como o de colocar uns “óculos de ouvir e de sentir” e convidar todos para a “descoberta” da vida subaquática.

Nos romances de Daniel de Defoe, *Robinson Crusoe* (1719), e de Jonathan Swift, *As Viagens de Gulliver* (1726), o exercício de marinharia dá aos protagonistas os instrumentos para se aventurarem nas áreas limites dos oceanos. A aventura dos marinheiros / assistentes em *Marinho* é a dos valores juvenis personificados pela ideia de expedição, tendo em vista a aproximação ao conhecimento, na base da emoção, do espanto e da curiosidade.

Perto do final da viagem rebenta um temporal – a matéria de inspiração poética e ficcional mais propícia à sinalização de situações em que o ser humano se defronta com a adversidade, os momentos que pedem heroísmo e resistência, defende Bachelard (1942: 196, 200-201) – que imprime à peça e ao espaço cénico a qualidade de uma imagem literária: de pé, no meio da “tripulação” / espetadores, a figura longilínea de Margarida Mestre harmoniza-se com a amplitude vertical³ que a trovoadas produz, com os ruídos dos ventos e das águas. A tarefa, típica da amarração de navios, de fazer passar de mão em mão, entre os “tripulantes”, um cabo (corda), de bitola grossa, é nesta conjuntura mais que um expediente de encenação teatral para representar os trabalhos do mar – o cabo é da ordem do símbolo, da coesão social e da paixão pela performance.

³ Em dois dos espetáculos, quando o espaço dos edifícios permitiu, foi introduzido um coro de vozes, que conferiu ao palco e à plateia uma extensão horizontal.

Por outras palavras, se é a voz de quem capitaneia a digressão a simbolizar o heroísmo de todos perante o perigo, a dimensão narrativa e o estilo de linguagem mantêm sempre um estatuto subalterno à performance e ao ritual de imersão.

Vencido o mau tempo, apaziguadas as fúrias da natureza, confirmada a coesão dos tripulantes, a projeção final das vagas na areia figura a descompressão, e os rostos concentrados dos que se abeiram da “água” que desliza na “areia” não revelam sinais de haver uma separação consciente entre as águas da experiência quotidiana e as da ficção: neste momento o mundo-objeto das crianças é formado pelas circunstâncias da peça. As outras realidades estão suspensas.

Imaginários do mar em jogos de linguagem e de luz

Marinho estabelece uma sujeição do texto à ideia e estética teatral e usa uma linguagem que é independente do sentido denotativo das palavras e frases. A peça possui uma gramática própria, com um artefacto de comunicação que lhe é específico⁴, que busca a possibilidade de se criar um contexto de percepção dos mares com base na literatura, na biologia e na antropologia. O manifesto sobre o princípio das coisas, com que dissemos iniciar-se, caracteriza o mar como o que lá está ou é encontrado, a emotividade, os fenómenos e seres que são enumerados neste mergulho onde, para se *fazer verdadeiramente a viagem pelo conhecimento*, é preciso apreender e sentir as gradações da luminosidade, dos sons e vozes, que representam o roteiro e tempo de viagem e a variedade ambiental.

Para Margarida Mestre e Ana Pêgo, tais experiências, que se posicionam além da linha divisória das construções científicas e laboratoriais, visam um compromisso consciente, emotivo, sensorial e cognitivo, em torno de temas centrais das ciências do mar e da ficção. A sequência de episódios e a ordenação conceptual

⁴ Diz Margarida Mestre: “Perguntei à Ana Pêgo se tudo aquilo existia. E ela disse: – ‘Bem, algumas eu reconheço, mas outra eu não reconheço. Acho muito interessante isso. E traz-nos esta ideia de que há imensas espécies que nós não conhecemos. São imaginárias’. São imaginárias porque de facto há muita coisa no mar que nós não sabemos. Então não há um mar debaixo do mar! Isto é incrível”.

constituem opções estilísticas, fazem equivaler a viagem marítima (submarina) a um processo narrativo, ao ato de contar histórias, com as suas peripécias e variações ao longo de uma linha temporal: as mudanças atmosféricas do “lado de fora” ecoam dentro do submersível, e um ambiente claro e límpido dá lugar às texturas granuladas da luz nas maiores profundidades; os pequenos espetadores tornam-se coletoras de sensações, perguntam, tateiam, contemplam, deambulam, emocionam-se, o que são os lados menos tangíveis para quem de fora observa, em vez de tomarem de “empréstimo” métodos de terreno e laboratório, menos ajustados à idade.

Visionamento do projecto: <https://mmariquinhas.wixsite.com/marinho>

Ficha Técnica de *Marinho*

Concepção e interpretação: Margarida Mestre

Música original e ao vivo: Henrique Fernandes

Design de cena e figurinos: Maria João Castelo

Desenho de luz: Nuno Figueira

Antropólogo convidado (consultor): Pedro Prista

Bióloga convidada (consultora): Ana Pêgo

Produção: Vanda Cerejo – Materiais Diversos

Making off vídeo: Faz Filmes

Intérpretes do Coro no teatro São Luiz: Grupo de idosas do Projecto Envelhecimento Ativo e Saudável da Junta de Freguesia da Misericórdia, Lisboa.

Marinho é um projeto desenvolvido no âmbito de “Um Artista/Sete Programadores”, uma iniciativa do CCB/Fábrica das Artes, Centro de Arte de Ovar, Cine-Teatro Louletano, Culturgest, São Luiz Teatro Municipal, Teatro Municipal do Porto e Teatro Viriato.

Em parceria com EMEPC – Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental Apoio Escola Superior de Dança – Instituto Politécnico de Lisboa, Polo Cultural das Gaivotas, Fundação GDA.

Agradecimentos: Luís Martins, Joaquim Mendonça, Sonoscopia, Pescadores de Setúbal e Sesimbra.



Foto de cima de Fotógrafa da Junta de Freguesia da Misericórdia



Foto de Diogo Marques



Fotos de Margarida Mestre

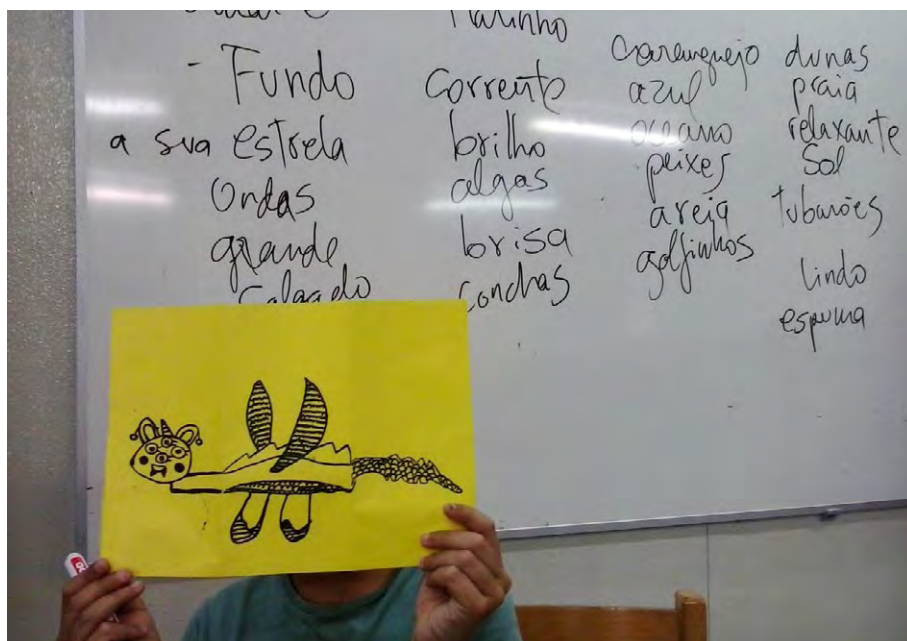




Foto de Margarida Mestre



Foto de Diogo Marques

Bibliografia

Bachelard, Gaston (1942), *L'Eau et les Rêves – essai sur l'imagination de la matière*, Paris, Librairie José Corti.

Cohen, Margaret (2010), *The Novel and the Sea*, Princeton and Oxford, Princeton University Press [2013].

Cohen, Margaret e Killian Quigley (2019), "Submarine Aesthetics", in *The Aesthetics of the Undersea* (eds. Margaret Cohen e Killian Quigley), London e New York: Routledge, pp. 1-13

Fischer-Lichte, Erika (2004), *Estética do Performativo*, trad. Manuela Gomes, Lisboa, Orfeu Negro [2019].

Foe, Daniel de (1719), *Robinson Crusoé*, Londres, W. Taylor

Swift, Jonathan (1726), *As Viagens de Gulliver*, Londres, Benj. Motte

Verne, Jules (1870), *Vinte Mil Léguas Submarinas*, Paris, Bibliothèques d'Éducation et de Récréation.

A Nau Catarineta

Maria Schtine Viana

Doutoranda em Estudos Portugueses (NOVA FCSH)

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH)

Laura Campanér

Graduada em Violão Clássico pela Universidade de Ribeirão Preto – SP

com Especialização em Musicologia pela Faculdade Carlos Gomes – SP

O enredo da xácará *A Nau Catarineta* relata as aventuras de uma longa travessia marítima, quando se esgotam as provisões e decide-se por sacrificar um dos tripulantes.

O folclorista brasileiro Pereira da Costa nos informa que o episódio descrito na *Nau Catarineta* foi inspirado em um naufrágio ocorrido, em 1565, com um navio que partiu de Recife com destino a Lisboa, conduzindo entre os passageiros o então donatário da capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, e o poeta Bento Teixeira.

A *Nau Catarineta* é popularíssima tanto em Portugal como no Brasil. A primeira versão publicada em livro de que se tem notícia é de Almeida Garrett. Mas Pereira

da Costa aventa a possibilidade de a autoria da xácara ser do poeta pernambucano Bento Teixeira, já o mesmo sofreu, na companhia de todos os que estavam a bordo, as amargas privações do naufrágio, seguido de saque pelos corsários de um navio francês.

A versão recolhida no Rio Grande do Sul por Carlos de Koseritz possivelmente foi levada para o Brasil pelos imigrantes açorianos, mas preferimos publicar nesta edição a versão recolhida por Sílvia Romero em Sergipe, por ser mais completa.

A versão incluída nesta antologia é a mesma transcrita por Sílvia Romero, mas para a gravação da música foi acrescentada a frase “Oh tolinha”, usada para dar apoio à melodia. Essa frase consta no registro feito pela pesquisadora Oneyda Alvarenga de uma versão colhida em Alagoa Grande, Paraíba, em 1938, pela Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura. A adaptação da melodia feita por Laura Campanér levou em conta a versão gravada por Anna Maria Kieffer na década de 1980, apesar de a letra apresentada por essa estudiosa também ser diferente da recolhida por Sílvia Romero.

Este procedimento foi usado porque achamos por bem respeitar a letra da versão mais antiga registrada no Brasil e, ao mesmo tempo, aproveitar os registros musicais encontrados, pois grande parte da produção poética popular era cantada e infelizmente muito desse material fonográfico está perdido, já que os estudiosos de folclore registravam apenas o texto e não a melodia. Dessa maneira, conseguimos apresentar ao leitor pelo menos uma ideia do que era essa produção no passado.

NAU CATARINETA

(Uma xácara recolhida por Sílvia Romero em Sergipe)

Faz vinte e um anos e um dia
Que andamos n'ondas do mar,
Botando solas de molho
Para de noite jantar.

A sola era tão dura,
Que a não pudemos tragar,
Foi-se vendo pela sorte
Quem se havia de matar,
Logo foi cair a sorte
No capitão-general.

– Sobe, sobe, meu gajeiro,
Meu gajeirinho real,
Vê se vês terras de Espanha,
Areias de Portugal.

– Não vejo terras de Espanha,
Areias de Portugal,
Vejo sete espadas nuas
Todas para te matar.

– Arriba, arriba, gajeiro,
Àquele tope real
Olha pra estrela do norte
Para poder nos guiar.

– Alvíssas, meu capitão,
Alvíssas meu general,
Avisto terras de Espanha,
Areias de Portugal.

Também avistei três moças
Debaixo d'um parreiral,
Duas cosendo cetim,
Outra calçando o dedal.

– Todas três são filhas minhas,
Ai! Quem mas dera abraçar!
A mais bonita de todas
Para contigo casar.

– Eu não quero sua filha
Que lhe custou a criar,
Quero a Nau Catarineta
Para nela navegar.

– Tenho meu cavalo branco,
Como não há outro igual;
Dar-te-lo-ei de presente
Para nele passear.

– Eu não quero seu cavalo
Que lhe custou a criar;
Quero a Nau Catarineta
Para nela navegar.

– Tenho meu palácio nobre,
Como não há outro assim,
Com suas telhas de prata,
Suas portas de marfim.

– Eu não quero seu palácio
Tão caro de edificar,
Quero a Nau Catarineta
Para nela navegar.

– A Nau Catarineta, amigo,
É d’El-Rei de Portugal,
Mas não serei mais ninguém,
Ou El-Rei te há de dar.

– Desce, desce, meu gajeiro,
Meu gajeirinho real,
Já viste terras de Espanha,
Areias de Portugal...

Fontes usadas para estabelecimento do texto

ROMERO, Sylvio, *Cantos populares do Brasil*. Lisboa: Livraria Internacional, 1883, p. 21-22.

ROMERO, Sílvio, *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, p. 102-106.

Link da faixa para audição da xácara

2 - Faixa 02.mp3

Fonte: *Asa da palavra: Literatura oral em Verso e Prosa*. Organização, textos de apoio e notas Maria Viana. Ficha técnica do CD que acompanha a obra: Laura Campanér: adaptação musical, violão, viola caipira, programação eletrônica e interpretação vocal; Maria Viana: pesquisa seleção e interpretação vocal. São Paulo: Melhoramentos, 2016.



ECOS DE LEITURAS

**Freire, João 2020 *Memórias Navais* (João Freire ed.),
Lisboa: Edições Revista de Marinha¹**

Memórias Navais é uma Galeria de histórias, personalidades e circunstâncias, que João Freire dispõe num puzzle para sempre desarticulado: o leitor percorre as crónicas e percebe, numa vertigem, que se encontra num dispositivo de observação das experiências dos marinheiros portugueses nos mares e oceanos deste planeta, arquivo de património cultural e natural que abre para reflexões sobre ideais humanos. Como numa antologia literária, transitamos entre o saber sistemático (manobras sob mau tempo, ardis e subtilezas estratégicas no mar e em terra) e elegantes quadros pictóricos: o *pirajá* “pardacento, solene, franjado no seu círculo interior, pés no horizonte e surriando o mar” que a corveta *Rainha de Portugal* enfrenta; o temporal que, caprichosamente, se opõe ao navio que em 1869 vai representar Portugal na inauguração do Canal do Suez. Por vezes esta aventura na escrita desvela uma tragédia ou a iminência de uma situação trágica: o instante de “um fortíssimo estoque de água” que apanha o navio-salvábego Patrão-Lopes e o afunda

¹ Recensão publicada por Luís Martins na *Revista de Marinha* (Ano 84, n.º 1020), Lisboa: Editora Náutica Naval Lda., p. 82.

à entrada no Tejo; todo o instinto humano revivido por um navio que “estrebucha num segundo de atonia, os pulmões exaustos fenecem... sente nos flancos a espora ciclópica que o rasga, torce-se dolorosamente [e] Com resignação espera a morte!”. Outras vezes o olhar do marinheiro, que tem por vocação, porque o seu mister o exige, a significação clara, distrai-se e fala na cidade-bazar cuja população passa em revoadas pelas ruas, e num pôr-do-sol sem igual no rio Amarelo.

São inúmeros os acessórios de alquimia literária que a antologia nos proporciona. Visuais, como os projetores que na noite escura e tempestuosa separam do mar um salva-vidas e, de imediato, os “braços erguidos em gestos de alegria”; como a “estrada” de ferrugem com buracos de tinta que materializa o envelhecimento e decrepitude de um navio. Humanizadores, como a identificação do navio Gonçalves Zarco pelo ciclo de vida, do nascimento à morte (1933-1964). Temporais, como nos dois suicídios de honra unidos por um protagonista e separados na geografia (da Indochina a Lisboa no alvor da República) e nas datas (quarenta anos); como as monções falsas que dois navios, separados por setenta anos, enfrentam no Canal de Moçambique; ou como o momento breve, mas interminável e em aflição, quando o “monstro metálico e fechado” deixa ver o corpo do primeiro mergulhador da Marinha Portuguesa. Históricos, como a compaginação, numa lancha típica das costas portuguesas, da tragédia de naufrágio e morte de mais de uma centena de pescadores poveiros, e o drama pessoal de um mestre que se recusa a falar e a comer até à morte.

Nas *Memórias Navais* há coletivos anónimos: traduzem a diversidade de Portugal, como os tripulantes do navio que faz o roteiro entre Bissau e Bolama (Alentejo, Esposende, Setúbal, Santo Tirso, Algarve e Minho); falam na liberdade criativa que ressalta desta variedade, como na preparação dos dóris bacalhoeiros; dão corpo à coesão de grupo, como o “grupo de quatro homens” que transportam o tenente em braços e o levam para o abrigo dos restantes camaradas. Existem também os navios e heróis comuns que se transcendem: o arpoador que se funde, “ser único”, com a baleeira, os remos, os cabos e os camaradas (Raúl Brandão); o comandante, astuto como um Ulisses homérico, que não se ilude com as manobras do navio que o segue e manda “tocar a postos”; o oficial, herói sombrio num gesto épico, que força a esquadra Russa a sair da Baía dos Tigres; a bravura, significada num episódio bíblico, dos tripulantes da corveta *8 de Julho* face a uma fragata muitas vezes o seu tamanho.

Numa coletânea onde dominam as crónicas sobre mares e oceanos, a aproximação à terra é por vezes feita através da etnografia: os trabalhos da mulher africana e da portuguesa segundo o cronista do Planalto Central de Angola; as socializações de um marinheiro de Cabinda; o cabo que pensa publicar as suas anotações sobre a chegada dos doentes ao Lazareto de Porto Brandão para publicar num periódico coimbrão; o “lúgubre cortejo” que acompanha a expedição de Capello e Ivens (1884-1885) por “serras e planuras, pântanos e desertos... [com] sofrimentos, fadigas, fomes, chuvas, angústias e mortes”; os gestos feiticeiros de olhar a Lua e as estrelas para *cortar a terra* e traçar uma fronteira; o cronista que pede ao Amor que sonhe com ele todas as noites “[n]este rio com um nome tétrico e esquisito... O Lungué-Bungo”; o soldado ajoelhado na areia das margens do Lago Niassa a cavar misteriosamente com as mãos uma vala por onde seguirão os colegas.

O conjunto antológico é assim o espelho do fascínio que nos prende ao conhecimento, mas, de igual modo, da atração daqueles que sentem o destino agrilhado ao mar e aos seus “elementos de desolação e de morte” (lembrando as palavras de Wenceslau de Moraes, presentes nesta seleção). A leitura desloca-se, sem as resistências da água e do tempo, entre épocas e lugares muito distantes, entre os domínios da imaginação e da emotividade e os da exatidão dos factos, exigindo do leitor um exercício de navegação atenta ao longo de textos que, ora são simples e diretos, ora se revelam quadros esteticamente vigorosos.

Nota dos editores.

Garrido, Álvaro e David J. Starkey (eds) (2020) *Too Valuable to be Lost – Overfishing in the North Atlantic since 1880* (Edited by Álvaro Garrido and David J. Starkey)

Too Valuable to be Lost é uma antologia sobre dois mundos: como na exploração dos recursos marinhos a Natureza devolve à indústria e às comunidades, à política e às ciências, sinais para que se criem equilíbrios; como os ciclos de incrementos financeiros e tecnológicos, e com o passar do tempo o desenvolvimento de uma consciência ecológica, respondem às crises. Neste diálogo trata-se de um livro completo: identifica um tema, atrai o leitor para o entendimento dos seus pontos

de vista e deixa-lhe mais perguntas do que soluções; e também pela sugestão que nos lança, de que conhecemos, planeamos e decidimos com as ferramentas que criamos e de que dispomos, incluindo as da linguagem e dos sistemas de significados que se criam no interior das ciências, do tempo e da oportunidade. Destacamos três tópicos: os mares e os oceanos guardam uma memória dos impactos causados pelas atividades humanas; a deslocação conceptual (noções antes secundárias passam da margem para o centro) que acompanha o gradual reconhecimento de que os ecossistemas possuem uma linha a partir da qual há riscos de rutura; o tempo e a sua relevância nesta consciencialização.

Encontramo-nos na posição, privilegiada, de olhar para trás e apreender os escolhos e os tropeções num trajeto de cerca de dois séculos: nas investigações de terreno, no trabalho teórico-científico e no intercâmbio de ideias, conferências e congressos e convenções. Desde logo porque o desenvolvimento das estatísticas aplicadas aos estudos das pescas e de biologia marinha trouxe um acréscimo de nitidez nesta tomada de consciência. Todavia, *Too Valuable to be Lost* mostra que há um reverso que se pode expor numa analogia com o trabalho do arquivista: os ecossistemas possuem as propriedades cumulativas de um documento fotográfico ou de uma pintura – que retêm para sempre a impressão de tudo o que acontece ao longo da sua existência –, e são inúmeras as incógnitas por resolver sobre o seu potencial regenerador (por exemplo, os estudos sobre a sardinha ou acerca dos pesqueiros no Mar do Norte), sejam a avidez da indústria por condições irrestritas ou pouco condicionadoras, ou ainda o exercício das pescarias sujeito a pontos de estabilidade concebidos por cientistas e legisladores.

A linguagem de tipo gráfico tornou-se dominante na pesquisa e na comunicação dos resultados científicos: reflete, diríamos, o papel dos mercados como motores de arranque e de tração mais presentes na cadeia que vai da captura e apanha, passando pelo processo legislativo, até à fabricação e ao comércio. Se excluirmos os protestos das comunidades, os primeiros sintomas de instabilidade ou “colapso” ou recuperação das espécies marinhas, de oscilação das capturas, têm relevo no que é a esfera da economia e é nesta que se vão apurando nas suas formas de significação e expressividade: linhas ondulantes, ou quebradas e angulosas, que pretendem retratar as quebras e elevações nos rendimentos e capturas, no investimento empresarial e tecnológico. Os estudos de caso na antologia mostram-nos como as estratégias e opções políticas, sejam de promoção de consumo interno,

ou de exportação do produto, ou de crescimento fabril para conservação ou transformação do peixe em óleos e farinhas, dialogam em primeira mão com estes grafismos.

A deslocação dos estudos circunscritos a um tema ou espécie – ciclo reprodutivo da sardinha, causas de desaparecimento em vastas áreas costeiras, efeitos de uma técnica de pesca – para as pesquisas focadas na perceção das relações e influências que se propagam entre espécies e entre ecossistemas, é fundamental para os mecanismos de diagnóstico baseados na biologia. Ter-se-á mantido, porém, uma lógica lastrada numa realidade e no seu oposto: decréscimo e elevação de rendimentos, queda e subida de capturas, desatualização e modernização das frotas.

É neste universo que *Too Valuable to be Lost* nos oferece uma dupla problemática, a subentendida na interrogação que é enunciada no subtítulo da introdução (“porque é que as nossas sociedades as descobriram tão tarde?”), e a que o leitor constrói à medida que integra o conteúdo dos artigos na sua experiência de vida e de leitura. A dúvida essencial é saber que elementos e variáveis ganham visibilidade ou emergem como novos no correr da história. Ambas as questões nos situam face ao tempo e às vacilações e contrariedades das pescarias e das ciências: crescimento industrial pujante, acompanhado de torções e retrocessos políticos, empresariais, institucionais e teórico-práticos do saber; deslocação conceptual dos termos chave na análise do setor, quando a inclinação para estabelecer modos de financiar e modernizar empresas e tecnologias dá lugar a contextos em que se procuram alternativas aos procedimentos intensivos da atividade. Sobrepesca e sustentabilidade (ou os seus antecedentes ainda não articulados num pensamento sistemático), deixam de ser noções-satélite para se traduzirem em conceitos-chave de um vocabulário variegado. Um campo semântico que dá visibilidade aos contornos do signo-número em função do qual as soluções são ponderadas: o que podemos hoje retirar de um ecossistema, de uma população, sem colocar em perigo a possibilidade de continuarmos a fazê-lo amanhã. E, no entanto, trata-se ainda de reações para reequilibrar uma situação instável, mais do que uma antecipação e planeamento.

Nos textos da antologia os termos sobrepesca e sustentabilidade abrangem um fenómeno plural: científico, político, económico, tecnológico, cultural e social. A sua estimulante leitura ajuda-nos a problematizar a implementação

de instrumentos para gerir e proteger a atividade, mas também o sistema de linguagem e pensamento que se desenvolveu e evoluiu na charneira entre direitos de uso e de propriedade (a privatização do recurso, regulada juridicamente, interpretada como incentivo ao desempenho eficiente da economia) e acesso apenas condicionado pelas normas de inscrição na atividade e por regulamentos de artes de pesca. Antes de tudo porque, como se põe em evidência em alguns casos, se trata do efeito de acorrerem à exploração dos espaços marítimos uma variedade crescente de protagonistas e atividades: para lá das rotas marítimas e das pescas, vem surgindo uma economia de clusters, que é, de igual modo, de confrontos e rivalidades, que esboroa os velhos suportes ideológicos das comunidades e das suas culturas (Parques e Reservas Marinhas, Áreas de Defeso, Aquicultura, Parques Eólicos, Turismo e Marítimo-turística).

As formas de posse jurídica do mar e dos seus recursos despontam como desfechos para a conceção de modelos de gestão (no âmbito das tecnologias, da economia e dos comportamentos) que conseguem evitar as práticas de sobre-exploração. Expressa desta maneira, é uma solução que, sem surpresas, tal como lemos nas entrelinhas e descrições de alguns estudos de caso, tende a transpor o ónus das dificuldades diálogo para as comunidades ribeirinhas, para o temperamento individualista de profissionais e armadores. Assim, a imagem destas classes é mais associada à permanência de costumes (que são tomados como obstáculos às práticas e formas de gestão sensíveis à defesa dos ecossistemas) nas sociedades da beira-da-água, do que a um potencial de reinvenção de instrumentos com vista à conciliação da atividade, do ambiente e das ciências.

A influência de novos cenários – no amplo intervalo de tempo e dentro do leque de aspetos que *Too Valuable to be Lost* considera –, de padrões sociais, científicos e económicos emergentes, assim como de conjunturas que vão resultando, é sobretudo observável por intermédio da criação de entidades que fazem eco do alargamento e internacionalização das ações organizativas à escala dos mares e oceanos: Para lá das áreas litorâneas e costeiras, e dos limites jurisdicionais, a comunicação tende a estruturar-se em redor de acrónimos e dos conhecimentos e funções que estes sintetizam: numa amostra pequena, CIEM (Conselho Internacional para a Exploração do Mar, 1902), FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura, 1945), ZEE (Zona Económica Exclusiva), PCP (Política Comum de Pescas), ONG (consideraríamos aqui as Organizações Não Governamentais por

estarem na base de uma cultura organizacional global), MSY (Maximum Sustainable Yeld), ITQ (Individual Transferable Quotas). Exercem uma ascendência sobre os processos cognitivos, manifestam-se como um espelho da pro-atividade das ciências, da diplomacia e da economia, do direito e da comunicação, e contribuem para uma determinada clareza do pensamento e do planeamento do setor.

Finalmente, *Too Valuable to be Lost* traz-nos a noção de que uma consciência ambiental se repercute no aumento e diversificação dos níveis de significado ao integrar no diálogo os mais diversos protagonistas. São os compromissos mundiais que se encontram no Zénite de um corpo de regras concebido para se ajustar a uma ferramenta técnica e a um ideal de perceção, planeamento e gestão de uma realidade: um estado da União Europeia estrutura a sua legislação e organização das pescarias a partir de orientações com origem nas instituições europeias e mais além, em Convenções e Cimeiras Mundiais. É o exemplo da Política Comum de Pescas, que nas várias etapas tem integrado os resultados de eventos como a Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), a Cimeira do Rio (1992 e 1999), e outros pressupostos de coparticipação nas tomadas de decisão, através de requisitos para que atores muito diversos estabeleçam uma voz em defesa de um valor de exploração de recursos biológicos marinhos. A ideia de uma pesca sustentável torna-se, deste modo, uma divisa transversal a instituições, decisores políticos, empresários, profissionais e populações.

Nota dos editores.

Mack, John, *The Sea – A Cultural History*, London, Reaktion Books, 2013. Edição Portuguesa: *O Mar – Uma História Cultural*, e-Primatur, 2018. Prefácio de Álvaro Garrido, tradução de Sarah Adamopoulos. Edição com apoio do Museu Marítimo de Ílhavo.

O livro de John Mack é um olhar às atividades e formas de socialização das gentes do mar e aos modos como foram pensadas, ritualizadas, memorizadas e, em alguns casos, sujeitas a regulações. A escrita é fluída, o pensamento é incisivo e recheado de material para repensarmos as relações entre as aventuras da palavra e a das navegações e dos povos que, apreendendo os sistemas oceânicos (meteorologia,

correntes e temperaturas marítimas, ilhas e massas continentais), foram pelos mares e oceanos adentro e recriaram os saberes, as tecnologias e as existências. Num texto rico e multifacetado, que confirma os efeitos do intercâmbio das formas de conhecimento e comércio entre os povos como valores para a cultura e para a ciência, os conceitos e os pontos de vista mantêm uma boa abertura à interpretação.

Em *O Mar, uma história cultural* somos desafiados a refletir a possibilidade de um método que apreenda e aprofunde o papel dos mares e oceanos, dos marinheiros e práticas de marinharia, da navegação e da criação de dispositivos e procedimentos de orientação, na promoção da difusão cultural e a sua influência na história. O exercício, que é ilustrado pela moderna arqueologia, parece ser o paradigma de uma abordagem deste tipo: a experiência, percepção e conhecimento de quem lida com heranças de trabalho e socialização no mar é uma base para entendermos os vestígios materiais – que no âmbito da arqueologia em geral serão sempre escassos, e no da arqueologia subaquática o mar transforma, subtrai ou faz desaparecer – históricos quando o registo escrito está ausente. Enquanto leitores chegaremos às últimas páginas com uma impressão que sentimos ser fundamental: a da importância de distinguir uma cultura que se designaria *do mar* por abranger toda a atividade que lhe está associada, de uma outra que teria por esfera as regiões longe das zonas costeiras e que se subsumiria à noção de *cultura no mar*.

Destacamos, para traçar uma ideia geral das reflexões do autor, oito tópicos. O mais evidente é que falamos de um domínio onde há uma presença substancial de permutas de experiências entre o que se faz no mar e o que se faz em terra, numa reciprocidade com contornos mais amplos e definidos nas populações que habitam os seus barcos, bem como nas que desenvolvem, em simultâneo ou sazonalmente, tarefas agrícolas e marítimas. A matéria-prima é variada e estimulante e o autor induz-nos esta impressão página a página. Por ele saberemos que, se um navio no mar é um terreno ideal para o estudo das práticas e formas de coesão social, para o que se encontra no “lugar errado” (em terra) confluem, e dele procedem, situações, gestos e momentos plenos de imaginação: um edifício com as linhas de um navio no meio da cidade, embarcações arrastadas para a vizinhança da costa a fim de acolherem um rito funerário, estruturas tumulares em forma de navio em cemitérios.

Nos contextos da linguagem e da comunicação – no vasto território de palavras, expressões e conceitos –, muitos remetem para os objetos e as ações das gentes da terra (que, de modo recíproco, utilizam maneiras de falar que pareceriam retiradas ao mundo marítimo). Têm também uma função diferenciadora as atitudes e os comportamentos, a gíria, o vocabulário técnico e a metáfora que, desde os anos 1500, justificaram a publicação de dicionários de terminologia técnica e calão náuticos, um fenómeno que mais enfatiza as competências da navegação, as particularidades dos protocolos e etiquetas entre tripulantes, bem como os termos adequados às circunstâncias e às manobras. Estes elementos inspiraram romances, contos, crónicas e narrativas de episódios históricos passados em meio marinho.

Cremos que merece ser seriamente ponderado o argumento do autor, enunciado em tom assertivo, de que, para lá dos movimentos, objetos, cores e sinais presentes nas praias (e também, diríamos, nos portos, falésias e estuários), há envolvimento e circunstâncias do significado de *estar no mar* que são mais bem apreendidos em fontes literárias que nas abordagens científicas clássicas: quer dizer, o romance, o conto, a crónica, têm conseguido aproximações etnográficas à vida em mar-alto e nos espaços circunscritos dos navios, aos trabalhos e relacionamentos entre tripulantes, onde é possível observar com clarividência as problemáticas enunciadas no parágrafo anterior. Entre os exemplos a que Mack recorre será interessante lembrar aqui dois: o da cabine do Capitão do baleeiro Pequod, em *Moby Dick* (Herman Melville, 1851) que se mostra incapaz de socializar com os seus oficiais segundo a etiqueta da época, o que é causa de um mal-estar geral por ocasião das refeições; e o da história do motim da *Bounty* onde a obsessão do Comandante o torna inábil para interpretar o seu papel e estatuto face ao que é considerado um comportamento ajustado para com os subordinados.

Os navegadores dispunham, na aproximação de John Mack, de grandes cenários para as suas travessias oceânicas: os padrões meteorológicos dos oceanos modelaram a conjuntura universal das rotas e dos pontos-chave de aprovisionamento. Alguns exemplos. Os ventos das monções e as correntes marítimas tinham criado as condições de crescimento de uma rede de viagens e comércio nas águas dos mares Vermelho e Árábico, do Golfo Pérsico e da costa leste de África (cuja dimensão os europeus irão ampliar ao uni-la ao Atlântico). Saídos da Península Ibérica e a partir das Canárias os navios eram beneficiados pelos ventos de popa quando

se dirigiam para oeste até às Caraíbas, e destes mares rumo à Europa apanhavam ventos favoráveis e tinham as latitudes dos Açores como referência para perceberem que se encontravam próximos do destino. As calmarias, que se estendiam por ambos os lados da linha do equador, em resultado dos impactos que o bojo do Brasil tem nas correntes e rumos dos ventos que atravessavam o Atlântico, deram origem à expressão “latitudes dos cavalos” devido ao costume dos marinheiros das primeiras expedições marítimas de, nessa área, deitarem ao mar os carregamentos destes animais a fim de aligeirar os navios. O Rio de Janeiro cresceu como porto de aprovisionamento e ligação porque os navios saídos da Europa com destino ao Índico tinham ventos propícios rumo àquele porto, e apanhavam depois os ventos de popa até ao Cabo da Boa Esperança.

John Mack constrói uma relação entre um tempo pretérito, no qual navegar é um ato tipicamente sensorial e onde o corpo e a mente são indistinguíveis, e um presente, quando a navegação se torna um processo essencialmente mental. Os marinheiros da tradição europeia navegavam por cabotagem e à vista da costa. Em *O Mar, uma história cultural* é no plano do desenvolvimento de uma cultura cartográfica e da aplicação de tecnologias sofisticadas que os europeus se confrontam com os do Índico, onde se depararão com analogias surpreendentes e com diferenças notáveis: neste oceano os navegadores calculavam a latitude e orientavam-se pelos astros por meio de procedimentos e dispositivos similares aos dos recém-chegados, mas seguiam modos bastante diferentes de estar no mar e senti-lo. Na altura em que os portugueses iniciaram o seu ciclo de navegações nestas águas a fonte de informação mais importante acerca da prática marítima era o *Fawa'id*, o manual de náutica de Ibn Majid, acima citado, escrito em estilo poético, adequado à memorização e orientação geral dos que preferiam navegar em mar aberto e para isso se preparavam para determinar as suas rotas prescindindo de avistamentos em terra, recorrendo sobretudo às percepções sensoriais: isto é, o navegador dispunha da informação para chegar ao destino sem se valer de cartas de marear e competências gráficas para desenhar o ambiente a atravessar, ou de outras tecnologias complexas, e cada decisão seria pensada em função das situações, que variavam de viagem para viagem e ao longo destas. As regras apenas serviam de critério.

Uma breve nota a adicionar às anteriores. Os habitantes da Micronésia e da Polinésia, sub-regiões da Oceânia, Pacífico, viajavam entre ilhas, que podiam distar entre

si vários dias, e faziam-no baseados também em experiências sensoriais acumuladas de observação dos sinais do mar, do céu, dos ventos e das aves marinhas, que eram relembradas em terra através de artefactos que figuravam os padrões de ondulação e agitação marítima por meio de lascas de canas, e o posicionamento das ilhas por intermédio de conchas.

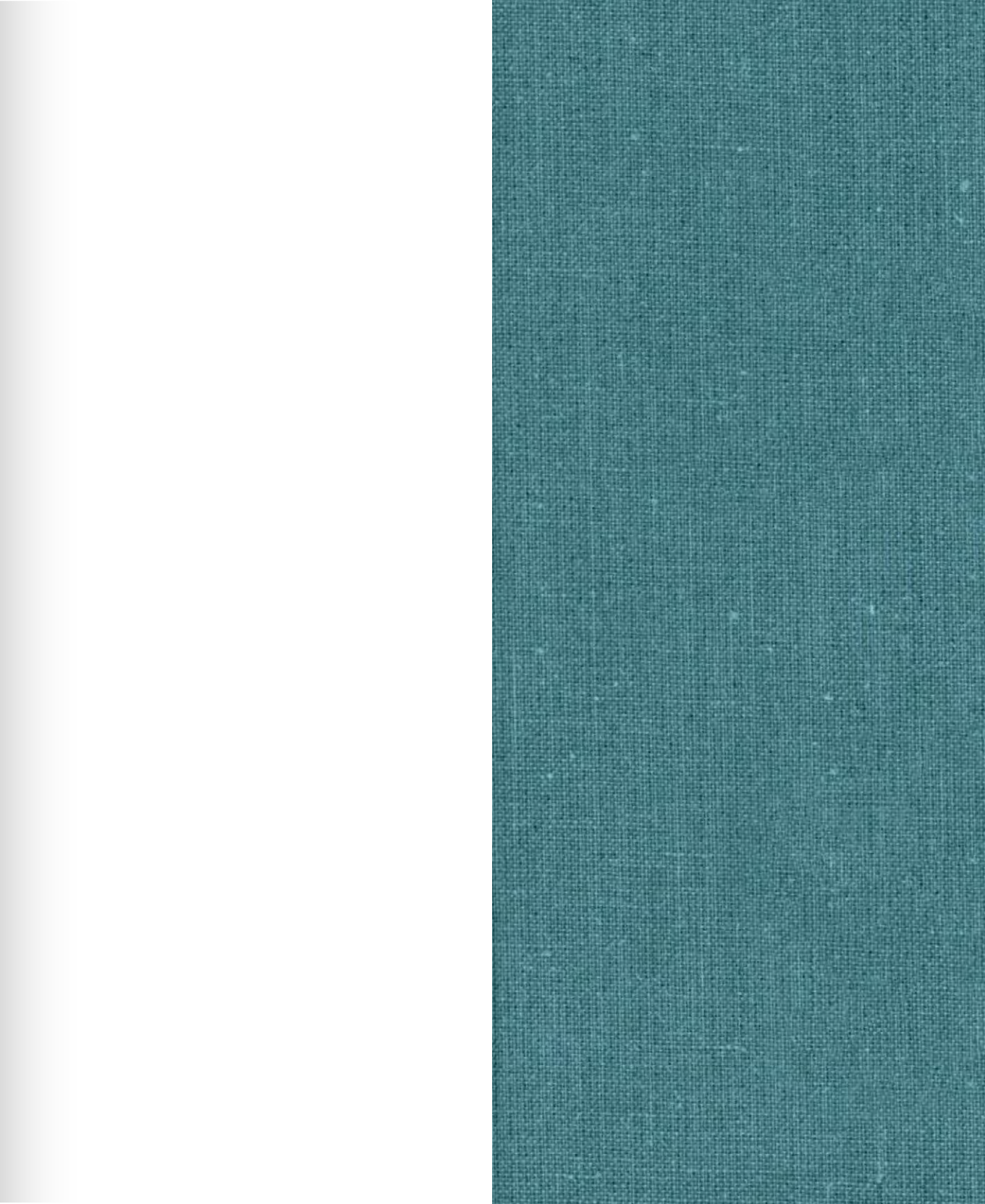
Percorre o livro de John Mack um frente-a-frente entre culturas não-cartográficas e cartográficas, navegações mais sensoriais face às mais mentais, formas de orientação nas quais a percepção relevante é a do espaço diante de modos que o convertem num lugar que se assinala numa representação desse espaço e numa linha que une os pontos de partida ao da chegada numa viagem. Os primeiros são procedimentos por vezes descritos pela expressão “mapeamento sensorial” – termos que se contradizem, diz o autor, porque o mapa é o conceito de uma representação mental antecipada de um trajeto, talvez dos muitos trajetos possíveis aí, nessa geografia, enquanto a navegação pelos sentidos pressupõe um traço típico da experiência pré-moderna de estar no mar, que é o cuidado e a atenção aos efeitos dos ventos e da ondulação (acrescentaríamos, aos sons do mar, às fases da lua, aos cheiros, às cores). Em síntese, com a cultura cartográfica o corpo de conhecimento herdado e instintivo torna-se obsoleto e perde o envolvimento sensorial com este meio: ela traduz uma prática e os dados de uma representação mental antecipada, que assenta em cálculos objetivos; nela a bússola é um fator de uniformização das competências de navegação e dos marinheiros, para quem as rotas se tornam linhas fixas, sem espessura, ao longo de espaços vazios.

A abertura às grandes travessias oceânicas transformaria os mares e os oceanos – ambiente selvagem e hostil, ou cognoscível e habitável – num meio privilegiado de disseminação e de contactos de línguas, conhecimentos e tecnologias, fenómenos (artísticos e rituais, construções simbólicas e religiosas, práticas e representações filosóficas e científicas) que podem ser descritos à escala global, mas que, de igual modo, são explicáveis de pontos de vista locais e regionais. O Atlântico era o “Mar das Trevas” para os comerciantes do Índico e Mar Vermelho, entre os quais estava Ibn Majid, autor do *Fawa'id* (o título completo é *O Livro dos Benefícios dos Princípios e Fundamentos da Marinharia*) por não encontrarem nele ocasiões de negócio. Uma cartografia feita para figurar os pontos notáveis da navegação à vista da costa e, na mesma época, o desenho de Katsushika Hokusai, “A Grande Onda de Kanagawa”, (a vaga que se move da esquerda para a direita desperta

no observador letrado japonês, que lê em movimento oposto, o sentimento de estar em risco, assim como a ilha e o Monte Fuji ao fundo) espelhariam a regulação das autoridades japonesas para limitarem os contactos com nações estrangeiras. Mas na história da arte, afirma John Mack, o peso eurocêntrico e norte-americano é evidente e contribui para o enviesamento dos olhares. Uma cultura que mede e representa graficamente o espaço designa “mapa de pauzinhos” o artefacto de um exercício de mnemónica dos navegadores da Micronésia figura a experiência de percepção das correntes marítimas e dos padrões da ondulação, assim como as ilhas que se veem num percurso. No contexto das mesmas formas de representação, um mar que é uma plataforma de fluxos contínuos, naturais e culturais, com o Atlântico, o Golfo da Biscaia e o sistema fluvial europeu, é pensado como interior.

Esta é uma história que lemos deliciados e num só fôlego. John Mack não nos faz a promessa de outras aproximações ao universo marítimo. Mas daqui, deste minúsculo ramo que nasceu na sua árvore, ficamos na expectativa de o vermos escrever, com esta forma elegante e esclarecida, sobre outras faces deste imenso poliedro que é a cultura do mar (diríamos, de preferência, que são as culturas do mar). Por exemplo, a atividade da mulher, as representações do mar na fotografia e na pintura.

Nota dos editores.



IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 2

